

RELATÓRIO & CONTAS 2022



Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de 8 de março de 2023.

ÍNDICE

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	4
A - A EMPRESA	9
1. MISSÃO, VISÃO E VALORES	9
2. CADEIA DE VALOR	12
3. ESTRUTURA ACIONISTA, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ÓRGÃOS SOCIAIS	13
4. SÍNTESE DE INDICADORES	18
5. OS RECONHECIMENTOS, OS PRÉMIOS E AS CERTIFICAÇÕES	19
B – O NEGÓCIO	23
1. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	23
2. O ENQUADRAMENTO	26
3. O SETOR	29
4. A REGULAÇÃO	45
5. A SUSTENTABILIDADE	50
6. RELAÇÃO COM OS <i>STAKEHOLDERS</i>	58
7. GESTÃO DO RISCO	59
8. A ATIVIDADE OPERACIONAL	65
9. A GESTÃO DO CAPITAL HUMANO	100
10. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	108
11. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E DISPOSIÇÕES LEGAIS	111
12. PERSPETIVAS FUTURAS	136
13. EVENTOS SUBSEQUENTES	137
14. CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
15. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	139
16. ANEXO AO RELATÓRIO	140
17. RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS	141
C – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2022	145
1. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	146
2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL	148
3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	149
4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	150
5. DEMONSTRAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	151
COMPROMISSOS	215
PARECERES DO CONSELHO FISCAL E DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS E DESPACHOS DE APROVAÇÃO DO PLANO E ORÇAMENTO 2022-2024	221

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Caros acionistas,



O ano de 2022 trouxe para a população servida pela Águas do Alto Minho muitas notícias positivas.

No plano comercial é de destacar a melhoria dos indicadores de atendimento e a resposta atempada a reclamações e sugestões dos nossos clientes. Não paramos de melhorar os processos que envolvem a nossa relação com o cliente e isso traduz-se numa maior satisfação de todos aqueles que servimos. No âmbito do Plano de melhoria dos indicadores da qualidade de Serviço promovemos ações para aumentar a adesão ao Serviço, nomeadamente 47 reuniões com juntas de freguesia e envio de milhares de notificações para clientes sem serviço, mas com rede disponível. Estas ações contribuíram para um aumento de 1.729 clientes de Água e 2.717 novos clientes de saneamento.

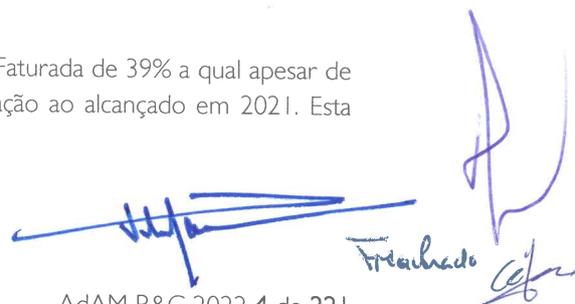
No plano financeiro, o volume de negócios de 2022 foi de 24.3 milhões de euros, ou seja, mais 1 milhão de euros do que o concretizado no ano de 2021. Este valor mais elevado do volume de negócios (VN) foi conseguido com uma redução de gastos operacionais (GO), de modo que o rácio GOMN reduziu para 88.3%, ou seja, -9,5% do que em 2021 e bem abaixo do previsto no Plano de Atividades e Orçamento, o que permitiu o cumprimento das orientações emanadas pelo governo para o setor empresarial do estado.

A percentagem de água segura para consumo humano distribuída no agregado dos Municípios que compõe a parceria da Águas do Alto Minho, deverá atingir o resultado de 99,27%, tendo por base os dados analíticos obtidos durante todo o ano de 2022. A confirmar-se este valor pela ERSAR será a primeira vez que a percentagem de água segura do sistema da Águas do Alto Minho se situa acima dos 99%, que corresponde ao nível "Bom Desempenho" definido pela ERSAR.

O ano de 2022 ficará para sempre marcado por ser o ano em que a empresa atingiu a Certificação do Sistema de Gestão Integrado Qualidade, Ambiente e Segurança, ao abrigo das normas ISO 9001, ISO 14001 e ISO 45001, no âmbito do Atendimento ao Cliente e Gestão Operacional de AA e AR do Centro Operacional Sul – Viana do Castelo.

Em 2022, demos continuidade a ações para melhorar a segurança dos nossos trabalhadores, por via de ações de formação dedicadas e da implementação de novas estruturas para garantir as condições de trabalho nas instalações.

Foi também possível alcançar em 2022 uma percentagem de Água Não Faturada de 39% a qual apesar de ser ainda muito elevada, corresponde a uma redução de 7.7% em relação ao alcançado em 2021. Esta



percentagem de água não faturada acarreta, em valores absolutos, uma redução de 1,6 milhões de m³ de água adquirida e captada e um aumento de 300 mil m³ de água faturada em relação ao ano de 2021.

Também no âmbito do Plano de melhoria dos indicadores da qualidade de Serviço promovemos ações para a redução de perdas aparentes, nomeadamente, a substituição de 16.639 contadores que marca o arranque do Plano de substituição de contadores em curso, medidas de controlo de consumos autorizados e fiscalização de consumos zero.

No que se refere à execução de investimentos, no ano de 2022 foi possível concretizar um investimento de 9,5 milhões de euros, que corresponde a 63% do previsto, do qual se destaca a instalação de 171 medidores de caudal e 410 Válvulas de redução de pressão que permitem a monitorização dos consumos da rede de abastecimento de água e a remodelação de 25,7 km de rede.

Ao nível dos Sistemas de Informação, destaca-se em 2022 a implementação de solução de Firewall de última geração (NGFW) em todas as unidades da empresa com o objetivo de proteger a rede de ameaças de segurança cibernética, tais como ataques de *malware*, invasões de rede, *phishing* e outros tipos de ameaças. Concluiu-se o projeto de instalação de novos servidores dotados de hiperconvergência e deu-se início ao projeto de implementação sistema SCADA, ambos ao abrigo da candidatura da Eficiência Hídrica. Finalmente, foram entregues a todos os colaboradores dispositivos móveis com acesso a dados integrados em plataforma MDM que contribui para a proteger dados sensíveis da empresa, aplicações e dispositivos contra ameaças de segurança.

Destaca-se mais uma vez o trabalho notável desenvolvido em 2022 ao nível dos Sistemas de Informação Geográfica que, por via da integração do SIG com outros sistemas da empresa, se consolida como um instrumento essencial e indispensável para o desempenho de todos os setores da empresa.

Por último, é também de salientar o desempenho da área de Recursos Humanos que permitiu que o ano de 2022 terminasse com praticamente o mapa de pessoal todo preenchido, ou seja com 176 trabalhadores, o que nos permite arrancar em 2023 no pleno das nossas capacidades.

Mas acima de tudo 2022 proporcionou mais um ano de experiência às nossas jovens equipas e por isso entramos em 2023 com mais competências adquiridas e melhor capacidade de resposta às necessidades do sistema.

Melhoramos em 2022 e vamos melhorar ainda mais em 2023, porque temos equipas com pessoas com talento e muita dedicação à empresa.

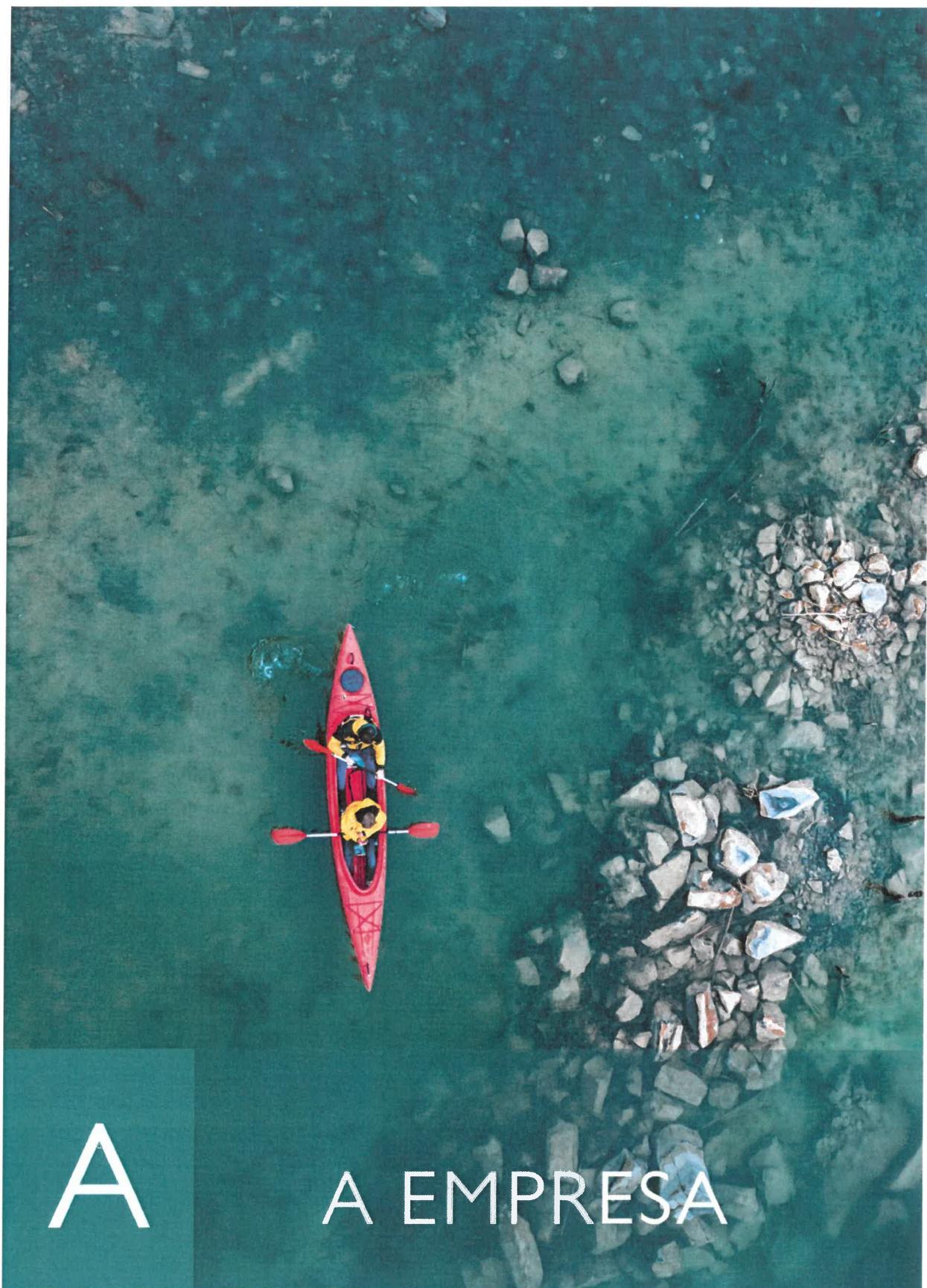

Fernanda Maria de Sousa Machado

Vogal Executiva do Conselho de Administração



Medico

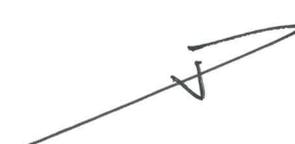




A

A EMPRESA

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Café Machado', is written over a stylized logo consisting of a vertical line and a horizontal line forming a cross-like shape.



Ferreira do
Café

A - A Empresa

I. Missão, Visão e Valores

A AdAM segue as melhores práticas de governação do setor, garantindo uma empresa sustentável e eficaz, num enquadramento que visa prestar um serviço público de interesse económico geral, como é o serviço de abastecimento de água e de saneamento.

A missão, visão e valores da Sociedade são apresentados na figura seguinte.

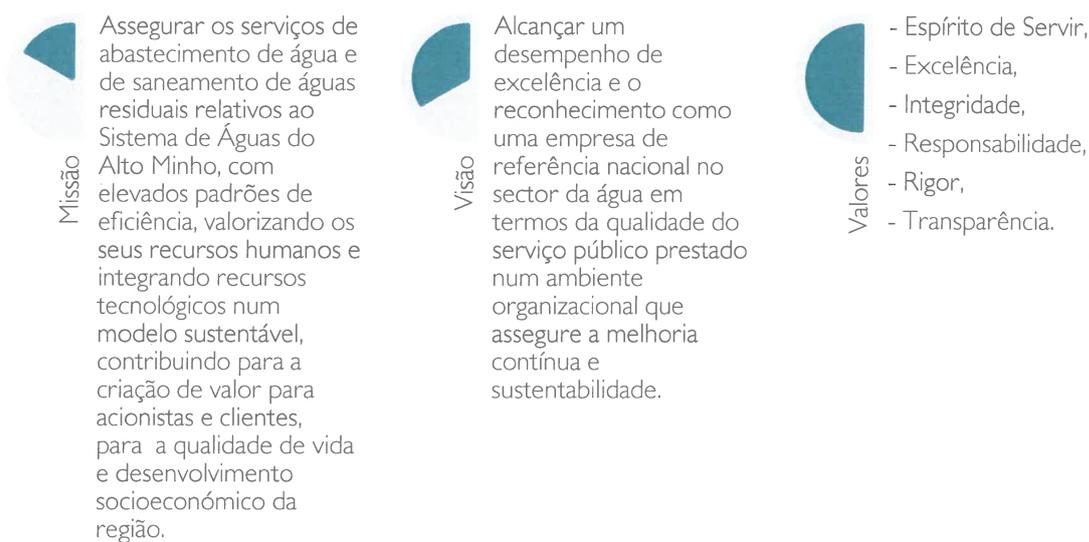
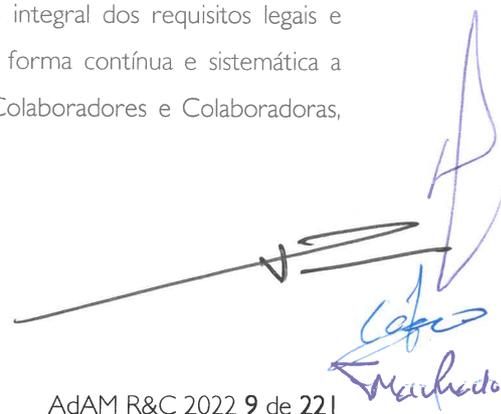


Figura 1 – Missão, Visão e Valores da AdAM

O objetivo da AdAM é garantir, a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, no sentido de proteção da saúde pública, bem-estar das populações, proteção do ambiente e sustentabilidade económico-financeira do setor, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território.

A AdAM, assumindo o compromisso de contribuir ativamente para a promoção de políticas públicas e dos objetivos nacionais no domínio do setor da água, para o desenvolvimento sustentado dos serviços de águas, para a gestão dos recursos disponíveis no País, num quadro de respeito integral dos requisitos legais e normativos, compromete-se a antecipar, a avaliar e a promover de uma forma contínua e sistemática a satisfação das necessidades e expectativas dos seus Clientes, Acionistas, Colaboradores e Colaboradoras, Fornecedores, Comunidade e demais partes interessadas.



Handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Luis Machado'.

Consciente do seu papel como instrumento de desenvolvimento socioeconómico da região em que se insere, a empresa assume, ainda, a promoção da proteção do meio ambiente e a sua valorização junto da comunidade.

Neste contexto, o Conselho de Administração da AdAM adota um modelo de gestão ética e socialmente responsável, procurando considerar nas suas decisões, a defesa dos interesses dos utilizadores, a sustentabilidade dos serviços e a sustentabilidade ambiental, assente nos seguintes princípios:

- Promover a satisfação do cliente e das outras partes interessadas;
- Promover a motivação dos trabalhadores e trabalhadoras;
- Garantir a qualidade e segurança alimentar da água para consumo humano;
- Apostar na eficiência da utilização dos recursos hídricos;
- Assegurar o cumprimento da legislação, regulamentação e requisitos em vigor aplicáveis às suas atividades, produtos e serviços;
- Avaliar sistematicamente os resultados obtidos, tendo em vista a melhoria contínua e a inovação;
- Adotar uma postura de transparência, através de uma comunicação interna e externa com todas as partes interessadas;
- Minimizar os impactes ambientais decorrentes das suas atividades, promovendo a utilização racional dos recursos naturais e a prevenção da poluição;
- Adotar as melhores práticas e prevenir a ocorrência de acidentes e doenças profissionais.

Descrição, Atividade e Presença

A A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S.A., é uma sociedade anónima de capitais públicos criada no âmbito do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, que veio possibilitar um novo modelo de gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento, permitindo um modelo de gestão delegada assente numa parceria entre o Estado e as Autarquias Locais. Este novo modelo de gestão possibilita uma integração territorial dos sistemas municipais no sentido da maximização de economias de escala, bem como a integração dos sistemas de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas, de forma a maximizar economias de gama.

Em 11 de janeiro de 2019, foi celebrado o Contrato de Parceria pública entre o Estado Português e os Municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira que criou o Sistema de Águas do Alto Minho. Neste seguimento, foi formalizado, em 22 de julho de 2019, o Contrato de Gestão entre o Estado, os mencionados Municípios e a A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S.A., na qualidade de Entidade Gestora da Parceria (EGP), à qual foi cometida a exploração e a gestão, em regime de parceria, dos serviços de águas relativos ao Sistema.



A Cláusula 10.^a do Contrato de Gestão do Sistema de Águas do Alto Minho prevê um período de transição de 6 (seis) meses contados da data de outorga do Contrato de Gestão, durante o qual as Partes preparam, em conjunto, a transferência de responsabilidade para a EGP.

A Águas do Alto Minho, S.A., antecipou o termo do período de transição para 1 de janeiro de 2020, tendo, nesta data, iniciado a atividade operacional.

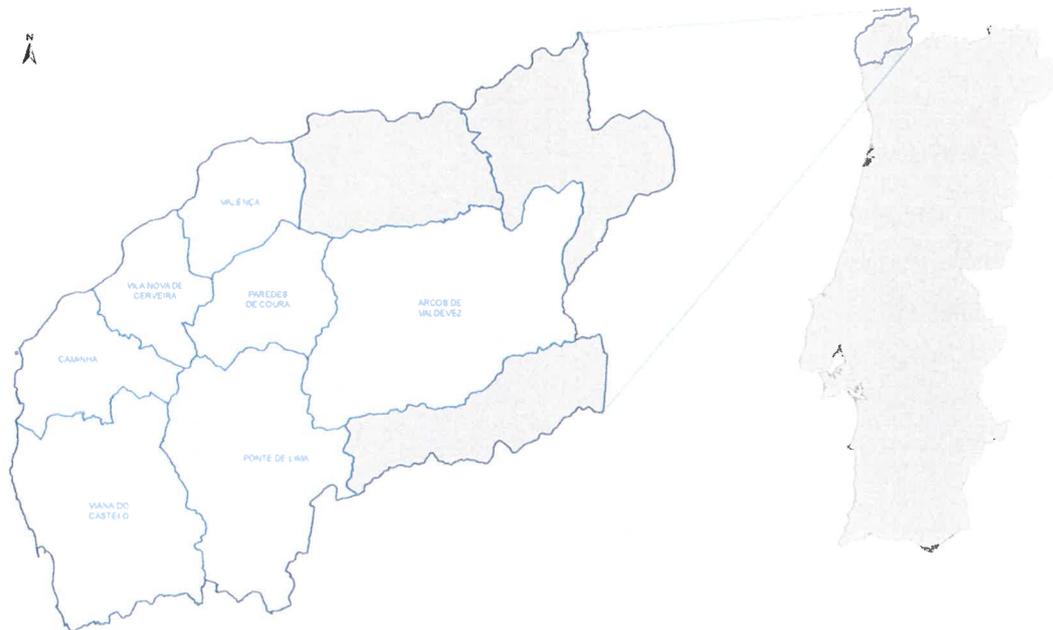


Figura 2 - Área de atuação da AdAM

A Empresa foi constituída com um capital social subscrito de 3.600.000,00 Euros, detido em 51% pela sociedade AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., e em 49% pelos municípios aderentes.

A AdAM iniciou a 01.01.2020 o arranque da exploração e gestão dos serviços de água e saneamento nos municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, numa área geográfica de 1.585 km² e dimensionado para fornecer mais de 9 milhões de m³ de água potável por ano a 106 mil clientes e para recolher e encaminhar para tratamento cerca de 8 milhões de m³ de água residual por ano produzida por cerca de 70 mil clientes.

As infraestruturas cedidas pelos Municípios, que integram o sistema são as seguintes:



Assinatura manuscrita e rubrica em azul.

Tabela 1 – Infraestruturas cedidas pelos Municípios da Parceria do Alto Minho

Infraestruturas	Abastecimento de água	Saneamento de águas	Total
Captações (n.º)	171	--	171
Reservatórios (n.º)	135	--	135
Condutas/Coletores instalados (km)	3 866	1 640	5 506
Postos de cloração (n.º)	59	--	59
Estações elevatórias (n.º)	57	191	248
ETAR (n.º)	--	27	27

2. Cadeia de Valor

A cadeia de valor da Águas do Alto Minho, S.A., inclui a distribuição água para consumo humano e a recolha de águas residuais urbanas aos utilizadores finais como atividade primordial. Salienta-se, contudo, que a atividade da Águas do Alto Minho, S.A., abrange o armazenamento de água, de forma a assegurar a continuidade no abastecimento, captações próprias e o tratamento de água, bem como o transporte e tratamento de águas residuais.

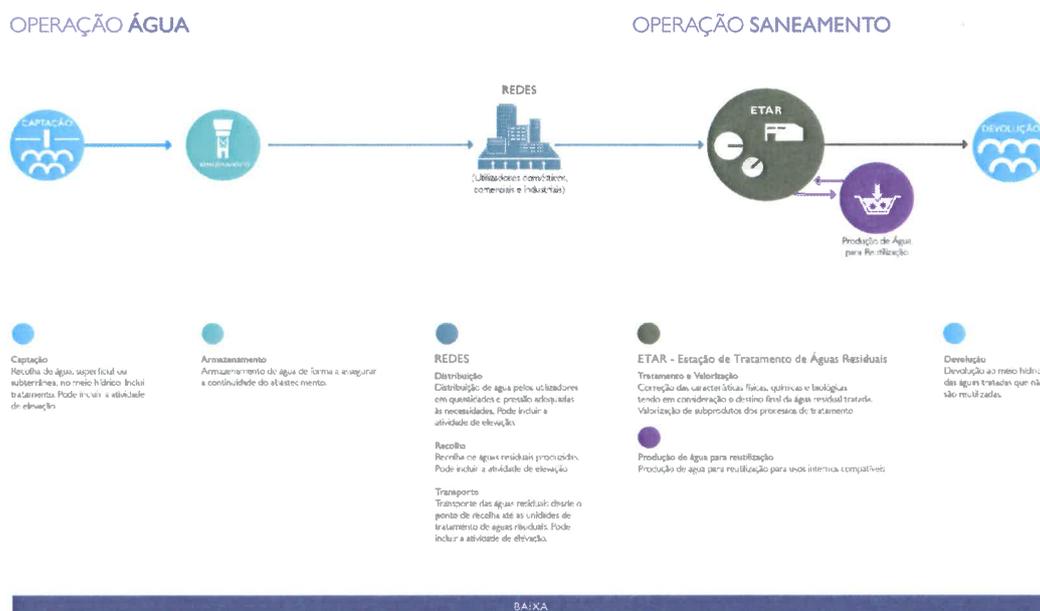
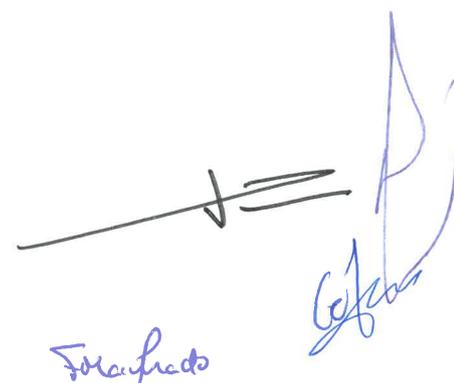


Figura 3 – Cadeia de Valor da operação de água e saneamento



Assinatura manuscrita em azul.

3. Estrutura Acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais

Estrutura Acionista

Detentora de um capital social de 3.600.000 euros, totalmente subscrito e realizado, a 31 de dezembro de 2022 a AdAM é participada pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., e pelos municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, de acordo com a estrutura acionista apresentada na tabela seguinte.

Tabela 2 – Estrutura Acionista – AdAM

Acionistas	Capital Subscrito 31.12.2022		Capital Realizado 31.12.2022	
		Categoria A		Categoria A
AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.	1 836 000	51,00%	1 836 000	51,00%
Município de Arcos de Valdevez	141 905	3,94%	141 905	3,94%
Município de Caminha	151 775	4,22%	151 775	4,22%
Município de Paredes de Coura	60 140	1,67%	60 140	1,67%
Município de Ponte de Lima	279 855	7,77%	279 855	7,77%
Município de Valença	116 055	3,22%	116 055	3,22%
Município de Viana do Castelo	924 435	25,68%	924 435	25,68%
Município de Vila Nova de Cerveira	89 835	2,50%	89 835	2,50%
TOTAL	3 600 000	100,00%	3 600 000	100,00%

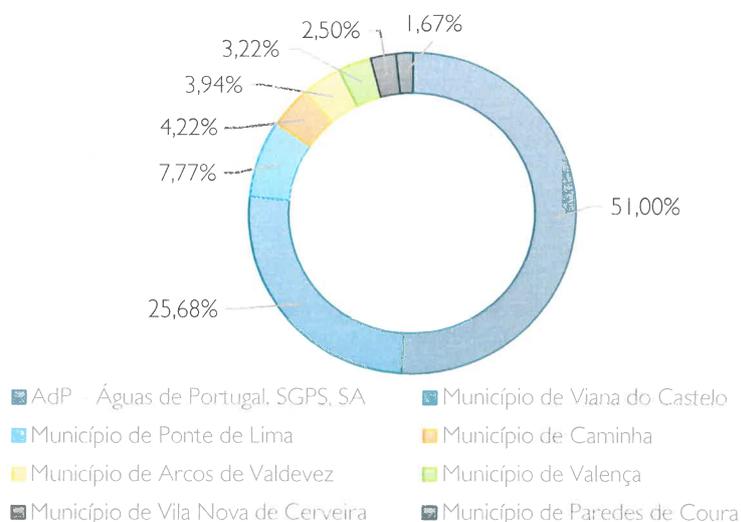


Figura 4– Estrutura Acionista - AdAM



Assinado

Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional da AdAM, no ano de 2022, corresponde ao organograma que se apresenta na figura seguinte, dividindo-se em quadro áreas operacionais e oito áreas de suporte.

Constituem-se áreas operacionais a Direção Administrativa e Financeira, que engloba três áreas funcionais (Contabilidade e Gestão Financeira, Compras e Logística e Recursos Humanos), a Direção de Engenharia e Gestão de Ativos, formada por quatro áreas funcionais (Obras e Projetos, Gestão de Ativos, SIG e Cadastro, Gestão de Perdas e Afluências Indevidas), a Direção de Operação, constituída por quatro áreas funcionais (Centro Operacional Norte, Centro Operacional Nordeste, Centro Operacional Sul e Manutenção), e a Direção de Clientes constituída por três áreas funcionais (Atendimento a Clientes, Operações Comerciais e Clientes Especiais).

Nas áreas de suporte, com reporte direto ao Conselho de Administração, incluem-se o Secretariado- Geral, Planeamento e Controlo de Gestão, Comunicação, Informação e Educação Ambiental, Qualidade da Água, Sustentabilidade Empresarial e Auditoria Interna, Jurídico-Legal, Secretário da Sociedade e Sistemas e Tecnologias de Informação.

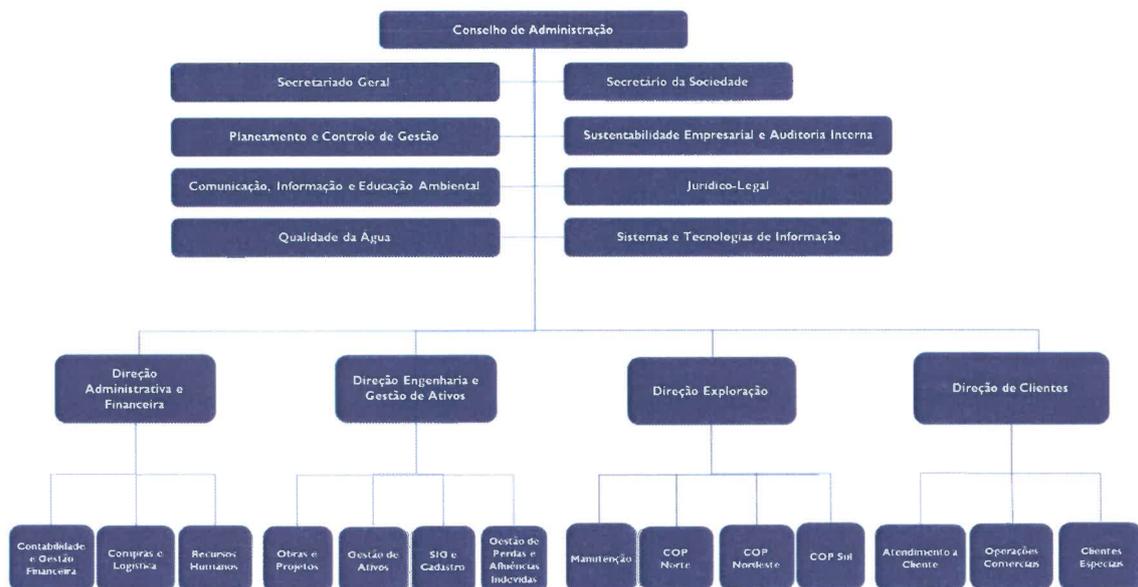


Figura 5 - Organograma da AdAM

Órgãos Sociais

Os membros do Conselho de Administração, para o mandato 2019/2021, foram eleitos através de Declaração Social Unânime por Escrito, assinada por todos os Acionistas, em 15 de julho de 2019.

De acordo com o artigo 26.º, dos Estatutos da Sociedade, o órgão de fiscalização compete a um conselho fiscal e a um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, de acordo com o artigo 27.º

J. Machado

[Handwritten signature]

um secretário da sociedade, designado pelo conselho de administração, e uma comissão de vencimentos, nos termos do disposto no artigo 28.º dos Estatutos da Sociedade.

Assembleia Geral

Tendo em conta o estipulado no n.º 1 do artigo 15.º dos Estatutos da Sociedade, a mesa da assembleia geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário, sendo estes escolhidos entre acionistas ou outras pessoas.

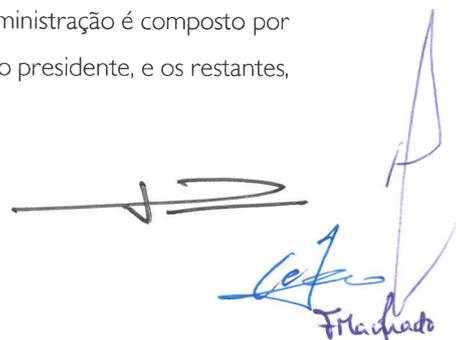
A assembleia geral é convocada e dirigida pelo presidente da mesa ou, na sua ausência ou impedimentos, pelo vice-presidente. Todos os membros são eleitos por um período de três anos, em assembleia geral.

Compete, nomeadamente, à assembleia geral:

- Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício apresentados pelo conselho de administração;
- Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- Apreciar a gestão e fiscalização da sociedade;
- Aprovar os planos de atividades e financeiros plurianuais para um período de, pelo menos, cinco anos e suas eventuais alterações;
- Eleger os membros dos órgãos sociais;
- Deliberar sobre a emissão de obrigações;
- Deliberar sobre o aumento de capital;
- Fixar as remunerações dos órgãos da sociedade, podendo esta competência ser delegada em comissão de vencimentos a nomear para o efeito;
- Aprovar o relatório do Governo Societário;
- Aprovar as orientações estratégicas, os objetivos e indicadores de gestão para os mandatos, respeitantes aos contratos de gestão previstos no artigo 18.º do Estatuto do Gestor Público;
- Deliberar sobre a conversão das ações de categoria A em ações de categoria B e das ações da categoria B em ações da categoria A;
- Deliberar sobre qualquer outro assunto para o qual tenha sido convocada.

Conselho de Administração

Nos termos do n.º 1, do artigo 20.º dos Estatutos da Sociedade, o conselho de administração é composto por três a cinco administradores, sendo que foram eleitos cinco membros, sendo um, o presidente, e os restantes, vogais.



Handwritten signature and stamp, likely representing the President of the Board of Directors.

Nos termos do artigo 21.º dos Estatutos da Sociedade, o conselho de administração tem poderes de gestão e representação da sociedade que lhe forem cometidos por lei, pelos Estatutos e pelas deliberações dos acionistas.

Nos termos do artigo 20.º dos Estatutos da Sociedade, o conselho de administração pode ainda deliberar delegar num administrador ou numa comissão executiva composta por dois a três administradores, consoante o número de membros que componham o conselho de administração, a gestão corrente da sociedade, devendo a deliberação da delegação fixar os limites da mesma.

Conselho Fiscal

Nos termos do n.º 1 do artigo 26.º dos Estatutos da Sociedade, a fiscalização da sociedade compete a um conselho fiscal composto por três membros efetivos e um suplente e um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas que não seja membro desse conselho fiscal.

Comissão de Vencimentos

Tal como previsto no art.º 28 dos Estatutos da Sociedade, foi delegada a competência para fixar a remuneração dos órgãos sociais numa comissão de vencimentos.

Composição dos Órgãos Sociais

A composição dos Órgãos Sociais, no final de 2022, era a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: João Manuel do Amaral Esteves, Presidente de Câmara Municipal de Arcos de Valdevez

Vice-Presidente: Paulo Manuel Marques Fernandes

Secretário: Ana Cristina Rebelo Pereira

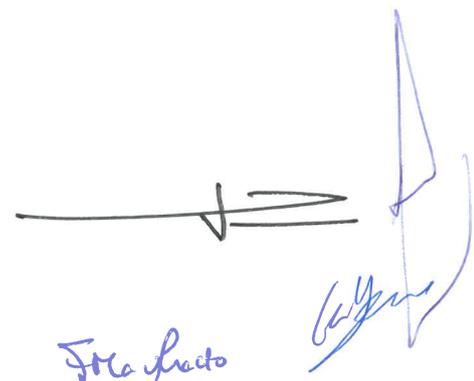
Conselho de Administração

Presidente Executivo: João Pedro Moura Castro Neves

Vogal Executiva: Fernanda Maria de Sousa Machado

Vogal não Executivo: Célia Maria Pereira Cardoso André

Vogal não Executivo: Vítor Paulo Gomes Pereira, Município de Paredes de Coura



Two handwritten signatures in blue ink are visible. The first signature is 'João Pedro Moura Castro Neves' and the second is 'Vítor Paulo Gomes Pereira'.

Vogal não Executivo: Manuel António Azevedo Vitorino, Município de Viana do Castelo

Conselho Fiscal

Presidente: Maria Albertina Almeida Barreiro Rodrigues

Vogal: Maria Augusta João Cepeda Tomé

Vogal: Pedro Leonel Coquenim de Azevedo Canteiro

Revisor Oficial de Contas

Revisor Oficial de Contas Efetivo: PriceWaterHouseCoopers, com inscrição na Ordem dos revisores Oficiais de Contas sob o número 183, e registada na CMVM sob o número 20161485, representada por José Alves Bizarro Duarte inscrito na Ordem dos revisores Oficiais de Contas sob o número 1957 e registado na CMVM sob o número 20200003 e por João Rui Fernandes Ramos, inscrito na Ordem dos revisores Oficiais de Contas sob o número 1333 e registado na CMVM sob o número 20160943.

Revisor Oficial de Contas Suplente: Carlos José Figueiredo Rodrigues

Comissão de Vencimentos

Presidente: Carla da Conceição Afonso Correia

Vogal: AdP- Águas de Portugal. SGPS

Vogal: Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira

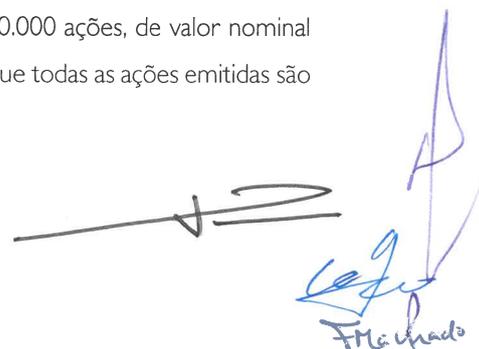
Secretário da sociedade (artigo 446.º-D do CSC)

Secretário da sociedade: Sofia Manuela Freitas Antunes Queirós

Suplente: Isabel Maria Lima de Araújo Silva

Carteira de Participações

O capital social estatutário da Águas do Alto Minho, S.A., é constituído por 720.000 ações, de valor nominal igual a 5,00 € (cinco euros), nominativas e assumindo a forma escritural, sendo que todas as ações emitidas são da classe A, tal como apresentado na tabela 2 do presente relatório.



Refere-se, ainda, que os titulares dos Órgãos Sociais da Águas do Alto Minho, S.A., não detêm quaisquer ações e obrigações emitidas pela Águas do Alto Minho, S.A., nem são direta ou indiretamente, titulares de participações sociais qualificadas noutras entidades.

Sucursais

A Águas do Alto Minho, S.A., não tem qualquer sucursal no território nacional ou no estrangeiro.

4. Síntese de Indicadores

	31/12/2022	31/12/2021
Nº de clientes de abastecimento	108 887	107 158
Nº de clientes de saneamento	74 368	71 651
Volume de água captada (*)	987	1 152
Volume de água adquirida (*)	13 247	14 624
Volume de água distribuída (*)	14 234	15 776
Volume de água faturada (inclui consumos próprios) (*)	8 660	8 371
Volume de efluente tratado em ETAR'S próprias (*)	612	535
Volume de efluente entregue à AdN (*)	6 983	8 200
Volume de efluente tratado/rejeitado (*)	7 595	8 735
Volume de efluente faturado (*)	5 579	5 434
Nº de colaboradores a 31 de dezembro (**)	182	159

(*)milhares de m³/ano

(**)com Órgãos Sociais

Unidade: milhares de euros

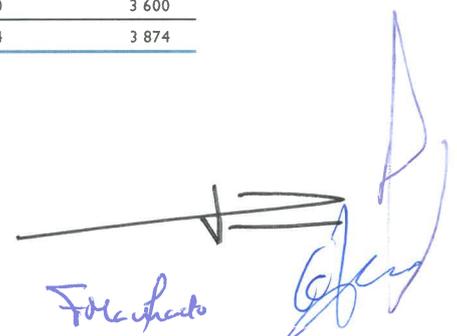
	31/12/2022	31/12/2021
Vendas e Prestação de Serviços (não inclui IFRIC 12 e inclui DRG)	24 271	23 276
Desvios de recuperação de gastos	2 120	7 959
Resultado operacional sem desvio recuperação de gastos (*) (Ebit)	- 2 714	- 6 979
Resultado operacional com desvio recuperação de gastos (*) (Ebit)	- 594	980
EBITDA Ajustado (**)	2 790	1 533
Resultado líquido do exercício	240	196

* Resultados antes de juros e impostos

**EBITDA=(RO+Amortizações+Perdas por imparidades+Provisões-Desvios Recuperação de Gastos-Subsídios ao investimento-O.Rend Ganhos DUI)

Unidade: milhares de euros

	31/12/2022	31/12/2021
Investimento	9 460	5 521
Dívidas de clientes	5 514	6 480
Total do ativo	45 149	42 156
Financiamentos Correntes	1 858	3 905
Financiamentos não correntes	5 000	-
Total do Passivo	41 034	38 282
Capital social	3 600	3 600
Capital próprio	4 114	3 874



Handwritten signature and stamp in blue ink.

	31/12/2022	31/12/2021
Margem EBITDA	20,0%	28,8%
Autonomia financeira	9,1%	9,2%
Solvabilidade	24,2%	34,8%
EBITDA Ajustado/Serviço Dívida	0,51	-0,24
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	2,12	-2,16
Rentabilidade dos capitais próprios	5,8%	5,1%
Cash-Cost	189,0%	224,3%
Gastos Operacionais/Volume negócios	111%	131%
ROCE	-23,4%	-79,8%
PMR(dias)	90	79
PMP (dias)	26	51

Margem EBITDA=(RO+Amortizações+Provisões+Imparidades)/Volume de Negócios

Autonomia Financeira=Capital próprio/Ativo

Solvabilidade=(Capital próprio+subsídios ao investimento)/Passivo

Rentabilidade dos capitais próprios=Resultado líquido/Capital próprio

Cash-Cost=Ganhos Operacionais/(AA fornecida+AR tratada)

ROCE=Resultados Operacionais/Passivo Remunerado

5. Os Reconhecimentos, os Prémios e as Certificações

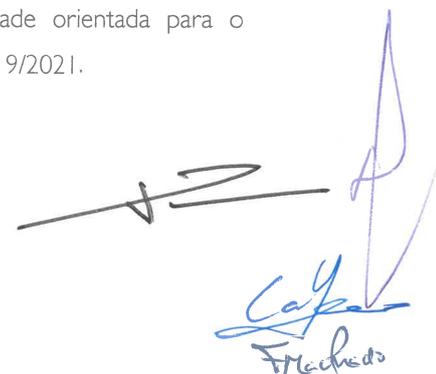
No ano de 2022, concretizou-se o objetivo da Certificação da Águas do Alto Minho em Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, segundo as normas ISO 90001, ISO 14001 e ISO 45001, foi o reconhecimento do compromisso da empresa com o cumprimento das melhores práticas, fomentando a melhoria continua na organização.

Os Principais Acontecimentos

No ano de 2022, a situação epidemiológica marcada pelo Covid 19, continuou a provocar alterações na atividade das empresas, agravada pelo desencadear da guerra na Ucrânia, que afetou substancialmente a sua atividade com impactos negativos relevantes a nível económico e financeiro, em concreto e com especial incidência no aumento dos combustíveis que, além de provocar um aumento generalizado dos produtos, também provocou muitos problemas nas cadeias de produção e distribuição de materiais.

Em 2022, celebramos os primeiros 3 anos da Águas do Alto Minho, que se caracterizaram pela organização e reestruturação da empresa em termos funcionais, tendo como compromisso a implementação das melhores práticas do sector, no que diz respeito à gestão dos sistemas de água e saneamento e, empenhados em contribuir de forma relevante para a promoção de um futuro sustentável, aliando o crescimento económico com a responsabilidade ambiental, a justiça social e a qualidade de vida das populações do Alto Minho.

Apesar destes constrangimentos, a AdAM desenvolveu, em 2022, a sua atividade orientada para o cumprimento dos objetivos fixados pelos acionistas, estabelecidos para o mandato 2019/2021.



Carlos Machado






B

O NEGÓCIO



Fraqueto



B – O Negócio

I. Orientações estratégicas

A AdAM – Águas do Alto Minho, S.A., tem como missão a gestão e exploração em regime de parceria pública dos serviços de água e saneamento relativos ao Sistema de Águas do Alto Minho.

Os valores fundamentais da sociedade, assentam na sustentabilidade dos recursos naturais, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

Os objetivos da sociedade são determinados pelas políticas públicas para o setor empresarial do Estado e, em particular, para o setor de atividade das empresas do Grupo.

As orientações estratégicas são definidas, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, e através de orientações específicas emanadas em despachos ministeriais e por deliberações dos acionistas, as quais devem ser vertidas nos planos estratégicos das empresas.

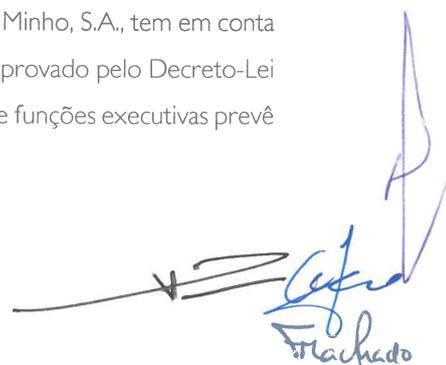
Assim, de acordo com o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações para a elaboração dos planos de atividades e orçamento para cada ano de atividade, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos do artigo 29.º do referido regime.

Conforme também resulta do referido Regime, compete ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, enquanto tutela setorial, designadamente:

- a) Definir e comunicar a política setorial a prosseguir;
- b) Emitir as orientações específicas de cariz setorial aplicáveis a cada empresa;
- c) Definir os objetivos a alcançar pelas empresas públicas no exercício da atividade operacional;
- d) Definir o serviço público a prestar pelas empresas e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

Missão, Deveres e Responsabilidades da Administração

O exercício das funções do Conselho de Administração da AdAM – Águas do Alto Minho, S.A., tem em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação, que relativamente ao exercício de funções executivas prevê as seguintes obrigações:



Assinado

- a) Cumprir os objetivos da empresa definidos em assembleia geral ou, quando existam, em contratos de gestão;
- b) Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
- c) Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;
- d) Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- e) Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
- f) Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- g) Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

Os membros do Conselho de Administração devem, ainda, promover a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento da empresa e, conseqüentemente, do setor e do Grupo.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da Águas do Alto Minho, S.A., estão sujeitos às normas de ética aceites no setor de atividade e ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, designadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e pelos agentes do mercado.

Orientações Estratégicas Gerais

O Conselho de Administração deverá assegurar que a AdAM – Águas do Alto Minho, S.A., sem prejuízo da sua autonomia de gestão:

- a) Cumpra a sua missão e exerça a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente da eficiência, qualidade e segurança do serviço prestado;
- b) Seja socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- c) Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;



Franco

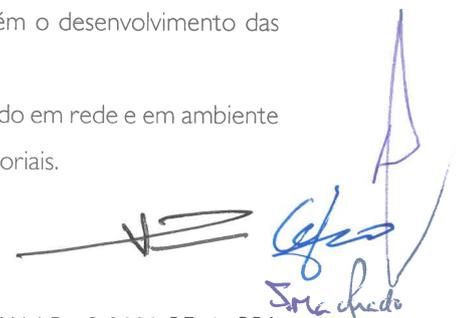


- d) Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- e) Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
- f) Conceba e implemente políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento de produtividade e satisfação das trabalhadoras e dos trabalhadores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a dimensão e especificidade das diversas atividades desenvolvidas;
- g) Implemente planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- h) Implemente políticas de inovação científica e tecnológica, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens do mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- i) Implemente e mantenha sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

Orientações Estratégicas Específicas

O Conselho de Administração deverá, ainda, assegurar que a AdAM - Águas do Alto Minho, S.A., em linha com a política para o setor, implemente uma agenda de medidas orientadas para a consolidação e o recenrar da sua atuação, designadamente em:

- 1. Aprofundar a colaboração com os Municípios das áreas onde atua, através nomeadamente da:
 - 1.1. Identificação de alternativas de colaboração que permitam colocar as competências empresariais públicas ao serviço dos parceiros municipais;
 - 1.2. Adoção de medidas conducentes à participação dos parceiros municipais nas principais decisões, designadamente de investimento, alargamento ou diminuição do âmbito da atividade, revisão de tarifas e instrumentos de planeamento.
- 2. Promover o desenvolvimento regional, na linha da opção política para o setor da água, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente:
 - 2.1. Nas políticas de contratação de bens e serviços que promovam também o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
 - 2.2. Na constituição e, ou participação em centros de competência funcionando em rede e em ambiente de interação, descentralizado e colaborativo, ajustado às realidades territoriais.



Handwritten signature in blue ink, likely belonging to a member of the Board of Directors.

3. Assegurar elevada eficiência, a partir do reforço da natureza empresarial e incentivo aos seus quadros, alinhando-o com os desafios do setor, designadamente:
 - 3.1. Sistematização e otimização das rotinas operacionais, contribuindo para melhorar a afetação de recursos, através da elaboração ou revisão de planos de operação numa base comparável e consistente;
 - 3.2. Otimização do sistema de contabilidade de gestão e de indicadores de desempenho de atividades e entidades comparáveis, refletindo também a imputação decorrente dos planos de operação;
 - 3.3. Realização e participação em exercícios de avaliação e comparação de desempenho;
 - 3.4. Realização e implementação de plano de gestão de energia com certificação pela norma NP EN ISO 50001.
4. Assegurar uma efetiva e participada gestão de mudança, atentos os antecedentes e os desafios de mudança em presença, designadamente de natureza estrutural e cultural.
5. Assegurar a gestão das infraestruturas, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos desafios das alterações climáticas e segurança, através designadamente:
 - 5.1. Definição da política de gestão de infraestruturas.
 - 5.2. Integração, nas principais decisões de gestão organizacional, das funções de conceção, construção e manutenção.
 - 5.3. Consolidação do conhecimento das infraestruturas.
 - 5.4. Consolidação dos sistemas de informação e avaliação.
 - 5.5. Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas.
 - 5.6. Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
6. Assegurar um efetivo envolvimento da empresa na implementação de medidas de proteção ambiental multissetoriais.
7. Capitalizar as competências e capacidades disponíveis para a implementação de projetos nacionais.

2. O Enquadramento

A Envolvente

Contexto macroeconómico I

A luta global contra a inflação, a guerra da Rússia na Ucrânia e o ressurgimento do COVID-19 na China pesou sobre a atividade económica global em 2022, e os dois primeiros fatores continuarão a fazê-lo em 2023.

¹ Fontes: FMI World Economic Outlook, European Commission Economic Outlook, Boletim Económico do Banco Portugal, Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu, Eurostat e INE.



Filipe



Global

O crescimento global para o ano 2022 estima-se em 3,4% e é esperado um crescimento de 2,9% para 2023 (3,1% para 2024). A previsão de baixo crescimento em 2023 reflete o aumento das taxas dos bancos centrais para combater a inflação, especialmente nas economias avançadas, bem como a guerra na Ucrânia. A queda no crescimento em 2023 é impulsionada por economias avançadas. Espera-se que o crescimento recupere na China com a plena reabertura em 2023. A recuperação esperada em 2024 reflete a gradual recuperação dos efeitos da guerra na Ucrânia e a redução da inflação.

Em 2023, os preços do petróleo deverão cair cerca de 16%, enquanto os preços de matérias não-combustíveis deverão cair em média, 6,3%.

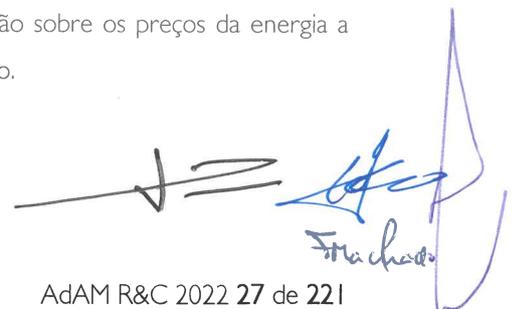
As taxas de juro serão revistas em alta, refletindo a política de redução da taxa de inflação.

Zona do Euro

O crescimento real do PIB na UE surpreendeu positivamente no primeiro semestre de 2022, com os consumidores retomando vigorosamente os gastos, principalmente em serviços, após o relaxamento das medidas de contenção da COVID-19. A expansão continuou no terceiro trimestre, embora a um ritmo consideravelmente mais fraco. A incerteza elevada, altas pressões sobre os preços da energia, erosão do poder de compra das famílias, um ambiente externo mais fraco e condições de financiamento mais restritivas devem levar a UE, a área do euro e a maioria dos Estados-Membros à recessão no último trimestre do ano. O PIB em 2022 deverá crescer em 3,3% na UE (3,2% na área do euro).

Depois de cair para 4,6% do PIB em 2021 (5,1% na zona euro), o défice da UE deverá descer ainda mais para 3,4% do PIB este ano (3,5% na zona euro). Em 2023, porém, o défice público agregado deverá voltar a aumentar ligeiramente (para 3,6% na UE e 3,7% na zona euro), à medida que a atividade económica enfraquece, as despesas com juros aumentam e os governos alargam ou introduzem novas medidas discricionárias para mitigar o impacto dos preços elevados da energia. Como resultado, o déficit é projetado em 3,2% do PIB na UE e 3,3% na área do euro em 2024. No horizonte de previsão, projeta-se uma nova redução do rácio dívida/PIB na UE, de 89,4% do PIB em 2021 para 84,1% do PIB em 2024 (e de 97,1% para 91,4% na área do euro).

Espera-se que o aumento das pressões de preços tenham movido o pico da inflação para o final do ano e elevado a projeção da taxa de inflação anual para 9,3% na UE e 8,5% na área do euro. Adicionalmente, espera-se que a inflação diminua em 2023, mas permaneça alta em 7,0% na UE e 6,1% na área do euro, antes de moderar em 2024 para 3,0% e 2,6%, respetivamente. As revisões refletem principalmente preços grossistas de gás e eletricidade significativamente mais elevados, que exercem pressão sobre os preços da energia a retalho, bem como sobre a maioria dos bens e serviços na cesta de consumo.



AdAM R&C 2022 27 de 221

O mercado de trabalho continuou a apresentar um forte desempenho, com emprego e participação no nível mais alto e desemprego no nível mais baixo em décadas. A forte expansão económica atraiu um adicional líquido de dois milhões de pessoas para o emprego no primeiro semestre de 2022, elevando o número de pessoas empregadas na UE para um recorde histórico de 213,4 milhões. A taxa de desemprego manteve-se no mínimo histórico de 6,0% em setembro. Espera-se que os mercados de trabalho reajam com desfasamento face ao abrandamento da atividade económica, mas que se mantenham resilientes. O crescimento do emprego na UE está previsto em 1,8% em 2022, antes de estagnar em 2023 e subir moderadamente para 0,4% em 2024. As taxas de desemprego na UE são projetadas em 6,2% em 2022, 6,5% em 2023 e 6,4% em 2024.

Após vários anos de taxas de juro de referência em zero ou negativas, desde meados de 2022 o Conselho do BCE, de modo a controlar a inflação, tem vindo a aumentar as três taxas de juro diretoras do BCE. Em comunicado de inícios de 2023, as taxas foram novamente aumentadas em 50 pontos base. Por conseguinte, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento e as taxas de juro aplicáveis à facilidade permanente de cedência de liquidez e à facilidade permanente de depósito serão aumentadas para, respetivamente, 3,00%, 3,25% e 2,50%, com efeitos a partir de 8 de fevereiro de 2023.

Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2022 são os seguintes:

	Estimativa 2022	Ano 2021
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	6,8%	5,5%
Taxa crescimento Consumo Privado	5,9%	4,7%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	8,1%	0,9%
Taxa de desemprego	5,9%	6,6%
Euribor a 6 meses (fim do ano)	2,693%	(0,546%)
Taxa de juro OT 10 Anos (média do ano)	2,17%	0,30%

Neste enquadramento, projeta-se um crescimento do PIB de 6,8% em 2022, seguida de um crescimento de apenas 1,5% em 2023, seguido de um ritmo de expansão mais moderado em 2024 e 2025, 2% e 1,9%, respetivamente. O crescimento será contido no primeiro semestre de 2023, projetando-se uma moderação das despesas das famílias, algum adiamento dos planos de investimento das empresas e um abrandamento das exportações. Estes desenvolvimentos ocorrem num quadro de incerteza global acentuada, manutenção de preços de energia elevados, erosão do poder de compra, aperto das condições financeiras e enfraquecimento da procura externa. Os fatores que têm suportado o consumo privado deverão perder importância. Não só se estima que a margem de ajustamento resultante da riqueza acumulada durante a pandemia se reduza, como se projeta que o aumento da perceção do risco de alteração das condições do mercado de trabalho, ainda que sem materialização na presente projeção, condicione as decisões de consumo. A partir da segunda metade de 2023, a atividade acelera, refletindo a expectativa de atenuação das tensões nos mercados energéticos, a

recuperação gradual do rendimento real das famílias, a melhoria da procura externa e a normalização das cadeias de abastecimento globais. Uma maior absorção dos fundos europeus suporta também a atividade neste período.

A inflação aumenta em 2022 para 8,1%, fixando-se em 5,8% e 3,3% nos dois anos seguintes. A inflação elevada tem impacto negativo sobre a atividade e o rendimento, sobretudo para as famílias de menores recursos. A subida acentuada da inflação na área do euro e a sua persistência levaram o Conselho do Banco Central Europeu (BCE) a iniciar um processo de normalização da política monetária. Os aumentos das taxas de juro de política têm-se repercutido no custo de financiamento das empresas e famílias, o que contribui para conter as pressões inflacionistas. A diminuição da inflação é essencial para a recuperação do poder de compra das famílias e para suportar uma retoma da atividade em contexto de menor incerteza.

Em 2022, o défice orçamental diminuiu e situa-se abaixo da média da área do euro. A dívida pública em percentagem do PIB, embora elevada, manteve uma trajetória descendente. Projeta-se que esta evolução favorável prossiga nos próximos anos, devendo este rácio atingir valores inferiores a 100%.

3. O Setor

O setor a nível mundial²

Em termos globais, a água é um bem escasso e a tendência é este facto agravar-se nas próximas décadas. Tal resulta não só do continuado aumento da população mundial, com particular destaque para as economias emergentes, como também da progressiva diminuição das disponibilidades hídricas associada aos efeitos das alterações climáticas.

Simultaneamente, e para além da necessidade básica de acesso a água potável, a água é essencial para o desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente para a produção de energia e alimentos, e também para a conservação de ecossistemas saudáveis.

Por estes motivos, a água está no centro do desenvolvimento sustentável, encontrando-se subjacente a vários dos Objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento, e sendo objeto do **Objetivo 6**, que defende o acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento.

² Fonte: <http://www.worldbank.org> ; <http://oecdoobserver.org>; <https://iwa-network.org/>; <https://unic.org/pt/>

No caso particular dos serviços de abastecimento e saneamento, ao balanço entre a oferta e a procura, acresce ainda a necessidade de assegurar resiliência nos sistemas, de forma que se consiga resistir a eventos climáticos cada vez mais comuns e extremos, bem como a outros eventos de origem não climática.

Ao longo das últimas duas décadas, sobretudo nos países mais desenvolvidos, tem-se também vindo a assistir a novas tendências na gestão da água, impulsionadas pelos avanços tecnológicos, que contribuem para responder aos desafios atrás referidos. Com efeito, estão hoje na agenda: o recurso a novos tipos de origens de água, como a dessalinização ou a água residual tratada; a operação dos sistemas com recursos a fontes de energia renovável, de forma a mitigar as emissões de gases com efeito estufa e, consequentemente, a desacelerar as alterações climáticas; o incentivo à Inovação e Desenvolvimento para uma melhor gestão dos sistemas de águas; e a materialização do paradigma da Economia Circular, mantendo os recursos em circulação o maior tempo possível, e valorizando os subprodutos ao invés de estes serem considerados resíduos.

Não obstante todos estes avanços, neste novo milénio estamos ainda perante alguns factos a que não podemos ficar indiferentes:

- três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável;
- mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de "stress" hídrico;
- que cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano.
- um quarto da população nos países considerados pobres tem acesso a serviços de saneamento adequados.

e, do ponto de vista empresarial, em zonas mais desenvolvidas constata-se que:

- apesar de existir acessibilidade, existem ainda serviços de gestão de água caracterizados por fraca performance do ponto de vista de eficiência e resiliência;
- subsiste uma capacidade de financiamento das operações desadequada, resultando em e baixos níveis de investimento; e
- as empresas do setor da água não cobrem os seus custos de operação, sendo escassas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida.

Todos estes desafios são acompanhados e por vezes exponenciados pelas incertezas das políticas económicas adotadas nas várias geografias do mundo e pelo surgimento de crises internacionais, de que a guerra na Ucrânia é um exemplo.

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico, que o *World Bank Water Global Practise*, através do novo Plano Estratégico lançado em 2019 e na prossecução da meta do ODS6, baseada na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por: i) a transformação de acordos políticos em regras vinculativas; ii) o garante da distribuição dos serviços de água e saneamento de forma equitativa; iii) o exercício de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos pelo empregadores e pelos trabalhadores); e iv) o estabelecimento de instrumentos de soft-law (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONGs) a

promover a participação ativa do público nestas matérias – já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

Crise Geopolítica e Energética³

Em resposta às dificuldades e às perturbações do mercado mundial da energia suscitadas pela Crise Geopolítica resultante da invasão da Ucrânia pela Rússia, a Comissão Europeia aprovou por comunicação da Comissão Europeia o Plano *REPowerEU* Europeia a 18 de maio de 2022.

O plano estabelece uma série de medidas para reduzir com celeridade a dependência dos combustíveis fósseis russos e avançar rapidamente com a transição ecológica, aumentando simultaneamente a resiliência do sistema energético à escala da EU. Em paralelo o Plano visa: a poupança energética; a produção de energia limpa e a diversificação do nosso aprovisionamento energético, assentando em medidas financeiras e jurídicas que permitirão criar a nova infraestrutura e o novo sistema energético de que a Europa necessita.

No contexto deste Plano foram estabelecidas várias medidas de diversificação, poupança e aceleração das metas de energia limpa, entre as quais novos planos nacionais no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência para apoiar investimentos e reformas no valor de 300 mil milhões de euros e o estímulo à descarbonização industrial dado por projetos antecipados no valor de 3 mil milhões de euros no âmbito do Fundo de Inovação (conforme RCM n.º 136/2022)

Em resposta à crise geopolítica foi publicado a 27 setembro de 2022 o Plano de Poupança de Energia 2022-2023 em Diário da República. O documento, elaborado pela ADENE a pedido do Governo, contém medidas de redução para as áreas da energia, eficiência hídrica e mobilidade, e abrange os setores da Administração Pública, central e local, privados como indústria, comércio e serviços, e também os cidadãos. Saliente-se que as medidas obrigatórias se destinam apenas à Administração Pública Central. À Administração Local, empresas e cidadãos são feitas recomendações de poupança energética.

Entre as medidas previstas no Plano destacam-se as seguintes: Reduzir o consumo de energia relacionado com iluminação interior e exterior; Reduzir o consumo energético na climatização de espaços; Promover práticas de gestão dos recursos humanos que permitam a redução dos consumos energéticos (teletrabalho); Promoção local de eletricidade a partir de fontes de energia renovável; Capacitar os técnicos da administração pública para a implementação, dinamização e monitorização de medidas para a eficiência de recursos.

³Fonte: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repower-eu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe_pt

O Plano de Poupança de Energia 2022-2023 surge como resposta à crise geopolítica que se faz sentir atualmente na Europa, com graves consequências para o setor da energia, sendo um dos instrumentos que responde ao repto da União Europeia com vista à redução voluntária de 15 % do consumo energético. No caso de Portugal, existem derrogações que permitem reduzir a percentagem de redução obrigatória para 7 %.

O abastecimento e o saneamento em Portugal⁴

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

O setor das águas é de capital intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. Com efeito, o elevado investimento necessário numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno, através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. É, portanto, um facto que a redução dos períodos de retorno dos investimentos implicaria o aumento das receitas anuais, o que traria impactos significativos nas tarifas a praticar aos utilizadores finais.

Em Portugal, o grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

Tabela 3 - Evolução do setor de águas em Portugal

Panorama Nacional	
Abastecimento de Água	Saneamento de Águas Residuais
§ 9,8 milhões de habitantes servidos	§ 8,7 milhões de habitantes servidos com drenagem
§ 97% de alojamentos servidos	§ 86% de alojamentos servidos
§ 184 litros: consumo médio diário de água por habitante	§ 8,7 milhões de habitante servidos com tratamento
§ Tarifa média ponderada: 0,5581 €/m ³	§ 86% de alojamentos servidos com tratamento
§ Indicador água Segura em Portugal Continental (alta): 99,59%	§ 1,8 milhões de m ³ de águas residuais tratadas diariamente
	§ Tarifa média ponderada: 0,5351 €/m

Dados RASARP 2022 - ERSAR

Com a proximidade do término do Plano PENSAAR 2020, em 2020, foi criado um grupo de trabalho para proceder à elaboração de um novo plano estratégico, para o período de 2021-2030, que inclui no seu âmbito para além do abastecimento de água e a gestão de águas residuais a gestão de águas pluviais - Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

⁴ Fonte <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série



Foi apresentada a proposta de despacho que aprova o PENSAARP-2030 que esteve em consulta pública até maio de 2022. O seu fim último é o de atingir serviços de águas de excelência para todos e com contas certas, passando pela concretização de quatro objetivos estratégicos globais.

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais.

▪ O Grupo AdP em 2022

O Grupo AdP constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

O Grupo AdP trabalha em estreita colaboração com os Municípios, não só nas vertentes de clientes e, em alguns casos, co-acionistas, como também na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu know-how, no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento e saneamento às populações.

A gestão da energia constituiu uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, no quadro da promoção da sustentabilidade ambiental e económica das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

Neste âmbito, destaca-se o Programa ZERO com o qual o Grupo AdP visa reduzir os consumos energéticos e aumentar fortemente a produção própria de energia 100% renovável, tendo por objetivo atingir a neutralidade energética em 2030. A efetiva concretização deste programa, deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.”

No âmbito da implementação das medidas e ações estabelecidas no Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) do Grupo AdP, tem-se efetivado a redução da potência contratada mínima nas infraestruturas das empresas participadas, resultando numa redução significativa na fatura da energia elétrica consumida.

Em março, o Grupo em parceria com a APA - Agência Portuguesa do Ambiente desenvolveu uma campanha nacional “Campanha Poupe água hoje para ter amanhã”. Esta campanha, de âmbito nacional, pretendeu sensibilizar para a importância de pouparmos e reutilizarmos muito mais água num contexto geral de alterações climáticas, e, sobretudo, no contexto específico da seca de 2022, a terceira mais gravosa desde 1921. As medidas de adaptação à seca e à escassez já implementadas no passado, bem como o acionamento de planos



AdAM R&C 2022 33 de 221

de contingência, permitiram às empresas do grupo AdP superar os efeitos da seca de 2022 sem se ter verificado falhas a nível do abastecimento, não obstante o grande esforço que tal acarretou.

Tendo em vista o cumprimento das metas fixadas nos diversos instrumentos nacionais aprovados no plano do combate às alterações climáticas e da descarbonização, a 28/12/2022 foi aprovada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 26 de março que autoriza o Fundo Ambiental a efetuar transferências para as empresas do Grupo Águas de Portugal no âmbito do apoio para a implementação da Frota Verde

Em junho, o Grupo AdP atribuiu os 'Prémios Verdes' uma iniciativa do Grupo Águas de Portugal e da revista VISÃO, com o Alto Patrocínio da Presidência da República. Os 'Prémios Verdes' destinam-se a premiar as pessoas, empresas e organizações que, em Portugal, implementam ações e medidas com boas práticas na área do ambiente, perante a atual conjuntura de emergência climática.

Em novembro, o Grupo AdP coorganizou a Semana da Responsabilidade Social. A Semana da Responsabilidade Social foi uma iniciativa organizada anualmente pela APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial, com apoio do Global Compact Network Portugal. A edição de 2022, que decorreu entre 22 e 25 de novembro no edifício da Águas de Portugal, teve como tema central "Engenho Humano & Energia", fundamentado na capacidade inventiva humana nas diferentes áreas da Sustentabilidade, no desenvolvimento tecnológico e no progresso das energias renováveis, com uma aposta crescente no autoconsumo e na cogeração. José Furtado, Presidente da Águas de Portugal, apresentou as ambições do Compromisso com a Sustentabilidade através das quais o Grupo procura concretizar o seu propósito de "Fazer a diferença na vida das pessoas".

O Grupo AdP é subscritor do compromisso "*Business Ambition for 1.5°C*" da *United Nations Global Compact*, que visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e contribuir para a sustentabilidade do planeta, iniciativa que reforça o seu empenho na transição para uma economia de baixo carbono.

Em novembro, o Grupo AdP apresentou a sua Agenda de Inovação, dando cumprimento à estratégia de inovação 360° e, simultaneamente, constituiu o fundo de inovação do Grupo AdP com o VALOR de 1 M€ com vista a financiar, através de um processo competitivo, projetos de inovação no Grupo AdP. Na agenda de Inovação, encontra-se identificadas as áreas estratégicas de inovação: Neutralidade Energética e Carbónica, Eficiência e resiliência de operações e sistemas, Economia Circular, digitalização, simbiose com a comunidade e conhecimento.

A estratégia de inovação 360° assenta num princípio basilar de coordenação e cooperação entre empresas do Grupo, nomeadamente os centros de competências dispersos no território, tendo a AdP VALOR promovido diversas iniciativas de projetos de inovação agregadores de centros de competências do Grupo AdP, mas também de entidades externas ao Grupo, quer do setor da água, quer de setores afins. A inovação assume um papel agregador em que o elemento comum é a água.



AdAM R&C 2022 34 de 221

Ao nível da digitalização, o Grupo AdP promoveu diversas iniciativas, nomeadamente no âmbito da digitalização das operações – componentes de automação e telegestão, através do Grupo de Trabalho que elaborou diagnóstico do grau de digitalização das diversas operações dispersas pelo território e o plano de ação para se atingir uma transição em linha com as exigências da qualidade de serviço. Adicionalmente, a AdP VALOR tem focado a sua atenção na gestão de dados e na extração de informação de valor acrescentado que suporte decisões táticas e estratégicas.

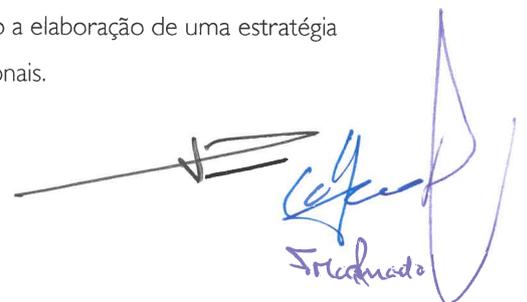
Na dimensão da economia circular, destaca-se o início de desenvolvimento da estratégia de circularidade do Grupo AdP, que se pretende vir a congregar as várias dimensões da economia circular em que o Grupo está envolvido e deseja expandir a sua área de atuação. Salienta-se nesta dimensão a estratégia de Água para Reutilização, o plano de ação para a integração de materiais reciclados em novas obras do Grupo AdP, as ações ao nível da valorização de biogás e as ações ao nível dos ecoreagentes.

No plano internacional, em 2022 deu-se continuidade a diversos trabalhos de parceria e cooperação, designadamente com o Banco Mundial, tendo-se protocolado em novembro de 2022 o alargamento das atividades de parceria entre o Grupo AdP e aquela instituição.

Ainda, em 2022, se dinamizaram um conjunto de projetos, de que se destaca o apoio à SEDAPAL - Servicio de Agua Potable y Alcantarillado de Lima no Perú tendo o trabalho sido focado no desenvolvimento de termos de referência nas áreas de gestão de ativos, eficiência hídrica / energética e resiliência e economia circular. Em adição, no âmbito do suporte à OTASS - Organismo Técnico de la Administración de los Servicios de Saneamiento (Perú), procedeu-se à revisão de termos de referência que têm como objetivo a otimização de subsídios cruzados, metodologia e estimativa de funções de custo e desenho e implementação de um sistema para calcular tarifas para serviços de saneamento no Peru.

Há ainda a destacar o início dos seguintes projetos:

- Assistência Técnica ao Departamento de Obras Públicas - PWD - Eficiência Operacional Dos Sistemas de Água de Goa, a equipa multidisciplinar liderada pela AdP Internacional, realizou o levantamento, diagnóstico da situação atual e a análise das lacunas e prioridades identificadas para melhorar procedimentos da operação das ETA's de Salaulim e da OPA em Goa.
- No Líbano, através de um contrato de consultoria com a DAI (EUA), a AdP Internacional prestou apoio a 4 empresas regionais de água e saneamento no sentido de definir e apoiar a implementação de estratégias operacionais capazes de as tornar mais resilientes face aos desafios que o país atualmente atravessa. Em concreto, salienta-se a realização de diagnósticos operacionais nas vertentes técnicas mais críticas (produção/distribuição e financeira) bem como a elaboração de uma estratégia de emergência de médio prazo para cada uma das 4 empresas regionais.



- Em Cabo Verde, a AdP Internacional integrou um consórcio liderado pela empresa AqualSilico, uma start-up portuguesa criada no seio das equipas de investigação da Universidade NOVA School of Science and Technology, que desenvolveram a tecnologia inovadora que está na base das soluções sustentáveis desenhadas pelas ferramentas digitais para a recuperação de nutrientes nos efluentes tratados em estações de tratamento de águas residuais que reciclam a água tratada

A energia no Grupo AdP

○ Preço da energia elétrica em Portugal

O ano de 2022 foi marcado por uma grande volatilidade nos mercados elétricos, fortemente influenciada pela guerra na Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022, tal como pode ser confirmado pela observação da figura seguinte.

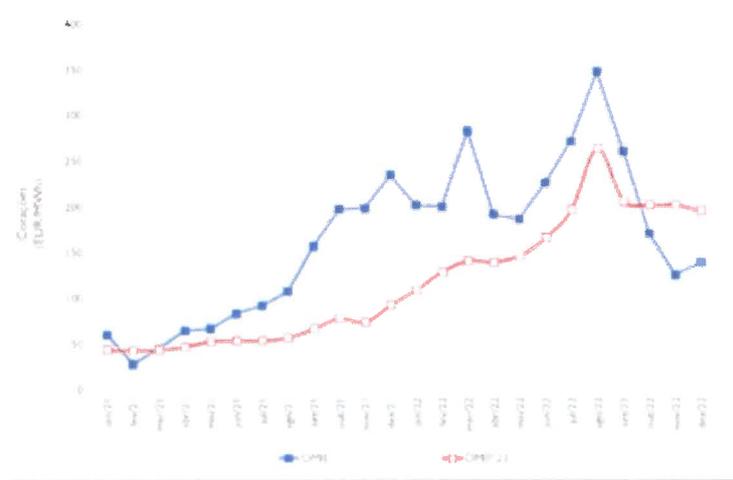


Figura 6 - Evolução do preço de energia nos mercados ibéricos

A cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico⁵ (OMIE) foi de 217,90 €/MWh em 2022 (tendo sido de 111,81 €/MWh em 2021). Já a cotação média em 2022 do futuro de energia ibérico para fornecimento em 2023 foi de 176,28 €/MWh, aumentando +196% face ao ano passado. As cotações nos mercados atingiram valores máximos históricos.

Devido à instabilidade dos mercados de energia e com o objetivo de controlar a subida dos preços para produção de energia, os governos português e espanhol criaram um mecanismo excecional e temporário de ajuste dos custos de produção de energia elétrica com reflexo na formação do preço de mercado da eletricidade no referencial grossista do Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL). Este mecanismo fixa o preço de referência do gás natural e em Portugal foi publicado no Decreto-Lei n.º 33/2022 de 14 de maio.

⁵ A partir de 15/junho de 2022 ao valor do OMIE foi somado o valor do mecanismo de ajuste do gás natural publicado pela REN.



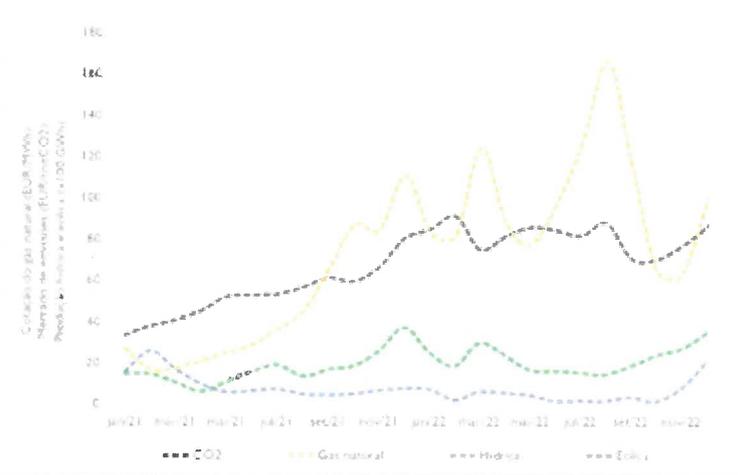


Figura 7 - Cotação de gás natural e cotação média de CO2

Analisando as componentes que influenciam o preço da energia, destaca-se o aumento do preço médio do gás natural (+110%) acompanhado de uma grande volatilidade, atingindo um valor máximo de 240,00 €/MWh. Também a cotação média do CO2 aumentou face ao ano anterior (+51,5%), voltando a atingir valores máximos históricos 97,77 EUR/Ton CO2. A produção eólica em 2022 foi superior face ao ano anterior (+29%), já a produção hídrica foi significativamente inferior (-45%), resultado de um ano em que o país atravessou um período de seca extrema (figura anterior).

Este aumento da cotação da eletricidade no mercado ibérico foi acompanhado nos mercados diários europeus, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Variação da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	Cotação	Cotação média	
	média em 2022 €/MWh	em 2021 €/MWh	2022/ 2021
Portugal	217,90	111,81	94,9%
Alemanha	235,46	96,85	143,1%
França	275,89	109,00	153,1%

A variação dos preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2023, teve um ritmo semelhante, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Variação da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	Cotação	Cotação média	
	média em 2022 €/MWh	em 2021 €/MWh	2022/ 2021
Portugal	176,28	59,46	196,5%
Alemanha	298,65	70,86	321,5%
França	368,00	69,49	429,6%

No ano de 2022, o consumo nacional foi de 50.363 GWh, superior em +1,8% face ao registado em 2021.

O consumo foi satisfeito em 50% com produção de origem renovável, ligeiramente inferior aos 59,7% verificados em 2021. Comparativamente ao ano anterior, a produção hídrica foi de -45,2% - e o índice de produtividade hidroelétrica foi de 0,63 (-32,2% face a 2021) - e a produção de energia eólica foi de +0,4%.

A produção térmica, entre 2022 e 2021, apresentou um acréscimo de +13,1% no gás natural e um decréscimo de -29,4% na cogeração. Recorda-se que em 2022 todas as centrais a carvão existentes em Portugal interromperam, espera-se que definitivamente, a produção de energia elétrica.

O saldo com o exterior foi importador em 18,4% do consumo, muito superior ao verificado em 2021 (+94,7%). Em termos meteorológicos, a temperatura média de 2022 foi de 16,6° C, superior em 1,4° C relativamente ao valor normal do período 1971-2000.

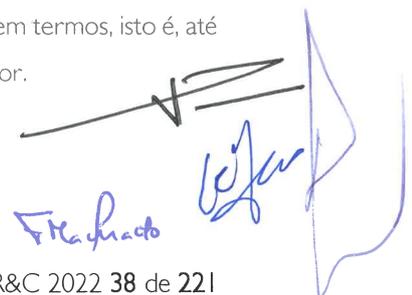
No preço da eletricidade para os consumidores (no caso das empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante as Tarifas de Acesso a Redes (TAR), fixadas pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes a cargo dos respetivos operadores, são incluídos os Custos de Interesse Económico Geral (CIEG), nomeadamente, a recuperação do défice tarifário e as convergências tarifárias regionais.

O ano de 2022 foi um ano ímpar no que diz respeito às TAR, tendo ocorrido uma revisão das mesmas no 2.º semestre. No 1.º semestre de 2022, as TAR reduziram-se em todos os níveis de tensão face a 2021 (-94,0% em AT e MT, -65,6% em BTE e -52,2% em BTN). Já no 2.º semestre e tendo como referencial os valores de 2021, as TAR voltaram a reduzir-se com significado (-126,5% em AT, -113,0% em MT, -75,1% em BTE e -68,4% em BTN).

Em 2023 as TAR terão a redução mais acentuada verificada até ao momento: -636,5% em AT, -663,2% em MT, -228,4% em BTE e -419,8% em BTN, face ao preço médio de 2022. Esta diminuição das TAR, para todos os níveis de tensão, resulta de um decréscimo acentuado na tarifa de Uso Global do Sistema, suportado pela diminuição dos CIEG, os quais se traduzem em 2023 num benefício para o Sistema Elétrico Nacional.

O ano de 2022 ficou marcado pela instabilidade e complexidade dos mercados e, devido à necessidade de novos contratos de fornecimento de energia em todos os níveis de tensão, a estratégia adotada pelo Grupo consubstanciou-se em 2 eixos:

- em AT, MT e BTE lançamento de um concurso de 2 lotes, sem preço base, nos últimos meses do ano e por um período curto (6 meses), reduzindo a exposição neste período de grande incerteza nos preços de energia e de grande volatilidade dos mercados;
- em BTN, migração para o regime das tarifas transitórias ou reguladas, através da celebração de contratos com o comercializador de último recurso – SU ELETRICIDADE – sem termos, isto é, até que os mercados estejam estabilizados e voltem a ganhar a atratividade anterior.



Handwritten signature and stamp in blue ink, including the name 'F. Magalhães' and a large stylized mark.

Assim, em resultado das fortes alterações do custo da energia de mercado (o qual aumentou em todos os níveis de tensão, apesar de com menor expressão em BTN), contrabalançando com a redução das TAR em 2023, prevê-se que a fatura elétrica do Grupo aumente mais de 100 milhões de euros face a 2022. De recordar que o preço de energia em AT, MT e BTE no ano de 2022 (também em 2021) representou um preço extraordinário, resultado da forte descida das cotações dos mercados elétricos ocorrida em março de 2020, altura em que o procedimento contratual foi desenvolvido.

O consumo de energia elétrica no Grupo AdP

Sendo o consumo de energia elétrica indissociável da atividade das empresas do Grupo Águas de Portugal, representa uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de abastecimento de água e/ ou de saneamento de águas residuais, com um peso muito significativo no FSE e com uma repercussão direta nas tarifas praticadas nos serviços de água e saneamento e/ou no equilíbrio económico e financeiro das concessões e parcerias constituídas.

O ano de 2022 foi caracterizado por uma pressão inflacionista, associado ao aumento do consumo em resultado da reabertura da economia após o ciclo pandémico do COVID, do qual resultou num acentuado crescimento dos preços das matérias-primas e da energia, situação potenciada pelo surgimento de uma guerra na Europa em resultado da invasão da Ucrânia pela Federação Russa, fatores que conduziram ao aparecimento de fortes constrangimentos nas cadeias de abastecimento de matérias-primas e da energia, entre outros.

No conjunto do ano de 2022, o preço médio do gás natural registou um aumento de +109,6%, comparando com o valor médio registado no ano anterior. Este aumento deve-se sobretudo às restrições, numa primeira fase, e posteriormente ao corte total, à importação de gás proveniente da Rússia, acompanhado de baixas reservas de gás natural na Europa que se registavam no final do inverno. Também as cotações do mercado de emissões sofreram um aumento significativo no segundo semestre.

A figura seguinte traduz a evolução do preço da energia nos mercados ibéricos OMIE e os preços dos contratos de fornecimento de energia celebrados pelo Grupo AdP em 2021 e 2022.

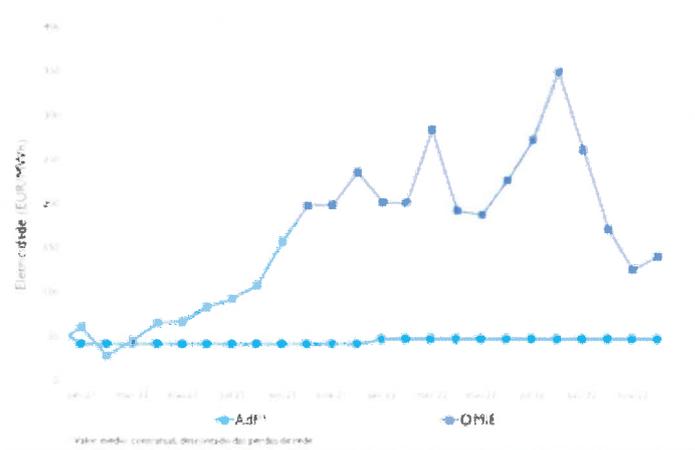


Figura 8 - Evolução do preço da energia nos mercados ibéricos OMIE

Em resultado, no ano de 2022 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 217,90 €/MWh (tendo sido 111,81 €/MWh em 2021).

Refira-se que, com base nos dados de consumo (em apuramento e estimados em 31 de janeiro 2023) os consumos elétricos do Grupo AdP aumentaram em 2022 (+0,8% do que em 2021) cifrando-se em 747,85 GWh.

Destes, 720,54 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), que corresponde a +0,7% do que em 2021 e 27,31 GWh a partir de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+3,9% do que em 2021). Este valor de 720,54 GWh resulta do fornecimento dos comercializadores de 726,01 GWh e do fornecimento de +0,14 GWh e uma redução de -5,62 GWh, em resultado da participação no projeto piloto de Reserva de Regulação desenvolvido pela REN.

Refira-se que nos dados apresentados não se encontram refletidos os consumos em regime de outsourcing, e que no Grupo AdP têm tratamento diferenciados em função dos contratos celebrados.

A figura seguinte apresenta o consumo da RESP do Grupo AdP em 2022 por nível de tensão: 22,8% em alta tensão (AT), 68,1% em média tensão (MT), 3,9% em baixa tensão especial (BTE) e 5,2% em baixa tensão normal (BTN).

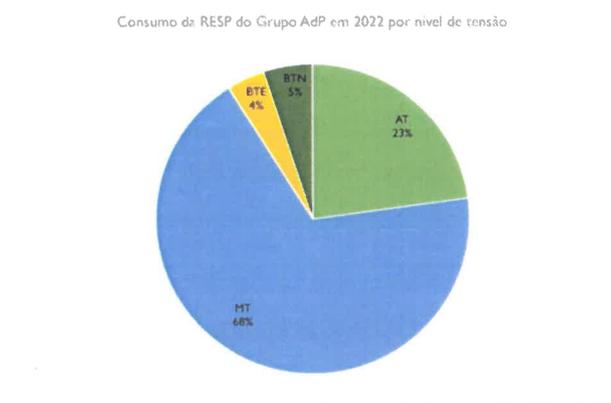


Figura 9 - Consumo da RESP do Grupo AdP

No ano de 2022 merece ainda destaque a produção própria de energia – 100% renovável –, seja para autoconsumo, seja para injeção na rede elétrica. Os dados de 2022 apontam para uma produção de 38,51 GWh/ano (+5,2% face a 2021). O autoconsumo foi de 27,31 GWh (+3,8% do que em 2021) e a energia vendida à RESP totalizou 11,20 GWh (+8,6% do que em 2021).

Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2022 foi de 709,34 GWh, que representa uma variação de +0,6% do que em 2021, em que o saldo foi de 705,43 GWh. A autossuficiência energética do Grupo AdP atingiu 5,1% do seu consumo total de energia (em 2021 foi de 4,9%).

Em termos de emissões de CO₂, a produção própria de energia possibilitou uma redução de 8.319 toneladas, o que representa uma diminuição de 359 toneladas evitadas face a 2021 (-4,1%). Importa referir que o fator de emissão de 2021 foi revisto de 0,218 kg CO₂/kWh para 0,237 kg CO₂/kWh, com base na metodologia habitualmente aplicada.

Em termos nacionais e relativamente a 2022, o Grupo AdP é um dos maiores consumidores de energia do país (representando 1,5% do consumo total de energia elétrica a partir da RESP), e o maior em termos de pontos de ligação à rede.

O Grupo AdP tinha, a 31 de dezembro de 2022, 6.679 pontos de ligação à RESP (9 em alta tensão, 1.041 em média tensão, 398 em baixa tensão especial e 5.231 em baixa tensão normal), o que representa um aumento de +2,5% face a 2021 (+166 pontos de ligação). Refira-se que dos pontos de ligação à rede, 6.470 registaram consumos durante o ano de 2022, representando 96,9% dos ativos (+1,1% que em 2021).

Em termos do segmento Estado, o Grupo AdP é o maior consumidor público nacional, quer em consumos de energia elétrica quer em pontos de ligação.

A fatura com a energia elétrica, com todos os encargos, (em apuramento e estimada a 31 de janeiro 2023) deverá atingir em 2022 cerca de 32 milhões de euros (-48,8% do que em 2021), que corresponde a cerca de -30,3 milhões euros face aos gastos registados no ano anterior, em resultado da forte descida das TAR.

Os encargos do Grupo AdP associados à fatura com a energia elétrica pelos níveis de tensão distribuem-se da seguinte forma: 16,2% em AT, 54,2% em MT, 6,3% em BTE e 23,3% em BTN.

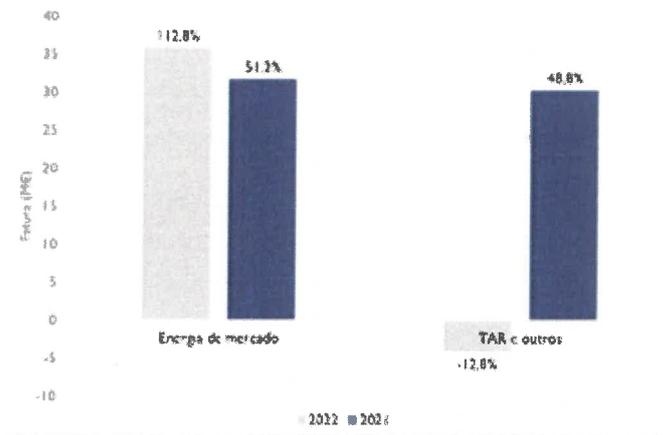


Figura 10 - Valores médios de aquisição de energia

Em termos de custo unitário de energia para as empresas do Grupo AdP (energia + TAR + impostos + outros), o valor médio global em 2022 foi cerca de 44,07 €/MWh (foi de 86,72 €/MWh em 2021). E os valores médios de aquisição de energia nos mercados foram de 49,32 e 44,36 €/MWh, para 2022 e 2021.

Para o ano de 2023 (o Grupo AdP tem contratada o fornecimento de energia até 30 de junho de 2023 para os abastecimentos em AT, MT, BTE, no regime liberalizado enquanto os abastecimentos em BTN foram migrados o regime regulado, com início a 1 de janeiro de 2023.

O valor médio deverá situar-se em torno dos 202,2 €/MWh (versus 57,38 €/MWh em 2022 e 86,60 €/MWh em 2021), representando um aumento face a 2022 de +252%, maioritariamente influenciado pela subida do preço da energia de mercado, ainda que contrabalançado pela descida acentuadas das TAR, estimando-se que venha a representar um aumento que representa um aumento do preço médio de energia elétrica do Grupo AdP entre 2023 e 2021 de +134%.

Os valores estimados para 2023 tiveram como base a atual estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP pelo que todas as alterações no perfil de carga/consumo terão efeitos, num ou noutro sentido no preço médio da energia por empresa e no Grupo.

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2022, os 131 veículos 100% elétricos (+3 que em 2021) e que integram a frota de serviço do Grupo AdP percorreram mais de 2,0 milhões de km, tendo evitado o consumo de mais de 172 mil litros de combustíveis de origem fóssil o que representa uma redução de 582 barris equivalentes de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de -57,5% (-84,75 tep), e o consumo elétrico foi de 291 MWh.

Em termos de emissões de CO₂, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -394 toneladas (-86,2%).

No ano de 2022 a frota automóvel do Grupo AdP (1.436 veículos) consumiu cerca de 2,92 milhões de litros de combustíveis (gasóleo e gasolina) o que representa uma variação de +4,4% face a 2021 – ano em que foram consumidos 2,80 milhões - e uma variação de +17,4% face a 2020, primeiro ano da pandemia Covid-19 (onde se consumiram 2,5 milhões de litros de combustível), o que representa em termos médios um consumo global de 8.01 l/dia (em 2021 o consumo médio diário foi de 7.676 l/dia, tendo sido de 6.803 l/dia em 2020).

O consumo de combustíveis em 2022 correspondeu a um gasto total da ordem de 3,9 milhões de euros (sem IVA incluído) que representa uma variação de +27,1% face a 2021 (3,0 milhões de euros, sem IVA incluído) e de +62,4% face a 2020 (2,4 milhões de euros, sem IVA incluído). Este aumento da fatura de combustíveis deve-se a dois fatores: aumento do número de quilómetros percorridos e ao aumento do preço médio dos combustíveis.

Refira-se que, de acordo com a ENSE – Entidade Nacional para o Sector Energético - entidade responsável pela constituição, gestão e manutenção das reservas estratégicas nacionais de petróleo e produtos petrolífero - e comparando os valores de dezembro de 2022 com os valores de dezembro de 2021, verificou-se um aumento do preço médio de venda ao público de 11,5 cents/l (+7,3%) para o gasóleo e uma redução de 4,5 cents/l (-2,6%) para a gasolina.

Já no Grupo AdP, o preço médio de aquisição de combustíveis aumentou face ao ano anterior: +35,4% no gasóleo e de +21,4% na gasolina.



AdAM R&C 2022 42 de 221

Em termos de distâncias, a frota automóvel do Grupo AdP percorreu em 2022 cerca de 38,3 milhões de km (o que representa cerca de 955 vezes o perímetro da Terra).

Apesar da relevância da frota elétrica do Grupo AdP em utilização, importa referir que a mesma será fortemente reforçada ao longo dos próximos anos, em linha com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 22 de dezembro, que determina um apoio do Fundo Ambiental, no montante global de 7,52 milhões de euros, ao processo de renovação e descarbonização da frota automóvel das empresas do Grupo AdP - processo integrado no Programa de Neutralidade Energética - com vista à implementação de uma Frota Verde, visando que a mesma seja integralmente constituída por veículos não poluentes, incluindo veículos de emissões nulas.

Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, que irá ocorrer ao longo dos próximos anos, o seu efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

A estratégia do Grupo AdP

O Grupo AdP – Águas de Portugal é o maior consumidor público de energia elétrica. Deste modo, percebe-se a significativa dimensão - económica, social e ambiental - que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade, sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial induzem ou podem induzir no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de CO2 nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e comunitárias - e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas,
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia,
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes



AdAM R&C 2022 43 de 221

renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados, e

- Constituição da Comunidade de Energia Renovável do Grupo AdP (CER), com vista a potenciar a energia 100% renovável produzida, em detrimento da sua venda à rede elétrica nacional.

Não pode deixar de ser tido em consideração numa estratégia os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris.

Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes para o país no âmbito de diferentes políticas públicas, as quais estão plasmados nos documentos seguintes:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), e
- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

E naturalmente, o Grupo AdP – enquanto grupo público da área do ambiente - está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da neutralidade energética e carbónica.

E sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entende-se a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível terá para as metas e objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, através da implementação de medidas/ações de eficiência energética, e do incremento na produção própria de energia registada nos últimos anos, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia renovável, o Grupo AdP não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados entre 2020 e 2022 (em torno dos 5%).

Desta forma, o Grupo AdP tem em curso o desenvolvimento do Programa ZERO, que assenta na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável, principalmente para autoconsumo, com o objetivo de atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e a autossustentabilidade energética.

O Programa prevê um mix integrado de produção, considerando sistemas baseados em solar fotovoltaica, eólica, hídrica (condutas de água e de águas residuais, entradas de reservatórios, barragens) e de cogeração com recurso ao biogás, com aproveitamento elétrico e térmico, promovendo a maximização do autoconsumo.

O facto de ser unanimemente aceite que, para o cumprimento das estratégias definidas no âmbito das políticas públicas referidas anteriormente, se devem concentrar na década 2021 a 2030 os maiores esforços de redução de emissões de GEE, levou a que o Grupo AdP o considerasse como o período crítico para o seu



Handwritten signature and stamp in blue ink.

desenvolvimento e, por conseguinte, alinhasse o seu modelo de negócio com a trajetória de neutralidade carbónica assumida por Portugal.

O Programa ZERO irá desenvolver-se em 2 períodos de investimento (até 2025 e até 2030), diferenciando-se do seguinte modo:

- Período 1 - Eficiência energética e instalações de produção de energia em infraestruturas com maior autoconsumo, e
- Período 2 - Outras instalações de produção de energia, tirando partido do potencial de recursos endógenos disponíveis no território.

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos.

Considerando o impacto do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP nas metas fixadas pelos diversos instrumentos nacionais aprovados no plano do combate às alterações climáticas e da descarbonização, os investimentos relativos ao Programa ZERO, foram autorizados pelo Despacho n.º 77/SEAENE/2022, de 9 de novembro, do Secretário de Estado Adjunto do Ambiente e da Energia.

Paralelamente ao desenvolvimento do Programa ZERO, o Grupo Águas de Portugal tem em curso o Programa NEUTRO, com vista à quantificação e redução das emissões de GEE do Grupo Águas de Portugal. Um dos objetivos deste Programa é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo AdP e das suas empresas.

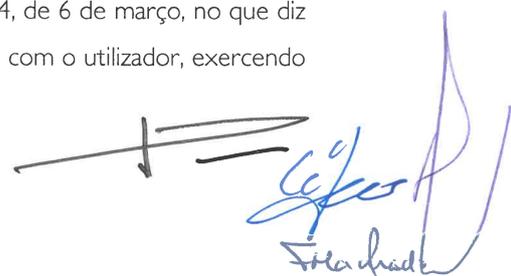
Após o desenvolvimento desta ferramenta, a concluir até ao final do 1.º trimestre de 2023, será implementado um conjunto de medidas, por empresa, com vista à redução das emissões ao longo dos próximos anos e em linha com o objetivo de redução que vier a ser acolhido no Grupo AdP.

4. A Regulação

Enquadramento regulatório

Em 2022, as entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestaram serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais, os quais podem incluir, para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais.

O setor onde estas entidades atuam é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo



ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

Para além da ERSAR, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente, no que diz respeito à regulação ambiental

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

No decorrer de 2022, as entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuaram de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias) e baixa (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

Regulação económica

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo do tarifário e à remuneração contratual.

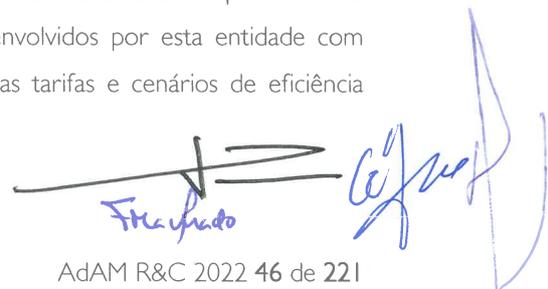
A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, trouxe alterações aos estatutos da ERSAR em matéria tarifária. Com efeito, o referido diploma, devolveu o poder de aprovação das tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicáveis, ao Concedente, no caso dos sistemas de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA) geridos por entidades de capital exclusiva ou maioritariamente públicos.

A intervenção da ERSAR para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), consiste na verificação da conformidade dos tarifários com as disposições contratuais e na conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Para 2022, nos SMM, a ERSAR definiu cenários de eficiência produtiva e aprovou o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais puderam registar nas respetivas contas do exercício.

No decorrer de 2022, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Adicionalmente, em 2022, o Grupo AdP manteve a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência



F. Machado

operacional e financeira. Destacam-se, a este propósito a participação na consulta ao setor relativa à proposta Recomendação Tarifária dos Serviços de Águas e a consulta pública relativa à proposta de Recomendação sobre águas para reutilização.

Realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária dos SMM, trabalho esse que se perspectiva que se conclua até 31 de dezembro de 2023, conforme estabelecido no Decreto-lei n.º 87-C/2022, de 29 de dezembro.

AdAM – atividade em “baixa”

A AdAM que é um sistema municipal, exerce, através de contrato de gestão, as atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais em “baixa”, celebrado no contexto de parcerias entre o Estado e as autarquias.

Esta parceria rege-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.ºs 90/2009, de 9 de abril, e n.º 194/2009, de 20 de agosto, nos contratos de parceria e de gestão outorgados, bem como na demais legislação e regulamentação.

A AdAM está sujeita a regulação da ERSAR, nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, e à supervisão da Comissão de Parceria – entidade criada ao abrigo do contrato de parceria outorgado, constituída por representantes do Estado e por representantes das autarquias, cuja missão é exercer os poderes de direção, fiscalização e supervisão dos municípios sobre o sistema municipal gerido neste regime.

As tarifas em “baixa”, nos termos do contrato de gestão, que compreendem uma componente fixa e uma componente variável, são estabelecidas a preços constantes e por períodos quinquenais. A atualização das tarifas é efetuada anualmente nos termos dos respetivos contratos. À Comissão de Parceria está atribuída a responsabilidade de aprovar estas tarifas e à ERSAR a responsabilidade pela emissão de parecer não vinculativo.

A AdAM é regulada por custos eficientes aceites, que incluem os gastos operacionais de exploração e manutenção do seu sistema, as amortizações do investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a adequada remuneração dos capitais próprios.

Durante 2022, as tarifas aplicadas na faturação pela AdAM, foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR e aprovadas pela Comissão de Parceria.

O contrato de parceria gera a mesma remuneração contratual que os contratos de concessão dos SMM.

O contrato da AdAM estabelece que têm direito ao registo e à recuperação dos DRG gerados, por via tarifária, calculados pela diferença entre o resultado líquido gerado e a remuneração contratual dos capitais próprios para o ano.

Em 31 de dezembro de 2022, estavam registados nas contas cerca de 12 milhões de euros de DRG de natureza deficitária, decorrente da atividade da AdAM.



Regulação da qualidade do serviço

A AdAM está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em fevereiro de 2022, o volume I do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2020, foi disponibilizado pela ERSAR.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet da Águas do Alto Minho, disponível em www.adam.pt/atividade/qualidade-da-agua

Regulação da qualidade da água para consumo humano

A AdAM que presta atividade de abastecimento público de água está incumbida, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, a AdAM deve elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e fiscalizar a respetiva implementação.

No cumprimento da legislação, a AdAM implementa o PCQA, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às entidades competentes.

Os resultados do controlo da qualidade da água realizado pela AdAM são também incluídos no RASARP.

O PCQA de 2022 da AdAM foi aprovado pela ERSAR no mês de dezembro de 2021. No âmbito deste PCQA, em 2022 foram efetuadas 9.585 análises, sendo que foram detetados 70 incumprimentos aos valores paramétricos, o que evidencia um bom desempenho da empresa, com uma percentagem de cumprimento de 99,27%, o que face a 2021, estes resultados refletem uma melhoria de desempenho, dada a redução de 33% das situações de incumprimentos

Em setembro de 2022, o volume 2 do RASARP com os resultados da qualidade da água para consumo humano, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2021, foi divulgado pela ERSAR.

Em 2022, a AdAM continuou a implementar as orientações emitidas pela ERSAR, no sentido de garantir a proteção da saúde pública, prevenir a disseminação da doença e proteger os/as trabalhadores/as envolvidos nas operações dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, assim como definir os procedimentos associados ao controlo da qualidade da água para consumo humano em cenário de pandemia provocada pelo SARS-CoV-2 (Covid-19).



F. Machado

Regulação da interface com o utilizador

A AdAM está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador.

Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de água são analisados pela ERSAR. Para esse efeito a AdAM dispõe de livro físico de reclamações. Adicionalmente é disponibilizado o livro de reclamações eletrónico no sítio da internet da AdAM.

Em 2022 a AdAM deu resposta a 2.859 reclamações, não existindo à data de 31 de dezembro nenhuma reclamação fora de prazo de resposta, com exceção de apenas uma, por erro no registo. Este valor corresponde a uma melhoria significativa face ao verificado nos últimos anos.

O Negócio

Introdução

A AdAM - Águas do Alto Minho, S.A., é uma sociedade anónima de capitais públicos criada no âmbito do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, que veio possibilitar um novo modelo de gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento, permitindo um modelo de gestão delegada assente numa parceria entre o Estado e as Autarquias Locais. Este novo modelo de gestão possibilita uma integração territorial dos sistemas municipais no sentido da maximização de economias de escala, bem como a integração dos sistemas de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas, de forma a maximizar economias de gama.

Em 11 de janeiro de 2019, foi celebrado o Contrato de Parceria pública entre o Estado Português e os Municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira que criou o Sistema de Águas do Alto Minho, doravante designado Sistema. Neste seguimento, foi formalizado, em 22 de julho de 2019, o Contrato de Gestão entre o Estado, os mencionados Municípios e a A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S.A., na qualidade de Entidade Gestora da Parceria (EGP), à qual foi cometida a exploração e a gestão, em regime de parceria, dos serviços de águas relativos ao Sistema.

Água e Saneamento em Baixa

A partir do início da atividade operacional (1 de janeiro de 2020), a Águas do Alto Minho, S.A., passou a integrar a exploração e a gestão, em regime de exclusivo, dos serviços de águas nos sete Municípios que integram a Parceria do Alto Minho (Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira), nos termos do estabelecido no Contrato de Gestão, no Contrato de Parceria e na legislação aplicável.



Handwritten signature in blue ink, likely of a representative of the company.

De acordo com o Contrato de Gestão, a AdAM tem por objetivo garantir a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, a par da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da universalidade e igualdade do acesso aos serviços públicos por parte dos utilizadores finais, da solidariedade económica e social, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional.

A AdAM está incumbida, essencialmente, da realização das seguintes missões de interesse público:

- a) Assegurar de forma regular, contínua e eficiente, o abastecimento de água para consumo público e o saneamento de águas residuais urbanas;
- b) Assegurar a conceção, a construção e a exploração, nos termos dos respetivos projetos, das infraestruturas necessários à distribuição de água para consumo público e, quando aplicável, à captação e tratamento de água para essa finalidade, e à recolha de águas residuais urbanas, bem como, quando aplicável, ao respetivo tratamento e rejeição;
- c) Assegurar a reparação e a renovação das infraestruturas referidas na alínea anterior, nelas se incluindo as cedidas pelos municípios, de acordo com as exigências técnicas e o respeito dos parâmetros sanitários aplicáveis;
- d) Controlar os parâmetros sanitários da água distribuída e dos efluentes tratados,
- e) Assegurar a qualidade do serviço prestado e o atendimento aos utilizadores finais;
- f) Implementar medidas de prevenção e contingência para garantia dos recursos hídricos e promover sinergias entre os diferentes sistemas de abastecimento de água, em articulação com outras entidades, públicas ou privadas, tendo em conta uma avaliação de risco prévia.

5. A Sustentabilidade

O NOSSO PROPÓSITO

A gestão sustentável da água confronta relevantes desafios associados às alterações climáticas, ao esgotamento de recursos, à degradação dos ecossistemas e à poluição ambiental.

A atividade desenvolvida pela AdAM tem, neste enquadramento, o maior impacto na saúde e bem-estar das pessoas, na qualidade ambiental e no desenvolvimento económico.

“Fazer a diferença na vida das pessoas” é o nosso propósito, que nos compromete enquanto empresa do universo do Grupo Águas de Portugal e vincula igualmente os/as nossos/as trabalhadores/as, assentando num duplo vínculo de identidade e de finalidade.

Assumimos
COMPROMISSOS
para cumprir o PROPÓSITO
de
FAZER A DIFERENÇA NA
VIDA DAS PESSOAS

COMPROMISSO DE INTEGRIDADE

O modelo de integridade do Grupo Águas de Portugal está plasmado numa Política de Integridade, que apresenta a sua visão sobre a ética e a integridade, consolidando o compromisso de todas as empresas do Grupo com um modelo de governação assente nos mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública.

O Compromisso de Integridade foi subscrito pela AdAM em dezembro de 2021, representando um comprometimento com a implementação do modelo de integridade e de todos os instrumentos que lhe estão associados para assegurar continuamente a capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O referencial ético é coadjuvado por normas de conduta e por um conjunto de outras políticas e procedimentos internos que garantem a conformidade com os diferentes instrumentos que regulam a nossa atividade e atuação, nomeadamente:

- Código de Ética e de Conduta
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
- Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades
- Manual de Contratação Pública do Regime Geral
- Manual de Compras

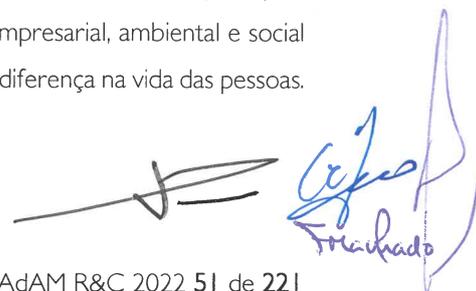
A governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com atribuições distintas e complementares:

- O Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo Águas de Portugal, ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos.
- A Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.

O Grupo Águas de Portugal dispõe de um canal específico de comunicação, dirigido à Comissão de Ética, que se designa por **Linha de Integridade**, cuja função principal é receber das partes interessadas, internas ou externas, todas as comunicações relativas a questões éticas, que possam colocar em causa a integridade do grupo como um todo ou de uma das suas empresas. A linha de integridade agrega todas as comunicações que possam, de alguma forma, violar os princípios e a essência da Política de Integridade.

COMPROMISSO DE SUSTENTABILIDADE

O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal fixa as ambições em linha com os princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido no rumo estratégico que prosseguimos com o propósito de fazer a diferença na vida das pessoas.



Handwritten signature and stamp in blue ink, including the word "Finalizado" (Finalized).

As ambições de sustentabilidade estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e focam-se no propósito do nosso trabalho, na ação pelo clima, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação com impacto, na cooperação para uma gestão sustentável da água a nível internacional e na educação para a sustentabilidade.



A AdAM, no âmbito da sustentabilidade empresarial desenvolveu a política e definiu a estratégia de compromisso com um serviço de qualidade à comunidade, respeito ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Neste sentido, a Empresa compromete-se a assegurar os serviços essenciais de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais, em simbiose com o ambiente, os recursos naturais e restantes partes interessadas, promovendo as condições de trabalho adequadas aos seus colaboradores.

Em 2022, celebramos os primeiros 3 anos da Águas do Alto Minho, que se caracterizaram pela organização e reestruturação da empresa em termos funcionais, tendo como compromisso a implementação das melhores práticas do sector, no que diz respeito à gestão dos sistemas de água e saneamento e, empenhados em contribuir de forma relevante para a promoção de um futuro sustentável, aliando o crescimento económico com a responsabilidade ambiental, a justiça social e a qualidade de vida das populações do Alto Minho.

A Águas do Alto Minho enquanto empresa de cariz ambiental, pertencente ao grupo AdP, desempenha uma função ativa na sociedade e no ambiente, desenvolve uma gestão adequada dos seus recursos, de forma a promover uma operação mais eficiente,

Assim, a concretização do objetivo de Certificação da Águas do Alto Minho em Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, segundo as normas ISO 90001, ISO 14001 e ISO 45001, é o reconhecimento do compromisso da empresa com o cumprimento das melhores práticas, fomenta a melhoria continua na organização e traz vantagens internas e externas à organização.



Folc hato



Para a Águas do Alto Minho, S.A. a satisfação dos/das clientes e de todas as partes interessadas é uma prioridade, pelo que a sua estratégia assenta na orientação para o/a cliente, na sustentabilidade dos serviços, na sustentabilidade ambiental e na responsabilidade social do serviço público que presta aos seus 110.000 clientes, numa população de mais de 204.000 habitantes.

O Sistema de Gestão parcialmente certificado assenta na seguinte política de gestão:

- Promover a satisfação de clientes e de outras partes interessadas;
- Promover a motivação dos/das trabalhadores e trabalhadoras, consultando-os, fomentando assim a sua participação;
- Garantir a qualidade e segurança alimentar da água para consumo humano;
- Apostar na eficiência da utilização dos recursos hídricos;
- Assegurar o cumprimento da legislação, regulamentação e requisitos em vigor aplicáveis às suas atividades, produtos e serviços;
- Avaliar sistematicamente os resultados obtidos, tendo em vista a melhoria contínua e a inovação;
- Adotar uma postura de transparência, através de uma comunicação interna e externa com todas as partes interessadas;
- Minimizar os impactes ambientais decorrentes das suas atividades, promovendo a utilização racional dos recursos naturais e a prevenção da poluição;
- Adotar as melhores práticas, de forma a eliminar perigos, a reduzir riscos e a prevenir a ocorrência de acidentes e doenças profissionais.

Para fazer face aos desafios, 2022 foi um ano de desenvolvimento de ações concretas no âmbito da promoção da segurança e saúde no trabalho, numa lógica de cultura de segurança consistente e enraizada em toda a estrutura organizacional da empresa, com formação e implementação de medidas de beneficiação das infraestruturas.



Somos determinantes na gestão eficaz do
Ciclo Urbano da Água



Os Nossos Compromissos...

Nos aspetos relevantes da atividade interna, destaca-se ainda a prossecução da política de desenvolvimento e melhoria contínua dos seus processos, no sentido da prestação de um serviço público de qualidade e da diversificação numa ótica de aumento da eficiência, para a qual contribuem fortemente a implementação dos sistemas de Qualidade, Ambiente e Segurança, e Saúde no Trabalho.

Mantiveram-se e consolidaram-se medidas nas diferentes vertentes social, económica e ambiental, das quais se ressaltam: o projeto de eficiência hídrica, para redução da água não faturada; o plano de ação de melhoria dos indicadores de qualidade de serviço, para fomentar a adesão aos sistemas públicos e prevenir a poluição; consolidação do processo de faturação e gestão de clientes; a valorização dos resíduos produzidos e a implementação da recolha seletiva; a aprovação das medidas de autoproteção e formação dos trabalhadores; avaliação dos riscos psicossociais; a implementação de portal de indicadores EASYSCORE; a disponibilização de uma nova Intranet e de uma APP para pedido de equipamento de proteção individual; a dinamização da componente social da empresa, com promoção de eventos internos e externos de promoção da saúde e bem-estar.

TEAM-DAY 2022 – I Encontro de Chefias da Águas do Alto Minho

Realizou-se no dia 27 de maio o TEAM-DAY 2022 – I Encontro de Chefias da Águas do Alto Minho, sob o mote motivação e liderança, todos vestiram a camisola "o TODO é maior que a soma das partes"





Uma gota, uma vida!

A Águas do Alto Minho, em parceria com a Associação de Dadores de Sangue da Meadela, promoveu mais uma campanha de doação de sangue, "VAMOS DAR O MEIO LITRO. Uma gota, uma vida." A campanha decorreu no dia 9 de junho nas instalações da Águas do Alto Minho.



A segurança é de todos!

A área de Sustentabilidade Empresarial e Auditoria Interna dedicou o mês de maio à formação de Segurança no Trabalho aos trabalhadores da Direção de Operação, tendo como objetivo a sensibilização para os riscos inerentes às atividades desenvolvidas assim como sobre as medidas preventivas e corretivas a adotar na execução das tarefas.



Águas do Alto Minho oferece água aromatizada na Festa "Viver o Rio"

Convidada pela Freguesia de Seixas, a Águas do Alto Minho esteve presente na primeira edição da Festa "Viver o Rio", nos dias 30 e 31 de julho, com um stand com oferta de água da torneira aromatizada e educação ambiental.



Foram dois dias de plena atividade junto da população em auscultação, sensibilização e mobilização para o que pode ser o papel individual face a novos paradigmas de valorização e uso da água nas suas atividades diárias, face ao contexto de seca. A proteção do meio hídrico esteve muito presente nesta festa do rio, sendo que a mascote é a Lontra.

A handwritten signature in blue ink, which appears to be "Fernando".

Promoção de atividades saudáveis com os mais pequeninos.

A Águas do Alto Minho desafiou os mais pequeninos a serem os protagonistas de um dia dedicado a atividades de promoção de uma vida saudável!

Em parceria com o @Olímpico Vianense, no Hard Trail Monte da Padela, promovemos a prática do desporto associado ao consumo da água da torneira, como a bebida preferencial para a segurança dos consumidores e por contribuir para a sustentabilidade do Planeta.



Formação em máquinas e equipamentos

No passado dia 11 de outubro foi realizada uma formação em Máquinas e Equipamentos dirigida aos trabalhadores de operação, de forma a capacitar os trabalhadores com os conhecimentos práticos para o uso correto da motosserra e da motorroçadora nas operações florestais (desmatção) e para a realização das operações de manutenção e conservação necessárias a um trabalho seguro, respeitando as normas de SST.



Prevenção e Combate a Incêndio

A Águas do Alto Minho elaborou e submeteu à aprovação da ANEPC as medidas de autoproteção das suas instalações, bem como promoveu formação a todos os seus trabalhadores para "Prevenção e Combate a Incêndio"



Riscos Psicossociais

Sendo os Riscos Psicossociais uma das principais preocupações das Organizações, a Administração da Água do Alto Minho decidiu ouvir e avaliar trabalhadores sobre esta temática, como uma medida preventiva, de forma a aumentar o bem-estar e a saúde de tod@s @s trabalhador@s.



Fredrato



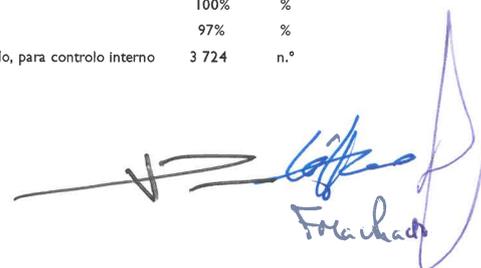
A AdAM está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador. Assim, em 2022, submeteu à ERSAR o tarifário ao utilizador final e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de águas, registadas no livro de reclamações em formato físico, para análise pela entidade reguladora. Para esse efeito, a AdAM disponibiliza livros físicos de reclamações em todas as instalações de atendimento ao público, bem como o encaminhamento para o livro de reclamações eletrónico, no sítio da internet da AdAM.

O Relatório de Sustentabilidade da Águas do Alto Minho, SA, está integrado no Relatório de Sustentabilidade do Grupo AdP, e pretende evidenciar as estratégias adotadas e a adotar, o grau de cumprimento das metas fixadas e o relato das boas práticas implementadas.

A nossa estratégia de sustentabilidade até 2025 está apresentada no relatório de sustentabilidade consolidado do grupo Águas de Portugal.

Indicadores de Sustentabilidade

Âmbito	Indicador	GRI	Designação	Valor	Unidade	
Simbiose com o ambiente						
			Comprimento total de condutas	3 866	km	
			Captações de água subterrânea	171	n.º	
			Captações de água superficial	0	n.º	
AA	IndS001	102-7	Caracterização das Empresas de Abastecimento	Estações elevatórias de abastecimento	57	n.º
				Estações de tratamento de águas - ETA	0	n.º
				Outras instalações de tratamento	59	n.º
				Reservatórios	135	n.º
				Ramais de ligação	100 574	n.º
				Comprimento total de colectores	1 640	km
				Estações de tratamento de água residual - ETAR	27	n.º
				Fossas sépticas colectivas	0	n.º
AR	IndS002	102-7	Caracterização das Empresas de Saneamento	Sifões	0	n.º
				Estações elevatórias de saneamento	191	n.º
				Emissários submarinos	0	n.º
				Ramais de ligação	50 404	n.º
	IndSI55	-	Água bruta	Água captada para abastecimento	986 859	m3/ano
				Água bruta importada de entidades externas ao Grupo AdP	0	m3/ano
				Água captada para efeito de processos industriais	0	m3/ano
AA	IndS012	303-3	Água captada por origem	Superficiais	0%	%
				Subterrâneas	100%	%
	IndS014	-	Perdas reais de água	% perdas	33,8%	%
	IndSI69	102-7	Água produzida e água fornecida	Água produzida	987	Mm3/ano
	IndSI56		Água residual tratada	Água fornecida	8 660	Mm3/ano
				-	611 879	m3/ano
				Tratamento preliminar	0%	%
				Tratamento primário	1%	%
IndS040		303-4	Águas residuais tratadas (pela empresa), por nível de tratamento	Tratamento secundário	85%	%
				Tratamento terciário	14%	%
				Desinfecção	14%	%
				Desinfecção	75 040	m3/ano
AR	IndS016	303-4	Águas residuais tratadas rejeitadas	-	534 887	m3/ano
				Mar	0%	%
IndS017	102-7, 303-4	Rejeição de águas residuais tratadas, por meio de descarga	Linha de água	99%	%	
			Infiltração no solo	1%	%	
			Outros meios de rejeição	0%	%	
IndS041	303-4	Descargas de águas residuais não tratadas, em situações de	Volumes descarregados	7 869	m3/ano	
			Análises de águas residuais	Número de descargas	58	n.º
IndS039	303-2, 303-4, 416-2	realizadas e Cumprimento da licença de descarga	Análises de águas residuais realizadas	100%	%	
			Cumprimento da licença de descarga	97%	%	
			Análises realizadas à qualidade do efluente tratado, para controlo interno	3 724	n.º	



F. Machado

6. Relação com os Stakeholders

A AdAM está consciente das suas responsabilidades enquanto entidade prestadora de um serviço de interesse público, pelo que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade, como por exemplo, os Municípios, Fornecedores e Prestadores de Serviços, Clientes, Colaboradores, entre outros.

A AdAM identificou como principais *stakeholders* os grupos presentes na figura a seguir apresentada, para o cumprimento da sua estratégia e na execução das atividades necessárias para a obtenção dos objetivos definidos, nas diferentes vertentes que caracterizam as atividades de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.



Figura 11 - Principais stakeholders da AdAM.

A AdAM possui um conjunto de interfaces, relativamente aos quais procura responder, de forma eficiente, quer sejam técnicos, económicos, sociais ou ambientais, privilegiando um relacionamento sério e virtuoso, suportado em valores de ética e justiça social.

Deveres especiais de prestação de informação

A AdAM cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência e assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*.


F. Machado

7. Gestão do Risco

A Águas do Alto Minho, S.A., e, em particular o seu Conselho de Administração, dedicam especial atenção as temáticas do controlo interno, da gestão do risco, da prevenção e combate à fraude, da transparência da informação e da fiabilidade do relato financeiro e não financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao Grupo AdP, no qual a AdAM se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno existente nas empresas, em 2022 foi dada continuidade ao desenvolvimento do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo AdP, iniciado em 2019 e assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*).

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir ao nível das três categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Gestão de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.



Figura 12 - Cubo do COSO

Ambiente de Controlo

Deve refletir a importância CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. É o conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização.

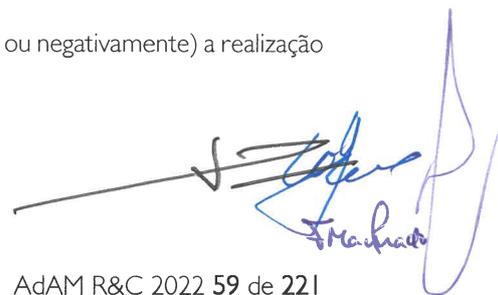
Define o espírito da organização, influenciando a consciência que os outros trabalhadores têm para o risco.

É a base de todas as restantes componentes do SCI.

Avaliação dos Riscos

Destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela instituição, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.



Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

Atividades de Controlo

Atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos. Atividades recorrentes de controlo do processo.

Atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração para mitigar os riscos na concretização dos objetivos são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização e em várias etapas do processo de negócio e sobre o ambiente tecnológico.

As atividades de controlo podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.

Informação e comunicação

Instituído para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da instituição.

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A comunicação é o processo contínuo que permite à equipa compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para o atingimento dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Esta permite que todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controlo devem ser levadas a sério. A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

Monitorização de Atividades

É executado com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCl ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

Em 2022 foi dado o início à Fase 2 do Projeto de Implementação do SCl, com o mapeamento, pelas empresas piloto, dos restantes processos identificados como críticos e que compreendeu, entre outras atividades, a elaboração de i) fluxogramas, os quais possibilitam uma rápida compreensão das atividades desenvolvidas, e ii) Matrizes de Riscos e Controlo (MRC) onde se identificam os eventos de risco e os controlos existentes ou a implementar na sua mitigação.

No âmbito da atividade de controlo interno, será dada continuidade à revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, melhorar os conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados.

Paralelamente, em 2023 será efetuado um primeiro exercício de verificação do cumprimento das métricas de avaliação do sistema de controlo interno, não vinculativo, que permitirá, no entanto, à empresa obter uma sensibilidade preliminar para o cumprimento das mesmas, bem como do funcionamento das componentes contempladas no sistema de controlo interno.

Uma vez concluída a implementação do SCl, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados dos testes aos controlos chave, decorrentes das auditorias a realizar anualmente, possibilitarão a recolha de informação que permitirá identificar se as componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da AdAM sobre o desempenho do SCl.

Será promovida a sensibilização e formação sobre o controlo interno, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, por parte da empresa e nomeadamente dos responsáveis dos processos de negócio.

A existência de um SCI conjugado com um Modelo de Gestão de Risco funcional, permitirão ao Conselho de Administração da AdAM, um maior enfoque da sua monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à sua atividade e que resultam da operação diária desenvolvida.

A existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

O modelo de gestão do risco empresarial presentemente implementado no Grupo, também definido de acordo com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, conforme se observa em baixo:



Figura 13 - Modelo de risco empresarial implementado no Grupo

A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:

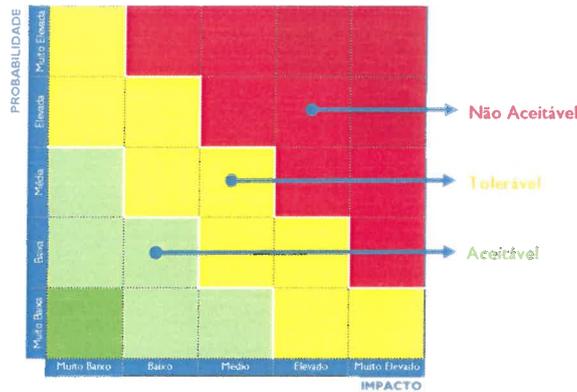


Figura 14 - Modelo de avaliação dos riscos

A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

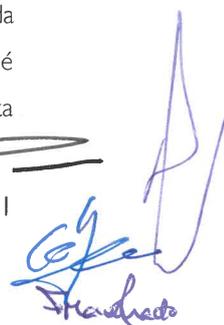
A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS tem por missão, acompanhar a empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e na realização de testes de conformidade, para avaliar o nível de risco a que a empresa está sujeita.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção têm reforçada a sua independência perante as Administrações das empresas auditadas, estando dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de Gestão do Risco Empresarial, os riscos relacionados com as classes Governação, Estratégia e Planeamento, Conformidade e Reporte são tratados e monitorizados pela AdAM, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. A abordagem dos riscos da classe Operacional e Infraestrutura, além de ser assegurada pela AdAM e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.



Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco (PTR) como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e os responsáveis por cada uma das referidas ações.

De igual modo, do exercício de avaliação de risco, resulta a identificação de potenciais oportunidade para a empresa, materializadas nos Planos de Implementação de Oportunidades (PIO) que, à imagem dos PTR, apresentam igualmente ações a desenvolver, prazos de implementação e responsáveis pelas referidas ações.

Considerando a maturidade operacional atingida pelas empresas, a antiguidade do Modelo de Gestão do Risco implementado no Grupo AdP e a melhoria contínua necessária, por forma a responder às crescentes exigências nas matérias relacionadas com o risco, foi iniciado no decurso de 2022, o projeto de revisão do referido modelo, o qual compreende as seguintes atividades:

- A revisão e/ou atualização da matriz de riscos existente no Grupo AdP
- A revisão e/ou atualização da metodologia de avaliação do risco existente no Grupo AdP
- A revisão do Manual de Gestão do Risco Empresarial
- A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno

Este projeto, por forma a assegurar a sua credibilidade e aderência à realidade do Grupo AdP, encontra-se a ser efetuada com os contributos de 8 empresas pilotos do universo AdP, e com a colaboração de uma equipa de consultora externa, tendo prevista a sua conclusão no decurso de 2023.

Atendendo à referida revisão do modelo de gestão do risco, no decurso de 2022 não foi realizada a avaliação do risco na empresa.

No âmbito da implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI), a AdAM efetuou o acompanhamento e a implementação das medidas no Plano de Tratamento de Riscos e no Plano de Implementação de Oportunidades, bem como a reavaliação do risco residual que consta do Relatório de Avaliação do Risco Empresarial.

Assim, considerando a reavaliação do risco efetuada em 2022, alguns dos principais riscos a que a AdAM se encontra exposta, são os seguintes:

- **R 236 – Segurança da Informação:** Risco de perda de confidencialidade, integridade e disponibilidade dos sistemas de informação, decorrente de uma inexistente ou inadequada definição de políticas de segurança da informação.
- **R 344 – Perdas de abastecimento:** Risco de perdas de recursos hídricos ao longo da cadeia de abastecimento "em baixa", com conseqüente diminuição da capacidade de abastecimento e perdas financeiras, decorrente de avarias e falhas não detetadas atempadamente ou envelhecimento da infraestrutura.

- R 345 - Risco de infiltrações no saneamento (afluências indevidas): Risco de infiltrações ao longo da cadeia de saneamento, diminuição da capacidade de tratamento e perdas financeiras, por avarias e falhas não detetadas atempadamente, envelhecimento da infraestrutura e ausência de redes separativas.

O reajustamento efetuado ao valor do Risco Residual resultante do exercício de avaliação realizado, ficou a dever-se à consolidação do processo de gestão de clientes, dos procedimentos internos e dos recursos disponíveis, assim como ao aumento do número de trabalhadores na organização

8. A Atividade Operacional

No ano de 2022 foi implementada a reorganização dos Centros Operacionais, com o ajustamento dos Centros ao limite geográfico dos Municípios afetos. Assim, os Municípios afetos ao COP Norte são Valença, Vila Nova de Cerveira e Caminha, os Municípios afetos ao COP Sul são Viana do Castelo e Ponte de Lima e o COP Nordeste inclui os Municípios de Arcos de Valdevez e de Paredes de Coura. A reorganização funcional teve por objetivo, ainda, afetar a responsabilidade pela deteção de fugas aos centros operacionais. No COP Nordeste foi constituída uma equipa que é responsável pelo controlo **operacional das 27 ETAR da ADAM**, prestando apoio aos respetivos centros operacionais. No COP Nordeste estão instaladas 20 das 27 ETAR da ADAM.

O conjunto de infraestruturas transferidas dos Municípios para a AdAM perfazem, aproximadamente, 3.866 km de rede de abastecimento de água, 1.640 km de rede de saneamento de águas residuais e 641 infraestruturas e equipamentos.

Para o ano de 2023 perspectiva-se que se continue a reduzir a água não faturada e se atinja o valor previsto de 33%. Os investimentos de Eficiência Hídrica e de Telegestão deverão ficar concluídos e permitirão o fecho das ZMC e análise da água não faturada por ZMC e por períodos cada vez mais curtos. O Balanço Hídrico diário poderá ser, a médio prazo, um objetivo nas ZMC mais importantes.

Abastecimento de Água

Captação e Produção

O volume de água produzida em captações próprias em 2022 representou, aproximadamente, 6,9 % da água entrada em sistema o que corresponde a 986 mil m³.

A água adquirida ao sistema em "alta" da Águas do Norte, S.A. foi de 13,2 milhões de m³, o que corresponde a 93,1% da água entrada no sistema.

Considerando o volume de água adquirido pela AdAM no ano de 2021 ao sistema em “alta” de 14.6 milhões de m3, verificou-se uma redução de 9% em 2022.

A tabela seguinte, reflete o volume de água entrada no sistema da Águas do Alto Minho através da água comprada à Águas do Norte e da água produzida em captações próprias, por Município.

Tabela 4 - Volumes comprados e captados (m3)

AA	2022	2021	Δ	
Captações próprias	986 860	1 152 563	-165 703	-14%
Arcos de Valdevez	84 607	106 242	-21 635	-20%
Caminha	97 952	111 611	-13 659	-12%
Paredes de Coura	43 336	56 442	-13 106	-23%
Ponte de Lima	132 762	170 768	-38 006	-22%
Valença	234 726	299 260	-64 534	-22%
Viana do Castelo	0	0	0	0%
Vila Nova de Cerveira	393 477	408 240	-14 763	-4%
Águas do Norte, S.A.	13 246 830	14 624 343	-1 377 513	-9%
Captações + Compra AdN	14 233 690	15 776 906	-1 543 216	-11%

Distribuição

Durante o ano de 2022 foi objetivo da AdAM, a garantia de continuidade do serviço de abastecimento de água, a reparação célere de todas as roturas em condutas e ramais, comunicadas e detetadas e a redução de pressões.

Durante o ano de 2022 foi realizada uma mudança de paradigma sendo a responsabilidade de deteção de fugas e infiltrações dos respetivos COP, com ações de CAP (controlo ativos de perdas), formação das equipas e disponibilização de informação dos CMN (caudais mínimos noturnos).

A tabela abaixo, reflete o número de Ordens de Trabalho concluídas na rede de abastecimento de água por Centro Operacional.

Tabela 5 - Ordens de trabalho concluídas em abastecimento de água por Centro Operacional (n.º)

Ordens de trabalho concluídas por Centro Operacional	2022	2021	Δ	
	AA	nº	nº	%
Centro Operacional Norte	4 806	5 119	-313	-6%
Centro Operacional Sul	9 305	6 504	2 801	43%
Centro Operacional Nordeste	2 160	2 558	-398	-16%
Total	16 271	14 181	2 090	15%

Em 2022 foram executadas 16 271 ordens de trabalho nas redes de abastecimento de água. O maior acréscimo ocorreu no concelho de Viana do Castelo, com um aumento de 538 ordens, correspondendo a 12%, enquanto no concelho de Vila Nova de Cerqueiro foram executadas menos 192, correspondendo a uma redução de 14%.

Tabela 6 - Ordens de trabalho concluídas em abastecimento de água por Município (n.º)

Ordens de trabalho concluídas por município	2022	2021	Δ	
	AA	nº	nº	%
Arcos de Valdevez	1 249	910	339	37%
Caminha	1 585	1 412	173	12%
Paredes de Coura	911	768	143	19%
Ponte de Lima	4 181	2 989	1 192	40%
Valença	2 013	2 116	-103	-5%
Viana do Castelo	5 124	4 586	538	12%
Vila Nova de Cerveira	1 208	1 400	-192	-14%
Total	16 271	14 181	2 090	15%

No que concerne à deteção de fugas há uma evolução positiva no número de fugas detetadas.

A pesquisa ativa de fugas teve um contributo significativo na redução da água não faturada no ano de 2022.

Tabela 7 - Deteção de fugas por COP (Centro Operacional) (n.º)

Deteção de fugas	2022	2021
COP NORTE	605	434
COP SUL	688	966
COP NORDESTE	127	16
Total	1 420	1 416

Tabela 8 - Deteção de fugas por Município (n.º)

Deteção de fugas	2022	2021
Arcos de Valdevez	91	3
Caminha	96	140
Paredes de Coura	36	13
Ponte de Lima	257	146
Valença	331	170
Viana do Castelo	431	820
Vila Nova de Cerveira	178	124
Total	1 420	1 416

Saneamento de Águas Residuais

Recolha e Transporte

O volume de água residual tratada em ETAR próprias representa aproximadamente 6% da água residual recolhida, o que corresponde a 0,6 milhões de m³.

A água residual bruta exportada para o sistema em "alta" da Águas do Norte, S.A. foi de 6.9 milhões de m³, o que corresponde a 92 % da água residual recolhida.

Considerando o volume de água residual bruta entregue pelos Municípios da AdAM, no ano de 2021, ao sistema em "alta", de 8,2 milhões de m³, verificou-se uma redução de 15% em 2022.

Tabela 9 - Volumes recolhidos em ETAR próprias e entregues (unidade:m³)

ARD	2022	2021	Δ	
ETAR's Próprias	611 882	534 887	76 995	14%
Arcos de Valdevez	278 645	213 190	65 455	31%
Caminha	0	0	0	0%
Paredes de Coura	130 501	108 287	22 214	21%
Ponte de Lima	156 204	189 711	-33 507	-18%
Valença	32 378	15 030	17 348	115%
Viana do Castelo	1 127	2 368	-1 241	-52%
Vila Nova de Cerveira	13 027	6 301	6 726	107%
Águas do Norte, S.A.	6 983 479	8 200 924	-1 217 445	-15%
ETAR's + Drenagem AdN	7 595 361	8 735 811	-1 140 450	-13%

A tabela seguinte, reflete o número de Ordens de Trabalho executadas por Centro Operacional em 2022. No Centro Operacional Sul foram executadas 49,7 % das Ordens de Trabalho.

Tabela 10 - Ordens de trabalho concluídas em saneamento de águas residuais por Centro operacional

Ordens de trabalho concluídas por Centro Operacional	2022	2021	Δ	
	ARD	n°	%	
Centro Operacional Norte	585	1 340	-755	-56%
Centro Operacional Sul	1 072	1 205	-133	-11%
Centro Operacional Nordeste	498	485	14	3%
Total	2 155	3 029	-874	-29%

Em 2022 foram executadas 2.155 ordens de trabalho nas redes de saneamento de águas residuais, tendo ocorrido uma redução significativa das intervenções com uma redução de 29% a que corresponde 874 ordens de trabalho. A redução ficou a dever-se à menor precipitação total verificada durante o ano de 2022, face ao



AdAM R&C 2022 68 de 221

F. Machado



ano anterior. Em 2022 foram executadas 27,7% das Ordens de Trabalho no concelho de Viana do Castelo e apenas 9,8% no concelho de Arcos de Valdevez.

Tabela 11 - Ordens de trabalho concluídas em saneamento de águas residuais por município (unidade: n.º)

Ordens de trabalho concluídas por município	2022	2021	Δ	
	ARD	nº	nº	%
Arcos de Valdevez	218	167	51	31%
Caminha	292	295	-3	-1%
Paredes de Coura	280	603	-323	-54%
Ponte de Lima	455	394	61	15%
Valença	261	433	-172	-40%
Viana do Castelo	617	919	-302	-33%
Vila Nova de Cerveira	106	218	-112	-51%
Total	2 229	3 029	-800	-26%

Em 2022 foram executados 53 pedidos de esvaziamentos de fossas particulares, sendo 23 no concelho de Viana do Castelo.

Tabela 12 - Esvaziamento de fossas particulares (n.º)

Esvaziamento de fossas particulares	2022	2021	Δ
Arcos de Valdevez	1	0	1
Caminha	20	26	-6
Paredes de Coura	4	0	4
Ponte de Lima	1	1	0
Valença	0	2	-2
Viana do Castelo	23	17	6
Vila Nova de Cerveira	4	19	-15
Total	53	65	-12

Gestão Integrada no Controlo de Perdas de Água e Afluências Indevidas

No seguimento do trabalho desenvolvido no ano de 2021, a equipa desenvolveu várias ações e atividades com elevado impacto no futuro sustentável da ADAM, tendo como principal foco o acompanhamento dos contratos de Eficiência Hídrica relativos aos investimentos do POSEUR.

- Contratos Eficiência Hídrica
 - Acompanhamento dos 14 contratos ativos no âmbito do projeto de Eficiência Hídrica desenvolvido desde 2020;
 - Iniciou-se o processo de implementação do novo sistema de telegestão, este irá integrar todos os dispositivos já instalados no âmbito dos restantes contratos;

- Balanço Hídrico:
 - Mensalmente foi calculado o balanço hídrico da ADAM, o que permitiu uma análise crítica por parte de todas as áreas e a deteção de possíveis ações de melhoria.

Tabela 13 - Balanço Hídrico Águas do Alto Minho 2022

	Volume de água faturado	Volume entrado no sistema (m ³)			Água Não Faturada
		Captações	Adquirido AdN	Total	
ARCOS VALDEVEZ	798 020	84 607	1 317 343	1 401 950	43,1%
CAMINHA	957 065	97 952	1 261 419	1 359 371	29,6%
PAREDES COURA	388 394	43 336	654 945	698 281	44,4%
PONTE DE LIMA	1 531 669	132 762	2 966 379	3 099 141	50,6%
VALENÇA	636 829	234 725	1 526 250	1 760 975	63,8%
VIANA DO CASTELO	3 891 893	0	5 098 230	5 098 230	23,7%
VILA NOVA DE CERVEIRA	456 185	393 477	422 264	815 741	44,1%
Total	8 660 055	986 859	13 246 830	14 233 689	39,2%

- Sendo o foco da empresa a melhoria da eficiência operacional, deu-se especial destaque ao plano operacional de redução de perdas, tendo para isso contribuído a monitorização constante dos caudais mínimos noturnos, com o objetivo de determinar as prioridades de atuação.

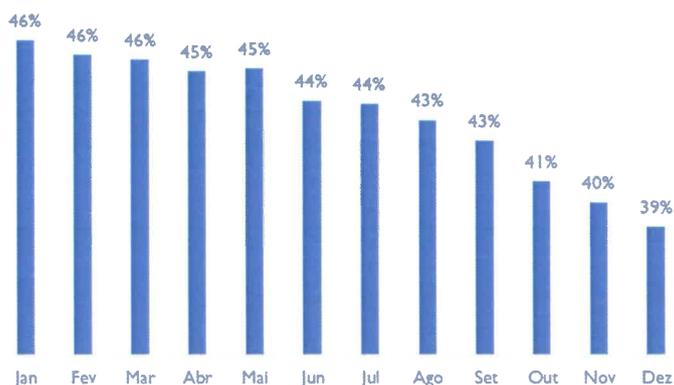


Figura 15 - Análise da evolução da % ANF em relação ao volume de entrada e saída do sistema

Tabela 14 - Ponto de situação procedimento Eficiência Hídrica

	Válvulas de redução de pressão		Medidores de caudal		Dataloggers		% execução
	Executado	Previsto	Executado	Previsto	Executado	Previsto	
Arcos de Valdevez	146	146	60	62	51	62	95%
Caminha	16	40	3	9	1	18	30%
Paredes de Coura	82	82	20	20	9	9	100%
Ponte de Lima	91	101	21	26	23	30	86%
Valença	16	59	5	12	5	18	29%
Viana do Castelo	36	46	59	80	66	95	73%
Vila Nova de Cerveira	23	46	3	10	1	24	34%
Total	410	520	171	219	156	256	74%

- Por fim, a equipa colaborou na elaboração do procedimento para o Fornecimento e Instalação do sistema de Telegestão da ADAM.
- Interação com o SIG – Correção de Cadastro e outras ações
 - Em conjunto com a equipa SIG deu-se continuidade à correção de cadastro através da camada de edição criada para o efeito, sendo realizados centenas de pequenas e grandes alterações à informação que tínhamos, que contribui para o melhoramento constante da nossa ferramenta SIG.

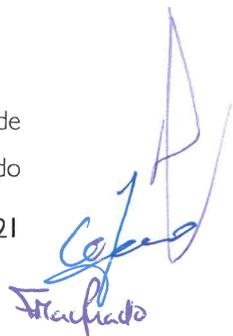
Em suma, a equipa está a preparar o futuro da empresa para ser possível atingir o Top 10 das melhores entidades gestoras, da forma mais rápida e sustentável. Para isso, tem de garantir que todo o investimento efetuado nestes 3 anos seja rentabilizado da melhor forma.

Manutenção

A área da Manutenção inserida na DENG A caracteriza-se, sobretudo, pela manutenção dos equipamentos elétricos e eletromecânicos das infraestruturas da AdAM. No decorrer de 2022 a equipa de Manutenção efetuou diversas tarefas das quais se destacam as seguintes:

- Utilização em produtivo do software de Gestão da Manutenção – Aquaman;
- Efetuaram-se visitas às infraestruturas de todos os Municípios da Parceria para verificação do seu estado de conservação;
- Execução, com dificuldades, do plano de manutenção preventivo da AdAM relativamente aos equipamentos elétricos e eletromecânicos das infraestruturas, devido à elevada ocorrência de manutenções corretivas e à existência de apenas uma equipa para dar assistência aos 7 municípios;
- Integração de um técnico superior na equipa da manutenção;
- Preparação e abertura de concurso para aquisição e instalação de equipamentos para contagem de horas de bombagem e, contabilização e sinalização de bypass;
- Preparação de concurso para aquisição de bens e serviços para implementação de Unidades de Produção para Autoconsumo;
- Regularização de situações pendentes relativas aos contratos de rebobinagem e à prestação de serviços de manutenção de equipamentos e quadros elétricos das infraestruturas da AdAM;
- Levantamento das necessidades em termos de eletrobombas, e caudalímetros ultrassónicos no COP Nordeste.

Para 2023 perspectiva-se lançar concurso público para aquisição e instalação de unidades fotovoltaicas de produção para autoconsumo de energia elétrica, de forma a diminuir os custos energéticos durante parte do



Atestado

dia em instalações como: ETARs, Centros Operacionais, edifício da sede e captações com consumos mais elevados. Este trabalho está enquadrado com o AdP Energia Zero. Será efetuado o levantamento do estado dos quadros elétricos e dos quadros de bombagem existentes nas EEAR, EEAA, e RR. No decorrer das diversas manutenções corretivas, foram identificadas diversas instalações com quadros elétricos em elevado estado de degradação. Perspetiva-se a preparação de um concurso público para serviço de aquisição e instalação dos quadros elétricos.

Para 2023 perspetiva-se ainda a preparação de concursos para:

- Serviços de reparação e fornecimento de caudalímetros ultrassónicos.
- Aquisição de material elétrico para suprir necessidades de stock e de manutenções corretivas;
- Serviços de reparação e fornecimento de equipamentos eletromecânicos (rebobinagens e reparação e eletrobombas);
- Prestação de serviços de manutenção de equipamentos e quadros elétricos das infraestruturas da AdAM;
- Prestação de serviços de manutenção dos equipamentos de AVAC.

Telegestão

Em 2022 a AdAM lançou e adjudicou o procedimento para a contratação do software e hardware da sala de comando para a telegestão da AdAM denominado por PRC 001/2022: Lote 1 - Fornecimento, montagem e colocação em serviço do sistema de telegestão do sistema de águas do Alto Minho - Lote 1 - Fornecimento e Instalação do Sistema de Telegestão (SCADA); Lote 2 - Fornecimento, montagem e colocação em serviço do sistema de telegestão do sistema de águas do Alto Minho, num valor aproximado de 800 mil euros. Em 2022 foram instalados medidores de caudal, válvulas redutoras de pressão e meios de comunicação de dados para futuramente centralizar toda a informação relativamente ao balanço hídrico da AdAM.

Sistemas de Informação Geográfica

Ao concluir o terceiro ano de trabalho, o Sistema de Informação Geográfica da Águas do alto Minho desenvolveu, um enorme volume de trabalho, sendo difícil mensurar tudo o que foi criado e realizado, de forma autónoma e sem recurso a consultadorias ou a qualquer apoio externo.

Ao longo de 2022 cumprimos e ultrapassamos todos os objetivos que havíamos delineado, acompanhando a evolução das tecnologias SIG, permitindo a toda a Entidade Gestora o acesso a um vasto conjunto de sites, aplicações, *Dashbord's*, tabelas, dados, manutenção de todas as plataformas (inclusive a de realidade aumentada das infraestruturas) e formação e suporte aos 225 utilizadores registados nas diversas APPs de mobilidade e sites de Informação geográfica.

Tabela 15 - Documentos Executados

Tipo de Informação	nº	Variação face ao ano anterior (%)
Solicitações Cadastrais, Finalizados e enviados ao Requerente.	885	↑ 42%
Reclamações, Declarações e Cadastros.	86	↓ -72%
Emissão de Declarações APA.	35	↑ 25%
Cadastros de Ramais construídos e em funcionamento.	1755	↑ 6%
Solicitações Cadastrais processadas (Levantamento de dados e informação técnica).	834	↑ 28%

Em 2022 a equipa SIG respondeu a 3595 solicitações.

Lista de Aplicações e Sites de Informação Geográfica desenvolvidos e disponíveis para Consulta e Edição de dados:

Tabela 16 – Lista de Aplicações disponíveis para Consulta e Edição de dados



AdAM Consulta:

Portal e aplicação mobile de consulta de informação geográfica para Técnicos e colaboradores AdAM. Informação disponível: Redes, Infraestruturas, Pontos de Consumo, Sistemas de Abastecimento e Drenagem, Moradas, Números de polícia...



AdAM Municípios:

Portal e aplicação mobile com informação dedicada aos Municípios. Informação disponível: Redes, áreas de abastecimento e Drenagem, Obras, áreas de expansão de redes...



AdAM Consultadoria:

Portal e aplicação mobile com informação dedicada às empresas / entidades com projetos de investigação e desenvolvimento de soluções (*PWater, Aquasis, EPAL...*)

Informação disponível: Redes, áreas de abastecimento e Drenagem, Obras, áreas de expansão de redes...



AdAM Edição:

Portal e aplicação mobile dedicados à edição de conteúdos pelos técnicos da AdAM.

Informação disponível: Redes, Infraestruturas, Pontos de Consumo, Sistemas de Abastecimento e Drenagem, Moradas, Números de polícia, todos os ativos relacionados com a Equipa de Perdas...



AdAM SAP:

Portal e aplicação mobile com informação das Ordens SAP associados aos Ativos AdAM.

Informação disponível: Infraestruturas, Sistemas de Abastecimento e Drenagem.



AdAM Telemetria:

Portal e aplicação mobile com informação relativa à Telemetria.

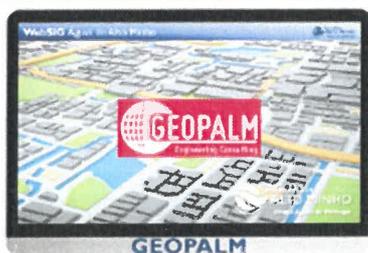
Informação disponível: Pontos de Consumo com tecnologia de Telecontagem, Coletores e Pontos de Acesso associados à Telemetria.



AdAM Entidades Externas:

Portal e aplicação mobile com informação dedicada a técnicos externos à AdAM.

Informação disponível: limitado a informação relevante para os trabalhos / estudos a efetuar pelo técnico.

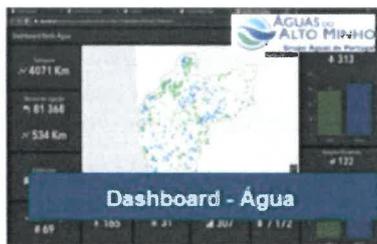


AdAM Geopalm:

Portal e aplicação mobile dedicado ao levantamento e georreferenciação de Pontos de Consumo.

Informação disponível: Pontos de Consumo e toda a informação recolhida no terreno.





AdAM – Dashboard – Água

Portal e aplicação mobile dedicado à análise de dados do Abastecimento de Água.

Informação disponível: Pontos de Consumo, redes, ramais, infraestruturas, cobertura de rede...



AdAM – Dashboard – Saneamento

Portal e aplicação mobile dedicado à análise de dados da Drenagem de Águas Residuais.

Informação disponível: Pontos de Consumo, redes, ramais, infraestruturas, cobertura de rede...



AdAM – DCL Consulta

Portal e aplicação mobile com informação dedicada à Equipa DCL.

Apenas disponível para consulta



AdAM – DCL Edição

Portal e aplicação mobile com informação dedicada à Equipa DCL.

Aplicações preparadas para edição de elementos associados à Direção de Clientes.



AdAM - DCL Fiscalização Externa

Portal e aplicação mobile com informação dedicada às Equipas externas à AdAM – Prestadoras de Serviço ligado à Direção Comercial.

Disponível para consulta e Edição.



AdAM – Contadores

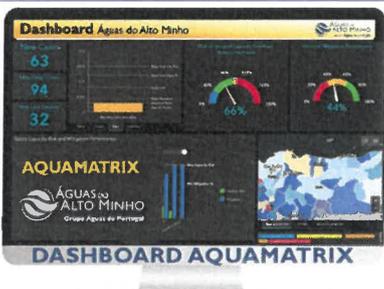
Portal e aplicação mobile com informação dedicada às Equipas de colocação de contadores. Localização de todos os novos contadores e substituições.





AdAM – Eficiência Hídrica

Portal e aplicação mobile com informações de rede, acessórios, ZMC's e outros elementos, possibilitando aos prestadores de serviços o estudo das áreas de intervenção.



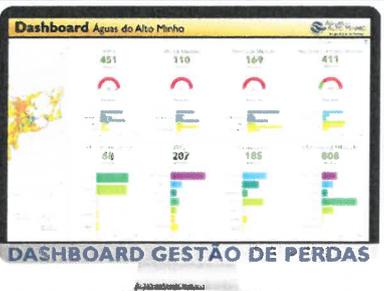
AdAM – Dashboard Aquamatrix

Dashboard com informações em tempo real de dados de rede, consumidores, tipologias, consumos, entre outras informações.



AdAM – Dashboard Notificações

Dashboard com informações em tempo real dos dados relativos à notificação de potenciais clientes.



AdAM – Dashboard Controlo de Perdas

Dashboard com informações em tempo real que permite acompanhar os trabalhos de implementação do projeto de Eficiência Hídrica da AdAM.



AdAM – Dashboard Indicadores ERSAR

Dashboard com informações em tempo real que permite calcular alguns dos principais indicadores ERSAR, por Município.



APP Inspeção de Grandes Clientes

Aplicação que permite às várias Equipas registar todas as informações relativas à inspeção de Grandes Clientes.



APP Consumos Zero

Aplicação que permite às várias Equipas registar todas as informações relativas à inspeção de Clientes – Consumo Zero.



APP AdAM Reserva Automóvel

- Permite, a qualquer colaborador AdAM, solicitar à Equipa de Gestão de Frota, a requisição de uma viatura.
- Identifica o início e o fim do serviço pretendido, o local de destino e a descrição do serviço.
- Identifica o colaborador AdAM com o nome, email e contacto telefónico.
- Aplicação concluída a aguardar integração



APP AdAM Ocorrências

- Permite o report de avarias, anomalias nas redes, qualidade da água, furtos, obstruções, entre outras informações (com serviço de geolocalização).
- Aplicação destinada ao uso por parte dos Colaboradores AdAM, de forma a informar / reportar à Operação (DOP) ou a outra Equipa Gestora, ocorrências que detetem nas redes AdAM.
- Permite a captura de imagens.
- Aplicação concluída a aguardar integração

APP AdAM Frota Automóvel



- Permite identificar o colaborador AdAM e reportar diversos itens relativos às viaturas da Entidade Gestora.
- A aplicação integrou uma base de dados com todas as viaturas da AdAM (matrícula / marca);
- Permite reportar informações tais como:
- início e fim de utilização diária (report de Km's) (com geolocalização)
- Avarias (com geolocalização)
- Combustível
- Solicitação de lavagem / desinfeção / limpeza (com geolocalização)
- Participação de problema com Seguro Auto
- Report de passagem em portagem (com geolocalização)
- Outros Problemas (com geolocalização)
- Permite a captura de imagens.
- Aplicação concluída a aguardar integração



SIG "REALIDADE AUMENTADA"

- Aplicação Móvel para a visualização de toda a informação cadastral, de forma tridimensional e em tempo real.
- Acesso aos patches do ArcGIS e á sua instalação;
- Instalação do ArcGIS Web Adaptor (IIS) 10.8.1 Stability Patch
- Instalação do novo IIS e certificado de segurança (SIG.ADAM.PT);
- Instalação de VLAN e redirecionamento WAF;
- Início dos processos de Geometria avançada (Criação do modelo 3D baseado na rede)

Monitorização e Inspeção de Ativos

No ano de 2022 teve continuidade o processo de inventariação de infraestruturas não lineares (captações, reservatórios, estações elevatórias e ETAR), permitindo concluir a inventariação de aproximadamente 88% das 650 infraestruturas existentes.

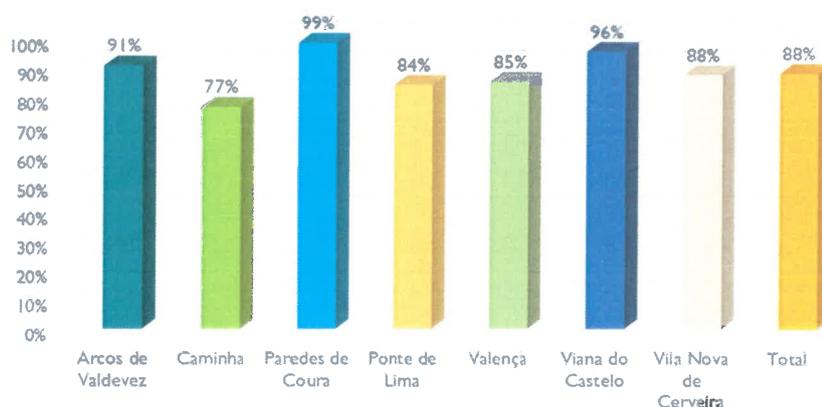


Figura 17 – Infraestruturas inventariadas

Iniciou-se a definição da estrutura de localizações, em cada infraestrutura inventariada, que permitirá a disponibilização da informação dos ativos e respetivos atributos no sistema de manutenção.

A concretização da inventariação dos ativos permitirá o acompanhamento futuro da sua manutenção e a definição posterior, por tipologia de ativos, de planos específicos de inspeção e monitorização, bem como a definição do risco associado.

Obras e Projetos

A Equipa de Obras e Projetos tem como objetivos:

- Promover o plano de investimentos previsto no contrato de gestão, realizar projetos para futuros investimentos e assegurar a fiscalização e gestão de empreitadas;
- Promover a contratação pública, quando necessária, de prestação de serviços técnicos na área de engenharia, projetos, obras e fiscalização;
- Gestão de candidaturas e garantir a execução e comunicação de candidaturas nacionais e/ou comunitárias;
- Análise de processos de obras particulares, loteamentos ou projetos de ampliação de rede de água e águas residuais elaborados pelos Municípios;
- Gestão dos novos pedidos de ramal;
- Colaboração com a equipa do Sistemas de Informação Geográfica na elaboração de cadastros;
- Inspeções | vistorias requeridas pelos técnicos;
- Ações de inspeção em colaboração com a equipa da qualidade água e da direção de clientes;
- Colaboração com a equipa de gestão de perdas na introdução de contadores nas ligações ilícitas identificadas nos Municípios;

Gestão de Empreitadas

Com a Águas do Alto Minho, os Municípios da Parceria conseguiram, em 3 anos, o financiamento para projetos com investimento, que ultrapassa os 46 milhões de euros.

No Programa Operacional de Eficiência Energética no Uso de Recursos (POSEUR) o financiamento divide-se em dois eixos operacionais: Aviso Ciclo Urbano da Água, orçamentado em 21 milhões de Euros e o Aviso Eficiência Hídrica, orçamentado em 15 milhões de Euros.

No âmbito do Aviso relativo à Eficiência Hídrica, os projetos a financiar já atingiram o valor de 15 milhões de euros, decompondo-se em 8 milhões de euros para aquisição de equipamentos e novas tecnologias, telemetria e telegestão e 7 milhões de euros para a renovação de redes de distribuição de água.

Em 2022, a parceria da Águas do Alto Minho tem um investimento acumulado de 29,7 milhões de euros realizados.

Mais recentemente, a abertura do Aviso convite n.º 05/REAT-EU/2021 permitiu a candidatura de aproximadamente 60 projetos dos Municípios da Parceria para a expansão de redes de águas residuais, na ordem de 9 milhões de euros com financiamento garantido de 5 milhões de euros.

Esta direção contribui para que a Águas do Alto Minho, S.A. ofereça a vantagem competitiva aos Municípios da Parceria com base nas competências e experiência dos seus quadros técnicos e a garantia de que existem recursos humanos exclusivamente a pensar no Valor da Água e na melhoria dos sistemas do Ciclo Urbano da Água.

A tabela infra demonstra o resumo da execução, em 2022, dos contratos de empreitadas e prestações de serviço no âmbito dos avisos do POSEUR e do Aviso convite n.º 05/REAT-EU/2021:

Tabela 17 - Resumo dos contratos - Candidaturas POSEUR e REACT

Candidatura	Execução				Total	Taxa de execução atual	
	Anos anteriores	%	2022	%			
Ciclo Urbano da Água (CUA)	12 616 586	4 079 076	32,3%	2 144 638	17,0%	6 223 714	49,3%
Ciclo Urbano da Água (CUA) - Operações não delegadas na AdAM	9 166 779	5 686 232	62,0%	2 330 305	25,4%	8 016 538	87,5%
REACT - EU	8 141 800	-	0,0%	59 503	0,7%	59 503	0,7%
Eficiência Hídrica	15 770 672	3 622 610	23,0%	7 797 615	49,4%	11 420 225	72,4%
	45 695 837	13 387 919		12 332 060			

DESIGNAÇÃO DA EMPREITADA / PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	Total do Investimento a 31.12.2022
PRC 057/2020 - Empreitadas de Execução para Remodelação de Redes de Abastecimento de Águas Previstas no Âmbito das Candidaturas Aprovadas do Aviso POSEUR-12-2018-18 Eficiência Hídrica - Lote 1 (Município de Arcos de Valdevez)	148 039
PRC 100/2020 - Empreitadas de Execução para Remodelação de Redes de Abastecimento de Águas Previstas no Âmbito das Candidaturas Aprovadas do Aviso POSEUR-12-2018-18 Eficiência Hídrica - Lote 2 (Município de Ponte de Lima)	777 890
PRC 007/2020 L3 - Empreitadas de Execução para Remodelação de Redes de Abastecimento de Águas Previstas no Âmbito das Candidaturas Aprovadas do Aviso POSEUR-12-2018-18 Eficiência Hídrica - Lote 3 (Município de Viana do Castelo)	657 250
PRC 007/2020 L4 - Empreitadas de Execução para Remodelação de Redes de Abastecimento de Águas Previstas no Âmbito das Candidaturas Aprovadas do Aviso POSEUR-12-2018-18 Eficiência Hídrica - Lote 4 (Município de Vila Nova de Cerveira)	20 060
PRC 037/2021 L1 - Empreitadas de Execução para Remodelação de Redes de Abastecimento de Águas Previstas no Âmbito das Candidaturas Aprovadas do Aviso POSEUR-12-2018-18 Eficiência Hídrica - Lote 1 (Município de Caminha)	414 879
PRC 037/2021 L2 - Empreitadas de Execução para Remodelação de Redes de Abastecimento de Águas Previstas no Âmbito das Candidaturas Aprovadas do Aviso POSEUR-12-2018-18 Eficiência Hídrica - Lote 2 (Município de Paredes de Coura)	628 698
PRC 037/2021 L3 - Empreitadas de Execução para Remodelação de Redes de Abastecimento de Águas Previstas no Âmbito das Candidaturas Aprovadas do Aviso POSEUR-12-2018-18 Eficiência Hídrica - Lote 3 (Município de Valença)	683 970
PRC 023/2021 Execução de Ramais (AA/ARD) - Município de Arcos de Valdevez 2021 Acordo Quadro	60 690
PRC 001/2021 L2 Execução de Ramais (AA/ARD) - Município de Município de Paredes de Coura 2021 Acordo Quadro	90 496
PRC 001/2021 L3 Execução de Ramais (AA/ARD) Município de Ponte de Lima 2021 Acordo Quadro	120 722
PRC 001/21 L4 Execução de Ramais (AA/ARD) - Município de Valença 2021 Acordo Quadro	65 642
PRC 137/2020 L6 Execução de Ramais (AA/ARD) Município de Viana do Castelo 2021 Acordo Quadro	201 215
PRC 001/2021 L5 Execução de Ramais (AA/ARD) - Município de Vila Nova de Cerveira 2021 Acordo Quadro	32 151
PRC 050/2021 Empreitadas de execução de caixas de contador de abastecimento de água	39 680
Extensão da rede de saneamento ao abrigo do aviso REACT CMN	59 503
PRC-075/2021 - REMODELAÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA EN101 - MUNICÍPIO DE VALENÇA	689 671
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 1 - Município de Arcos de Valdevez	14 553
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 2 - Município de Caminha	21 733
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 3 - Município de Paredes de Coura	15 564
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 4 - Município de Ponte de Lima	26 443
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 5 - Município de Valença	12 014
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 6 - Município de Viana do Castelo	36 816
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 7 - Município de Vila Nova de Cerveira	4 434
AA - Assessorias Técnicas	14 010
Projetos no âmbito das candidaturas aprovadas ao aviso Poseur -12-2018-18 -Intervenções nos sistemas de abastecimento de água com o objetivo de controlo e redução de perdas - EH	11 220
PRC 141/20-Projeto de eficiência Hídrica em 3 (três) Subsistemas de Abastecimento de Água da AdAM". LOTE 1 - Subsistema de abastecimento de água de St. Ovídeo e Vila Praia de Âncora	502 591
PRC 070/2020 L1 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 1 (Município dos Arcos de Valdevez)	38 758
PRC 070/2020 L2 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 2 (Município de Caminha)	91 308
PRC 070/2020 L3 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 3 (Município de Paredes de Coura)	14 425
PRC 070/2020 L4 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 4 (Município de Ponte de Lima)	199 752
PRC 070/2020 L5 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 5 (Município de Valença)	207 154
PRC 070/2020 L6 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 6 (Município de Vila Nova de Cerveira)	80 403
PRC 107/2020 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 2ª FASE - Lote 1 (Município dos Arcos de Valdevez) Acordo Quadro	869 115
PRC 107/2020 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 2ª FASE - Lote 2 (Município de Caminha) Acordo Quadro	3 195
PRC 107/2020 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 2ª FASE - Lote 3 (Município de Paredes de Coura) Acordo Quadro	245 359
PRC 107/2020 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 2ª FASE - Lote 4 (Município de Ponte de Lima) Acordo Quadro	370 468
PRC 107/2020 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 2ª FASE - Lote 6 (Município de Viana do Castelo) Acordo Quadro	323 184
PRC 107/2020 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 2ª FASE - Lote 7 (Município de Vila Nova de Cerveira) Acordo Quadro	119 805
Sistema de Telegestão para o Controlo de Perdas de Água Eficiência Hídrica	511 854
PRC 002/2021 - Instalação de equipamentos de monitorização e controlo - 2ª fase - Município de Valença 2021 Acordo Quadro	188 568
PRC 080/20 - Remodelação interior do edifício do Núcleo de Proximidade Nordeste - Ponte de Lima (PRC 080/20)	6 553
PRC 020/20 - Remodelação interior do edifício do Centro Operacional Norte - Vila Nova de Cerveira	30 723
Aquisição de contadores	137 774
Aquisição de acessórios	11 657
Construção, instalação e arranque em operação de postos de tratamento de água para consumo humano	85 250
Aquisição software e serviços conexos para solução de gestão documental	12 895
Equipamento Administrativo diverso (DAF)	19 510
	8 917 641

Candidatura REAT

Na sequência da abertura do Aviso convite n.º 05/REAT-EU/2021 foi realizada pela equipa da DENGÁ uma candidatura que visa o fecho dos sistemas de águas residuais em baixa com vista à otimização da utilização da capacidade instalada e da adesão de serviço. Na candidatura engloba integram os Municípios dos Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, através dos seguintes projetos:

Tabela 18 - Candidatura REACT

			em euros
Nº inv.	Designação	Beneficiário	Gasto total
1	AVV.01 - Expansão da rede a Oliveira		124 344
2	AVV.02- Expansão da rede Souto e Santar		127 468
3	AVV.03- Expansão da rede Aguiã	Município de Arcos de Valdevez	47 896
4	AVV.04- Expansão da rede a Couto		77 837
5	AVV.05- Expansão da rede a Aguiã/Souto Santar/Oliveira		1 038 744
6	CMN.01 - Expansão da rede SAR Caminha e SAR Gelfa	AdAM	645 952
7	PRC.01 - Expansão da rede de saneamento	Município de Paredes de Coura	893 875
8	PTL.01 - SAR 4 - Sistema de Ponte de Lima	Município de Ponte de Lima	1 011 582
9	VLC.01- Rede de Saneamento de Silva	Município de Valença	705 603
10	VCT.01 - Rede de drenagem AR Carvoeiro		579 146
11	VCT.02 - Rede de drenagem Deão e Deocriste	Município de Viana do Castelo	2 175 067
12	VNC.01 - Expansão de rede SAR Covas		120 000
13	VNC02 - Expansão SAR Campos	Município de Vila Nova de Cerveira	594 286
			8 141 800

A execução destes trabalhos iniciou-se em 2022 e será concluída em 2023.

Nos quadros infra apresentam-se os KPI relativos à atividade da Área das Obras e Projetos da Direção de Engenharia e Gestão de Ativos:

Tabela 19 - Pedidos

Entradas	N.º de pedidos	Varição
Pedido de Elementos de Cadastro	838	↑8%
Pedidos de parecer projetos	1.420	↑8 %
Pedidos de Ramal	1.227	↑54%
Ramais para Mudança de Local de Contador	207	↓-21%
Informação Redes Prediais verificações	1 133	↑42 %
Inspeções vistorias redes prediais	80	↓-41 %

Tabela 20 - tempos médios de resposta

Indicador	Tempo médio de resposta (dias)
Tempo médio de resposta de Elementos de Cadastro	12
Tempo médio de resposta de parecer projetos	5,5
Tempo médio de resposta de pedidos de Ramal	82
Tempo médio de resposta de Ramais para Mudança de Local de Contador	40
Informação Redes Prediais verificações	16
Inspeções vistorias redes prediais	13

Qualidade da Água de Abastecimento para Consumo Humano

Sendo a Águas do Alto Minho, S.A. (AdAM), a principal Entidade Gestora (EG) do Sistema Público de Distribuição de Água para Consumo Humano, dos Concelhos de Arcos de Valdevez, Ponte de Lima, Paredes de Coura, Viana do Castelo, Caminha, Vila Nova de Cerveira e Valença, decorre desse título que, entre outras obrigações, compete à AdAM garantir que a água distribuída para consumo doméstico, em qualquer momento e ponto do sistema de abastecimento, possua as características que a definem como água potável, tal como são fixadas na legislação em vigor – Partes I, II e III do Anexo I do Decreto-Lei n.º 306/2007 de 27 de Agosto (entretanto atualizado/ alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017 de 07 de Dezembro).

Assim e no final de cada ano civil é elaborado um Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) do Sistema de Abastecimento Público, para o ano seguinte, cujo conteúdo é sujeito a aprovação pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, ERSAR e dado ao conhecimento e verificação pela Autoridade Regional de Saúde (AS). Nesse mesmo Programa, são estabelecidas as linhas orientadoras de um plano analítico, cujos resultados do ano de 2022, são seguidamente explanados.

Conteúdo do Programa de Controlo da Qualidade

A elaboração e implementação do PCQA seguem as determinações constantes na legislação em vigor, particularmente, o disposto no Decreto – Lei n.º 306/2007 de 27 de agosto (atualizado/ alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017 de 07 de dezembro). De acordo com os Anexos I, II e III do referido diploma legal, a AdAM acompanhou a qualidade da água distribuída em 2022, em cerca de **1430 pontos de amostragem** dispersos, estrategicamente, pelos 7 Concelhos e 100 Zonas de Abastecimento (ZA) que integram o Sistema de Abastecimento de Água (SAA); a **periodicidades de 3 a 4 dias por semana** (laboratórios externos) e **diariamente** (técnicos internos).

Recorrendo a laboratórios externos, ensaiaram-se **121 parâmetros de caracterização da qualidade** organolética, microbiológica, físico – química, fitoplanctónica, parasitológica, virológica, radiológica e relativa a

substâncias indesejáveis e tóxicas, que poderão ocorrer na água, agrupados em três grandes grupos de controlo analítico; Controlo de Rotina 1, Controlo de Rotina 2 e Controlo de Inspeção (PCQA), complementados por diversas determinações analíticas suplementares, referentes ao controlo operacional (PCO), análises verificação (AV), qualidade águas captadas (CAPT), tratamento de incumprimentos dos valores paramétricos (VP) e reclamações dos Clientes.

Tabela 21 - Controlo Qualidade da Água Consumo, ano 2022 - volume analítico

	Arcos Valdevez	Ponte Lima	Paredes Coura	Viana Castelo	Caminha	V.N. Cerveira	Valença	AdAM	Sistemas autónomos (prestação serviço)
Pontos Amostragem/ Colheitas	216	288	89	272	107	273	183	1 428	186
Zonas Abastecimento	22	15	8	4	7	27	17	100	26
Determinações PCQA	2 744	2 568	1 312	2 574	1 146	3 125	2 839	16 308	2 642
Determinações PCO (externo)	96	172	79	222	62	56	101	788	0
Determinações AV, CAPT e Outras	1 271	2 152	192	190	198	515	422	4 940	182
Determinações PCO (interno)	2 345	4 281	693	1 941	1 516	1 708	2 535	15 019	1 651

Laboratórios de Análise

Os 121 parâmetros enunciados no ponto anterior, foram amostrados e determinados analiticamente, com recurso a 4 laboratórios de referência nacional/ europeia, acreditados pelo IPAC (I, II) e com certificado de aptidão emitido pela Entidade Reguladora - ERSAR:

- I. Laboratório **SumaLab S.A.**: parâmetros microbiológicos, organoléticos, físico – químicos, parâmetros relativos a resíduos de metais pesados, pesticidas e compostos orgânicos (Controlos de Rotina 1 e 2, Controlo de Inspeção);
- II. Laboratório de controlo de qualidade e de processos **EQUILIBRIUM**: parâmetros fitoplanctónicos e bacteriológico complementar;
- III. Laboratório de Análises do **Instituto Superior Técnico (LAIST)**: parâmetros parasitológicos e referentes a virologia hídrica;
- IV. Laboratório **Radioactividade Natural da Universidade de Coimbra (LRN UC)**: parâmetros radiológicos.

O volume analítico executado externamente por este conjunto de laboratórios acreditados, totalizou-se em **24.860 determinações analíticas**, 22.036 referentes a monitorizações nas infraestruturas geridas pela AdAM e 2.824 referentes a prestação de serviço no controlo da qualidade da água nos sistemas autónomos geridos por 4 dos Municípios integrantes da Parceria.

As determinações analíticas desenvolvidas internamente na AdAM, pelas equipas técnicas de tratamento de água e controlo da qualidade da água distribuída, foram quantificadas em 16.670 determinações, envolvendo o ensaio de 13 parâmetros (PCO interno).

Tabela 22 – Número de análises realizadas, ano 2022 - volume analítico

Sistemas AdAM		Sistemas AdN ("conservativos")	Sistemas Autónomos	Total
18 633		3 188	3 039	24 860
Águas de Consumo		Origens/ Captações de Água	Processo Tratamento	Total
22 366		2 438	56	24 860
PCQA	PCO	Verificações (CAE)	Captações	Total
18 950		2 709	2 413	24 860

Evolução da Qualidade da Água distribuída ao longo do ano 2022

A avaliação da Qualidade da Água de Abastecimento no ano 2022, é auxiliada pela consulta das cartas gráficas apresentadas abaixo que enunciam a tipologia dos incumprimentos ocorridos, distribuição espacial dos mesmos e a percentagem de análises em não – conformidade com os VP – Valores Paramétricos (quadro).



Figura 18 - N.º Incumprimentos Valores Paramétricos - distribuição tipologia (PCQA 2022)

AdAM R&C 2022 86 de 221

Frederico





Figura 19 - N.º Incumprimentos Valores Paramétricos - distribuição espacial (PCQA 2022)

Assim em 2022 foram registados 70 incumprimentos dos VP na qualidade da água das Zonas de Abastecimento geridas pela AdAM, destacando-se pela tipologia as ocorrências de pH abaixo do limite paramétrico de 6,5 graus da escala *Sørensen* e especialmente, uma maior incidência nos Concelhos onde prolifera uma maior quantidade de pequenas Zonas de Abastecimento, com destaque para o Concelho de Vila Nova de Cerveira.

Relativamente ao ano de 2021, estes resultados traduzem uma **significativa melhoria de desempenho**, dada a **redução de 33%** do número de situações de incumprimento, verificada no corrente ano de 2022.

A AdAM tem a decorrer empreitadas dirigidas à mitigação das causas destas anomalias, i.e., expansão do sistema em alta com concomitante desativação de um conjunto destas pequenas Zonas de Abastecimento e instalação de sistemas de tratamento noutras Zonas de Abastecimento (unidades de desinfecção, ajuste de pH e remoção de metais de ocorrência natural em alguns aquíferos subterrâneos). Em 2022 foi ainda encetado um primeiro roteiro de higienização sistemática das infraestruturas de reserva de água, com o apoio de prestadores de serviços externos credenciados e recurso a agentes químicos de desincrustação/ desinfecção, homologados para o setor alimentar.

As águas distribuídas têm revelado ainda **elevada limpidez** (turvações inferiores a 1 unidade nefelométrica), **material orgânico impercetível** (oxidabilidades permanganato inferiores a 1 mg/l O₂) e **elevada qualidade microbiológica** (ausência de agentes patogénicos e crescimento de outros mesófilos/ termófilos indetetável na larga maioria das amostragens).

As várias violações dos Valores Paramétricos dos diversos parâmetros foram merecedoras de um acompanhamento apertado e rigoroso pela AdAM, com implementação imediata de **medidas corretivas e preventivas**, e recurso a análises de verificação e controlo das anomalias, de modo a garantir a salubridade dos abastecimentos. **Foram ainda confinadas no espaço e tempo** e dadas ao conhecimento da Autoridade de Saúde (AS) distrital e ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

Tabela 23 - Indicador ERSAR de Água Segura, AdAM 2022

Indicadores ERSAR (PCQA) (acumulado 2022)	
Sistemas AdAM	
Número análises obrigatórias regulamentares à qualidade da água (dAA39ab)	13 924
Número análises obrigatórias realizadas à qualidade da água (dAA37ab)	13 924
Número análises realizadas aos parâmetros com valor paramétrico (dAA38ab)	9 585
Número análises realizadas em cumprimento do valor paramétrico (dAA40ab)	9 515
Número de incumprimentos aos parâmetros com valor paramétrico	70
% Análises realizadas em relação ao regulamentar	100,00%
% Água segura (AA04ab)	99,27%

Considerando a análise dos parâmetros obrigatórios exigidos pela ERSAR, constata-se que os já citados 70 incumprimentos dos VP, consubstanciam uma percentagem de 99,27 no indicador de Água Segura (indicador AA04ab sistema ERSAR), valor que, pelo terceiro ano consecutivo, se enquadra no intervalo de bom desempenho estabelecido pelo regulador. Relewa-se que 2022 terá sido o ano em que pela primeira vez (antes e depois da criação da Águas do Alto Minho), a Qualidade da Água do agregado das Zonas de Abastecimento dos 7 Municípios da Parceria, superou a meta simbólica dos 99,0% definida pela ERSAR.

Qualidade da Água Residual Urbana rejeitada

No ano 2022 a Águas do Alto Minho recolheu 7.595.358 m³ de águas residuais urbanas, sendo 8,1% desse volume encaminhado para tratamento e rejeição no meio hídrico final, através de 27 ETAR de pequena dimensão, geridas e operadas pela AdAM. O volume remanescente (91,9%) foi conduzido às grandes infraestruturas de depuração, geridas pela entidade gestora do sistema em alta, Águas do Norte, S.A.

Com vista a acompanhar e garantir o bom desempenho destas 27 unidades de tratamento de águas residuais, a AdAM desenvolveu um Programa de Controlo da Qualidade das Águas Residuais (PCQAR), procurando responder, em simultâneo, às exigências colocadas ao longo do ano pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), com a emissão gradual dos diferentes Títulos de Utilização de Recursos Hídricos (TURH)/ Título Único Ambiental (TUA) referentes às ETAR; e necessidade de garantir um controlo contínuo dos processos biológicos e demais operações de tratamento das águas residuais.

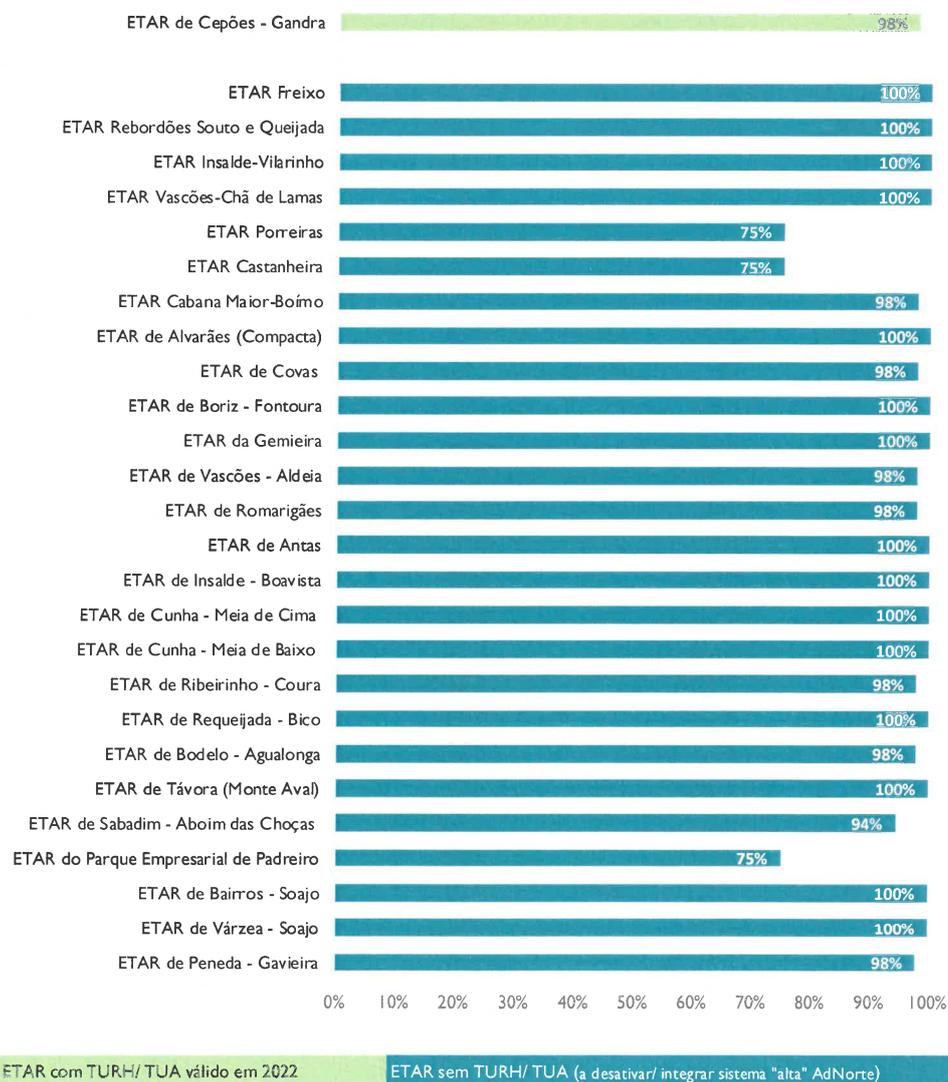
Tabela 24 - Controlo Qualidade da Águas Residuais, ano 2022 - volume analítico

	Quantidade (n.º)
Amostras compostas colhidas	495
N.º análises efetuadas (águas residuais urbanas)	3 888
N.º análises efetuadas (lamas depuração)	5
N.º análises efetuadas (PCO interno)	1 294
N.º parâmetros analisados (águas residuais urbanas)	23
N.º parâmetros analisados (lamas depuração)	5
N.º parâmetros analisados (PCO interno)	6
Laboratórios	2

Considerando a análise dos parâmetros obrigatórios exigidos pela APA, nos 27 TURH/ TUA, ativos no decurso de 2022 (sombreados a azul na figura 3), verifica-se que percentagem de conformidade das águas residuais com tratamento satisfatório (indicador AR2 I ab sistema ERSAR) situou-se em 97%, valor que pelo segundo ano consecutivo, se enquadra no intervalo de desempenho adequado (mediano) estabelecido pelo regulador.

A melhoria contínua deste indicador implicou um esforço operacional e de manutenção acrescido, com a execução de diversas ações de limpeza e desobstrução das infraestruturas, reparações elétricas e de substituição de alguns equipamentos eletromecânicos, reforço da monitorização analítica, tanto interna (cerca de 1300 determinações analíticas realizadas pelas Equipas Operacionais da AdAM), como externamente, teste de tratamentos físico-químicos e re-inoculações biológicas em algumas ETAR, situações que no conjunto, permitiram a operação satisfatória destas infraestruturas em 2022, que assim contribuíram para a manutenção da boa qualidade dos meios recetores das águas residuais urbanas tratadas pela Águas do Alto Minho.

Tabela 25 -- Cumprimento dos VLE por ETAR (acumulado anual)



Comercial

A gestão da relação com o cliente é um dos pilares que deve estar sempre presente na estratégia de qualquer empresa do setor. Procurar a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados, nomeadamente através da consistência e fiabilidade da faturação, garantindo um atendimento de qualidade, foi e será um dos objetivos primordiais da AdAM, com o propósito de ampliar e melhorar o serviço prestado ao Cliente e a sua satisfação.

O ano de 2022 ficará marcado pela mudança na relação entre a empresa e os seus clientes. Após a regularização dos valores não faturados no início de 2021 e um aumento exponencial do número de interações do cliente com a empresa, pelos diversos canais de comunicação, em 2022, por via da estabilização do processo de faturação, transmitindo maior confiança aos clientes, assistiu-se a uma melhoria significativa do número de reclamações e da nossa capacidade de resposta.

Deste modo, foi possível em 2022 solidificar e implementar procedimentos importantes na atividade comercial, com efeitos na prestação da empresa no que diz respeito à qualidade do serviço prestado.

A. Atendimento ao cliente

A AdAM disponibiliza vários canais de comunicações com o cliente: atendimento presencial, atendimento telefónico, correio eletrónico, balcão digital AdAMnet e site.

Em 2022, as oito lojas de atendimento da AdAM mantiveram-se abertas com o horário de atendimento idêntico ao previsto desde o início da atividade da, mantendo-se a possibilidade de marcação prévia do atendimento. Ao longo do ano o recurso a esta alternativa foi diminuindo tendo em conta que os tempos de espera foram mais reduzidos, face ao ano anterior, assim como o tempo médio de atendimento.

Tabela 26 - Número de clientes atendidos nas lojas

	2022	2021
Cientes atendidos nas lojas (n.º)	103 311	96 702
tempo médio de espera (min:seg)	05:22	05:20
tempo de média de atendimento (min:seg)	07:43	11:09

A seguir ao atendimento presencial, o canal mais procurado pelo cliente é o atendimento telefónico, seguido do balcão digital e site.

Tabela 27 - Número de clientes atendidos pelos diversos tipos

	2022	2021
Cientes atendidos nas lojas (n.º)	103 311	96 702
Balcão digital AdAMnet	47 167	64 178
Site	2 150	3 828
Atendimento telefónico	73 673	59 245

Reclamações, pedidos de informação e sugestões

A gestão de reclamações constitui uma área transversal a toda a Empresa, tornando-se por vezes difícil gerir os tempos, uma vez que são necessárias informações de outras áreas, para uma resposta mais objetiva e atempada. Paralelamente tentamos simplificar o conteúdo da resposta, primando por uma linguagem clara, assim como, sempre que possível, efetuar uma análise das causas das reclamações mais recorrentes.

A 4ª geração do sistema de avaliação pela Entidade Reguladora, aplicada em 2022, vem alterar o indicador de qualidade do serviço relativamente à Resposta a reclamações passando a designar-se Resposta a reclamações, sugestões e pedidos de informação. Deste modo, para além de avaliar a resposta a reclamações passou a incorporar sugestões e pedidos de informação, deixando ainda de ser apenas escritas e passando a avaliar igualmente as telefónicas.

Assim, durante o ano de 2022 foi necessário ajustar os procedimentos internos relativamente aos registos e monitorização das reclamações, sugestões e pedidos de informação.

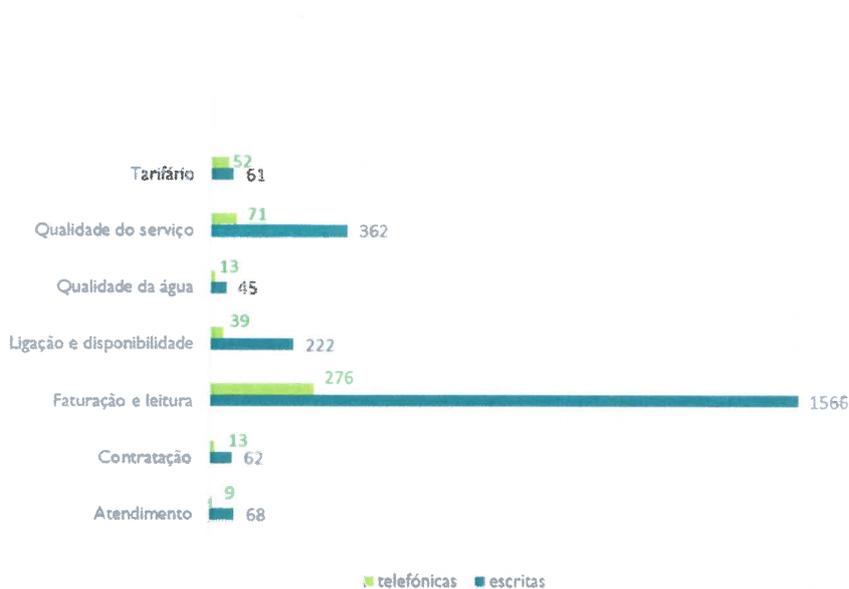


Figura 28 - Tipificação das reclamações

Em 2022, registaram-se 2.859 reclamações (2.386 escritas e 473 telefónicas) incidindo na maioria sobre faturação e leitura (1.842) sendo que muitas desprovidas de fundamento (cerca de 1.314).

Verificou-se uma redução de 3.869 reclamações em relação ao ano de 2021.

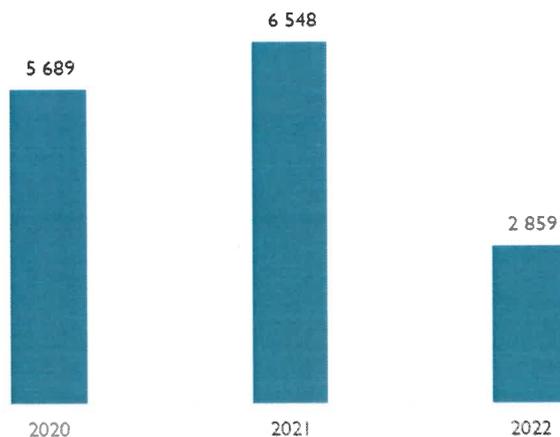


Figura 29 - Número de reclamações

Apenas uma reclamação foi respondida ao cliente fora do prazo, por motivo de erro no registo.

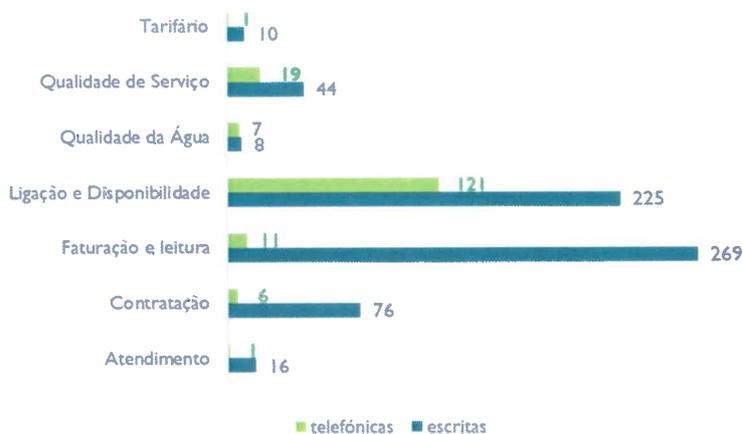


Figura 30 - Pedidos de informação

Foram registados 814 pedidos de informação (648 escritas e 166 telefónicas), incidindo a maioria sobre ligação e disponibilidade (346).

Faturação e Cobrança

No ano de 2022, na área de faturação manteve-se o procedimento, com as mesmas parametrizações de avisos sobre desvios da faturação e mantendo-se o contacto com os clientes para alerta, antes da emissão da fatura, por SMS, correio eletrónico ou contacto telefónico.

Periodicidade das leituras

Em 2021, tendo em conta um histórico de consumos dos clientes insuficiente e de forma a evitar estimativas enviesadas, optou-se pela periodicidade de leituras mensais. No ano 2022, e após regularização da maioria das leituras nos locais de consumo, regressamos às leituras com periodicidade bimestral.

Tabela 31- Tipologia das leituras

	2022	2021
Leitor	485 180	729 620
Cliente	117 670	129 710
Serviço	45 342	22 730
Telemetria	254 908	273 046

Das 117 670 leituras comunicadas pelo cliente, cerca de 44 928 foram comunicadas pela linha disponibilizada para comunicação de leituras, sendo este o meio de comunicação privilegiado pelos clientes.

Modalidade de envio da fatura e de pagamento

Em 2022, foram emitidas 1.348.813 faturas, sendo que 1.112.532 foram enviadas por correio (83%). No entanto, verificou-se um aumento da adesão à modalidade de envio de fatura por correio eletrónico, tendo uma representatividade de 20% sobre os clientes totais da AdAM.

Tabela 32- Modalidade de envio da fatura

	2022	Peso%	2021
Papel	88 147	80%	91 889
Fatura eletrónica	21 739	20%	16 471

Relativamente à modalidade de pagamento, a situação é mais equilibrada tendo-se registado um ligeiro aumento em 2022, face a 2021, o que demonstra o aumento de confiança dos clientes na Empresa.

Tabela 33- Modalidade de pagamento

	2022	Peso%	2021
Multicanal	55 954	51%	56 285
Débito em conta	53 932	49%	52 045

Cobrança

Em 2022 desenvolveram-se uma série de atividades que contribuíram para a obtenção de uma taxa de cobrança de 101%:

- Envio de avisos de corte a clientes com uma fatura vencida a funcionar em pleno e sem restrições. Emitiram-se 60.675 avisos que resultaram em 4.121 cortes por falta de pagamento e em 2.934 restabelecimentos por falta de pagamento. Do valor incluído nos avisos de corte obteve-se uma taxa de cobrança de 74%;
- Processo de cobrança extrajudicial, que permitiu numa primeira fase de implementação, a recuperação de cerca de 26 mil euros de dívida há mais de 180 dias;
- Constituição, no final de 2022, de cinquenta processos de pré-injunção/injunção de dívidas vencidas de valor elevado, com elevado risco de prescrição, ou situações de impossibilidade de interrupção do serviço por falta de pagamento, e que se pretende manter para o próximo ano;
- Processo de faturação estável que aumenta a confiança dos clientes e diminui as situações de insatisfação e por consequência o risco de cobrança dentro dos prazos estabelecidos;
- Contacto com clientes de dívidas de valor mais reduzido em situação de liquidação;
- Disponibilização do pagamento com recurso a acordos de pagamento, com vista a apoiar os clientes.

Pretende-se em 2023 iniciar o envio de SMS para alerta da data-limite de pagamento dos avisos de corte, para os clientes que disponibilizem contacto telefónico.

Envio de SMS

Em 2022, iniciamos o envio de SMS ao cliente no momento da execução de ligação, por via de colocação de contador ou apenas ligação do serviço, nas rescisões a pedido do cliente e nas substituições do contador, informando no momento a execução do serviço solicitado ou da iniciativa da Empresa, em detrimento do uso do papel.

Melhoria da informação de cadastro comercial

Ao longo do ano de 2022 a equipa de cadastro centrou o seu trabalho na atualização das moradas em quatro municípios:

- Ponte de Lima – atualização de 17.912 moradas, ficando ainda por atualizar 120 moradas;
- Arcos de Valdevez- atualização de 8.727 moradas, ficando por atualizar 2.908 moradas;
- Paredes de Coura – atualização de 5.426 moradas, ficando por realizar 107 moradas;
- Valença – atualização de 4.065 moradas, ficando por realizar 6.692 moradas.

Deteção e tratamento de ilícitos

No final do ano de 2022, foi construído um procedimento para tratamento de ilícitos de forma a uniformizar a forma de atuação e o seu acompanhamento até ao fecho do processo, podendo este seguir para processo judicial.

Os casos detetados durante 2022 foram tratados, existindo na generalidade cumprimento das orientações dadas pela Empresa para regularização das situações irregulares sem ser necessário o seguimento para processo judicial.

Adesão ao serviço de AA e AR

A 31 de dezembro de 2022 a AdAM tinha 108.887 clientes de abastecimento de água (mais 1.729 que em 2021) e 74.368 clientes de águas residuais (mais 2.717 que em 2021). Este aumento resultou de ação na área da dinamização comercial, com base na informação de cadastro dos municípios, partilhada pela DENGÁ.

Tabela 34 - Clientes de água por Município

								Unidade: em m ³
AA	Arcos de Valdevez	Caminha	Paredes de Coura	Ponte de Lima	Valença	Viana do Castelo	Vila Nova de Cerveira	Total
Domésticos	10 229	12 932	4 803	16 137	7 343	40 129	4 742	96 315
Não Domésticos	1 224	1 193	368	1 651	1 136	4 597	660	10 829
ISFL	92	31	69	96	24	332	14	658
Autarquias Locais	124	85	108	207	60	439	62	1 085
Total	11 669	14 241	5 348	18 091	8 563	45 497	5 478	108 887

Tabela 35 - Clientes de saneamento por Município

								Unidade: em m ³
AR	Arcos de Valdevez	Caminha	Paredes de Coura	Ponte de Lima	Valença	Viana do Castelo	Vila Nova de Cerveira	Total
Domésticos	4 398	10 032	2 249	8 055	4 261	33 577	2 888	65 460
Não Domésticos	731	834	262	1 179	853	3 768	428	8 055
ISFL	38	26	21	41	14	271	8	419
Autarquias Locais	46	50	37	35	21	205	40	434
Total	5 213	10 942	2 569	9 310	5 149	37 821	3 364	74 368

B. Plano de Ação de Melhoria dos Indicadores de Qualidade do Serviço

No ano de 2022, deu-se seguimento à implementação do Plano de Ação para a Melhoria dos Indicadores de Qualidade do Serviço, aprovado no final de 2021. No referido plano estão previstas ações que visam o aumento da adesão aos serviços e diminuição da água não faturada.

- Adesão do Serviço de AA e AR: a 01.01.2020 existiam redes de abastecimento de água e saneamento de águas residuais instaladas, que, através do trabalho conjunto realizado com a Direção de Engenharia e Gestão de Ativos, mais concretamente a área de Sistemas de Informação Geográfica, possibilitou a identificação de potenciais clientes dos dois serviços e inclusive clientes de AA com disponibilidade de rede de AR. O contacto com os representantes de 47 freguesias de todos os municípios da Parceria, permitiu o envio de 6.125 comunicações de disponibilidade de serviço. Este trabalho contribuiu para o aumento de clientes de AA e AR.
- Plano Metrológico de substituição de contadores: em 2022 foram substituídos 8.206 contadores nos Municípios de Ponte de Lima e Caminha. Para além dos substituídos no âmbito do Plano Metrológico,

foram substituídos contadores por motivos de anomalia e por motivo metrológico extra plano nos sete Municípios. Em 2023, pretende-se terminar a primeira fase do Plano Metrológico.

- Análise de clientes com consumo zero: foram identificados no final de 2021, com base no histórico dos 12 meses anteriores, 22.165 clientes com consumo zero nos sete Municípios. Em 2022, efetuaram-se 6.580 inspeções às redes prediais, nos municípios de Ponte de Lima e Viana do Castelo, com o objetivo de caracterizar os locais de consumo e detetar existência de redes de abastecimentos próprias e interligação das redes pública e privada.
- Análise de grandes consumidores: foram identificados 260 clientes com consumo mensal superior a 100m³, tendo sido efetuadas, em 2022, 49 inspeções. O objetivo é efetuar inspeção à rede predial que permita conhecer toda a rede de AA e AR de cada local e analisar o dimensionamento dos contadores instalados, a fim de proceder à sua substituição, por contadores ultrassónicos, que permitam uma maior fiabilidade da contabilização do consumo. Em 2022 procedeu-se à substituição de dez contadores volumétricos por ultrassónicos e verificou-se que cerca de 106 encontram-se em bom estado e bem dimensionados.

O Plano aprovado em 2021, previa a execução das ações no biénio 2022-2023, no entanto, tendo em conta as diversas ações incidentes sobre as mesmas equipas de trabalho, e face a algumas dificuldades encontradas que atrasaram a execução, terá de ser necessária uma revisão do mesmo, passando parte da execução para o ano de 2024.

Sistemas e Tecnologias de Informação (STI)

No ano de 2022, as atividades da Área de Sistemas e Tecnologia de Informação (STI) estiveram centradas na integração e implementação de tecnologia de suporte à atividade da Águas do Alto Minho, S.A. (AdAM), tendo como atividades próprias a gestão técnica e operacional dos equipamentos, aplicações e serviços associados aos sistemas informáticos, às telecomunicações, microinformática e das infraestruturas de segurança informática da empresa.

Os STI prestam um serviço transversal a toda a organização, o qual se centra na promoção de suporte tecnológico às diversas áreas da empresa, assim como na prestação de serviços de assistência técnica, gestão de contratos e serviços associados às diversas plataformas tecnológicas utilizadas pela AdAM, num quadro de eficiência e elevadas taxas de operacionalidade e disponibilidade, desenvolvendo competências para dar respostas às necessidades constantes.

Neste sentido, a AdAM tem vindo a adotar soluções com vista à transformação digital das suas áreas de negócio, utilizando tecnologias digitais que permitem mobilidade aliada à inovação organizacional, que se traduzem em novas formas de operar e de se relacionar com todas as suas equipas.

Foi mantida uma atividade relevante e sistematizada no suporte às aplicações empresariais da AdAM, além do constante desenvolvimento de melhorias e de novas funcionalidades nas mesmas. Esta ação concentra-se ainda numa contribuição importante na uniformização e unificação de procedimentos e processos da AdAM, levando os diferentes utilizadores a trabalhar sobre os mesmos recursos, sob iguais procedimentos, recorrendo a uma única base de informação, esbatendo com isso os condicionalismos resultantes da grande extensão do território de cobertura da AdAM e da dispersão das várias estruturas operacionais da empresa.

Seguidamente elencam-se algumas das principais atividades e projetos realizados pelos STI durante o ano de 2022.

Desenvolvimento de plataforma de integração e normalização de dados

A implementação de uma plataforma centralizada de integração e normalização de dados de caudais oferece uma série de benefícios para a empresa. Com a interligação de dados de sistemas legados, e dados fornecidos por outras empresas e diversos SCADA, mais de 100 milhões de dados são convertidos em informação operacional e de gestão, suportando a identificação e prevenção de perdas de água. Além disso, a integração totalmente automatizada dos caudais garante uma gestão eficiente e aumenta a produtividade da empresa. Esta solução foi totalmente desenvolvida pelos STI.

Acompanhamento do desenvolvimento de fluxos na ferramenta *Edoclink*

O projeto liderado pela empresa Águas da Região de Aveiro, S.A. para implementar a ferramenta *Edoclink* oferece a oportunidade de melhorar a comunicação entre as empresas envolvidas, facilitando a troca de informações e documentos de forma rápida e segura. Além disso, o uso da ferramenta aumenta a eficiência e agilidade nos processos de trabalho.

Implementação de soluções M365 para colaboradores

A implementação de soluções M365 para todos os colaboradores da empresa oferece uma série de benefícios, incluindo aumento da produtividade, facilidade de acesso a informações e documentos, melhoria na comunicação e colaboração entre equipas, além de oferecer soluções inovadoras para melhorar a eficiência no trabalho.

Sistemas Industriais

- Implementação de um novo sistema de Telegestão com uma nova arquitetura de rede e em *compliance* de segurança traz ainda mais benefícios para as empresas. Com esse novo sistema, será possível garantir a segurança dos dados operacionais, além de uma melhoria na gestão desses dados. Isso resultará em uma maior eficiência no processamento de informações, além de uma melhoria na qualidade dos serviços prestados.
- Comissionamento de mais de 300 equipamentos de data *logging*, instalados em reservatórios, caudalímetros e válvulas redutoras de pressão, entre outros.

Implementação de soluções de apoio à cibersegurança

- A implementação de soluções de monitorização *Zabbix* trouxe uma série de benefícios. A solução é altamente escalável e personalizável, permitindo que os utilizadores configurem o sistema para atender às suas necessidades específicas. Além disso, o *Zabbix* oferece monitorização em tempo real de rede, servidores, aplicativos e sistemas, o que permite identificar rapidamente problemas antes que eles causem danos significativos. Com a implementação desta solução, a AdAM também pode melhorar a eficiência operacional e aumentar a disponibilidade dos sistemas, o que resulta num melhor desempenho geral da empresa.
- A implantação da solução de inventariação de ativos IT permitiu uma série de benefícios para a AdAM. A solução também vai permitir gerir os ativos de TI e *helpdesk*, o que permite que a equipa de STI seja mais eficiente a desempenhar as suas tarefas.
- A implementação transversal de MDM (*Mobile Device Manager*) em todos os equipamentos móveis da empresa é fundamental para garantir a segurança da informação. Com esse sistema, será possível controlar e gerir os dispositivos móveis de forma mais eficiente, além de garantir a integridade dos dados armazenados nesses dispositivos. Isso resultará numa melhoria da segurança das informações da empresa, além de uma maior eficiência no processamento dessas informações.

Desenho e implementação de Hiperconvergência no Datacenter

- A implementação de uma solução de Hiperconvergência transversal a toda a organização, simplificando a infraestrutura e melhorando a agilidade, oferece uma série de benefícios, incluindo redução de custos, melhoria da eficiência, proteção de dados e alta disponibilidade.

Sistemas Industriais

- De forma a assegurar o cumprimento dos objetivos de gestão traçados, os Municípios da Parceria do Alto Minho apresentaram uma candidatura POSEUR-03-2012-FC-001257 com montante aprovado de 13,7 milhões de euros, dos quais 8,0 milhões de euros são destinados ao Sistema de Monitorização e Controlo da Eficiência Hídrica do Sistemas de Abastecimento de Água.
- Para a definição da telegestão (SCADA) da Águas do Alto Minho, S.A., foi realizado um diagnóstico aos sistemas de automação e comunicações do sistema integrado de abastecimento de água, para se determinar o projeto de execução para a instalação das infraestruturas que potenciem o controlo e a monitorização dos sistemas integrados na Parceria.

Plano de contingência para o verão 2022

- No âmbito da elaboração por parte da AdAM do Plano de Segurança da Água, os STI prestaram apoio na instalação e no sistema de notificação por SMS automatizada em cerca de 50 reservatórios dos vários municípios da concessão, o que permitiu aos coordenadores dos vários centros operacionais serem pró-ativos em relação às falhas de abastecimento à população.

Apoio em projetos globais da organização

De entre as várias atividades realizadas pela STI, destacam-se aqui alguns projetos de índole mais geral para a AdAM, tais como:

- Suporte à interligação SAP ↔ Aquaworks;
- Disponibilização de caudais à Operação em portal único;
- Melhoria na interligação entre dados dos *webservices* Aquamatrix com o SIG;
- Suporte às equipas operacionais na área de servidor e comunicação.

Representação Externas

Refere-se ainda que a AdAM manteve representação na Comissão Especializada de Sistemas de Informação (CESI) da APDA - Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas Residuais, representada pelo coordenador dos STI José Manuel Costa, continuando como coordenador da comissão em 2023.

Comunicação

2022 ficou marcado pelo regresso à dita normalidade. Deu-se um pontapé à COVID-19, respirou-se de alívio e abriram-se as portas às atividades com todos e todas. Mostrou ser um ano mais pacífico e estável, tendo sido possível manter e fazer crescer as relações de proximidade com todos/as os/as stakeholders.

No entanto foram ainda bastantes os desafios no nosso caminho, mas focamos a nossa energia na continua melhoria da qualidade dos nossos serviços, seguimos a investir na resiliência do nosso sistema e ampliá-lo, para podermos chegar mais longe, promovemos a literacia sobre poupança e qualidade de água e saúde pública e melhorar a imagem da Águas do Alto Minho aos olhos dos/das os/as stakeholders.

Na área da Comunicação, Informação e Educação Ambiental, desenhamos e realizamos diversas atividades e ações com o exterior divulgando o trabalho realizado, investimentos nos sistemas, melhoria de indicadores de serviço e pelo caminho ainda demonstramos a importância da Águas do Alto Minho no desenvolvimento económico da região e na preservação dos recursos hídricos e da saúde pública, realizamos atividades de Educação Ambiental junto das escolas e juntas de freguesia, promovemos o bom trabalho de todas as pessoas

que constituem a equipa Águas do Alto Minho e mais do que tudo, promovemos o bem estar junto dos/das nossos/as trabalhadores/as.

Seguimos fiel aos nossos valores e princípios e em 2022, foi possível celebrar em grupo o aniversário da empresa, o Natal dos graúdos e o Natal dos nossos petizes, promover o bem-estar de todos e de todas, realçando a conciliação da família com o trabalho.

Para 2023, seguimos resilientes nas nossas ações e mantemos o foco na proximidade com todas e com todos, clientes, parceiros, trabalhadores/as e comunidade envolvente.

9. A Gestão do Capital Humano

O início do ano 2022 fica marcado pela internalização do serviço de Atendimento Presencial a Clientes, o qual era anteriormente assegurado com recurso a contratos em regime de prestação de serviços, celebrados com entidades fornecedoras no âmbito de procedimentos de contratação pública para Prestação de Serviços de Atendimento a Clientes.

A empresa dispõe de atendimento presencial a clientes nas oito lojas de atendimento, pelo que a internalização deste serviço “core” tem como objetivo o foco na melhoria contínua no contacto com os clientes, que deverá ser refletido, essencialmente, na redução significativa do tempo de resposta sobre os serviços solicitados, na redução do número de reclamações, na melhoria da qualidade do serviço oferecido, na melhoria do conhecimento sobre aspetos específicos do perfil e atividade dos clientes, na melhoria da imagem da empresa, no aumento da perceção de valor do serviço e na melhoria dos indicadores de desempenho.

No ano 2022 merece especial destaque a concretização das admissões previstas para o quadro de pessoal, permitindo às equipas atingir o dimensionamento projetado.

Por outro lado, durante o ano procedeu-se à consolidação e robustez dos processos implementados nos anos anteriores, bem com à implementação dos restantes processos essenciais à gestão de recursos humanos.

De referir que a empresa implementou o modelo de teletrabalho parcial, em linha com o praticado no Grupo AdP, permitindo às pessoas assegurar as suas funções através de trabalho remoto para todas as atividades compatíveis com esta modalidade de trabalho, com as correspondentes vantagens a nível de conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, bem como a redução de deslocações, com os consequentes benefícios ambientais e económicos.

A Águas do Alto Minho prosseguiu durante o ano 2022 uma cultura interna de valorização das pessoas como modo de aproveitamento dos talentos individuais, de satisfação das necessidades funcionais da Empresa e da melhoria do bem-estar dos/as trabalhadores/as, quer através da aposta na carreira individual, em função das diferentes motivações, interesses e investimentos formativos de cada trabalhador/a, quer através de mobilidades funcionais e geográficas e de oportunidades de recrutamento interno.

Salienta-se ainda a saída de vários/as trabalhadores/as e os constrangimentos verificados na correspondente substituição face às contingências orçamentais e novos desafios do mercado de trabalho que limitaram a concretização de processos de recrutamento em tempo útil.

Em 31 de dezembro de 2022, a nossa equipa contava com 176 trabalhadores/as, em resultado das seguintes movimentações durante o ano, apresentando uma taxa de rotatividade de cerca de 9%:

MOVIMENTAÇÕES DE PESSOAL			
	Total	Mulheres	Homens
Admissões	38	18	20
Cessações	16	6	10

As cessações decorreram de iniciativa dos trabalhadores/as (7), de caducidade do contrato de trabalho (7) e do regime de aposentação (2).

As 38 admissões verificadas visaram o reforço do quadro de pessoal em linha com o aprovado no PAO 2022 e a substituição de trabalhadores/as que saíram no decurso do ano 2022, sempre que verificada essa necessidade. A informação que se apresenta nos quadros e gráficos seguintes não inclui Órgãos Sociais.

Caraterização

A equipa da Águas do Alto Minho, a 31 de dezembro de 2022, era constituída por 116 trabalhadores do sexo masculino (66%) e 60 trabalhadoras do sexo feminino (34%), com a seguinte distribuição por género:

Tabela 36 - Distribuição por género dos trabalhadores/as da AdAM

	Total	Mulheres	Homens
Chefia ^{*)}	7	4	3
Chefia intermédia	15	7	8
Técnico de apoio administrativo	49	33	16
Técnico operacional	88	5	83
Técnico Superior ou equiparado	17	11	6
Total	176	60	116

^{*)} Diretores e Chefias com reporte direto à Administração

No ano 2022, a Águas do Alto Minho deu continuidade à implementação do plano de igualdade de género, corporizando um conjunto de princípios e políticas de recursos humanos, não discriminatórios, pretendendo dar o seu contributo ativo, para a implementação das melhores práticas de promoção da igualdade na

sociedade. Nesse sentido, a Águas do Alto Minho está empenhada em garantir a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres em todos os processos de recrutamento e seleção.

No que se refere à média mensal da retribuição total anual dos trabalhadores/as com menor vencimento, verifica-se uma aproximação entre homens e mulheres. De referir que na Águas do Alto Minho existe igualdade remuneratória entre homens e mulheres nos vários níveis de responsabilidade de chefias. Acresce referir que no final do ano foi implementado o Novo Regime de Comissão de Serviço de Funções de Chefia, o qual visa uniformizar a atribuição das comissões de serviço na sequência do trabalho de diagnóstico de RH concluído no início de 2022, em resultado do qual foi possível apurar a existência de disparidades na atribuição das comissões de serviço nas empresas do Grupo Águas de Portugal.

OUTROS INDICADORES

Média mensal da retribuição total anual do trabalhador (masculino) com menor vencimento	883
Média mensal da retribuição total anual da trabalhadora (feminino) com menor vencimento	850
Média mensal da retribuição base mensal (dos trabalhadores/as no ativo com exceção do valor mais elevado)	1 028

Vínculo contratual

No que se refere ao vínculo contratual, 49% dos/as trabalhadores/as estão vinculados através de Acordos de Cedência de Interesse Público, em resultado do processo de integração de colaboradores dos Municípios. Destaca-se ainda que 47% dos/as trabalhadores/as celebraram contratos sem termo, decorrente do reforço do quadro de pessoal. Os contratos a termo certo visam suprir necessidades temporárias de carácter excecional.

A valorização profissional dos/as trabalhadores/as levou a empresa a repensar novos desafios futuros em termos de gestão de recursos humanos, concretizando-se durante o 2.º semestre de 2022 a passagem de 30 contratos de trabalho a termo para contratos sem termo, regularizando assim todas as situações correspondentes a necessidades permanentes, possibilitando também esta medida o incremento da satisfação dos trabalhadores/as.

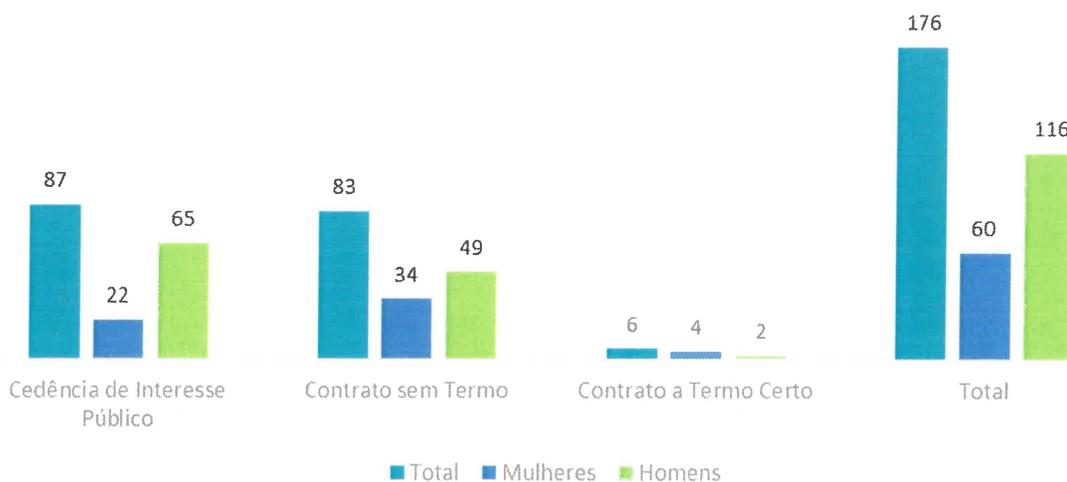


Figura 20 - Vínculo contratual dos trabalhadores/as da AdAM

Escalões etários

A idade média dos/as trabalhadores/as é de 45 anos (homens: 47 anos, mulheres: 42 anos), conforme distribuição etária abaixo apresentada. Cerca de 40% dos/as trabalhadores/as situam-se na faixa etária acima dos 50 anos.

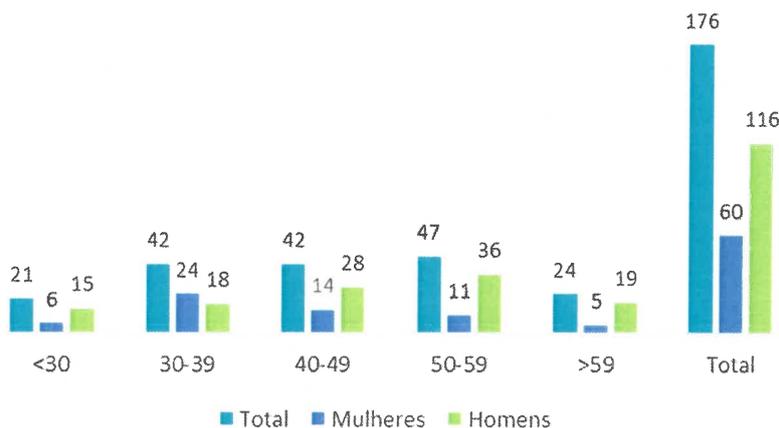


Figura 21 - Escalões etários dos trabalhadores da AdAM

Habilitações académicas

As habilitações académicas dos/as trabalhadores/as da AdAM estão distribuídas conforme a seguir apresentado, destacando-se que cerca de 31% detém qualificações ao nível do ensino superior.

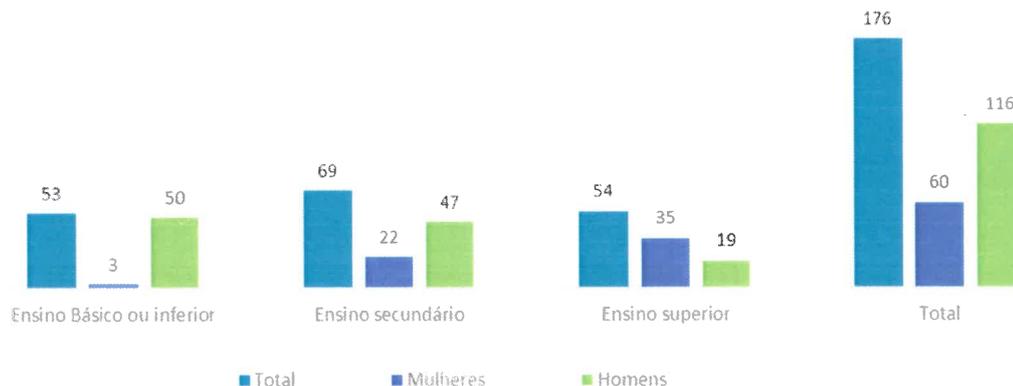


Figura 22 - Habilitações literárias dos trabalhadores da AdAM

Formação

No ano de 2022 realizaram-se diversas ações de formação interna e externa e de comunicação, por meios digitais e físicos, com especial enfoque na capacitação das equipas, onde se incluem ações específicas de acolhimento organizacional e funcional e de sensibilização, ações direcionadas para a utilização das aplicações informáticas e tecnologias de informação, as quais deram origem a 2.765 horas de formação (incluindo estagiários e uma prestação de serviços).

Em cumprimento do objetivo de satisfação das pessoas da nossa equipa, foram desenvolvidas ações de bem-estar e de sensibilização, ações de avaliação dos riscos psicossociais e implementação de medidas de prevenção, ações associadas ao desporto e organizada uma ação de *teambuilding* denominada *Team Day* – I Encontro de Chefias da Águas do Alto Minho, focada no tema “O Todo é maior do que a soma das partes” direcionada para chefias, com o objetivo de melhorar a comunicação interna, o alinhamento com a estratégia definida pela gestão e de potenciar o compromisso e envolvimento de tod@s, fortalecendo o espírito de equipa na empresa.



Figura 23 - Ações de Formação, Sensibilização e Desenvolvimento

Trabalho suplementar

O trabalho suplementar resulta sobretudo da necessidade da Águas do Alto Minho garantir tempos de resposta a ocorrências relacionadas com reparações e intervenções nos sistemas de abastecimento de água e águas residuais e de resposta a solicitações de clientes.

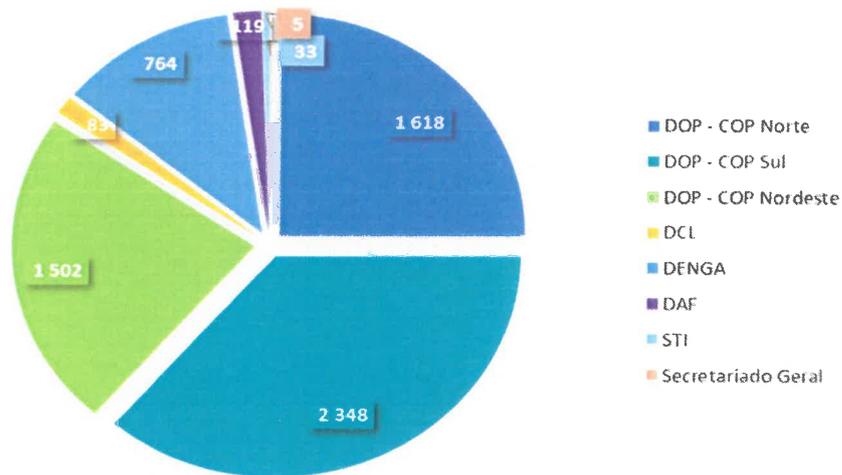


Figura 24 – Trabalho suplementar

Absentismo

A taxa de absentismo em 2022 registou um aumento considerável face a 2021, sobretudo decorrente de ausências por doença, situando-se em 6,42%, correspondendo a 19.228 horas de ausência. Este aumento justifica-se, essencialmente, pelo aumento do quadro de pessoal.

Tabela 37 - Tipo de absentismo

	Total
Doença	3,70%
Parentalidade	1,12%
Ausências - Covid-19	0,56%
Acidentes de Trabalho	0,41%
Assistência a Familiares	0,24%
Outras Licenças	0,16%
Dispensa do exercício de funções autárquicas	0,14%
Atividade Sindical	0,01%
Greve	0,05%
Outras Ausências	0,04%
Total	6,42%

Acidentes de trabalho

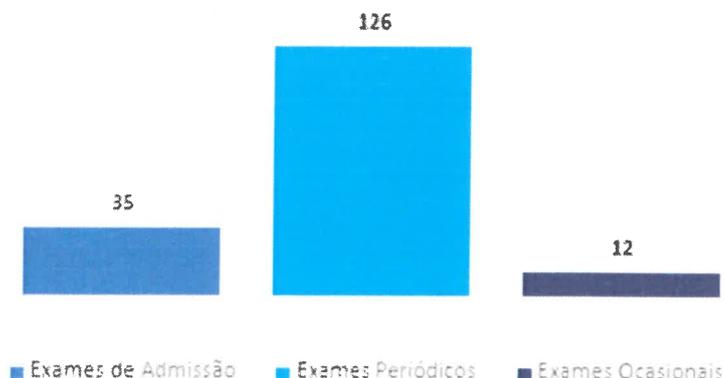
Em 2022 ocorreram 9 acidentes de trabalho, dos quais 5 deram origem a situações de baixa médica.

ACIDENTES DE TRABALHO	
	Total
N.º Acidentes de Trabalho	9
N.º Acidentes de Trabalho com dias perdidos	5
Total de dias perdidos	154

Medicina do trabalho

No decurso do ano de 2022, realizaram-se 173 exames médicos no âmbito da Medicina do trabalho para cumprimento das determinações legais aplicáveis. No gráfico seguinte detalha-se a tipologia dos exames realizados.

Tabela 38 - Exames realizados - por tipologia



Incentivos sociais

A Águas do Alto Minho disponibiliza diversos benefícios de âmbito social, com o objetivo de proporcionar condições de trabalho que valorizem as pessoas:

- Cabaz "Sou Bebê Alto Minho"
- Seguro de Saúde
- Seguro de Vida
- Bolsas de Estudo
- Dia da Mulher
- Aniversário da Águas do Alto Minho
- Oferta de café e bebidas quentes
- Cabaz de Natal
- Natal dos/as filhos/as dos trabalhadores e das trabalhadoras

Estágios profissionais

No ano de 2022 foi promovida a realização de 3 estágios para complemento de formação escolar e profissional e de valorização do percurso formativo individual, de grande utilidade para a Águas do Alto Minho.

Os estágios foram sustentados na elaboração prévia de um Plano de Estágio individual, validado pelo estagiário e respetivos orientadores de estágio na entidade escolar e na Águas do Alto Minho. Um estágio foi realizado na área de Compras e Logística integrada na Direção Administrativa e Financeira e dois, nas áreas de Obras e Projetos e de Manutenção, integradas na Direção de Engenharia e Gestão de Ativos.

O acolhimento de estagiários/as é uma prática que a Águas do Alto Minho pretende continuar a promover para desenvolvimento de projetos de investigação que apoiem e impulsionem os níveis de eficiência e eficácia do desempenho da empresa e, para possibilitar a partilha de boas práticas com a comunidade envolvente, assumindo-se a Águas do Alto Minho como um agente de formação em contexto profissional e de referência na comunidade escolar.

10. Análise Económica e Financeira

Introdução

A análise económica e financeira que se apresenta pretende abordar os resultados decorrentes do exercício de 2022, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas anexas.

Situação Económica

Os resultados apresentados pela AdAM nas suas demonstrações financeiras são influenciados pelo desvio de recuperação de gastos. Entenda-se o desvio de recuperação de gastos como o volume de rendimentos necessários à cobertura da totalidade dos gastos incorridos pela EGP, incluindo impostos sobre os resultados e a remuneração dos capitais próprios, e o volume de rendimentos efetivamente gerado, traduzindo-se assim o valor do desvio de recuperação de gastos no excedente (superavit) ou défice apurado.

O resultado líquido do exercício foi cerca de 240,1 mil euros e o desvio de recuperação de gastos registou um défice, de 2,1 M€. O cash flow operacional apresenta um valor de 2,7 M€, registando uma evolução francamente positiva face ao ano anterior, situando-se o resultado operacional (sem desvio tarifário) em cerca de 2,71 M€.

Unidade: euros

	2022	2021
Rédito de contratos com clientes	24 271 081	23 276 363
Rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	9 459 640	5 440 337
Gastos com mercadorias e matérias consumidas	-7 433 410	-8 125 457
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	-9 459 640	-5 440 337
Fornecimentos e serviços externos	-10 078 639	-10 842 245
Gastos com pessoal	-3 919 110	-3 502 226
Subsídios ao investimento	-67 857	285 110
Outros gastos e perdas operacionais	-49 513	-2 339 878
Outros rendimentos e ganhos operacionais	711	1 853
Cash flow operacional	2 723 263	-1 246 481
Perdas por imparidade e reversões do exercício	-301 994	-984 696
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	-5 135 408	-4 747 467
Resultados operacionais (sem desvio tarifário)	-2 714 140	-6 978 644
Desvio de Recuperação de Gastos	2 120 457	7 958 993
Resultados operacionais (com desvio tarifário)	-593 683	980 349
Gastos financeiros	-73 839	-90 816
Rendimentos financeiros	53 526	13 220
Resultados financeiros	-20 313	-77 595
Resultados antes de imposto	-613 996	902 754
Imposto do exercício	-88 379	-6 522
Imposto diferido	942 513	-700 518
Imposto sobre o rendimento	854 134	-707 041
Resultado líquido do exercício	240 138	195 713
Rendimento integral	240 138	195 713

De seguida apresentam-se os principais impactos da pandemia nas rúbricas de resultados:

Em euros

Efeitos COVID-19 - Impacto em resultados	31/12/2022	31/12/2021
FSE	2 628	148 337
FSE-Limpeza Higiene e Conforto	193	228
FSE-Segurança Trabalho	450	1 001
FSE- Desinfecção	949	1 310
FSE- Trabalhos Especializados	1 037	143 224
FSE- Franquia e Vales		2 575
FSE-Outros		
Gastos com o Pessoal	0	2 475
Outros gastos com pessoal		2 475
Gastos Financeiros	0	0




Situação Financeira

A AdAM apresenta um total de Balanço de 45 milhões de euros, que face ao ano anterior reflete um aumento de cerca de 7,1%, em grande parte devido ao investimento efetuado e ao aumento da atividade. O Capital Próprio cifra-se em 4,1 milhões de euros, contemplando o capital social no valor de 3,6 milhões de euros e o resultado líquido do exercício no valor de 240,1 mil euros.

	<i>Unidade: euros</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
Ativos Não Correntes	36 284 942	26 125 801
Ativos Correntes	8 863 571	16 030 297
Total do ativo	45 148 512	42 156 099
Capital próprio	4 114 446	3 874 308
Total do capital próprio	4 114 446	3 874 308
Passivos Não Correntes	29 556 262	22 941 944
Passivos Correntes	11 477 804	15 339 846
Total do passivo	41 034 066	38 281 791
Total do passivo e do capital próprio	45 148 512	42 156 099

Investimentos

Em 2022 a AdAM investiu um total aproximado de 9,5 milhões de euros.

II. Cumprimento das Orientações e Disposições Legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão					
Indicadores			x	Alínea a) do ponto 1 do capítulo	do Relatório & Contas
Não degradação do GO/VN face ao EVEF			x	Alínea a) do ponto 1 do capítulo	do Relatório & Contas
Volume de endividamento da sociedade			x	Alínea a) do ponto 1 do capítulo	do Relatório & Contas
Porcentagem de faturação que não é recebida e objeto de imparidades			x	Alínea a) do ponto 1 do capítulo	do Relatório & Contas
Cumprimento do EBITDA ajustado estimado no EVEF			x	Alínea a) do ponto 1 do capítulo	do Relatório & Contas
Porcentagem de água não faturada			x	Alínea a) do ponto 1 do capítulo	do Relatório & Contas
Qualidade da água fornecida			x	Alínea a) do ponto 1 do capítulo	do Relatório & Contas
Qualidade da água residual drenada			x	Alínea a) do ponto 1 do capítulo	do Relatório & Contas
Investimento			x	Alínea b) do ponto 1 do capítulo	do Relatório & Contas
Nível de endividamento			x	Alínea b) do ponto 1 do capítulo	do Relatório & Contas
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE			x		
Gestão do Risco Financeiro			x	Ponto 2 do capítulo	do Relatório & Contas
Limites de Crescimento do Endividamento			x	Ponto 3 do capítulo	do Relatório & Contas
Evolução do PMP a fornecedores			x	Ponto 4 do capítulo	do Relatório & Contas
Divulgação dos atrasos nos pagamentos ("Arrears")			x	Ponto 4 do capítulo	do Relatório & Contas
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			x		
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão			x		
CA - reduções e reversões remuneratórias vingentes em 2020			x	Ponto 6 do capítulo	do Relatório & Contas
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vingentes em 2020			x	Ponto 6 do capítulo	do Relatório & Contas
Auditor Externo - redução remuneratória vingente em 2020			x		
Artigo 32º e 33º do EGP					
Não utilização de cartões de crédito			x	Ponto 7 do capítulo	do Relatório & Contas
Não reembolso de despesas de representação pessoal			x	Ponto 7 do capítulo	do Relatório & Contas
Valor máximo de despesas associadas a comunicações			x	Ponto 7 do capítulo	do Relatório & Contas
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço			x	Ponto 7 do capítulo	do Relatório & Contas
Despesas não documentadas ou confidenciais - nº2 do artigo 16º do RJSP e art.º 11º do EGP					
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais			x	Ponto 8 do capítulo	do Relatório & Contas
Promoção de Igualdade salarial entre mulheres e homens - nº 2 da RCM nº 18/2014					
Elaboração e Divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens			x	Ponto 9 do capítulo	do Relatório & Contas
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção			x	Ponto 10 do capítulo	do Relatório & Contas
Contratação Pública					
Aplicação das Normas de Contratação Pública pela Empresa			x	Ponto 11 do capítulo	do Relatório & Contas
Aplicação das Normas de Contratação Pública pelas Participadas			x		
Contratos submetidos a visto prévio do TC			x		
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas			x	Ponto 12 do capítulo	do Relatório & Contas
Gastos Operacionais das Empresas Públicas			x	Ponto 13 do capítulo	do Relatório & Contas
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (artigo 49º do DLEO 2019)			x	Ponto 14 do capítulo	do Relatório & Contas
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28º do DL 133/2013)					
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP			x	Ponto 15 do capítulo	do Relatório & Contas
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial			x	Ponto 15 do capítulo	do Relatório & Contas
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado			x	Ponto 15 do capítulo	do Relatório & Contas
Auditorias do Tribunal de Contas					
Elaboração do Plano para a igualdade conforme determina o art.º 7º da Lei 62/2017, de 1 de :			x	Incluído no Relatório Sustentabilidade do Grupo AdP	Ponto 17 do capítulo do Relatório & Contas
Apresentação da demonstração não financeira			x		

A AdAM - Águas do Alto Minho, S.A., deu cumprimento integral às instruções, despachos e legislação diversa aplicáveis, que a seguir se apresentam em detalhe:

I. Objetivos de Gestão

Os objetivos do Grupo AdP, designadamente da empresa AdAM – Águas do Alto Minho são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do sector empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

- a) Por deliberação da Assembleia Geral de acionistas da sociedade, em 19 de setembro de 2019, foram aprovadas as seguintes orientações estratégicas, objetivos e indicadores de gestão e respetivas metas quantificáveis para o mandato 2019-2021.

Indicadores	2019 1.º ano	Ponderação do indicador	2020 2.º ano	Ponderação do indicador	2021 3.º ano	Ponderação do indicador
Indicador 0						
Contribuição da EG						
Integração Operacional da EG	Aterivel em função das datas Superado se totalmente integrados até 1/fev/2019 Atingido se totalmente integrados até 31/ago/2019 Não atingido se totalmente integrados após 31/ago/2019		n.a.		n.a.	
Integração Trabalhadores (75%)	Superado se totalmente enviado até 1/fev/2020 Atingido se totalmente enviado até 22/fev/2020 Não atingido se totalmente enviado após 22/fev/2020	100%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Envio da primeira fatura em nome da Parcerias (25%)	Superado se totalmente abertas até 1/fev/2020 Atingido se totalmente abertas até 22/fev/2020 Não atingido se totalmente abertas após 22/fev/2020		n.a.		n.a.	
Abertura de lojas (25%)	Superado se totalmente operacional até 1/fev/2020 Atingido se totalmente operacional até 22/fev/2020 Não atingido se totalmente operacional após 22/fev/2020		n.a.		n.a.	
Operacionalidade do call center (25%)	Superado se totalmente operacional até 1/fev/2020 Atingido se totalmente operacional até 22/fev/2020 Não atingido se totalmente operacional após 22/fev/2020		n.a.		n.a.	
Indicador 1						
GOMN						
Não degradação do GOMN face ao EMEF	n.a.		Não Atingido GOMN > 91,00% Atingido 89,00% ≤ GOMN ≤ 91,00% Superado GOMN < 89,00%	20%	Não Atingido GOMN > 91,00% Atingido 89,00% ≤ GOMN ≤ 91,00% Superado GOMN < 89,00%	20%
Indicador 2						
Endividamento						
Volume de endividamento da sociedade(*)	n.a.		Não Atingido Vol_End > 6,4M€ Atingido 5M€ ≤ Vol_End ≤ 6,4M€ Superado Vol_End ≤ 5M€	30%	Não Atingido Vol_End > que o valor atingido em 2020 Atingido 4,2M€ ≤ Vol_End ≤ que o valor atingido em 2020 Superado Vol_End ≤ 4,2M€	20%
(*) Devem ser deduzidos os eventuais montantes de dívida, decorrentes da realização de investimentos por conta dos municípios. Calcula-se como nas demais Entidades Gestoras do Grupo AdP.						
Indicador 3						
Degradação da tesouraria						
Porcentagem de faturação que não é recebida e objeto de impa	n.a.		Não Atingido IAF > 4,00% Atingido 3,00% ≤ IAF ≤ 4,00% Superado IAF ≤ 3,00%	5%	Não Atingido IAF > 3,00% Atingido 2,00% ≤ IAF ≤ 3,00% Superado IAF ≤ 2,00%	5%
Indicador 4						
Rentabilidade						
Cumprimento do EBITDA ajustado estimado no EMEF	n.a.		Não Atingido EBITDA < 1,5M€ Atingido 1,5M€ ≤ EBITDA < 1,7M€ Superado EBITDA ≥ 1,7M€	15%	Não Atingido EBITDA < 1,7M€ Atingido 1,7M€ ≤ EBITDA < 2,1M€ Superado EBITDA ≥ 2,1M€	15%
Indicador 5						
% de água não faturada (% de perdas)						
Redução da percentagem de água não faturada, associado ao % de água não faturada não atingida e caso esta não se cumpra (por incertezas face ao valor de partida) atingir uma redução em pp face ao ano anterior	n.a.		35% ou pelo menos -5pp Não atingido AIF ≥ 38,4% (valor de 18/04/2019) Atingido 38,4% ≤ AIF < 43,0% Superado AIF ≤ 35,0%	10%	30% ou pelo menos -5pp Não atingido AIF ≥ 35,0% (valor de 18/04/2019) Atingido 35,0% ≤ AIF < 40,0% Superado AIF ≤ 30,0%	10%
Indicador 6						
Qualidade Água Fornecida						
Qualidade da água fornecida para as captações próprias (sistemas não ligados à alta), aferida da mesma forma que as restantes EG do Grupo AdP	n.a.		98% Não atingido QAF < 95,0% Atingido 95,0% ≤ QAF < 98,0% Superado QAF ≥ 98,0%	15%	99% Não atingido QAF < 97,5% Atingido 97,5% ≤ QAF < 99,0% Superado QAF ≥ 99,0%	15%
Indicador 7						
Qualidade Água Residual Drenada						
Qualidade das águas residuais drenadas em infraestruturas sem ligação à alta (sistemas não ligados à alta), aferida da mesma forma que as restantes EG do Grupo AdP	n.a.		90% Não atingido QARD < 85,0% Atingido 85,0% ≤ QARD < 90,0% Superado QARD ≥ 90,0%	15%	95% Não atingido QARD < 90,0% Atingido 90,0% ≤ QARD < 95,0% Superado QARD ≥ 95,0%	15%
Avaliação Superado - 3 Atingido - 2 Não atingido - 1						
Arrendamento) a uma casa decenal						

Atendendo a que os Acionistas não procederam à eleição do Conselho de Administração para o mandato 2022-2024, os membros do Conselho de Administração eleitos para o mandato 2019-2021,

mantiveram-se em funções de gestão no exercício de 2022, não estando consequentemente fixados objetivos e indicadores de gestão para o referido exercício.

Sem prejuízo, o Conselho de Administração da Águas do Alto Minho S.A. pautou a sua atuação de acordo com as orientações estratégicas que lhe haviam sido determinadas no âmbito do mandato 2019-2021, bem como ao rigoroso cumprimento da Lei, designadamente, do DL 133/2013, de 3 de outubro e demais legislação aplicável. Em sede de Assembleia Geral, a administração da sociedade será avaliada qualitativamente pelos acionistas, no estrito cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 376.º do Código das Sociedades.

b) Execução do PAO 2022

Unidade: euros

Indicadores	PAO 2022	Executado 2022	Desvio (+/-)	Observações/medidas
Resultado líquido	256 849	240 138	-16 711	Os desvios verificamos resultam de maior eficiência operacional, em resultado do aumento do volume de negócios e da redução dos gastos operacionais
EBITDA	-800 254	2 790 408	3 590 662	
Resultado operacional ⁽¹⁾ (EBIT)	507 669	-895 678	-1 403 347	
Volume de Negócios ⁽²⁾	23 712 932	24 271 081	558 149	
Endividamento	15 700 000	6 858 053	-8 841 947	
Dívida Financeira líquida ⁽³⁾ /EBITDA	-	19,60	2,12	21,72

(1) Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

(2) Detalhar e quantificar nas observações sempre que outras parcelas, para além de vendas e prestação de serviços prestados, são consideradas no cálculo do VN

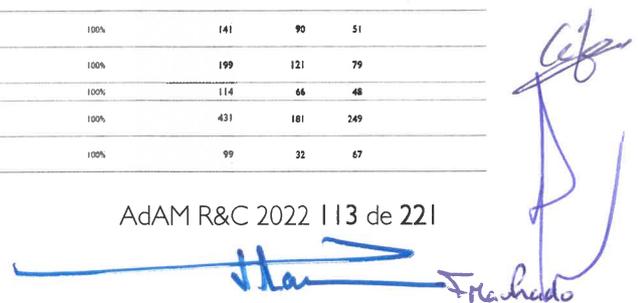
(3) Por dívida líquida entende-se o valor do endividamento reduzido das disponibilidades

c) Execução do plano de atividades e orçamento para 2022:

Os investimentos que apresentam valores executados superiores aos valores previstos para o ano 2022, resultam de estar previsto no Plano de investimentos 2022-2024 a sua execução ao longo do 2.º semestre de 2021, mas por atrasos de arranque das obras, ou por atrasos nos procedimentos de contratação, vieram a ser executados já no ano 2022.

Unidade: € euros

Investimento / Projecto	Fontes de financiamento			PAO 2022	Executado 2022	Desvio	Observações
	Fundos Comunit.	Auto-financiám. Endividamento					
	Programa	(%)	(%)				
PRC 057/2020 - Empreitadas de Execução para Remodelação de Redes de Abastecimento de Águas Previstas no Âmbito das Candidaturas Aprovadas do Aviso POSEUR-12-2018-18 Eficiência Hídrica - Lote 1 (Município de Arcos de Valdevez)	POSEUR-03-2012-FC-001257 - Intervenções nos sistemas de Abastecimento de Água com o objetivo de controlo e redução de perdas-Sistema de Águas do Alto Minho	39%	61%	71	148	77	
PRC 100/2020 - Empreitadas de Execução para Remodelação de Redes de Abastecimento de Águas Previstas no Âmbito das Candidaturas Aprovadas do Aviso POSEUR-12-2018-18 Eficiência Hídrica - Lote 2 (Município de Ponte de Lima)	POSEUR-03-2012-FC-001257 - Intervenções nos sistemas de Abastecimento de Água com o objetivo de controlo e redução de perdas-Sistema de Águas do Alto Minho	39%	61%	284	778	494	
PRC 007/2020 L3 - Empreitadas de Execução para Remodelação de Redes de Abastecimento de Águas Previstas no Âmbito das Candidaturas Aprovadas do Aviso POSEUR-12-2018-18 Eficiência Hídrica - Lote 3 (Município de Viana do Castelo)	POSEUR-03-2012-FC-001257 - Intervenções nos sistemas de Abastecimento de Água com o objetivo de controlo e redução de perdas-Sistema de Águas do Alto Minho	39%	61%	86	266	181	
PRC 007/2020 L4 - Empreitadas de Execução para Remodelação de Redes de Abastecimento de Águas Previstas no Âmbito das Candidaturas Aprovadas do Aviso POSEUR-12-2018-18 Eficiência Hídrica - Lote 4 (Município de Vila Nova de Cerveira)	POSEUR-03-2012-FC-001257 - Intervenções nos sistemas de Abastecimento de Água com o objetivo de controlo e redução de perdas-Sistema de Águas do Alto Minho	39%	61%	1 467	20	1 447	
PRC 037/2021 L1 - Empreitadas de Execução para Remodelação de Redes de Abastecimento de Águas Previstas no Âmbito das Candidaturas Aprovadas do Aviso POSEUR-12-2018-18 Eficiência Hídrica - Lote 1 (Município de Caminha)	POSEUR-03-2012-FC-001257 - Intervenções nos sistemas de Abastecimento de Água com o objetivo de controlo e redução de perdas-Sistema de Águas do Alto Minho	39%	61%	304	415	111	
PRC 037/2021 L2 - Empreitadas de Execução para Remodelação de Redes de Abastecimento de Águas Previstas no Âmbito das Candidaturas Aprovadas do Aviso POSEUR-12-2018-18 Eficiência Hídrica - Lote 2 (Município de Paredes de Coura)	POSEUR-03-2012-FC-001257 - Intervenções nos sistemas de Abastecimento de Água com o objetivo de controlo e redução de perdas-Sistema de Águas do Alto Minho	39%	61%	553	629	76	
PRC 037/2021 L3 - Empreitadas de Execução para Remodelação de Redes de Abastecimento de Águas Previstas no Âmbito das Candidaturas Aprovadas do Aviso POSEUR-12-2018-18 Eficiência Hídrica - Lote 3 (Município de Valença)	POSEUR-03-2012-FC-001257 - Intervenções nos sistemas de Abastecimento de Água com o objetivo de controlo e redução de perdas-Sistema de Águas do Alto Minho	39%	61%	572	684	112	
Remodelação de infraestruturas prioritárias Reformulação do sistema de elevação em Urgeiras e Cais (AR)			100%	330	-	330	
Implementação de medidas de beneficiação e segurança de instalações			100%	85	22	62	
PRC 023/2021 Execução de Ramais (AA/ARD) - Município de Arcos de Valdevez 2021 Acordo Quadro			100%	149	61	88	
PRC 137/2020 L2 Execução de Ramais (AA/ARD) - Município de Caminha 2021 Acordo Quadro			100%	158	-	158	
PRC 001/2021 L2 Execução de Ramais (AA/ARD) - Município de Município de Paredes de Coura 2021 Acordo Quadro			100%	141	90	51	
PRC 001/2021 L3 Execução de Ramais (AA/ARD) Município de Ponte de Lima 2021 Acordo Quadro			100%	199	121	79	
PRC 001/21 L4 Execução de Ramais (AA/ARD) - Município de Valença 2021 Acordo Quadro			100%	114	66	48	
PRC 137/2020 L6 Execução de Ramais (AA/ARD) Município de Viana do Castelo 2021 Acordo Quadro			100%	431	181	249	
PRC 001/2021 L5 Execução de Ramais (AA/ARD) - Município de Vila Nova de Cerveira 2021 Acordo Quadro			100%	99	32	67	



Investimento / Projeto	Fontes de financiamento				PAO 2022	Executado 2022	Desvio	Observações
	Fundos Comunit.		Auto-financiam. Endividamento					
	Programa	(%)	(%)	(%)				
PRC 050/2021 Empreitadas de execução de caixas de contador de abastecimento de água					69	40	29	
Extensão da rede de saneamento ao abrigo do aviso REACT AVV				100%	317	-	317	
Extensão da rede de saneamento ao abrigo do aviso REACT CMN				100%	317	60	258	
Extensão da rede de saneamento ao abrigo do aviso REACT PRC				100%	317	-	317	
Extensão da rede de saneamento ao abrigo do aviso REACT FTL				100%	317	-	317	
Extensão da rede de saneamento ao abrigo do aviso REACT VLC				100%	317	-	317	
Extensão da rede de saneamento ao abrigo do aviso REACT VCT				100%	317	-	317	
Extensão da rede de saneamento ao abrigo do aviso REACT VNC				100%	317	-	317	
Intervenções no SAA Lapela: zona norte do concelho - reforço Estrada Valença-Monção				100%	476	-	476	
Reabilitação da Ribeira de Anã Município de Viana do Castelo				100%	250	-	250	
Sistema de Abastecimento de água 2022				100%	396	709	313	
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 1 - Município de Arcos de Valdevez				100%	-	3	3	
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 2 - Município de Caminha				100%	-	6	6	
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 3 - Município de Paredes de Coura				100%	-	2	2	
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 4 - Município de Ponte de Lima				100%	-	2	2	
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 5 - Município de Valença				100%	-	2	2	
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 6 - Município de Viana do Castelo				100%	-	3	3	
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 7 - Município de Vila Nova de Cerveira				100%	-	4	4	
Sistema de Abastecimento de água residual 2022				100%	500	-	500	
Instalação de painéis fotovoltaicos nas infraestruturas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais.				100%	104	-	104	
AA - Assessorias Técnicas				100%	10	14	4	
ARD - Assessorias Técnicas					10	-	10	
Projetos no âmbito das candidaturas aprovadas ao aviso Poseur -12-2018-18 -Intervenções nos sistemas de abastecimento de água com o objetivo de controlo e redução de perdas - EH	POSEUR-03-2012-FC-001257 - Intervenções nos sistemas de Abastecimento de Água com o objetivo de controlo e redução de perdas-Sistema de Águas do Alto Minho	39%	61%		3	3	0	
PRC 141/20-Projeto de eficiência hídrica em 3 (três) Subistemas de Abastecimento de Água do AdAM: LOTE 1 - Subistema de abastecimento de água de St. Ovídeo e Vila Praia de Ancora	POSEUR-03-2012-FC-001257 - Intervenções nos sistemas de Abastecimento de Água com o objetivo de controlo e redução de perdas-Sistema de Águas do Alto Minho	39%	61%		51	503	452	
PRC 070/2020 L1 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 1 (Município dos Arcos de Valdevez)	POSEUR-03-2012-FC-001257 - Intervenções nos sistemas de Abastecimento de Água com o objetivo de controlo e redução de perdas-Sistema de Águas do Alto Minho	39%	61%		265	39	226	
PRC 070/2020 L2 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 2 (Município de Caminha)	POSEUR-03-2012-FC-001257 - Intervenções nos sistemas de Abastecimento de Água com o objetivo de controlo e redução de perdas-Sistema de Águas do Alto Minho	39%	61%		71	91	21	
PRC 070/2020 L3 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 3 (Município de Paredes de Coura)	POSEUR-03-2012-FC-001257 - Intervenções nos sistemas de Abastecimento de Água com o objetivo de controlo e redução de perdas-Sistema de Águas do Alto Minho	39%	61%		38	34	4	
PRC 070/2020 L4 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 4 (Município de Ponte de Lima)	POSEUR-03-2012-FC-001257 - Intervenções nos sistemas de Abastecimento de Água com o objetivo de controlo e redução de perdas-Sistema de Águas do Alto Minho	39%	61%		190	200	9	
PRC 070/2020 L5 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 5 (Município de Valença)	POSEUR-03-2012-FC-001257 - Intervenções nos sistemas de Abastecimento de Água com o objetivo de controlo e redução de perdas-Sistema de Águas do Alto Minho	39%	61%		274	207	67	
PRC 070/2020 L6 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 6 (Município de Vila Nova de Cerveira)	POSEUR-03-2012-FC-001257 - Intervenções nos sistemas de Abastecimento de Água com o objetivo de controlo e redução de perdas-Sistema de Águas do Alto Minho	39%	61%		61	80	19	
PRC 107/2020 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 2ª FASE - Lote 1 (Município dos Arcos de Valdevez) Acordo Quadro				100%	493	727	234	
PRC 107/2020 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 2ª FASE - Lote 2 (Município de Caminha) Acordo Quadro				100%	153	41	112	
PRC 107/2020 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 2ª FASE - Lote 3 (Município de Paredes de Coura) Acordo Quadro				100%	228	245	17	
PRC 107/2020 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 2ª FASE - Lote 4 (Município de Ponte de Lima) Acordo Quadro				100%	328	475	147	
PRC 107/2020 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 2ª FASE - Lote 6 (Município de Viana do Castelo) Acordo Quadro				100%	475	323	152	
PRC 107/2020 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 2ª FASE - Lote 7 (Município de Vila Nova de Cerveira) Acordo Quadro				100%	338	120	218	
Sistema de Telegestão para o Controlo de Perdas de Água Eficiência Hídrica				100%	1 000	512	488	
PRC 002/2021 - Instalação de equipamentos de monitorização e controlo - 2ª fase - Município de Valença 2021 Acordo Quadro				100%	239	189	51	
AA - Processos de expropriação/terrenos				100%	10	-	10	
ARD - Processos de expropriação/terrenos				100%	10	-	10	
PRC 072/2021 Lote 1 - Aquisição de serviços de fiscalização, gestão da qualidade, coordenação de segurança em obra e coordenação da gestão ambiental da empreitada de remodelação de redes de abastecimento de água - Municípios de Caminha, Paredes de Coura e Valença;				100%	34	-	34	

Investimento / Projeto	Fontes de financiamento				PAO 2022	Executado 2022	Desvio	Observações
	Fundos Comunit.		Auto-financiam. Endividamento					
	Programa	(%)	(%)	(%)				
PRC 072/2021 Lote 2 - Aquisição de serviços de fiscalização, gestão da qualidade, coordenação de segurança em obra e coordenação da gestão ambiental da aquisição de bens e serviços relativa à instalação de equipamentos de monitorização e controlo - Municípios de Arcos de Valdevez e Viana do Castelo;				100%	48	-	48	
PRC 072/2021 Lote 3 - Aquisição de serviços de fiscalização, gestão da qualidade, coordenação de segurança em obra e coordenação da gestão ambiental da aquisição de bens e serviços relativa à instalação de equipamentos de monitorização e controlo - Municípios de Paredes de Couriz e Ponte de Lima;				100%	28	-	28	
PRC 072/2021 Lote 4 - Aquisição de serviços de fiscalização, gestão da qualidade, coordenação de segurança em obra e coordenação da gestão ambiental da aquisição de bens e serviços relativa à instalação de equipamentos de monitorização e controlo - Municípios de Caminha e Vila Nova de Cerveira;				100%	25	-	25	
PRC 072/2021 Lote 5 - Aquisição de serviços de fiscalização, gestão da qualidade, coordenação de segurança em obra e coordenação da gestão ambiental da aquisição de bens e serviços relativa à instalação de equipamentos de monitorização e controlo - Município de Valença				100%	18	-	18	
Fiscalização REACT				100%	139	-	139	
Fiscalização EH - Arcos de Valdevez				100%	18	-	18	
Fiscalização EH - Ponte de Lima				100%	25	-	25	
Fiscalização EH - Viana do Castelo				100%	54	-	54	
Fiscalização EH - Vila Nova de Cerveira				100%	39	-	39	
Fiscalização EH Valença (SAA Lapela- Estrada Valença-Monção)				100%	23	-	23	
PRC 049/2021 Remodelação interior do edifício do Centro Operacional Sul - Viana do Castelo				100%	10	-	10	
Remodelação Centro logística				100%	5	-	5	
Aquisição de contentores				100%	136	270	134	
Aquisição de Sistemas de Telemetria				100%	700	5	695	
Aquisição de equipamentos para manutenção do parque de telemedição em Viana do Castelo (Abelheira, Amorosa, Cabedelo, Meadela, Praia Norte e Zona Industrial do Neivo)				100%	33	-	33	
Aquisição de acessórios				100%	49	127	78	
Aquisição de selos das instalações				100%	13	-	13	
Equipamentos e ferramentas para Centros de Exploração (PRC 076/21)				100%	42	69	27	
Equipamento de limpeza de saneamento				100%	26	-	26	
Construção de leito de secagem de lamas				100%	75	19	56	
Construção, instalação e arranque em operação de postos de tratamento de água para consumo humano				100%	-	85	85	
Bombas dosadoras de reagentes tratamento água				100%	13	21	8	
Bacias de retenção				100%	8	-	8	
Porta paletes eléctrico				100%	2	-	2	
Correlador Acústico Multi-funcional portátil				100%	10	-	10	
Medidor Portátil				100%	8	-	8	
Viatura Camião Grua				100%	-	1	1	
Aquisição da aplicação de Gestão de operação				100%	-	33	33	
Aquisição de mobiliário a equipamento administrativo para Centros Operacionais				100%	-	3	3	
Aquisição de Material Informático				100%	10	21	11	
Aquisição de Material Informático I				100%	5	-	5	
Aquisição de smartphones e tablets				100%	7	6	1	
Aquisição de equipamento informático diverso				100%	1	1	0	
Aquisição de Portal Intranet Portal IT Portal GOC				100%	5	4	1	
Aquisição software e serviços conexos para solução de gestão documental				100%	17	13	4	
Aquisição de PDQ com Tools PDQdeployment+PDQ inventory				100%	-	2	2	
Criação de datacenter				100%	1	-	1	
Aquisição de Aplicação de desmaterialização documental				100%	-	-	-	
MS SQL All-in-One Tools Bundle: (single business license + 3 year upgrades)				100%	1	2	1	
Mobile Device Manager				100%	5	-	5	
Plataforma de Auditoria Ficheiros				100%	7	2	5	
Tablet com aceleração VR e GPS preciso centimétrica				100%	10	-	10	
Sistemas de aquisição de dados e datalogger				100%	15	1	14	
Plataformas de cabimentação				100%	15	-	15	
Plataforma VVone				100%	20	-	20	
Plataforma Geofrota				100%	20	-	20	
Postas de carregamento				100%	19	-	19	
Impressora de Etiquetas - Marca Zebra				100%	1	-	1	
Leitor óptico -P/ leitura de Código de barras / QR				100%	0	-	0	
Acessórios para centro logístico				100%	18	-	18	
Software de Apoio à decisão Perdas				100%	13	37	24	
Site Institucional				100%	3	-	3	
Equipamento Administrativo diverso (DAF)				100%	-	31	31	
Fosfímetro Cloro Livre e pH, ProMinent Dulcostest DTI ou similar				100%	1	3	2	
Turbidímetro Eutech Instruments TN-100 ou similar				100%	2	-	2	
Medidor Condutividade e pH Hach Sension+ MM150 ou similar				100%	1	1	0	
Enxofa microbiológica Selecta Inculdige-TFT 36L ou similar				100%	1	-	1	
Medidor portátil Oxigénio Dissolvido				100%	2	-	2	
					15 088	8 888	6 200	

2. Gestão do Risco Financeiro

As atividades do Grupo estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado financeiro, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela holding (AdP SGPS).

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto ao BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente a AdP SGPS tem financiamentos externos de longo prazo, através de três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos cash-flows da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, através da escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final.

No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

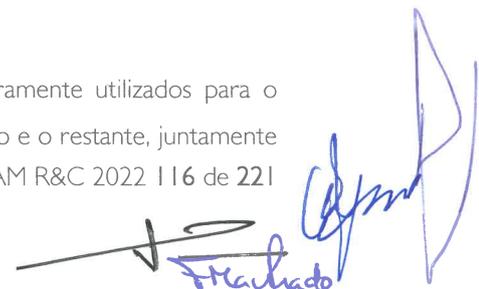
A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneo e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneo.

Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permite fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o "rating" dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste. Tendo em atenção a questão da dilação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras.

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das empresas, são primeiramente utilizados para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada do grupo e o restante, juntamente



Handwritten signature in blue ink.

com as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de Parceria são efetuadas junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do grupo é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da Empresa advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Empresa ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Empresa ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da Empresa.

2022	31.12.2022	Concessão / Parceria	Taxa média + 1%	Taxa média - 1%
Juros Suportados a taxa variável(*)	82 940	Parceria	130 757	35 124
	82 940		130 757	35 124

* o montante de juros suportados não inclui juros de locações

Risco de taxa de câmbio

A exposição ao risco de câmbio na AdP é residual. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional da AdP. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando *swaps* centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos, quando tal se justifique.

Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A AdP efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdP por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

	nota	<1 ano	1 a 5 anos	>5 anos
Financiamentos		1 978 578	3 652 297	1 950 328
Fornecedores e outros passivos		9 531 372	2 430 848	451 479

Unidade: euros

Para efeitos de determinação dos juros futuros a taxa variável considerou-se (i) o cupão dos juros conhecidos a 31 de dezembro de 2022 e a liquidar em 2023; e (ii) para os cupões seguintes considerou-se o indexante Euribor em 31 de dezembro de 2022 acrescido do spread contratualmente formalizado.

Em setembro de 2017 o Grupo AdP celebrou um contrato de financiamento a 25 anos, de 220 milhões de euros (tranche A) com o Banco Europeu de Investimento, ao abrigo de uma linha de crédito de 420 milhões de euros aprovada em julho de 2017 pelo Conselho de Administração desta instituição financeira. Adicionalmente, em 31 de julho de 2019 o Grupo AdP formalizou os remanescentes 200 milhões de euros (tranche B) que podem ser utilizados por contrapartida da cessão sem recurso de acordos de regularização de dívida celebrados entre o Grupo AdP e os clientes municipais conforme previsto no Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro. Em 22 de novembro de 2022, foi celebrado um aditamento às duas tranches: (i) transferência de plafond no montante de 100.612 mil euros da tranche B para a tranche A; (ii) prorrogação da data final de disponibilidade do financiamento até 14 de setembro de 2023; (iii) waiver ao covenant "Net debt/EBITDA" relativo ao ano 2023. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo AdP tem utilizados 280 milhões de euros da tranche A e 49,3 milhões de euros da tranche B.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AdP não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos a liquidar no curto prazo, a AdP (via empresas do Grupo) dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

Risco de liquidez	Tipo	Valor do Plafond negociado	Valor do Plafond utilizado	Valor do Plafond disponível a
			31.12.2022	31.12.2022
Acionista AdP - Apoio de tesouraria	Curto prazo renovável	6 000 000	1 850 000	4 150 000
Acionista AdP - Suprimento	Médio e longo prazo	12 500 000	5 000 000	7 500 000

Unidade: euros

O objetivo da AdP em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da Posição Financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da AdP (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas

participadas. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

		<i>Unidade: euros</i>	
	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos não correntes	18.2	5 000 000	-
Empréstimos Correntes	18.2	1 858 053	3 905 222
Disponibilidades	13.2	937 789	588 821
Dívida Líquida		5 920 265	3 316 401
Subsídios ao Investimento	17.2	5 817 217	9 460 074
Capital Próprio	14.2	4 114 446	3 874 308
Capitais Permanentes		9 931 663	13 334 382
Dívida/Capitais Permanentes		0,60	0,25

O modelo de financiamento da AdP assenta fundamentalmente em duas grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento obrigacionista e no capital próprio.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a AdP. A AdP está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados às subsidiárias e a suprimentos/apoios de tesouraria concedidos às subsidiárias.

O risco de crédito das subsidiárias é diminuto atendendo às respetivas situações financeiras e aos enquadramentos legais e regulatórios. Com efeito, nos sistemas de titularidade estatal, os rácios de autonomia financeira são elevados e nos sistemas multimunicipais ou em regime de parceria, os contratos de concessão ou parceria, dispõem de mecanismos de reposição do equilíbrio económico-financeiro de forma a assegurar o cumprimento de todas as responsabilidades com terceiros, nomeadamente as responsabilidades resultantes do serviço da dívida.

Acresce que, no caso dos sistemas multimunicipais e nas parcerias, foi consolidada a disposição regulatória e legislativa que assegura a recuperação das dívidas dos municípios a esses sistemas no âmbito do cômputo do Desvio de Recuperação de Gastos, que por sua vez tem um prazo de recuperação definido por Decreto-Lei.

Em 31 de dezembro de 2022 a exposição ao risco de crédito tem o seguinte detalhe:

Segmento de negócio	Negócio "Baixa"				Total	Grandes clientes industriais e outras entidades Médio	Empresas do Grupo Baixo	TOTAL
	Municípios (1)	Estado e Setor Público (2)	Outros (3)					
Risco	Baixo	Baixo	Médio					
Exposição bruta	1 980 700,77	125 946,01	4 801 538,44	6 908 185,22			297,79	6 908 483,01
Imparidade	-		- 1 443 134,99	- 1 443 134,99				- 1 443 134,99
Exposição líquida	1 980 700,77	125 946,01	3 358 403,45	5 465 050,23			297,79	5 465 348,02

(1) Inclui Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais

(2) Inclui organismos públicos e Administração Central do Estado

(3) Inclui clientes domésticos, comércio e indústria

Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdP ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2022 e 2021, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na Demonstração da Posição Financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da Demonstração da Posição Financeira.

Unidade: euros

Rating	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos à Ordem	936 741	587 803
Rating		
BB	106 303	
BBB	19 182	
BBB+	733 965	
Ba 1		
Baa 1		15 385
Baa 2	77 291	572 419
Baa 3		
TOTAL	936 741	587 803

(a) Em 31 de dezembro de 2022 inclui depósitos bancários junto da Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. no montante de 733.965 euros (setecentos e trinta e três mil novecentos e sessenta e cinco euros), incluindo reforços de cauções a fornecedores que totalizam 728.109 euros (setecentos e vinte e oito mil cento e nove euros).

O quadro seguinte ilustra a evolução da taxa média de financiamento, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados.

Unidade: euros

Anos	2022	2021
Encargos Financeiros (€)	82 940	32 066
Taxa Média de Financiamento (%)	1,73%	1,61%

3. Limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º 1 do artigo 65.º da Lei n.º 75/2020, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2021), apurado nos termos da fórmula disposta no n.º 4 do artigo 159.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho (DLEO2019)

Nos termos do n.º 2 do artigo 145.º do DLEO 2022, consideram-se novos investimentos com expressão material os que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a € 10 000 000 ou a 10 % do orçamento anual da empresa. A evolução do endividamento em 2022 na AdAM é apresentada no mapa seguinte:

	Unidade: euros	
Dívidas vencidas	2022	2021
Financiamento Remunerado (Corrente e não corrente)	6 850 000	3 900 000
Capital Social/Capital Estatutário	3 600 000	3 600 000
Novos Investimentos no ano 2022(com expressão matr	7 799 520	-
Varição do Endividamento	-64,66%	

A AdAM no ano 2022 executou um volume de investimento de cerca de 9,5 milhões de euros, mais 4 milhões do que no ano 2021. Na sua grande maioria são investimentos com expressão material, por esse motivo a variação do endividamento regista uma evolução de -64,66%.

4. Evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores, em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

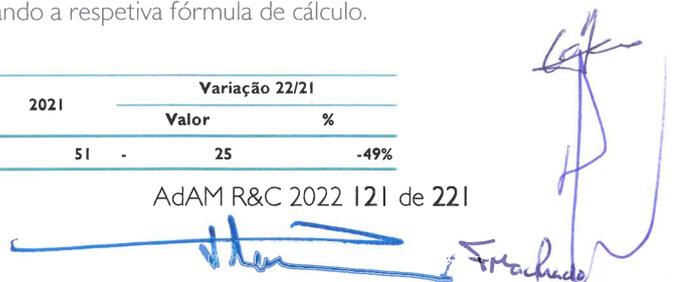
A Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro aprova o Programa “Pagar a Tempo e Horas” que visa reduzir os prazos médios de pagamento praticados por entidades públicas a fornecedores de bens e serviços.

A referida RCM estabelece a fórmula a usar para o cálculo do Prazo Médio de Pagamento (PMP) registado no final de cada trimestre pelas empresas públicas, incumbindo à Direção Geral do Tesouro e Finanças efetuar o apuramento do mesmo e publicitá-lo na sua página eletrónica na Internet.

O Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, adaptou o indicador de PMP previsto no n.º 6 do anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 de 22 de fevereiro, alterando a respetiva fórmula de cálculo.

PMP	2022	2021	Varição 22/21	
			Valor	%
Prazo (dias)	26	51	- 25	-49%

AdAM R&C 2022 121 de 221



Handwritten signature and stamp, likely indicating approval or completion of the report.

Em 2022 a AdAM cumpriu este indicador, reduzindo em cerca de 50% o seu valor face a 2021. Esta situação foi possível, em grande parte, devido aos procedimentos de recuperação de dívida implementados ainda no último trimestre de 2021.

Unidade: euros

Variação do Endividamento (execução)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1º DL 65-A/2011 (€)				
	Valor(€)	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias
Aq. de Bens e Serviços	1 204 898	2 446	8 887	25 431	53 042
Aq. de Capital	399 569	8 793	2 015	6 824	7 751
Total	1 604 466	11 239	10 903	32 255	60 793

5. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

Não foram feitas recomendações pelos acionistas em sede de aprovação dos documentos de prestação de contas. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

6. Remunerações

Mesa de Assembleia Geral

Mandato	Cargo	Nome	Valor da senha fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
Início-Fim				
2019-2021	Presidente	João Manuel do Amaral Esteves (*)	-	-
2019-2021	Vice-Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes		
2019-2021	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	350	350
(*) Não remunerado pela AdAM				350

Conselho de Administração

Mandato	Cargo	Nome	Designação			Remuneração			
			Forma ¹	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D) ²	Identificação da data de autorização e forma	Identificação do nº total de mandatos
(Início-Fim)									
2021	Presidente Executivo	João Pedro Moura Castro Neves	DUE	15/04/2021	Sim	AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	O		1
2020-2021	Vogal Executivo	Fernanda Maria de Sousa Machado	Deliberação do Conselho de Administração	03/08/2020	Não	AdAM - Águas do Alto Minho, S.A.	D		1
2019-2021	Vogal não Executivo	Célia Maria Pereira Cardoso André	DUE	15/07/2019	Sim	AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	O	(*)	1
2019-2021	Vogal não Executivo	Vitor Paulo Gomes Pereira	DUE	15/07/2019	Sim	Município de Paredes de Coura	O		1
2021	Vogal não Executivo	Manuel António Azevedo Vitorino	DUE	24/11/2021	Sim	Município de Viana do Castelo	O		1

¹ Deliberação Unânime por escrito

² Opção pela remuneração do lugar de origem - prevista no nº9 do artigo 28º do EGP. Indicar entidade pagadora (O - origem/D - Destino)

* Enquanto acumular funções em outra ou outras empresas do Grupo AdP auferido por via das mesmas a sua remuneração será faturada pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. nos dados em que as mesmas sejam devidas.

Membro do Órgão de Administração*	Acumulação de Funções			
	Entidade	Função	Regime	Data da autorização e forma
João Pedro Moura Castro Neves	Águas de Portugal SGPS, S.A.	Administrador Vogal Executivo	Público	15/04/2021 DUE
Célia Maria Pereira Cardoso André	Águas de Portugal SGPS, S.A.	Direção de Regulação, Planeamento e Controlo de Gestão	Público	03/08/2020 Deliberação do Conselho de Administração
Célia Maria Pereira Cardoso André	Águas da Região de Aveiro, S.A.	Vogal Não Executivo	Público	15/07/2019 DUE
Vitor Paulo Gomes Pereira	Município de Paredes de Coura	Presidente da Câmara	Público	15/07/2019 DUE
Manuel António Azevedo Vitorino	Município de Viana do Castelo	Vereador	Público	24/11/2021 DUE

*Apesar do Mandato ter terminado a 31 de dezembro de 2021, os membros do Conselho de Administração mantêm-se em funções, considerando ainda não ter havido nomeação de novo Mandato em Assembleia Geral de Acionistas

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2022(€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Carlos Manuel Martins ¹	1 692	-	1 692	-	1 692
João Pedro Moura Castro Neves	29 789	-	29 789	1 489	28 300
Fernanda Maria de Sousa Machado	69 682	-	69 682	3 484	66 198
Célia Maria Pereira Cardoso André	16 054	-	16 054	-	16 054
Vitor Paulo Gomes Pereira	-	-	-	-	-
Manuel António Azevedo Vitorino	-	-	-	-	-
	117 217	-	117 217	4 974	112 243

¹ Foi ajustada uma estimativa do valor a faturar do anterior Presidente não executivo, por se ter verificado que o valor estimado a faturar estava subcalculado

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento	Despesas de Representação
João Pedro Moura Castro Neves	S	C	4 633	1 853
Fernanda Maria de Sousa Machado	S	C	3 706	1 483
Célia Maria Pereira Cardoso André	S	C	927	-
Vitor Paulo Gomes Pereira	S	C	-	-
Manuel António Azevedo Vitorino	S	C	-	-

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)						
	Valor do Subsídio Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo anual	Encargo anual	Outros
	Valor/dia	Montante pago ano	(Identificar)	Encargo Anual	Seguro de Saúde	Seguro de Vida	(Identificar) Valor
João Pedro Moura Castro Neves	7,14	643	IGPSS	6 885	255	726	-
Fernanda Maria de Sousa Machado	7,14	1 671	Caixa Geral de Aposentações	16 416	799	2 275	-
		2 313		23 301	1 054	3 000	

Conselho Fiscal

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Mensal fixado (€)	N.º de Mandatos
			Forma ¹	Data		
2019-2021	Presidente	Maria Albertina Almeida Barreiros Rodrigues	DUE	15/07/2019	1 297	1
2019-2021	Vogal	Maria Augusta João Cepeda Tomé	DUE	15/07/2019	973	1
2019-2021	Suplente/Vogal	Pedro Leonel Coquenim de Azevedo Canteiro	DUE	15/07/2019	973	1

¹ Deliberação Unânime por escrito (DUE)

Conselho Fiscal	Remuneração Anual(€)		
	Bruto (1)	Reduções	Valor Final (3) = (1)-(2)
		Remuneratórias (2)	
Maria Albertina Almeida Barreiro Rodrigues	18 162	908	17 254
Maria Augusta João Cepeda Tomé	13 621	681	12 940
Pedro Leonel Coquenim de Azevedo Canteiro	13 621	681	12 940
	45 404	2 270	43 134

ROC

Mandato		Cargo	Identificação		Designação			N.º de anos de funções exercidas no Grupo	N.º de anos de funções exercidas na Sociedade	
Início	Fim		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º de Registo na CMVM	Forma	Data			Data Contrato
2019	2021	Efetivo	Prize WaterHouseCoopers, com inscrição na Ordem dos revisores Oficiais de Contas sob o número 183, e registada na CMVM sob o número 20161485, representada por José Alves Bizarro Duarte inscrito na Ordem dos revisores Oficiais de Contas sob o número 1957 e registado na CMVM sob o número 20200003 e por João Rui Fernandes Ramos, inscrito na Ordem dos revisores Oficiais de Contas sob o número 1333 e registado na CMVM sob o número 20160943	183	20161485	Assembleia Geral	19/19/2019	03/03/2020	3	3
		Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	Assembleia Geral	19/19/2019	-	3	3

Mandato		Cargo	Identificação		Designação			N.º de anos de funções exercidas no Grupo	N.º de anos de funções exercidas na Sociedade	
Início	Fim		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º de Registo na CMVM	Forma	Data			Data Contrato
2019	2021	Efetivo	Prize WaterHouseCoopers, com inscrição na Ordem dos revisores Oficiais de Contas sob o número 183, e registada na CMVM sob o número 20161485, representada por José Alves Bizarro Duarte inscrito na Ordem dos revisores Oficiais de Contas sob o número 1957 e registado na CMVM sob o número 20200003 e por João Rui Fernandes Ramos, inscrito na Ordem dos revisores Oficiais de Contas sob o número 1333 e registado na CMVM sob o número 20160943	183	20161485	Assembleia Geral	19/19/2019	03/03/2020	3	3
		Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	Assembleia Geral	19/19/2019	-	3	3

Resumo Oficial de Contas	Valor anual do Contrato de Serviços - 2022(E)			Valor anual do Contrato de Serviços - 2021(E)			
	2022 (€)	Reduções (€)	Valor Final (€) = (1) - (2)	Identificação do Serviço	Valor (€)	Reduções (€)	Valor Final (€) = (1) - (2)
PrizeWaterHouseCoopers & Associates - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda	13 173	-	13 173	Outras Despesas	1 281	-	1 281

7. Da aplicação do disposto no artigo 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público

No que se refere:

- À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei nº8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

- b. Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

- c. Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet;

Membro do Orgão de Administração	Gastos anuais associados com comunicações (€)	
	Plafond mensal	Valor anual
João Pedro Moura Castro Neves	80	111
Fernanda Maria de Sousa Machado	80	111
Célia Maria Pereira Cardoso André	-	-
Vitor Paulo Gomes Pereira ¹	-	-
Manuel António Azevedo Vitorino ¹	-	-
		222

¹ Não remunerado pela AdAM

- d. Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço.

Membro do Orgão de Administração	Plafond mensal combustível e portagens	Gastos associados a viaturas (€)		
		Combustíveis	Portagens ²	Total
João Pedro Moura Castro Neves	463	1 568	378	1 946
Fernanda Maria de Sousa Machado	371	2 792	183	2 975
Célia Maria Pereira Cardoso André	-	-	-	-
Vitor Paulo Gomes Pereira ¹	-	-	-	-
Manuel António Azevedo Vitorino ¹	-	-	-	-
	834	4 361	561	4 921

¹ Não remunerado pela AdAM

² Valores registados por estimativas

8. Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e artigo 11.º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais

A AdAM dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, assim como ao disposto no artigo 11.º do EGP, não tendo realizado e / ou registado quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

9. Elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março

Em cumprimento do previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo, a AdAM promove, divulga internamente e disponibiliza no sítio da internet (ver em: <https://adam.pt/component/phocadownload/category/3-anexos?download=251:relatorio-de-remuneracoes-2022>) , a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, através do seu relatório anual de sustentabilidade, na Simbiose dos Colaboradores, no Princípio "Valorizamos a relação com os colaboradores", no Compromisso "Comprometemo-nos a garantir a igualdade de oportunidades e a promover o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional". Em 2022 a AdAM completou 3 anos de atividade, pelo que elaborou e divulgou interna e externamente, através de publicação no site da sociedade, o relatório referido.

10. Elaboração e divulgação do Plano de Gestão Risco e Infrações Conexas e do Relatório anual onde é indicado o grau de implementação das medidas elencadas no Plano, tendo em consideração as Recomendações do Conselho de Previsão da Corrupção, designadamente a Recomendação do referido Conselho, datada de 1 de julho de 2009

A empresa adotou em 24 de setembro de 2019 um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, também disponível na intranet e internet (ver em: <https://adam.pt/component/phocadownload/category/3-anexos?download=19:plano-de-gestao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes-conexas>).

No ano de 2020, a AdAM produziu um relatório sobre o cumprimento do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, não tendo sido identificadas ocorrências. Este relatório foi aprovado pelo Conselho de Administração na sua reunião de 18 de fevereiro de 2021, e encontra-se disponível no sítio da Internet da empresa (ver em: <https://www.adam.pt/a-adam/governo-da-sociedade/regulamentos>)

A AdAM reforçou, assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e ao empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Destaca-se assim a importância da adoção de uma atitude pró-ativa anticorrupção e o facto de que as iniciativas contra este flagelo terem reflexos positivos relativamente aos outros objetivos de desenvolvimento sustentável.

No ano de 2021, a AdAM produziu novo relatório sobre o cumprimento deste Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, não tendo sido identificadas ocorrências. Este relatório foi aprovado pelo Conselho de Administração na sua reunião de 26 de janeiro de 2022, e encontra-se disponível no sítio da Internet da empresa (ver em: <https://www.adam.pt/a-adam/governo-da-sociedade/regulamentos>).

No ano de 2022, a AdAM elaborou um novo relatório sobre o cumprimento deste Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, não tendo sido identificadas ocorrências. Este relatório foi aprovado pelo Conselho de Administração na sua reunião de 18 de janeiro de 2023, e encontra-se disponível no sítio da Internet da empresa (ver em: <https://www.adam.pt/a-adam/governo-da-sociedade/regulamentos>).

O Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas tem como objetivos, identificar as áreas que potencialmente poderão ser mais sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os riscos daí decorrentes e os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação. Pretende também reforçar a cultura da empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais stakeholders.

Abrangendo toda a empresa, este Plano dá cumprimento à recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), de 1 de julho de 2009, bem como ao definido no Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC) do Decreto-Lei (DL) n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro.

No sentido de observar o previsto no n.º 1 do artigo n.º 46 do Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, no n.º 4 do artigo 6.º do RGPC do Decreto-Lei (DL) n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AdAM, procede à avaliação anual do PGRIC em vigor na empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo n.º 2 da Lei n.º 54/2008 de 4 de setembro, nomeadamente:

“a) ... informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial”.

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º 2 do n.º 46 do Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de Internet da AdAM e remetido às entidades competentes. Registe-se ainda que em 2019, a empresa, subescreveu a Campanha Portuguesa Anticorrupção que vem responder ao *Call to Action* Anticorrupção, lançada pelo *United Nations, Global Compact*, que incentiva o setor empresarial a promover a tomada de medidas de transparência, integridade e boa governação por parte dos Governos, promovendo assim, a adoção do seu Princípio 10, de acordo com o qual “as organizações devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo, extorsão e suborno”.

Em 17 de dezembro de 2021, o Grupo AdP apresentou a sua Política de Integridade assente num modelo de governação, alinhado com os mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública, sendo a AdAM uma das empresas que subscreveu o Compromisso de Integridade, representando o seu comprometimento com a implementação da referida Política de Integridade, bem como de todos os instrumentos que lhe estão associados, visando assegurar continuamente uma capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

A AdAM e o Grupo AdP reforçam assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e o empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

1.1. Contratação Pública

- a. O modo como foram aplicadas as normas de contratação pública em 2021, sendo que, nas empresas-mãe de grupos públicos, este ponto deverá incluir todas as empresas em que estas participem maioritariamente;

O Grupo AdP assegurou, através da AdP Serviços, até 31 de julho de 2020 e através da AdP SGPS a partir de 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

O potencial de captação de valor decorrente de sinergias e economias de escala conseguidas através da centralização de compras de determinadas categorias como energia, comunicações, seguros, reagentes, viaturas, etc., leva à criação e a captação de valor, da qual resulta à obtenção de ganhos financeiros e à redução de custos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de novas categorias centralizadas tem levado a uma maior capacidade de planeamento transversal e à implementação de novos processos transversais associados ao planeamento e gestão da função compras, por categorias alicerçados pelo conhecimento mais profundo nas necessidades das empresas.

Na sequência da reorganização do centro corporativo, nos termos expressamente autorizados por despacho da Tutela Setorial, a partir de 1 de agosto de 2020 a Direção de Compras, Jurídica e Sistemas de Informação da AdP Serviços passaram a integrar a estrutura organizacional da AdP SGPS.

Assim, foi estabelecido um modelo relacional entre a AdP SGPS e as empresas participadas do Grupo AdP, em moldes similares ao existente até à data com a AdP Serviços, nos termos do qual a AdP SGPS assegura a

disponibilidade de contratação de um conjunto diferenciado de bens e serviços às empresas, cuja contratação se mantém através da Direção de Compras.

A existência desta estrutura interna no Grupo, a 31 de dezembro de 2021, assegurada diretamente pela AdP SGPS, permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, designadamente os seguros, energia, reagentes químicos e materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

b. Os procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objeto de revisão periódica, com referência à última atualização;

O ano de 2022 ficou marcado pela publicação Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro, introduziu alterações à Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública, bem como ao Código dos Contratos Públicos e ao Decreto-Lei n.º 60/2018, de 3 de agosto, que procede à simplificação de procedimentos administrativos necessários à prossecução de atividades de investigação e desenvolvimento.

Por conseguinte, no quadro da uniformização de práticas ao nível de procedimentos de contratação pública no seio do grupo AdP, mas igualmente para concertação de metodologias e entendimentos para garantia e coerência das atuações implementadas no domínio da tramitação e execução de contratos, incorporando as inovações introduzidas pelo citado Decreto-Lei n.º 78/2022 de 7 de novembro, foram promovidas formações explicativas aos diversos intervenientes nos processos de contratação pública, avançando os esclarecimentos ou aclaração de interpretações e entendimentos de índole jurídica.

c. Os atos ou contratos celebrados com valor superior a 5.000.000€, independentemente da espécie do ato ou contrato em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47ª da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC)

No ano de 2022 não foram praticados atos ou celebrados contratos de valor superior a 5 Milhões de euros, não tendo consequentemente sido sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas em qualquer processo.

12. Adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este figurino jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos seus recursos.

13. Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais previstas no artigo 158.º do DLEO 2019, justificando detalhadamente o não cumprimento das orientações e objetivos definidos.

No ano 2022 a estrutura dos gastos operacionais registou uma evolução positiva face ao projetado no Plano de Atividades e Orçamento 2022-2024, bem como, na execução do ano 2021.

Em euros

PRC	2022	PAO 2022	2021	2022/2021	
				Var. Absol.	Var. %
(0) EBITDA ajustado ¹	2 790 408	153 468	-1 533 444	4 323 853	282%
(1) CMVMC	-7 433 410	-8 067 943	-8 125 457	-692 047	-9%
(2) FSE	-10 078 639	-10 851 306	-10 842 245	-763 606	-7%
(3) Gastos com o pessoal	-3 919 110	-4 278 826	-3 502 226	416 884	12%
i. Relativos aos Órgãos Sociais ¹⁾	-175 230	-269 465	-139 227	36 003	26%
ii. Indemnizações pagas por rescisão ¹⁾	-2 740	0	0	2 740	
iii. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias ¹⁾		-45 308	0	0	
iv. Efeito do absentismo e do cumprimento de disposições legais ¹⁾	-455 458	-527 094	0	455 458	
a. Progressões	-9 770	0	0	9 770	
b. Reclassificações	-30 712	0	0	30 712	
c. Atualizações (1,2%)	-52 781	0	0	52 781	
d. Anuidades	-230 903	-511 380	0	230 903	
e. Regularização de vínculos	-92 236	0	0	92 236	
f. Equiparação Função Pública	-1 665	0	0	1 665	
g. Especialização Férias e Subsídio de Férias	-25 049	0	0	25 049	
h. absentismo	-12 341	-15 714	0	12 341	
(4) Gastos com o pessoal sem os impactos i, ii, iii e iv	-3 285 682	-3 436 960	-3 362 999	-77 317	-2%
(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais ²⁾	-142 104	-41 820	-150 812	-8 709	-6%
a. Covid-19	-2 628	-41 820	-150 812	-148 184	-98%
b. Geopolítico	-139 475	0	0	139 475	
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)+(4)-(5)	-20 655 628	-22 314 389	-22 179 889	-1 524 261	-7%
(7) Volume de Negócios (VN)	24 271 081	23 712 932	23 276 363	994 718	4%
Subsídios à exploração	0	0	0	0	
Indemnizações compensatórias	0	0	0	0	
(8) Perda de receita decorrente de fatores excecionais ²⁾	0	0	0	0	
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+8)	24 271 081	23 712 932	23 276 363	994 718	4%
(10) Peso dos gastos/VN=(6)/(9)	85,1%	94,1%	95,3%	-10,2%	-11%
(i) Gastos com Deslocações e Alojamentos (FSE)	-13 262	-14 470	-4 464	8 798	197%
(ii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	-1 076	-3 000	-88	988	1125%
(iii) Gastos associados à frota automóvel	-465 357	-519 707	-508 312	-42 954	-8%
(11) Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	-479 695	-537 177	-512 863	-33 168	-6%
(12) Encargos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	-53 089	-85 500	-62 275	-9 186	-15%
N.º Órgãos Sociais (OS)	6	6	5	1	20%
N.º Cargos de Direção (CD)	4	4	4	0	0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	172	174	150	22	15%
N.º Trabalhadores/N.º CD	43	44	38	6	15%
N.º de viaturas	73	73	70	3	4%

a) Conforme disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 144.º do DLEO 2022.

b) Se aplicáveis, os impactos excecionais (designadamente da crise geopolítica e do COVID-19) e os impactos por imposições legais deverão ser devidamente justificados, nos termos do artigo 144.º do DLEO 2022, bem como quantificados e discriminados relativamente às diferentes rubricas de gastos/custos, vendas e serviços prestados.

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis e/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Os gastos operacionais registam uma redução de 7% face a 2021. A diminuição de 9% nos CMVC teve por origem a diminuição da compra de água à Águas do Norte SA.

A diminuição de 7% na rubrica de FSE deve-se essencialmente à diminuição dos serviços de saneamento de águas residuais prestados pela Águas do Norte, decorrente de menor precipitação total verificada durante o ano 2022, face ao ano anterior.

O número de trabalhadores face ao ano 2021 aumentou 15%. Os gastos com pessoal registados no ano, decorrentes das novas contratações, encontram-se apresentados do quadro do PRC.

No global, verificou-se uma diminuição de 11% no peso dos gastos operacionais (CMVC, FSE e gastos com Pessoal) sobre o volume de negócios passando de 95,3% em 2021 para 85,1% para 2022 (que apresenta uma diminuição de 10,2% relativamente ao ano 2021).

No ano de 2022, o gasto com o aumento do número de trabalhadores ao serviço e os gastos com deslocações e alojamento, ajudas de custo e com a frota automóvel, comparativamente com os valores de 2021, estão devidamente autorizados, conforme Despachoº 1005/SET/2021 de 4 de novembro de 2021 e Despacho nº 212/SAEMB/2021 de 3 de dezembro de 2021. apresentados em anexo. A AdAM manteve ao longo do ano 2022 as medidas adotadas no sentido de reduzir o risco da pandemia do Covid-19.

Neste âmbito, procedeu-se à aquisição de materiais e serviços, dos quais se destacam:

- Materiais de proteção individual (luvas, fatos, viseiras, máscaras, desinfetantes, etc.);
- Serviços especializados de limpeza, higienização e desinfecção;

14. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, artigo 160.º da LOE2020 e artigo 115.º do DLEO2019)

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

Nesse sentido:

- Acompanhou as empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;
- Encetou negociações, logo em 1997, com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;
- Em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros;
- Em 2017 assinou uma linha de financiamento com o BEI de 420 milhões de euros a 25 anos para fazer face a investimentos a efetuar nas empresas existentes, a decorrer até 2024, sem o suporte de uma garantia, seja do Estado seja do sistema bancário.

Dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros;

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de manuseio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade de os bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de gastos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

Unidade: euros

IGCP	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Disponibilidades	493 905	493 801	597 546	733 965
Aplicações Financeiras	-	-	-	-
Total	493 905	493 801	597 546	733 965

Unidade: euros

Banca Comercial	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Banco BPI, SA	22 868	10 337	15 850	19 182
Banco Comercial Português, SA	164 626	91 092	165 062	106 303
Caixa Geral de Depósito, SA	65 084	93 403	122 195	77 291
Total	252 578	194 831	303 107	202 775

O Grupo AdP, para o biénio 2022-2023, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através do Despacho SGC nº 131, de 17 de agosto de 2022, do IGCP, para os seguintes serviços:

- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas (incluindo empréstimos, operações de leasing e factoring e utilização e descobertos bancários);
- Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- Valores recebidos pela DPG – Digital Payment Gateway da SIBS, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Contas bancárias em jurisdições fora de Portugal tituladas por sucursais e subsidiárias não residentes em Portugal, e providenciar sempre que da sua atividade subsistam excedentes e tal seja concretizável, pela sua transferência para contas no IGCP;
- Valores movimentados através da vertente credora dos débitos diretos, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição;
- Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa não possa satisfazer as necessidades da AdP;
- Custódia de títulos que não sejam de dívida pública.

No ano 2022 a AdAM não teve ganhos de aplicações financeiras.

15. Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado

Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas dirigidas à empresa nos últimos 3 anos.

16. Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade (anual), conforme determina o artigo 7º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e indicação do cumprimento da obrigação de comunicação às Comissões competentes, nos termos conjugados do artigo 3º e do n.º 3 do artigo 6º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho

A Água do Alto Minho, SA. é uma empresa de capitais exclusivamente públicos, resultante da celebração do Contrato de Parceria Pública entre o Estado Português e os referidos Municípios. Os seus objetivos são determinados pela política do Grupo AdP e do Governo para o sector, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos Acionistas.

A Resolução de Conselho de Ministros n.º 19/2012 determina a obrigatoriedade de adoção, em todas as atividades do sector empresarial do estado, de planos para a igualdade, tendentes a alcançar uma efetiva

igualdade de tratamento e oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a facilitar a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.

O n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro determina igualmente que as empresas públicas adotem planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

Com a publicação da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, foi estabelecido o regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa.

Nos termos previstos nos artigos 10.º e 11.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, foi publicado o Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, que determina:

- os procedimentos para a realização das comunicações a que estão obrigadas as entidades do setor público empresarial e as empresas cotadas em bolsa;
- os termos da articulação de competências entre a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego; e
- a produção de um guião para efeito de elaboração dos planos para a igualdade anuais, nos termos do disposto nos n.º 1 e 2 do artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto.

Neste contexto, a Água do Alto Minho, SA. elaborou o seu Plano para a Igualdade de Género em articulação com o Plano de Igualdade de Género corporativo do Grupo Águas de Portugal, de modo a dar cumprimento ao previsto no Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho e ao Despacho Normativo n.º 10-A/2020, de 10 de setembro, DR de 15 de setembro, que prorroga os prazos previstos no n.º 4 do artigo 3.º e no n.º 2 do artigo 5.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho.

O Plano para a Igualdade de Género da Águas do Alto Minho está divulgado no site [Águas do Alto Minho - Plano de Igualdade de Género \(adam.pt\)](http://aguasdoalto.minho.pt)

17. Elaboração e divulgação da informação não financeira

A Águas do Alto Minho S.A., apesar de ter um número médio de trabalhadores inferior a 500, dá cumprimento ao disposto no artigo 66º do CSC no presente relatório, nos capítulos Análise de Sustentabilidade, Controlo do Risco e Gestão do Capital Humano.

18. Quadro com informação a constar no sítio do SEE

A Águas do Alto Minho não divulga informação no sítio do SEE na internet em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Informação a Constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	NA	-	-
Caracterização da Empresa	NA	-	-
Função de tutela e acionista	NA	-	-
Modelo de Governo / Membro dos Órgãos Sociais			
- Identificação dos órgãos Sociais	NA	-	-
- Estatuto Remuneratório Fixado	NA	-	-
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	NA	-	-
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	NA	-	-
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	NA	-	-
Esforço Financeiro Público	NA	-	-
Ficha Síntese	NA	-	-
Informação Financeira histórica e atual	NA	-	-
Princípios de Bom governo			
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	NA	-	-
- Transações relevantes com entidades relacionadas	NA	-	-
- Outras transações	NA	-	-
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:			
Económico	NA	-	-
Social	NA	-	-
Ambiental	NA	-	-
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	NA	-	-
- Código de ética	NA	-	-

12. Perspetivas Futuras

Em 2023, continuaremos a desenvolver a atividade operacional da Águas do Alto Minho, S.A., sendo determinante assegurar a prestação dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais relativos ao Sistema de Águas do Alto Minho, com elevados padrões de eficiência, valorizando os seus recursos humanos e integrando recursos tecnológicos num modelo sustentável, contribuindo para a criação de valor para acionistas e clientes, para a qualidade de vida dos cidadãos e desenvolvimento socioeconómico da região.

Apostaremos na melhoria da eficiência operacional. Assim, o controlo ativo de perdas será o objetivo primordial da AdAM, perspetivando-se que água não faturada atinja os 33%. A obtenção do selo de qualidade da água e a redução de afluências indevidas à rede de águas residuais constituem objetivos de igual importância, com vista a alcançar um melhor desempenho do Sistema.

O desafio da sustentabilidade económico-financeira não poderá deixar de ser central na nossa atividade comercial e operacional, visando alcançar os resultados previstos para a Sociedade.

Em 2023, é aposta da AdAM contribuir para a conciliação da vida pessoal com a vida profissional, de todos/as os/as trabalhadores/as e ao nível da segurança e saúde no trabalho alcançar “zero acidentes” graves.

Seguiremos resilientes nas nossas ações e manteremos o foco na proximidade com todas e com todos, clientes, parceiros, trabalhadores/as e comunidade envolvente.

13. Eventos subsequentes

O Conselho de Administração da AdAM declara que, após o termo do exercício de 2022 até à data de aprovação das contas pelo Conselho de Administração, destacam-se os seguintes acontecimentos:

- Reembolso de iva no montante de 819.761 €;
- Devolução de parte do adiantamento da candidatura REACT no montante de 497.489 €;
- Recebimento de participações do POSEUR no montante de 3.160 € relativas à execução de contratos de empreitadas em curso;
- Recebimento da faturação associada ao ciclo Urbano da Água no montante de 22.298 €.

14. Considerações Finais

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2022, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quanto, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

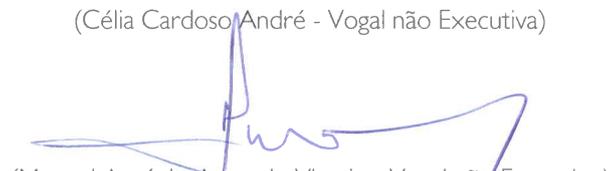
- Os Colaboradores, pelo seu notável sentido de serviço e de missão;
- A Comissão de Parceria;
- Os Acionistas;
- Os Parceiros institucionais;
- Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da Empresa;
- O ROC, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deu prova no seguimento da atividade da Empresa;
- O Conselho Fiscal pelo apoio prestado;
- Os Membros da Mesa da Assembleia Geral.

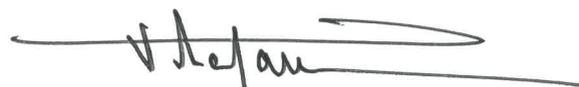
Viana do Castelo, 8 de março de 2023

O Conselho de Administração,


(Fernanda Maria de Sousa Machado - Vogal Executiva)


(Célia Cardoso André - Vogal não Executiva)


(Manuel António Azevedo Vitorino - Vogal não Executivo)


(Vítor Paulo Gomes Pereira - Vogal não Executivo)

15. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto no artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais propõe este Conselho de Administração que o Resultado Líquido de 240.137,94 euros, apurado no exercício de 2022 seja aplicado da seguinte forma:

- o montante de 12.006,90 euros, correspondente a 5% do resultado, para constituição de reserva legal;
- o montante de 228.131,04 euros, para resultados transitados.

Viana do Castelo, 8 de março de 2023

O Conselho de Administração,


(Fernanda Maria de Sousa Machado - Vogal Executiva)


(Célia Cardoso André – Vogal não executiva)


(Manuel António Azevedo Vitorino – Vogal não executivo)


(Vítor Paulo Gomes Pereira – Vogal não executivo)

16. Anexo ao Relatório

Ao abrigo dos artigos 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que o Capital Social da Águas do Alto Minho, S.A., é detido na íntegra pelos seguintes acionistas:

Acionistas	Capital Subscrito 31.12.2022		Capital Realizado 31.12.2022	
	Categoria A		Categoria A	
AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.	1 836 000	51,00%	1 836 000	51,00%
Município de Arcos de Valdevez	141 905	3,94%	141 905	3,94%
Município de Caminha	151 775	4,22%	151 775	4,22%
Município de Paredes de Coura	60 140	1,67%	60 140	1,67%
Município de Ponte de Lima	279 855	7,77%	279 855	7,77%
Município de Valença	116 055	3,22%	116 055	3,22%
Município de Viana do Castelo	924 435	25,68%	924 435	25,68%
Município de Vila Nova de Cerveira	89 835	2,50%	89 835	2,50%
TOTAL	3 600 000	100,00%	3 600 000	100,00%

17. Relatório dos Administradores não Executivos

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS SOBRE O DESEMPENHO DO ADMINISTRADOR EXECUTIVO

1. Introdução

Nos termos do n.º 8 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2022

2. Atividade

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo conselho de administração, acompanhámos a gestão da empresa e o desempenho dos administradores executivos.

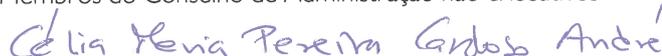
As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

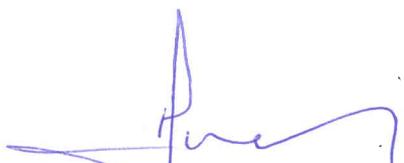
3. Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global dos administradores executivos, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Viana do Castelo, 8 de março de 2023

Os Membros do Conselho de Administração não executivos

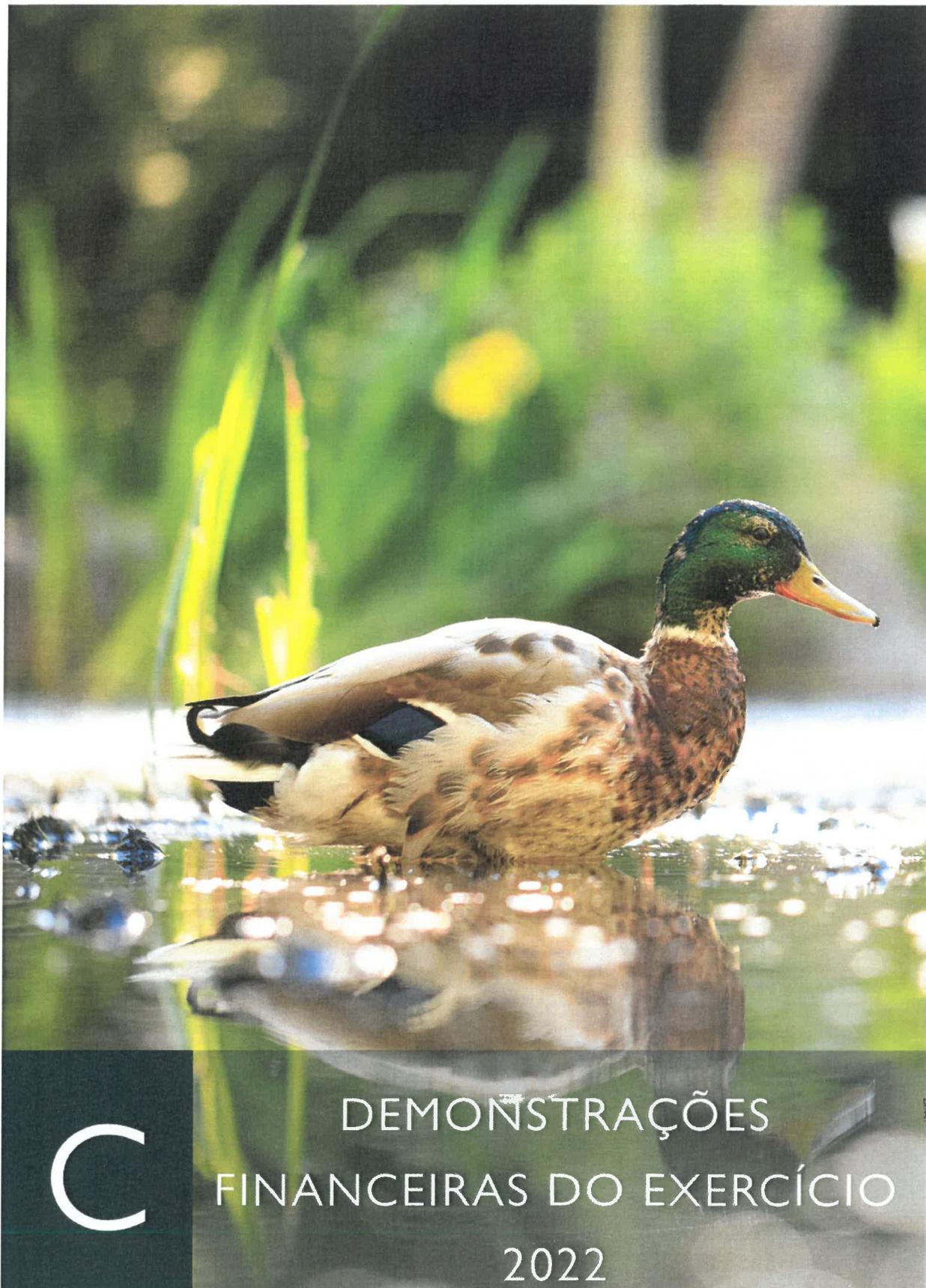

Célia Maria Pereira Cardoso André


Manuel António Azevedo Vitorino


Vítor Paulo Gomes Pereira


AdAM R&C 2022 | 42 de 221

F. Machado

C

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO
2022

C – Demonstrações Financeiras do Exercício de 2022

Nos termos da Lei e dos Estatutos vem o Conselho de Administração da Águas do Alto Minho S.A., submeter à apreciação da Assembleia Geral desta Empresa as Contas do Exercício de 2022.

Em termos de apresentação, o presente documento contém as seguintes informações financeiras:

- Demonstração da Posição Financeira;
- Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral;
- Demonstração das Alterações do Capital Próprio;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração de Caixa e seus Equivalentes.

Constitui, também, elemento do Relatório o:

- Anexo às Contas do Exercício.

No final do presente Relatório encontram-se à disposição dos acionistas os seguintes documentos:

- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal;
- Certificação Legal das Contas.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base na informação mais atualizada sobre a Parceria, nomeadamente no que se refere aos valores de investimento, prazo da Parceria, caudais e as próprias tarifas aprovadas.

I. Demonstração da Posição Financeira

Unidade: euros

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Ativos Não Correntes			
Ativos intangíveis	5.3	19 538 369	10 215 287
Ativos fixos tangíveis	6.3	194 108	294 570
Ativos sob direito de uso	7.3	851 668	667 432
Outros ativos financeiros	8.2	17 946	9 533
Impostos diferidos ativos	31.2	3 415 824	2 014 657
Desvio de recuperação de gastos	9.3	12 267 027	10 146 570
Outros ativos não correntes	11.2	0	2 777 752
Total dos ativos não correntes		36 284 942	26 125 801
Ativos Correntes			
Inventários	12.2	341 064	226 702
Clientes	10.3	5 514 008	6 480 483
Outras ativos correntes	11.2	2 070 710	8 491 100
Imposto sobre o rendimento do exercício	31.2	0	243 191
Caixa e seus equivalentes	13.2	937 789	588 821
Total dos ativos correntes		8 863 571	16 030 297
Total do ativo		45 148 512	42 156 099
Capital próprio			
Capital social	14.2	3 600 000	3 600 000
Reservas e outros ajustamentos	14.4	13 715	3 930
Resultados transitados	14.4	260 593	74 665
Resultado líquido do exercício	14.4	240 138	195 713
Total do capital próprio		4 114 446	3 874 308
Passivos Não Correntes			
Empréstimos	18.2	5 000 000	0
Acréscimo de gastos de investimento contratual	16.2	13 052 851	8 437 415
Subsídios ao investimento	17.2	5 817 217	9 460 074
Passivos da locação	7.3	563 034	423 258
Fornecedores e outros passivos não correntes	19.2	2 319 293	2 275 985
Impostos diferidos passivos	31.2	2 803 866	2 345 213
Total dos passivos não correntes		29 556 262	22 941 944
Passivos Correntes			
Empréstimos	18.2	1 858 053	3 905 222
Passivos da locação	7.3	252 621	217 045
Fornecedores e outros passivos correntes	19.2	9 278 751	11 217 579
Imposto sobre o rendimento do exercício	31.2	88 379	0
Total dos passivos correntes		11 477 804	15 339 846
Total do passivo		41 034 066	38 281 791
Total do passivo e do capital próprio		45 148 512	42 156 099

O Contabilista Certificado

Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira

(Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira)

O Conselho de Administração,

Fernanda Maria de Sousa Machado

(Fernanda Maria de Sousa Machado - Vogal Executiva)

Célia Maria Pereira Cardoso André

(Célia Cardoso André - Vogal não Executiva)



(Manuel António Azevedo Vitorino - Vogal não Executivo)



(Vítor Paulo Gomes Pereira - Vogal não Executivo)

2. Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral

Unidade: euros

	Notas	2022	2021
Rédito de contratos com clientes	21.2	24 271 081	23 276 363
Rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	21.2	9 459 640	5 440 337
Desvio de Recuperação de Gastos	21.2	2 120 457	7 958 993
Gastos com mercadorias e matérias consumidas	22	-7 433 410	-8 125 457
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	21.2	-9 459 640	-5 440 337
Fornecimentos e serviços externos	23.2	-10 078 639	-10 842 245
Gastos com pessoal	24.1	-3 919 110	-3 502 226
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	25	-5 135 408	-4 747 467
Perdas por imparidade e reversões do exercício	26	-301 994	-984 696
Subsídios ao investimento	17.2	-67 857	285 110
Outros gastos e perdas operacionais	27	-49 513	-2 339 878
Outros rendimentos e ganhos operacionais	28	711	1 853
Resultados operacionais		-593 683	980 349
Gastos financeiros	29	-73 839	-90 816
Rendimentos financeiros	30	53 526	13 220
Resultados financeiros		-20 313	-77 595
Resultados antes de imposto		-613 996	902 754
Imposto do exercício	31.2	-88 379	-6 522
Imposto diferido	31.2	942 513	-700 518
Resultado líquido do exercício	37	240 138	195 713
Rendimento integral	14.3	240 138	195 713
Resultado por acção	14.3	0,33	0,27

O Contabilista Certificado

Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira

(Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira)

O Conselho de Administração,

Fernanda Maria de Sousa Machado

(Fernanda Maria de Sousa Machado - Vogal Executiva)

Célia Maria Pereira Cardoso André

(Célia Cardoso André - Vogal não Executiva)

(Manuel António Azevedo Vitorino - Vogal não Executivo)

(Vitor Paulo Gomes Pereira - Vogal não Executivo)

3. Demonstração das Alterações do Capital Próprio

Unidade: euros

	31/12/2020	Aumento de	Afetação do	Resultado	31/12/2021	Aumento de	Afetação do	Resultado	31/12/2022
		Capital	Res. Líquido	Líquido		Capital	Res. Líquido	Líquido	
Capital social	1 800 000	1 800 000			3 600 000				3 600 000
Reservas e outros ajustamentos	899		3 030		3 930		9 786		13 715
Resultados transitados	17 088		57 577		74 665		185 927		260 593
Resultado do exercício	60 608		-60 608	195 713	195 713		-195 713	240 138	240 138
Totais	1 878 595	1 800 000	0	195 713	3 874 308	0	0	240 138	4 114 446

O Contabilista Certificado

Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira
(Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira)

O Conselho de Administração,

Fernanda Maria de Sousa Machado

(Fernanda Maria de Sousa Machado - Vogal Executiva)

Célia Maria Pereira Cardoso André

(Célia Cardoso André - Vogal não Executiva)

Manuel António Azevedo Vitorino

(Manuel António Azevedo Vitorino - Vogal não Executivo)

Vítor Paulo Gomes Pereira

(Vítor Paulo Gomes Pereira - Vogal não Executivo)

4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

Unidade: euros

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	10.3 e 21.2	34 511 145	34 758 974
Pagamentos a fornecedores	19.2 e 23.2	-20 736 734	-21 794 636
Pagamentos ao pessoal	24	-2 659 170	-2 607 382
Pagamento de Impostos sobre o Rendimento	31.2	-30 964	-658 442
Outros recebimentos/Pagamentos relativos à atividade operacional	27	-8 383 514	-8 651 070
		2 700 763	1 047 444
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos de subsídios de investimento	17.2	7 520 178	3 293 626
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	6.3		-525
Pagamentos de ativos intangíveis	5.3	-12 414 792	-7 529 678
		-4 894 615	-4 236 577
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos de empréstimos obtidos	18.2	8 600 000	5 300 000
Recebimentos de realizações de capital	14.2		1 800 000
Pagamentos de empréstimos obtidos	18.,2	-5 650 000	-3 400 000
Pagamentos de juros e gastos similares	29	-109 440	-50 229
Pagamentos de locações financeiras	7.3	-297 741	-48 171
Pagamentos financeiros - Outros n. especificados	29	0	-3 640
		2 542 819	3 597 961
Varição de caixa e seus equivalentes		348 967	408 828
Caixa e seus equivalentes no início do período	13.2	588 821	179 994
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13.2	937 789	588 821

O Contabilista Certificado

Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira
(Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira)

O Conselho de Administração,

Fernanda Maria de Sousa Machado

(Fernanda Maria de Sousa Machado - Vogal Executiva)

Célia Maria Pereira Cardoso André

(Célia Cardoso André - Vogal não Executiva)

Manuel António Azevedo Vitorino *Vitor Paulo Gomes Pereira*

(Manuel António Azevedo Vitorino-Vogal não Executiva) (Vitor Paulo Gomes Pereira -Vogal não Executiva)

5. Demonstração de Caixa e seus equivalentes

Unidade: euros

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	13.2	1 048	1 018
Depósitos à ordem	13.2	936 741	587 803
		937 789	588 821

O Contabilista Certificado

Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira

(Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira)

O Conselho de Administração,

Fernanda Maria de Sousa Machado

(Fernanda Maria de Sousa Machado - Vogal Executiva)

Célia Maria Pereira Cardoso André

(Célia Cardoso André - Vogal não Executiva)

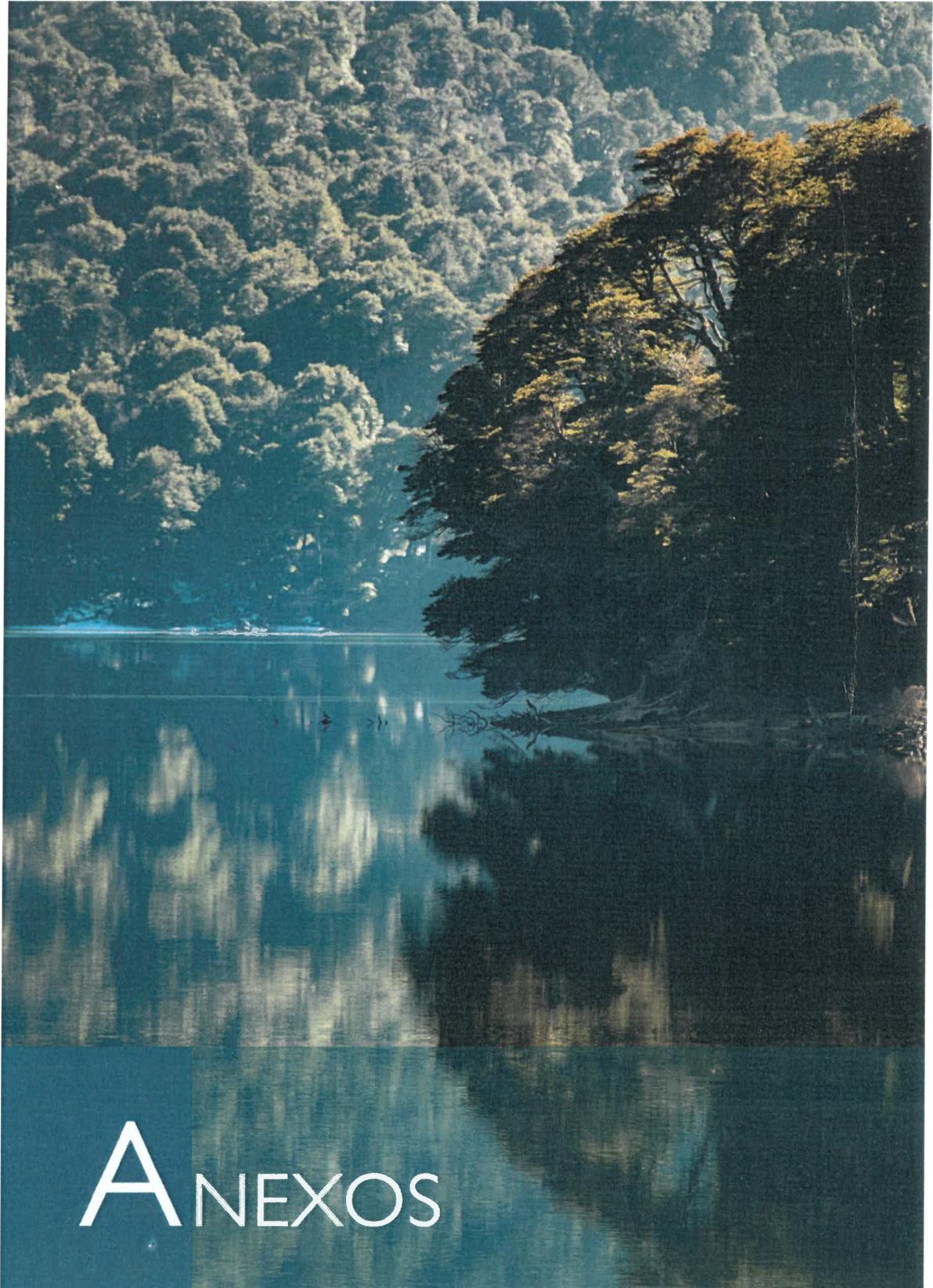
Manuel António Azevedo Vitorino

(Manuel António Azevedo Vitorino-Vogal não Executivo)

Vitor Paulo Gomes Pereira

(Vitor Paulo Gomes Pereira -Vogal não Executivo)



A NEXOS

F. Machado

[Handwritten signature]

Anexo

1. Informação geral

1.1. Introdução

A Águas do Alto Minho, S.A. (doravante também designada por AdAM ou Empresa) foi constituída em 11 de julho de 2019, iniciando a sua atividade em 22 de julho de 2019, com sede social na rua São Bartolomeu dos Mártires, n.º 156, em Viana do Castelo. A Águas do Alto Minho, S.A. tem como objeto social a exploração e gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema de Águas do Alto Minho. A atividade operacional só se iniciou em 1 de janeiro de 2020.

1.2. Atividade Económica

O Sistema de Águas do Alto Minho foi criado em 11 de janeiro de 2019, adiante também designado por Sistema, resultante da celebração do Contrato de Parceria entre o Estado e os municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril.

A atividade de exploração e gestão do Sistema de Águas do Alto Minho foi formalizada a 22 de julho de 2019, através da celebração do Contrato de Gestão entre o Estado Português, os municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira e a A.D.A.M – Águas do Alto Minho, S.A.

A AdAM tem por objeto social (artigo 3º dos seus estatutos) a exploração e a gestão dos serviços de água relativos ao Sistema, em regime de parceria pública, nos termos do Contrato de Parceria referido no ponto anterior.

A exploração e a gestão do Sistema de Águas do Alto Minho incluem a conceção, a construção, a extensão, a reparação, a renovação, a manutenção e a melhoria das obras e das infraestruturas, bem como, a aquisição dos equipamentos necessários ao desenvolvimento da sua atividade. A atividade da AdAM vigorará por um período de 30 anos, contado da data de emissão do visto prévio do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

A Águas do Alto Minho, S.A. tem como missão assegurar os serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais relativos ao Sistema de Águas do Alto Minho, com elevados padrões de eficiência, valorizando os seus recursos humanos e integrando recursos tecnológicos num modelo sustentável, contribuindo para a criação de valor para acionistas e clientes, para a qualidade de vida e desenvolvimento socioeconómico da região.

1.2.1 Atividade regulada

Água - distribuição e recolha – parcerias em “baixa”

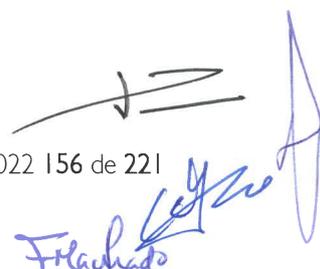
A AdAM resulta de um contrato de parceria assinado entre o Estado e os sete municípios territorialmente abrangidos. Com este contrato estes municípios delegam no Estado a responsabilidade de gestão do sistema integrado. O sistema integrado resulta da agregação, de acordo com a solução técnica adotada, dos sistemas individuais, incluindo infraestruturas e meios. Assim, a Parceria tem a exclusividade da distribuição de água para consumo público e, quando aplicável, da captação e do tratamento de água para essa finalidade, bem como a exclusividade da recolha das águas residuais urbanas e, quando aplicável, do respetivo tratamento e rejeição, nas áreas abrangidas pelo Sistema. Englobam ainda, a construção, renovação, reparação, manutenção e melhoria das infraestruturas, equipamentos e instalações que integram a Parceria, financiados essencialmente através de empréstimos, subsídios e capitais próprios. A Parceria fica obrigada ao pagamento de uma renda aos municípios, indexada ao volume de negócios. O serviço prestado é pago através de tarifa fixada e faturada aos clientes (munícipes) que são servidos pela parceria, sendo uma das características do contrato de Parceria ter garantido o retorno do capital investido e das suas infraestruturas.

1.3. Acionistas

O capital social subscrito e integralmente realizado no valor de 3.600.000,00 euros, está representado por 720.000 ações da categoria A, com o valor nominal de 5 euros cada, encontrando-se realizadas 720.000 ações.

A estrutura do capital social subscrito e realizado é a seguinte:

Acionistas	31.12.2022		31.12.2021
	% de Capital Realizado	Capital Realizado	Capital Realizado
		Categoria A	Categoria A
AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	1 836 000	1 836 000
Município de Arcos de Valdevez	3,94%	141 905	141 905
Município de Caminha	4,22%	151 775	151 775
Município de Paredes de Coura	1,67%	60 140	60 140
Município de Ponte de Lima	7,77%	279 855	279 855
Município de Valença	3,22%	116 055	116 055
Município de Viana do Castelo	25,68%	924 435	924 435
Município de Vila Nova de Cerveira	2,50%	89 835	89 835
TOTAL	100,00%	3 600 000	3 600 000



Handwritten signature and stamp in blue ink.

1.4. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras agora reportadas foram aprovadas e autorizadas para emissão em reunião do Conselho de Administração do dia 27 de fevereiro de 2023. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

2. Políticas contabilísticas relevantes, julgamentos e estimativas

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2021.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nas respetivas notas relacionadas com as demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

2.1. Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

As demonstrações financeiras da AdAM foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico, exceto no que respeita aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, os quais se encontram registados ao respetivo justo valor.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e suposições que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e suposições adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.2. Direito de Utilização de Infraestruturas (“DUI”)

2.2.1. Classificação da infraestrutura

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de Parceria, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da Parceria. Nos termos desta norma a AdAM presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Se o operador (ou Entidade Gestora) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: **(a)** um ativo financeiro, ou **(b)** um ativo intangível.

Adicionalmente, nos termos da IFRIC 12, a infraestrutura não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou Entidade Gestora) porque o contrato de Parceria não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de Parceria, no âmbito desta norma, o operador (ou Entidade Gestora) atua como um prestador de serviços. O operador (ou Entidade Gestora) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

O operador (ou Entidade Gestora) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador (ou Entidade Gestora) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a **(a)** um montante específico, ou **(b)** à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou Entidade Gestora) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

Atendendo à tipologia do contrato de Parceria da AdAM nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os

utilizadores utilizarem esse serviço), o modelo que se adequa à realidade da empresa é o do intangível. Deste modo, a AdAM como Entidade Gestora do sistema de abastecimento de água e de saneamento do

Alto Minho classifica as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

2020	Água e Saneamento	Prazo	Período	Remuneração acionista	
				Taxa	Incidência
AdAM	Água e Saneamento (em baixa)	30 anos	2019 - 2048	OT 10 anos + 3%	Capital social + Reserva legal + Remuneração em dívida

Nota: Contrato de Parceria e Contrato de Gestão celebrados em 2019. Início de atividade em 2020

2.2.2. Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos fixos intangíveis em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetos aos ativos fixos intangíveis em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da Parceria (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da Parceria, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja, têm uma recuperação implícita na aceitação da depreciação pelo regulador), são contabilizadas no ativo fixo intangível e depreciadas nos mesmos termos do restante ativo fixo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

2.2.3. Amortizações

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades de produção, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeiro utilizado, tendo como base os caudais faturados nesse exercício e os caudais a faturar até ao final da Parceria previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de Parceria.

As taxas de amortização no ano 2022 do direito de utilização de infraestruturas e os respetivos caudais foram os seguintes:

Áreas de Negócio	Total do Investimento do Contrato ⁽¹⁾	Investimento realizado até 31.12.2022	Número de anos do contrato	Total dos caudais do contrato (m ³)	Taxa de Amortização anual
Abastecimento de Água	107 769 378	16 857 418	30	277 282 858	3,33%
Águas Residuais	40 510 237	2 666 690	30	199 414 541	2,95%
Estrutura ⁽²⁾	866 179	866 179	30	476 697 399	3,17%
	149 145 794	20 390 286		476 697 399	

⁽¹⁾ Investimento total previsto no EVEF, em euros, atualizado para preços correntes de 2022

⁽²⁾ Caudais totais=caudais de abastecimento+caudais de saneamento de águas residuais

2.2.4. Acréscimo de gastos do investimento contratual

Em cumprimento do estipulado nos contratos de gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da Parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de Parceria.

No caso da AdAM, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o regime do acréscimo e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de Parceria com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de Parceria com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos, na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.2.5. Desvio de recuperação de gastos (Déficit/ Superavit tarifário)

Nos termos definidos nos contratos de parceria e de gestão, os critérios para a fixação das tarifas devem permitir que aquelas assegurem a completa recuperação dos gastos de investimento, operacionais, financeiros, imposto sobre o rendimento e também a adequada remuneração do capital investido.

Consideram-se desvios de recuperação de gastos: (i) à diferença existente, à data da extinção das sociedades gestoras dos sistemas extintos em 2015, entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido; e (ii) à diferença verificada, anualmente, até ao termo do segundo período quinquenal da parceria entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha direito em resultado da aplicação das regras estipuladas na determinação das tarifas.

Os desvios de recuperação de gastos podem assumir natureza deficitária ou superavitária, nos termos definidos no contrato de parceria e são registados ao custo amortizado. A AdAM regista nas suas contas os desvios de recuperação de gastos que se verificarem anualmente, incluindo a remuneração acionista em dívida capitalizada com a taxa correspondente às Obrigações de Tesouro Portuguesas a 10 anos, acrescida de três pontos percentuais até à data de entrada em vigor do contrato de Parceria, com base nas respetivas contas individuais das sociedades.

Assim, anualmente é efetuado o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – “Défice/superavit tarifário de recuperação de gastos” – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida de balanço, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do desvio de recuperação de gastos corresponde à correção (a crédito ou a débito) a fazer ao réditto das atividades reguladas, para que os rendimentos destas sejam os necessários ao cumprimento do disposto contratualmente, relativamente à recuperação integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

2.2.6. Réditto da construção

De acordo com a IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao Concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O réditto da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IFRS 15 – Réditto de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o réditto e os gastos

associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

2.3. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AdAM são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte, encontram-se descritos ao longo do Anexo nas divulgações associadas às respetivas rubricas:

- Nota 5.2 – vida útil e imparidade de ativos intangíveis
- Nota 6.2 - vida útil e imparidade de ativos fixos tangíveis
- Nota 7.2 – vida útil de locações
- Nota 9.2 – estimativa do Desvio de recuperação de gastos
- Nota 10.2 – imparidade de ativos financeiros
- Nota 15.2 – provisões, ativos e passivos contingentes
- Nota 32.1 – estimativas de impostos e impostos diferidos

2.4. Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3. Novas normas e alteração de políticas

3.1. Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentada nos comparativos.

3.2. Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2022

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos tangíveis	1 de janeiro de 2022
IAS 37 – Contratos onerosos	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se custos de cumprir com um contrato	1 de janeiro de 2022
IFRS 3 – Referências à estrutura conceptual	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais	1 de janeiro de 2022
IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19 após 30 de junho de 2021	Extensão do período de aplicação da isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações, até 30 de junho de 2022	1 de abril de 2021
Ciclo de Melhorias 2018 – 2020	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	1 de janeiro de 2022

Da aplicação destas novas normas não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da AdAM.

3.3. Novas normas, interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em exercícios com início após 1 de janeiro de 2023 ou posteriores e que a AdAM não adotou antecipadamente são as seguintes:

- Já endossadas pela UE

Descrição	Alteração	Data efetiva
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.	1 de janeiro de 2023
IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas "materiais", em detrimento de políticas contabilísticas "significativas"	1 de janeiro de 2023
IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023
IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para relacionado com ativos e desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023

- Ainda não endossadas pela EU

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 1 - Passivos não correntes com "covenants"	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a "covenants".	1 de janeiro de 2024
IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis.	1 de janeiro de 2024

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da AdAM após 1 de janeiro de 2023.

3.4. Normas em revisão

IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Em janeiro de 2021, o IASB apresentou o *Exposure Draft* da nova norma IFRS 14 – Ativos e passivos regulatórios, tendo terminado em 30 de julho de 2021 o período para receção de comentários. A nova versão do IFRS 14 propõe que os ativos e os passivos regulatórios sejam mensurados através da estimativa de todos os cash-flows futuros descontados à data de relato. A taxa de desconto deverá corresponder à taxa regulatória. Caso a taxa regulatória não permita compensar a empresa do efeito de variação temporal do dinheiro, então deverá ser usada uma taxa que permita efetuar esta compensação. Em cada data de relato, a empresa deverá atualizar a estimativa de todos os cash-flows futuros e descontá-los à taxa regulatória inicial. A norma prevê requisitos adicionais de divulgação sobre os ativos, passivos, rendimentos e gastos regulatórios bem como uma análise de maturidade aos ativos e passivos regulatórios. Em dezembro de 2021 o IASB após análise dos comentários recebidos ao *Exposure Draft* identificou as áreas que necessitam de trabalho adicional. Ocorreram reuniões do IASB em 2022 e em 2023 ocorrerão outras reuniões, para análise e revisão de algumas propostas ao *Exposure Draft*. O Grupo AdP encontra-se em fase de análise e de avaliação dos impactos do *Exposure Draft*.

4. Políticas de gestão de risco

4.1. Fatores de risco

As atividades da AdAM estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros,

procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração

providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

4.2. Risco de mercado

4.2.1 Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da AdAM advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AdAM ao risco de fluxos de caixa. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da AdAM.

2022	31.12.2022	Concessão / Parceria	Taxa média + 1%	Taxa média -1%
Juros Suportados a taxa variável(*)	82 940	Parceria	130 757	35 124
	82 940		130 757	35 124

* o montante de juros suportados não inclui juros de locações

4.2.2 Risco de taxa de câmbio

A exposição ao risco de câmbio do Grupo AdP é residual. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional do Grupo AdP. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando swaps centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos, quando tal seja aplicável. O Grupo AdP possui investimentos denominados em moeda estrangeira, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco de

taxa de câmbio pela conversão. A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é residual. Em 2022 e 2021 não foram contratados *swaps* cambiais nem financiamentos em moeda estrangeira.

4.2.3 Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais da AdAM em energia e combustíveis, representam aproximadamente 4,02% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo através da AdP Valor negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

4.3. Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AdAM pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A AdAM efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com intermediação do Grupo AdP, com o compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdAM por intervalos de maturidade residual contratual.

Unidade: euros

nota	<1 ano	1 a 5 anos	>5 anos
Financiamentos	1 978 578	3 652 297	1 950 328
Fornecedores e outros passivos	9 531 372	1 867 813	451 479

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AdAM não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a AdAM dispõe de facilidades de financiamento para obtenção de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

Unidade: euros

Risco de liquidez	Tipo	Valor do Plafond negociado	Valor do Plafond utilizado 31.12.2022	Valor do Plafond disponível a 31.12.2022
Acionista AdP - Apoio de tesouraria	Curto prazo renovável	6 000 000	1 850 000	4 150 000

O objetivo da AdAM em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das

operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da AdAM é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do gasto médio de capital.

Unidade: euros

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos não correntes	18.2	5 000 000	-
Empréstimos Correntes	18.2	1 858 053	3 905 222
Disponibilidades	13.2	937 789	588 821
Dívida Líquida		5 920 265	3 316 401
Subsídios ao Investimento	17.2	5 817 217	9 460 074
Capital Próprio	14.2	4 114 446	3 874 308
Capitais Permanentes		9 931 663	13 334 382
Dívida/Capitais Permanentes		0,60	0,25

4.4. Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A AdAM está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria. Importa referir que a AdAM tem como política não registar imparidade sobre saldos de municípios, já que consideram que o risco de incobrabilidade é remoto

Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento). Este risco é reduzido dadas as características do serviço prestado, não existindo um risco de crédito significativo com um cliente em particular, na medida em que as contas a receber derivam de um elevado número de clientes.

A composição da carteira de clientes da AdAM tem 2 naturezas: (i) autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais; (ii) particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa.

- i. Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas traduzidas em processos judiciais. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais e parcerias, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas (ver nota 10) bem como os rendimentos financeiros (ver nota 30).

O Conselho de Administração da AdAM continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

ii. Particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que o abastecimento pela rede de distribuição em baixa permite o corte do abastecimento em caso de incumprimento no pagamento atempado das faturas pelos clientes. Não obstante, nos clientes abastecidos pela rede de distribuição em baixa existem dois segmentos a considerar: (i) abastecimento pela rede em baixa no âmbito de Parcerias, em que as perdas por risco de crédito nos clientes são compensadas pelo Desvio de Recuperação de Gastos; e (ii) outros abastecimentos pela rede em baixa, em que o incumprimento no pagamento atempado das faturas se traduz em perda patrimonial. Para este segundo segmento, são constituídas perdas esperadas por imparidade em função da perda esperada. Para a dívida resultante do abastecimento pela rede de distribuição em baixa, a perda esperada é determinada da seguinte forma: i) para faturas vencidas há mais de 6 meses é aplicada imparidade de 100% (prescrição legal de faturas vencidas há mais de 6 meses); ii) para as faturas emitidas e ainda não vencidas ou vencidas há menos de 6 meses é aplicada a percentagem de perda histórica verificada a qual é agravada por forma a incluir o efeito "forward looking".

Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdAM a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2022 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

		Unidade: euros	
Ativos financeiros bancários	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos à ordem	13.2	936 741	587 803
		936 741	587 803

Unidade: euros

Rating	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos à Ordem	936 741	587 803
Rating		
BB	106 303	
BBB	19 182	
BBB+	733 965	
Ba1		
Baa1		15 385
Baa2	77 291	572 419
Baa3		
TOTAL	936 741	587 803

Nota: Notação do rating -consulta realizada a 30.01.2023 nos sites das Instituições Financeira

4.5. Risco de exploração

4.5.1 Risco de catástrofe

A AdAM está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a AdAM tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

4.5.2 Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela AdAM. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa que podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

5. Ativos intangíveis

5.1. Políticas contabilísticas

Direito de Utilização de Infraestruturas ("DUI") - Parcerias

Para as políticas contabilísticas relativas ao Direito de Utilização de Infraestruturas, consultar divulgação na nota 2.

Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Os gastos de investigação e os gastos de desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento enquanto ativos intangíveis são reconhecidos em gastos do período quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos do período não são reconhecidos como ativos intangíveis em períodos subsequentes. Investimentos que aumentem a performance dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do *software*.

Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Os gastos de implementação do *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos.

Imparidade

Os ativos intangíveis da AdAM são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Para outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do relato.

Tendo em conta as premissas do contrato de parceria, o valor recuperável do direito de utilização de infraestruturas (DUI) corresponde ao valor de uso, e este por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da parceria. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeiro) anexo ao contrato de parceria que são reenviados periodicamente para o regulador do sector.

Sempre que existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da AdAM. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 anos) a AdAM efetua uma análise da imparidade. No caso em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os

riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

5.2. Estimativas e julgamentos

Vida útil

A determinação das vidas úteis do Direito de Utilização de Infraestruturas bem como o respetivo método de amortização é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão. No entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil do Direito de Utilização de Infraestruturas está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (caudais e prazo da parceria), e de acordo com o respetivo contrato de parceria. No fim da parceria, o Direito de Utilização de Infraestruturas está amortizado a 100%. Adicionalmente, face à característica da parceria de rendimento garantido, alterações nos caudais não têm impacto no resultado líquido dado que essas variações são neutralizadas pelo Desvio de Recuperação de Gastos (ver nota 2.2.5).

Na determinação do investimento contratual, a AdAM utiliza para efeitos de base de amortizações o valor dos investimentos contratuais previstos no contrato de parceria e/ou EVEF (Estudo de Viabilidade Económica e Financeira) submetidos posteriormente ao Concedente, os quais poderão estar sujeitos a revisão e aprovação por parte do mesmo, com conseqüente impacto nas demonstrações financeiras da empresa.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da AdAM, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à AdAM.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração,

no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

5.3. Detalhe e movimento

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Unidade: euros

Valor líquido	31.12.2020	Aumentos	Abates	31.12.2021	Aumentos	Abates	31.12.2022
Direitos de utilização de infraestruturas - Firme	369 529	291 284	-	660 813	548 776	-	1 209 589
Direitos de utilização de infraestruturas integradas	3 420 058	65 616	114 776	3 239 666	114 532	28 802	3 096 331
Direitos de utilização de infraestruturas - Em curso	1 103 203	5 211 605	-	6 314 808	8 917 641	-	15 232 449
	4 892 790	5 437 273	114 776	10 215 287	9 351 885	28 802	19 538 369
Valor bruto	31.12.2020	Aumentos	Abates	31.12.2021	Aumentos	Abates	31.12.2022
Direitos de utilização de infraestruturas - Firme	405 540	309 778	-	715 318	548 593	-	1 263 911
Direitos de utilização de infraestruturas integradas	3 486 880	33 730	114 776	3 405 834	22 208	28 802	3 399 240
Direitos de utilização de infraestruturas - Em curso	1 103 203	5 211 605	-	6 314 808	8 917 641	-	15 232 449
	4 995 623	5 555 113	114 776	10 435 960	9 488 442	28 802	19 895 600
Amortizações acumuladas	31.12.2020	Aumentos	Abates	31.12.2021	Aumentos	Abates	31.12.2022
Direitos de utilização de infraestruturas	36 011	18 494	-	54 505	183	-	54 322
Direitos de utilização de infraestruturas integradas	66 822	99 346	-	166 168	136 740	-	302 909
	102 834	117 840	-	220 673	136 557	-	357 231

Os investimentos realizados pela AdAM em 2022 ascenderam a 9,5 milhões de euros. O imobilizado em curso, à data de 31 de dezembro de 2022 totalizava 15,2 milhões de euros, incluindo gastos internos capitalizados, em resultado de um maior volume de Empreitadas, estando os principais projetos mencionados na nota compromissos. O aumento do valor das amortizações acumuladas reflete essencialmente o valor das amortizações do exercício. Os gastos internos capitalizados no exercício totalizaram 583.409 euros (71.394 de fornecimentos e serviços externos, 419.320 euros de gastos com o pessoal e de 92.694 euros de gastos financeiros).

6. Ativos fixos tangíveis

6.1. Políticas contabilísticas

Reconhecimento e mensuração

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor contabilístico.

Os gastos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do exercício em que são incorridos.

Depreciações

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Taxa anual máxima
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	10
Equipamento de transporte *	---
Ferramentas e utensílios*	---
Equipamento administrativo	8

*A AdAM não dispõe

Os terrenos não são objeto de depreciação.

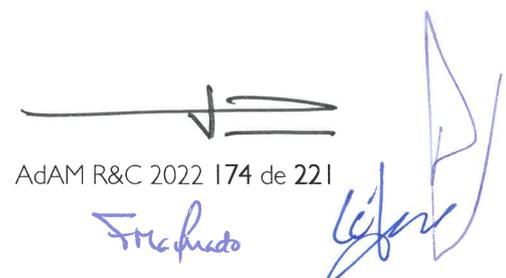
A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos não correntes para venda.

Imparidade

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício, o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Determinação da quantia recuperável dos ativos



AdAM R&C 2022 | 74 de 221

A quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Desreconhecimento

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

6.2. Estimativas e julgamentos

Vida útil

A determinação das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados. Este parâmetro foi definido de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos em questão.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da AdAM, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à AdAM.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

6.3. Detalhe e movimento

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Unidade: euros							
Valor líquido	31.12.2020	Aumentos	Abates	31.12.2021	Aumentos	Abates	31.12.2022
Edifícios e outras construções	132 013	-14 668	-	117 345 -	14 668	-	102 677
Equipamento básico	59 538	-6 790	-	52 748 -	6 790	-	45 957
Equipamento administrativo	203 481	-79 004	-	124 477 -	79 004	-	45 474
	395 033	-100 462	-	294 570 -	100 462	-	194 108
Valor bruto	31.12.2020	Aumentos	Abates	31.12.2021	Aumentos	Abates	31.12.2022
Edifícios e outras construções	146 681	-	-	146 681	-	-	146 681
Equipamento básico	66 329	-	-	66 329	-	-	66 329
Equipamento administrativo	281 151	-	-	281 151	525	-	281 676
	494 161	-	-	494 161	525	-	292 915
Amortizações acumuladas	31.12.2020	Aumentos	Abates	31.12.2021	Aumentos	Abates	31.12.2022
Edifícios e outras construções	14 668	14 668	-	29 336	14 668	-	44 004
Equipamento básico	6 790	6 790	-	13 581	6 790	-	20 371
Equipamento administrativo	77 670	79 004	-	156 674	79 529	-	236 203
	99 129	100 462	-	199 591	100 987	-	300 578

No período não se registaram alterações significativas no valor bruto do ativo fixo tangível.

7. Locações

7.1. Políticas contabilísticas

As locações nas quais a AdAM é locatária, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de início da locação, a AdAM reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A AdAM reconhece separadamente o gasto financeiro relacionado com o passivo da locação e o gasto com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

A AdAM apenas tem locações enquanto locatário de contratos de arrendamento e cedência de espaços destinados a lojas de atendimento e centros operacionais, contratos de locação operacional de viaturas e contratos associados a licenças.

Identificação de uma locação

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de uma remuneração:

- a) O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado no momento em que fica disponível para uso pelo locatário; e
- b) A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período de tempo, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

Separar componentes de um contrato

Se um contrato é, ou contém uma locação, a AdAM contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a empresa (como locatário) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e como tal, contabilizar tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

Prazo da locação

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- i) Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- ii) Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de início da locação ("*commencement date*") corresponde à data em que o locador coloca disponível para uso do locatário o ativo subjacente da locação.

A) Contabilização nos locatários

Reconhecimento e mensuração inicial da locação

Na data de início da locação a AdAM reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Mensuração inicial do ativo sob direito de uso ("Right-of-use asset")

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de gastos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de gastos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos (descontado de quaisquer incentivos de locação recebidos) e variáveis (baseados em índices ou taxas) futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja exatável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

Mensuração subsequente da locação

Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são as seguintes:

Naturezas	Intervalo de anos
Licenças de software	3
Edifícios e outras construções	5
Equipamento de transporte	4
Outro equipamento *	---

*A AdAM não dispõe

Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a AdAM mensura o passivo da locação por:

- i) Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- ii) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- iii) Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):
 - a. Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
 - b. Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

Expedientes práticos utilizados pela AdAM enquanto locatária

A AdAM utiliza os seguintes expedientes práticos previstos na IFRS 16:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito da IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses, são excluídos do âmbito do IFRS 16;

- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 € (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a AdAM é locatário e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor como, (por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica “Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres”.

A AdAM apenas é locatária em locações operacionais.

7.2. Estimativas e julgamentos

A determinação das vidas úteis dos ativos é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados.

7.3. Ativos sob direito de uso

O detalhe dos passivos da locação em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Ativos sob direito de uso	Unidade: euros												
	31.12.2020			Exercício 2021		31.12.2021			Exercício 2022		31.12.2022		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aumentos	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aumentos	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Edif.Outras Construções	604 480	107 040	497 440	0	105 968	604 480	213 008	391 472	342 904	160 844	947 384	373 852	573 532
Equipamento Transporte	94 489	4 003	90 486	146 331	48 472	240 820	52 475	188 345	115 586	81 084	356 406	133 559	222 846
Licenças	137 138	3 809	133 329	0	45 713	137 138	49 522	87 616	14 604	46 930	151 741	96 452	55 290
Total	836 106	114 852	721 254	146 331	200 153	982 437	315 005	667 432	473 094	288 858	1 455 531	603 863	851 668

7.4. Passivos da locação

Unidade: euros

Passivo de Locação	31.12.2022	31.12.2021
Não corrente	563 034	423 258
Corrente	252 621	217 045
	815 656	640 303
Capital em dívida por natureza de ativo sob direito de uso		
Edifícios e outras construções	586 205	401 499
Equipamentos de transporte	229 451	193 059
Licenças	-	45 745
	815 656	640 303
Futuros Pagamentos Mínimos		
Até 1 ano	280 357	236 491
De 1 a 5 anos	593 063	439 895
Mais de 5 anos		
	873 420	676 386
Juros		
Até 1 ano	27 736	19 446
De 1 a 5 anos	30 029	16 637
Mais de 5 anos		
	57 765	36 083
Valor presente dos pagamentos mínimos		
Até 1 ano	252 621	217 045
De 1 a 5 anos	563 034	423 258
Mais de 5 anos		
	815 656	640 303

7.5. Pagamentos da locação

Unidade: euros

Pagamentos da Locação	31.12.2022	31.12.2021
Contabilizados de acordo com o modelo único previsto na IFRS 16	319 458	213 975
Contabilizados como despesa em resultados	199 334	117 707
	518 792	331 682

8. Outros ativos financeiros

8.1. Políticas contabilísticas

Reconhecimento e mensuração

Face à atividade das Águas do Alto Minho, SA, a empresa apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado. Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros pelo custo amortizado”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

8.2. Detalhe

O valor registado em Investimentos financeiros (17.946 euros), diz respeito ao Fundo de Compensação de Trabalho, efetuado para os colaboradores que entraram na AdAM a partir de 2020 e que se destina a constituir a compensação (até 50%) devida ao trabalhador pelo período trabalhado na AdAM, em caso de cessação do contrato de trabalho.

	<i>Unidade: euros</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
Fundo de compensação de trabalho	17 946	9 533
	17 946	9 533

9. Desvio de recuperação de gastos (Défice tarifário)

9.1. Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas ao desvio de recuperação e gastos, consultar divulgação na nota 2.2.5.

9.2. Estimativas e julgamentos

O Desvio de Recuperação de Gastos (“DRG”) é calculado nos termos dos DL 92, 93 e 94/2015 de 29 de maio (“DL das Agregações”), DL 16/2017 de 1 de fevereiro, DL 34/2017 de 24 de março e dos contratos de

parceria que estipulam, para o período regulatório atual, que o DRG resulta da diferença verificada, anualmente, entre o resultado líquido da sociedade adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas necessárias que tem como critério a recuperação dos gastos de exploração, o investimento e uma remuneração dos capitais próprios e reservas legais que corresponde à rentabilidade média diária das OT a 10 anos + 3% e da remuneração acionista em dívida à rentabilidade média diária das OT a 10 anos; não devendo incorporar as diferenças entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos admissíveis em cenário de eficiência produtiva, de acordo com critérios previamente definidos pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos ('ERSAR') ('Critérios de Eficiência Produtiva').

Nos termos dos respetivos Contratos de Parceria, a Entidade gestora submete à aprovação da Comissão de Parceria o cálculo do montante do DRG, para que no âmbito das suas competências aprove. A estimativa do DRG é, em cada exercício, determinada com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessa estimativa do DRG. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das presentes demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

9.3. Detalhe e movimento

O desvio de recuperação de gastos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 tem o seguinte detalhe:

Unidade: euros

	31.12.2021	Movimento 2022	31.12.2022
Desvio de Recuperação de Gastos	10 146 570	2 120 457	12 267 027
	10 146 570	2 120 457	12 267 027

O desvio de recuperação de gastos do ano 2021 foi aprovado pela Comissão de Parceria em 2 de dezembro de 2022, no âmbito dos poderes que lhe estão atribuídos, conforme disposto no Contrato de Parceria. O desvio de recuperação de gastos do ano 2022 será aprovado em reunião da Comissão de Parceria a realizar em 2023.

10. Ativos financeiros

10.1. Políticas contabilísticas

Classificação

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - a. Ativos financeiros detidos para negociação;
 - b. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
 - c. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à sua atividade a AdAM apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros pelo custo amortizado”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a AdAM determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial, todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os gastos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição. Os gastos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a AdAM não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, a AdAM valoriza os ativos financeiros pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral. Face à atividade da empresa, a AdAM apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os rendimentos e gastos de ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) São reconhecidos impactos em gastos ou rendimentos do período, quando o ativo financeiro é desreconhecido, ou quando são reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a AdAM recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela AdAM no curso normal das suas atividades ou correspondem a direitos a receber. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

Crédito abatido ao ativo (*write-off*)

A AdAM reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela empresa se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

Imparidade de ativos financeiros

No que respeita aos saldos a receber reconhecidos nas rubricas "Clientes" e "Outros ativos", a AdAM aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimento históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de *default* anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de *default* anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto a perda na eventualidade de *default* representa a perda expectável quando o *default* ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada exercício de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do período. O valor de balanço dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a AdAM não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre categorias de ativos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a AdAM alterar o modelo de negócio para a gestão de uma categoria de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência.

Política de desreconhecimento

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido do balanço, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos no balanço e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:
 - Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
 - O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre:
 - Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido do balanço, qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
 - Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo no balanço por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

10.2. Estimativas e julgamentos

Imparidade de ativos financeiros

As perdas por imparidade para clientes e outros ativos são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da AdAM não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do exercício. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da AdAM.

Conforme divulgado na nota 4.4 face à tipologia de clientes da AdAM e conjugado com o facto de eventuais perdas por imparidade reconhecidas na parceria serem considerados como um gasto aceite no Desvio de recuperação de gastos, não foram efetuadas análises de sensibilidade, dado que não existem impactos no resultado líquido nem no capital próprio da AdAM.

10.3. Clientes detalhe

Em 31 de dezembro 2022 e 31 de dezembro de 2021 o detalhe de Clientes é como segue:

	<i>Unidade: euros</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
Municípios	1 955 360	1 682 264
Empresas do Grupo	298	5
Sub-total	1 955 658	1 682 269
Outros clientes	4 049 324	4 827 246
	6 004 982	6 509 515
Imparidades	-1 443 135	-1 141 141
Sub-total	4 561 847	5 368 374
Acréscimo de rendimentos - Venda de água	541 902	656 650
Acréscimo de rendimentos - Saneamento	410 259	455 459
	952 161	1 112 109
Total	5 514 008	6 480 483

Importa referir que o acréscimo de rendimentos provenientes da venda de água e da prestação de serviços registado no ano 2022 se refere aos períodos de consumos não faturados até 31 de dezembro de 2022, no montante de 952.161 euros.

O movimento nas imparidades de clientes pode ser apresentado da seguinte forma:

	<i>Unidade: euros</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
Saldo inicial	1 141 141	156 445
Aumento	319 265	984 696
Reversão	- 17 270	-
Saldo final	1 443 135	1 141 141

O incremento das imparidades deve-se ao aumento da dívida corrente superior a seis meses e da dívida com acordos de pagamento em incumprimento, decorrente por um lado da emissão da fatura de regularização de consumos de 2020 com acordos de pagamento não cumpridos e da determinação legal de proibição dos cortes no abastecimento até ao 3º trimestre de 2021, no âmbito das medidas de mitigação dos efeitos da pandemia da Covid-19, limitando significativamente as ações de cobrança junto dos clientes.

11. Outros ativos

11.1. Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos, consultar divulgações nas notas:

- 10 – Clientes
- 17 – Subsídios ao investimento

11.2. Detalhe do movimento

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o detalhe de Outros ativos é como segue:

	<i>Unidade: euros</i>	
	31.12.2022	31.12.2021
Outros ativos não correntes	0	2 777 752
Subsídios ao investimento	0	2 777 752
Outros ativos correntes	2 070 710	8 734 291
Pessoal	1 592	144
Fornecedores	114 770	2 400
Gastos a reconhecer - seguros	55 655	57 690
Subsídios ao investimento	319 572	6 221 219
Outros devedores	653 471	1 534 721
Estado	925 649	918 117
	2 070 710	11 512 043

O montante registado em “Outros devedores” respeita maioritariamente aos valores faturados relativos aos investimentos do Ciclo Urbano da Água, cuja gestão foi delegada na AdAM, através de Protocolos celebrados com os Municípios. Relativamente ao Estado, o montante registado refere-se a iva a recuperar (925.649 euros).

A- Subsídios ao investimento

	Unidade: euros		
	31.12.2021	Movimentos em 2022	31.12.2022
Não corrente	2 777 752	-2 777 752	0
Reconhecimento do direito ao fundo - POSEUR - candidatura I257	0	0	0
Reconhecimento do direito ao fundo- candidatura FEDER - REACT	2 777 752	-2 777 752	0
Corrente	6 682 322	-865 104	5 817 217
Reconhecimento do direito ao fundo - POSEUR - candidatura I257	3 998 971	-3 679 398	319 572
Reconhecimento do direito ao fundo- candidatura FEDER - REACT	2 222 248	-2 222 248	0
Reconhecimento em resultados de 2022 - POSEUR I257	-304 698	-206 324	-511 022
Reconhecimento em resultados de 2022 - FEDER - REACT	-274 180	274 180	0
Recebimentos - candidatura POSEUR I257	1 039 982	4 968 685	6 008 667
Recebimentos - candidatura FEDER - REACT	0		0
Total	9 460 074	-3 642 856	5 817 217

Os movimentos associados aos subsídios ao investimento estão descritos na nota 17.2.

12. Inventários

12.1. Políticas contabilísticas

Os inventários estão valorizados ao mais baixo entre o custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

12.2. Detalhe e movimento

O detalhe dos inventários em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	Unidade: euros	
	31.12.2022	31.12.2021
Matérias Subsidiárias	8 367	1 737
Peças de manutenção	332 697	224 965
	341 064	226 702

O acréscimo da rubrica de inventários decorre sobretudo do aumento do stock de segurança de materiais críticos para a atividade operacional, no âmbito das contingências motivadas pela crise geopolítica internacional.

O movimento ocorrido nas matérias subsidiárias e peças de manutenção no ano de 2022 e no exercício de 2021 e o apuramento do gasto com mercadorias e matérias consumidas é como segue:

Unidade: euros

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo inicial	226 702	69 762
Compras	8 833 963	8 876 850
Matérias primas	7 412 142	8 106 390
Matérias subsidiárias	59 574	34 929
Peças de manutenção	1 362 248	735 532
Gasto	-8 719 601	-8 719 910
Matérias primas	-7 412 142	-8 106 390
Matérias subsidiárias	-21 269	-19 068
Peças de manutenção	-1 286 191	-594 453
Saldo final	341 064	226 702

O gasto relativo às peças de manutenção está a ser registado na rubrica FSE – Conservação e manutenção.

13. Caixa e seus equivalentes

13.1. Políticas contabilísticas

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários (no caso da Demonstração dos Fluxos de Caixa), sem risco significativo de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa. A AdAM em 2021 não utilizou descobertos bancários.

13.2. Detalhe

O detalhe de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021 é como segue:

Unidade: euros

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	1 048	1 018
Depósitos à ordem	936 741	587 803
	937 789	588 821

14. Capital próprio

14.1. Políticas contabilísticas

Classificação

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- i) se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- ii) se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Dividendos

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

14.2. Capital Social

O capital no montante de 3.600.000 euros é constituído por 720.000 ações de 5 euros cada e encontra-se integralmente realizado.

Unidade: euros

Acionistas	31.12.2022		31.12.2021	
	% de Capital Realizado	Capital Realizado		Capital Realizado
		Categoria A		Categoria A
AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	1 836 000	1 836 000	1 836 000
Município de Arcos de Valdevez	3,94%	141 905	141 905	141 905
Município de Caminha	4,22%	151 775	151 775	151 775
Município de Paredes de Coura	1,67%	60 140	60 140	60 140
Município de Ponte de Lima	7,77%	279 855	279 855	279 855
Município de Valença	3,22%	116 055	116 055	116 055
Município de Viana do Castelo	25,68%	924 435	924 435	924 435
Município de Vila Nova de Cerveira	2,50%	89 835	89 835	89 835
TOTAL	100,00%	3 600 000	3 600 000	3 600 000

14.3. Resultado líquido por ação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o resultado líquido por ação é o seguinte:

Unidade: euros

	31.12.2022	31.12.2021
Resultado líquido	240 138	195 713
Número médio de ações	720 000	720 000
	0,33	0,27

14.4. Reservas e outros ajustamentos e Resultados transitados

Movimentos do período

Unidade: euros

	31/12/2020	Aumento de Capital	Afeção do Res. Líquido	Resultado Líquido	31/12/2021	Aumento de Capital	Afeção do Res. Líquido	Resultado Líquido	31/12/2022
Capital social	1 800 000	1 800 000			3 600 000				3 600 000
Reservas e outros ajustamentos	899		3 030	3 930	9 786		13 715		13 715
Resultados transitados	17 088		57 577	74 665	185 927		260 593		260 593
Resultado do exercício	60 606		60 606	195 713	195 713		-195 713	240 138	240 138
Totais	1 878 595	1 800 000	0	195 713	3 874 308	0	0	240 138	4 114 446

De acordo com o disposto nos Estatutos da empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a AdAM é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, incluída na rubrica "Outras reservas", no Capital Próprio, pelo menos, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva


 AdAM R&C 2022 | 93 de 221



legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

15. Provisões, ativos e passivos contingentes

15.1. Políticas contabilísticas

Provisões

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AdAM divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota.

Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

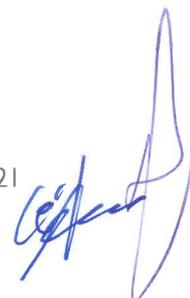
Passivos contingentes

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da Empresa. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A AdAM procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.



AdAM R&C 2022 | 94 de 221

F. Machado



Ativos contingentes

Ativos contingentes são potenciais ativos da AdAM que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A AdAM procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

15.2. Estimativas e julgamentos

A AdAM analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A AdAM é parte em processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

15.3. Detalhe e movimento

Processos judiciais em curso

A AdAM faz uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências, e face aos riscos identificados e à probabilidade de materialização em passivos considera que não existe a necessidade de registo de qualquer provisão. Da avaliação efetuada, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

				<i>Em euros</i>
N.º Processo	Tribunal	Autor	Réu	Valor da Ação
Processo N.º 343/22.2T8VCT	Tribunal Judicial da Comarca de Viana do Castelo	Fernando Gregório Barbosa Cálvário	Águas do Alto Minho, S.A.	816
Proc. N.º 760/21.5BELRS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga	Fortissue – Produção de Papel	Águas do Alto Minho, S.A.	214 140

Contraordenações

Unidade: em euros

N.º Processo	Entidade Instrutória	Autor	Arguido	Coima máxima
Processo N.º DAF.00174.2020	APA – Agência Portuguesa do Ambiente	APA – Agência Portuguesa do Ambiente	Águas do Alto Minho, S.A.	144 000
Processo N.º DAF.235/2020/ARHNCO/225/2020/	APA – Agência Portuguesa do Ambiente	APA – Agência Portuguesa do Ambiente	Águas do Alto Minho, S.A.	144 000
Processo N.º n.º DAF/00484/2021	APA – Agência Portuguesa do Ambiente	APA – Agência Portuguesa do Ambiente	Águas do Alto Minho, S.A.	144 000
Processo n.º N.º DAAF.CO.00545.2021	APA – Agência Portuguesa do Ambiente	APA – Agência Portuguesa do Ambiente	Águas do Alto Minho, S.A.	144 000
Processo n.º. 942902890	APA – Agência Portuguesa do Ambiente	APA – Agência Portuguesa do Ambiente	Águas do Alto Minho, S.A.	3 500
Processo n.º 944317057	Autoridade Nacional Segurança Rodoviária	Autoridade Nacional Segurança Rodoviária	Águas do Alto Minho, S.A.	3 500
Proc. N.º 00163/2020 - CTVCT	Guarda Nacional Republicana - Posto Territorial de Viana do Castelo	Guarda Nacional Republicana - Posto Territorial de Viana do Castelo	Águas do Alto Minho, S.A.	37 500
Processo n.º. 313561630	Autoridade Nacional Segurança Rodoviária	Autoridade Nacional Segurança Rodoviária	Águas do Alto Minho, S.A.	3 500
Processo n.º DAAF.CO.00346.2022	APA - Agência Portuguesa do Ambiente	APA - Agência Portuguesa do Ambiente	Águas do Alto Minho, S.A.	144 000

Relativamente aos processos de contraordenações descritos no quadro acima, a AdAM pronunciou-se por escrito sobre os factos que lhe foram imputados, aguardando despacho sobre a referida pronúncia/defesa, não se considerando nesta data que nesta fase fosse necessária a constituição de qualquer provisão.

Garantias

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas demonstram-se como se segue:

Unidade: em euros

Data	Prestado por:	Montante	Beneficiário	Natureza
14/08/2020	Millenium BCP	3 000	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
14/08/2020	Millenium BCP	3 000	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
02/11/2020	Millenium BCP	84 000	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
23/02/2021	Millenium BCP	3 000	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
23/02/2021	Millenium BCP	3 000	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
23/02/2021	Millenium BCP	3 000	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
23/02/2021	Millenium BCP	3 000	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
24/03/2021	Millenium BCP	3 000	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
26/01/2021	Millenium BCP	3 000	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
20/07/2021	Millenium BCP	44 100	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
28/07/2021	Millenium BCP	24 260	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
11/11/2021	Millenium BCP	31 800	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
11/11/2021	Millenium BCP	33 525	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
15/11/2021	Millenium BCP	43 830	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
31/01/2022	Millenium BCP	30 900	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
16/02/2022	Millenium BCP	318 306	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
10/08/2022	Millenium BCP	23 355	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
11/11/2022	Millenium BCP	344 700	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
12/12/2022	Millenium BCP	44 600	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra
13/12/2022	Millenium BCP	50 700	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra

I 098 076

16. Acréscimo de gastos de investimento contratual

16.1. Políticas contabilísticas

Ver política contabilística na nota 2.2.4.

16.2. Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2022 o acréscimo de gasto contratual é como segue:

		<i>Unidade: euros</i>	
	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Acréscimo de gastos de investimento contratual	16.2	13 052 851	8 437 415
		13 052 851	8 437 415

Movimentos do período

O movimento ocorrido no acréscimo de gastos de investimento contratual em 31 de dezembro de 2022 e no exercício de 2021 é como segue:

		<i>Unidade: euros</i>	
	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Amortização de investimento contratual - saldo inicial		8 437 415	4 108 402
Amortizações do exercício	25	4 615 436	4 329 012
Amortização de investimento contratual - saldo final		13 052 851	8 437 415

17. Subsídios ao investimento

17.1. Políticas contabilísticas

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a AdAM cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da depreciação dos ativos subjacentes.

17.2. Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o detalhe dos subsídios ao investimento é como segue:

Unidade: euros

	31.12.2022	Reconhecimento de direito	Reconhecimento em resultados	31.12.2021
Candidatura POSEUR - EH 1257	5 817 217	1 289 287	-206 324	4 734 254
Candidatura FEDER - REACT	0	-5 000 000	274 180	4 725 820
	5 817 217	-3 710 713	67 857	9 460 074

Unidade: euros

	31.12.2021	Reconhecimento de direito	Reconhecimento em resultados	31.12.2020
Candidatura POSEUR - EH 1257	4 734 254	0	-152 831	4 887 085
Candidatura FEDER - REACT	4 725 820	5 000 000	-132 279	-141 901
	9 460 074	5 000 000	-285 110	4 745 183

No âmbito do aviso convite para apresentação de Candidaturas n.º 05/REACT-EU/2021 - Apoio à Transição Climática "Investimentos em Infraestruturas de Saneamento de Águas Residuais em Baixa", a AdAM submeteu uma candidatura para a obtenção de financiamento de fundos comunitários, visando o fecho dos sistemas de drenagem de águas residuais em "baixa", permitindo assim a otimização da utilização da capacidade instalada e garantindo o acesso efetivo ao serviço de recolha e tratamento de águas residuais, por parte da população residente nos 7 municípios que constituem o Sistema do Alto Minho – Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, correspondendo a uma extensão do serviço a 2.268 novos alojamentos (4.256 habitantes residentes), associada à construção de 85,63 km de redes de saneamento de águas residuais, 5 Estações Elevatórias, que corresponde um investimento total de 8,1 milhões de euros.

Em 4 de fevereiro de 2022, a candidatura foi aprovada, sob o n.º POCI-07-62H1-FEDER-181422, com uma despesa elegível corrigida de 5 milhões de euros, calculado com base na aplicação da taxa de financiamento de 100%, tendo em consideração a dotação orçamental atribuída à Águas do Alto Minho, S.A. Salienta-se ainda que a despesa resultante do restante investimento decorrerá a expensas dos 7 municípios da Parceria. Com esta aprovação, a AdAM reconheceu o direito ao fundo no final do exercício de 2021.

Inicialmente a Águas do Alto Minho, S.A. ficou como beneficiária da referida candidatura, uma vez que o aviso lhe estava dirigido, reconhecendo por esse motivo o correspondente direito ao fundo. Sucede, porém, que o aviso foi republicado pelo Compete 2020, incluindo os Municípios da parceria como beneficiários finais, na sequência de os municípios terem manifestado a intenção de executar diretamente os investimentos de expansão de rede. Em sequência, a AdAM procedeu em 2022 ao desreconhecimento do direito ao fundo considerado em exercícios anteriores.

18. Passivos financeiros

18.1. Políticas contabilísticas

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria "Passivos financeiros ao custo amortizado" inclui os passivos apresentados nas rubricas "Empréstimos" e "Fornecedores e outros passivos". Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A AdAM apenas tem reconhecidos passivos classificados como "Passivos financeiros ao custo amortizado".

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica "Gastos financeiros" da demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

O empréstimo obtido é classificado no passivo corrente, dado que o mesmo será liquidado nos próximos 12 meses após a data do balanço.

Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

18.2. Empréstimos detalhe e movimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o detalhe dos empréstimos obtidos é como segue:

Unidade: euros

	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos - empresa-mãe	5 000 000	-
Não correntes	5 000 000	-
Empréstimos - Apoio de tesouraria	1 850 000	3 900 000
Juros a liquidar	8 053	
Correntes	1 858 053	3 900 000
Total de empréstimos	6 858 053	3 900 000

Em 31 de dezembro de 2022 os juros a liquidar estavam apresentados na rubrica "Fornecedores e outros passivos correntes" (8.053 euros).

Movimento nos empréstimos obtidos

O movimento ocorrido nos empréstimos obtidos no ano de 2022 e no exercício de 2021 e a sua reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa é como segue:

Unidade: euros

	Valor contabilístico 31.12.2021	Recebimentos	Pagamentos	Variação de Juros a Liquidar	Valor contabilístico 31.12.2022
Empréstimos - empresa-mãe	-	5 000 000	-	-	5 000 000
Empréstimos - apoio de tesouraria	3 905 222	3 600 000	5 650 000	2 831	1 858 053
Total	3 905 222	6 600 000	5 650 000	2 831	6 858 053

Empréstimos por maturidade

Unidade: euros

	31.12.2022	31.12.2021
Até 1 ano	1 858 053	3 905 222
Superior a 5 anos	5 000 000	
	6 858 053	3 905 222

Empréstimos por tipo de taxa

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o apoio de tesouraria apresenta o seguinte detalhe por tipologia de taxa de juro:

Unidade: euros

Taxa de juro variável	31.12.2022	31.12.2021
Até 1 ano	1 858 053	3 905 222
Superior a 3 anos	5 000 000	0
	6 858 053	3 905 222

19. Fornecedores e outros passivos

19.1. Políticas contabilísticas

Incluem passivos a pagar por bens e serviços que a AdAM adquiriu, no decurso normal da sua atividade, bem como passivos a pagar pela integração de património municipal. Nos termos da cláusula 22.^a do Contrato de Gestão, os Municípios têm direito a uma contrapartida pecuniária pela cedência das infraestruturas, sob a forma de retribuição, tendo por base os benefícios gerados pelas mesmas no decurso da Parceria. O cálculo da retribuição anual resulta da aplicação de uma percentagem sobre o volume de negócios, conforme definido no Anexo V do Contrato de Gestão, entendendo-se por volume de negócios o somatório da venda de água e das prestações de serviços. De acordo com o previsto no EVEF, considerou-se que o valor das infraestruturas

resultava da atualização da referida retribuição para o período inicial de 10 anos (2 quinquénios), à taxa anual de endividamento.

Os passivos são classificados como correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses desde a data do balanço ou menos, caso contrário, os passivos são classificados como não correntes.

Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a pagar a fornecedores e outras dívidas a pagar a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

19.2. Detalhe

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o detalhe de fornecedores e outros passivos é como segue:

Unidade: euros

	31.12.2022			31.12.2021		
	Não correntes	Correntes	Total	Não correntes	Correntes	Total
Fornecedores	2 319 293	2 845 768	5 165 061	2 275 985	5 276 506	7 552 491
Fornecedores de investimento	2 319 293	1 707 605	4 026 898	2 275 985	3 185 560	5 461 545
Fornecedores gerais		459 885	459 885	-	576 479	576 479
Fornecedores partes relacionadas		678 278	678 278	-	1 514 466	1 514 466
Acréscimos e Diferimentos	-	3 224 678	3 224 678	-	3 234 247	3 234 247
Acréscimo com férias e subsídio de férias		494 535	494 535	-	402 389	402 389
Acréscimo de gastos - Compra de água		623 870	623 870	-	673 924	673 924
Acréscimo de gastos - Trab. especializados		1 041 821	1 041 821	-	1 267 996	1 267 996
Acréscimo de gastos - Conservação e manutenção		234 113	234 113	-	131 990	131 990
Outros acréscimos e diferimentos		830 339	830 339	-	757 948	757 948
Outras Contas a Pagar	2 458 864	2 458 864	2 458 864	2 255 918	2 255 918	2 255 918
Cauções de fornecedores correntes		243 153	243 153	-	184 970	184 970
Outros credores- RSU		2 009 886	2 009 886	-	2 008 373	2 008 373
Outros credores		205 825	205 825	-	62 575	62 575
Estado e outros entes públicos	749 441	749 441	749 441	450 908	450 908	450 908
Iva a pagar		47 433	47 433	-	-	-
Retenções - Imposto sobre o rendimento		55 795	55 795	-	39 915	39 915
Contribuições - Segurança Social e CGA		99 475	99 475	-	62 669	62 669
Fundos de compensação e garantia do trabalho		5 696	5 696	-	1 450	0
Retenções - ADSE		3 173	3 173	-	3 253	3 253
Outras Tributações - TRH e TGR		537 869	537 869	-	343 620	343 620
	2 319 293	9 278 751	11 598 044	2 275 985	11 217 579	13 493 564

A rubrica de fornecedores de investimento regista em “não corrente” o montante de 2.319.293 €, referente à dívida aos Municípios relativa à retribuição pela cedência das infraestruturas, a qual foi calculada com base na atualização da retribuição constante do EVEF, por contrapartida de um passivo financeiro, com liquidação prevista após 2022.

Unidade: euros

	31.12.2022			31.12.2021		
	Não correntes	Correntes	Total	Não correntes	Correntes	Total
Município de Arcos de Valdevez	195 684	54 513	250 197	191 868	104 509	296 376
Município de Caminha	274 867	76 653	351 520	269 794	146 954	416 748
Município de Paredes de Coura	91 187	25 385	116 572	89 348	48 667	138 014
Município de Ponte de Lima	343 937	95 788	439 725	337 143	183 639	520 781
Município de Valença	205 665	44 674	250 338	202 702	85 645	288 347
Município de Viana do Castelo	1 082 153	314 637	1 396 791	1 061 955	603 202	1 665 157
Município de Vila Nova de Cerveira	125 799	67 093	192 892	123 176	67 093	190 269
	2 319 293	678 743	2 998 036	2 275 985	1 239 708	3 515 693

Fornecedoras partes relacionadas

O saldo registado nesta rubrica inclui dívida da faturação da AdP SGPS relativa ao "Fee de gestão" (25.965€), dívida da faturação de venda de água (64.862€) e de prestação de serviços de águas residuais (564.083€) da Águas do Norte e dívida da faturação da EPAL relativa a serviços de operação e manutenção do Aquamatrix (12.595€) e serviços de *Contact center* (10.772€).

Acréscimos com férias e subsídio de férias

Esta rubrica representa a estimativa de encargos com férias e subsídios de férias relativas a 2022 a liquidar no decorrer no exercício de 2023.

Acréscimos de gastos – Compra de água

Nesta rubrica encontra-se registada a estimativa relativa à aquisição de água à Águas do Norte S.A. referente ao mês de dezembro de 2022.

Acréscimos de gastos - Trabalhos especializados

Esta rubrica inclui a estimativa relativa à prestação de serviços de saneamento de águas residuais da Águas do Norte S.A (537.334€), referente ao mês de dezembro de 2022, estimativas dos gastos incorridos associados aos protocolos de cooperação técnica celebrados com os Municípios da Parceria a faturar durante o ano 2023 (285.808€), trabalhos especializados no âmbito do protocolo de cooperação Técnica celebrado com a Águas do Norte (31.899€), serviço de *contact center* e de apoio à área comercial (116.581€), cuja faturação só será registada em 2023.

Outros credores - RSU

Esta rubrica regista o montante de 2.009.886 euros de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) que são incluídos nas faturas emitidas pela AdAM, mas cuja receita é dos Municípios.

AdAM R&C 2022 202 de 221

Franquinho



20. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9

Unidade: euros

Classificação dos ativos e passivos financeiros 31.12.2022	Ativos financeiros pelo custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total	Ativos e Passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total de balanço a 31.12.2022
Ativos tangíveis				194 108	194 108
Outros ativos financeiros	17 946		17 946		17 946
Ativos por impostos diferidos				3 415 824	3 415 824
Desvio tarifário				12 267 027	12 267 027
Clientes	4 561 847		4 561 847		4 561 847
Outras ativos correntes	1 089 406		1 089 406		1 089 406
Caixa e seus equivalentes	937 789		937 789		937 789
	6 606 987		6 606 987	15 876 958	22 483 945
Fornecedores de outros passivos não correntes		2 319 293	2 319 293	-	2 319 293
Financiamentos obtidos não correntes		5 000 000	5 000 000		5 000 000
Passivos por impostos diferidos não correntes				2 803 866	2 803 866
Fornecedores correntes		2 845 768	2 845 768		2 845 768
Outros passivos correntes		2 458 864	2 458 864		2 458 864
Financiamentos obtidos correntes		1 858 053	1 858 053		1 858 053
		14 481 978	14 481 978	2 803 866	17 285 844

21. Rédito de contratos com clientes

21.1. Políticas contabilísticas

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da AdAM. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a AdAM avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais a AdAM efetua a sua melhor estimativa.

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela AdAM, existe apenas uma obrigação de desempenho ("performance obligation"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens (venda de água) ou da prestação do serviço (saneamento) ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido como segue:

Venda de bens e prestações de serviços

Atividade regulada - Serviços em "baixa" - Parcerias

O rédito é composto por duas componentes, uma fixa e outra variável. O rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada para cada escalão e os consumos medidos e/ou estimados nesse escalão (componente variável). A componente fixa corresponde à disponibilidade do serviço e está indexado à capacidade de débito do contador. O reconhecimento é efetuado em duodécimos.

Serviços da Construção

Ver política contabilística descrita na nota 2.2.6

21.2. Detalhe

O rédito de contratos com clientes nos anos de 2022 e 2021 apresenta o seguinte detalhe:

	Unidade: euros	
	2022	2021
Rédito de contratos com clientes		
Vendas de água	14 195 259	13 670 652
Prestações de serviço - saneamento	9 677 035	9 563 658
Outras prestações de serviço	398 788	42 053
	24 271 081	23 276 363

Em 2022 a AdAM detinha 108.887 clientes de água e 74.368 clientes de águas residuais, correspondendo respetivamente a 8.660 mil m³ de água vendida e 5.579 mil m³ de saneamento de águas residuais.

Serviços de construção

Políticas contabilísticas

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao Concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O rédito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o

IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

Os serviços de construção nos anos de 2022 e 2021 apresentam o seguinte detalhe:

	<i>Unidade: euros</i>	
	2022	2021
Serviços de construção - Baixa	9 459 640	5 440 337
	9 459 640	5 440 337
	2022	2021
Gastos diretos de construção - Baixa	-9 459 640	-5 440 337
	-9 459 640	-5 440 337

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica de Rendimentos de construção (IFRIC 12) inclui os gastos internos capitalizados, sobre a forma de gastos com o pessoal (419.321 euros), fornecimentos e serviços externos no montante de 71.394 euros e gastos com financiamento no montante de 92.695 euros. Em 31 de dezembro de 2021 os gastos internos capitalizados foram de 522.077 euros.

22. Gastos com mercadorias e matérias consumidas

Nos anos de 2022 e 2021 o custo das vendas tem o seguinte detalhe:

	<i>Unidade: euros</i>	
	2022	2021
CMVMC - Matérias - primas (*)	7 412 142	8 106 390
CMVMC - Matérias - subsidiárias	21 269	19 068
	7 433 410	8 125 457

*Respeita ao consumo de água adquirido à Águas do Norte SA

23. Fornecimentos e serviços externos

23.1. Políticas contabilísticas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Os subsídios à exploração são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, e abatem diretamente à natureza do gasto.

Trabalhos para a própria empresa, são os gastos dos recurst diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos com pessoal. São mensurados ao gasto, sendo reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos gastos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

23.2. Detalhe

Nos anos de 2022 e 2021 os fornecimentos e serviços externos têm o seguinte detalhe:

Unidade: euros

	2022	2021
Subcontratos	4 844 802	5 698 278
Trabalhos especializados	1 412 438	1 810 513
Vigilância e segurança	41 995	44 920
Publicidade e propaganda	34 283	18 069
Material de escritório	8 323	14 676
Energia e outros fluídos	653 604	528 367
Conservação e reparação	1 895 735	1 777 833
Ferramentas de desgaste rápido	8 029	38 564
Comunicação	605 664	552 584
Rendas	199 334	117 707
Seguros	49 995	35 476
Artigos para oferta	6 859	11 383
Deslocações e estadas	13 262	4 464
Transporte de mercadorias	60 215	55 867
Contencioso e notariado	1 936	866
Limpeza e conforto	64 611	49 384
Outros FSE's	248 948	199 622
	10 150 033	10 958 572
FSE's capitalizados	-71 394	-116 327
	10 078 639	10 842 245

Subcontratos

Os gastos registados incluem a prestação de serviços de saneamento de águas residuais (4.844.802 euros), a qual regista uma diminuição face ao ano anterior decorrente de menor precipitação total verificada durante o ano 2022, face ao ano anterior.

Trabalhos especializados

Os gastos registados incluem, essencialmente, o Fee de gestão da AdP (485.313 euros), correspondente a 2% do volume de negócios, as análises (100.121 euros), assistência informática (109.364 euros), estudos/consultoria (24.929 euros), o *finishing* da faturação (33.691 euros), tratamento de resíduos (75.890 euros), prestação de serviços de atendimento presencial e telefónico (325.871 euros), serviços de leituras de contadores (108.371 euros) e outros trabalhos especializados (148.888 euros) relativos a prestações de serviço em regime de *outsourcing*, essencialmente relacionadas com a área comercial e operacional, os quais justificam o maior acréscimo desta rubrica face ao ano anterior.

Conservação e reparação

Os gastos registados nesta rubrica incluem serviços de manutenção executados internamente e prestações de serviços externas. O aumento registado face ao ano anterior resulta do maior número de intervenções corretivas e da intensificação do plano de manutenção preventiva.

Comunicação

Esta rubrica regista os gastos com as comunicações fixas e móveis, bem como os serviços postais relacionados com a expedição de faturação e correio em geral. O acréscimo desta rubrica face a 2021 justifica-se com o aumento da correspondência expedida.

Rendas

A composição desta rubrica inclui o montante de 80.500€ de rendas estimadas de instalações de apoio à atividade operacional, a anulação das rendas estimadas em 2020 e 2021 (120.000€) relativas ao contrato de locação do centro operacional sul, decorrente desse contrato estabelecer o início do pagamento das correspondentes rendas com efeitos ao mês de fevereiro de 2022, o montante de 608€ relativo ao aluguer de máquinas e equipamentos, o montante de 237.022€ relativo ao aluguer de viaturas em regime de *rent a car* decorrente dos constrangimentos associados aos procedimentos de contratação pública de viaturas. Inclui ainda o montante de 1.205€ relativo a outras rendas e alugueres.

24. Gastos com pessoal

24.1. Detalhe

Nos anos de 2022 e 2021 os gastos com pessoal têm o seguinte detalhe:

Unidade: euros

	Nota	2022	2021
Remunerações OS		158 040	129 463
Remunerações pessoal		3 161 263	2 904 195
Benefícios pós emprego (pensões)		1 776	3 452
Indemnizações		2 740	1 625
Encargos sociais com remunerações		716 715	639 869
Outros custos com pessoal		129 886	79 316
Seguro de vida e de saúde		162 412	129 328
Gastos de ação social		5 598	5 828
		4 338 430	3 893 076
Gastos com pessoal capitalizados	5.3	-419 321	-390 849
		3 919 110	3 502 226

Os gastos com o pessoal aumentaram face ao ano anterior decorrente, por um lado do aumento do número médio de trabalhadores, da atualização da remuneração mínima mensal garantida e da atualização salarial de 1,2%, por outro lado e com efeito contrário, da maior afetação do pessoal às atividades de investimento, resultando daí um acréscimo da capitalização de gastos com o pessoal.

Quadro de Pessoal

Número médio de colaboradores durante o período	2022	2021
Orgãos sociais	5	5
Trabalhadores efetivos e outros	166	156
	171	161

Número de colaboradores	31.12.2022	31.12.2021
Orgãos sociais	6	5
Trabalhadores efetivos e outros	176	154
	182	159

25. Amortizações, depreciações e reversões do período

Nos anos de 2022 e 2021 as amortizações, depreciações e reversões têm o seguinte detalhe:

Unidade: euros

	2022	2021
Amortizações de investimento contratual (nota 5)	4 615 436	4 329 012
Amortizações de ativos intangíveis (nota 5)	136 557	117 840
Amortizações de ativos fixos tangíveis (nota 6)	100 987	100 462
Amortizações de ativos sob direito de utilização (nota 7)	282 427	200 153
	5 135 408	4 747 467

26. Perdas por imparidade e reversões do exercício

O quadro em baixo apresenta a rubrica de imparidade de clientes:

Unidade: euros

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo inicial	1 141 141	156 445
Aumento	319 265	984 696
Reversão	- 17 270	-
Saldo final	1 443 135	1 141 141

Da análise realizada aos saldos de clientes foi considerado que deviam ser reforçadas em 2022 as perdas por imparidade, no montante de 319.265 euros (2021: 984.696 euros). Foi registada a reversão de imparidade no montante de 17.270€ em virtude de se ter recuperado dívida anteriormente registada em imparidades.

Tendo em conta o histórico de recuperação da dívida, pode-se concluir que as percentagens definidas no cálculo anual das imparidades de clientes estão adequadas, evidenciando uma postura prudente por parte da AdAM.

27. Outros gastos operacionais

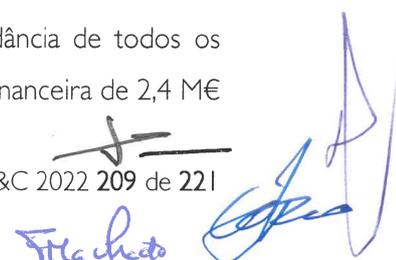
Nos anos de 2022 e 2021, os outros gastos operacionais têm o seguinte detalhe:

Unidade: euros

	2022	2021
Impostos	21 178	18 557
Donativos	15 643	1 500
Outros gastos operacionais		
Compensação financeira aos utilizadores domésticos e não doméstico:	-	2 315 178
Outros gastos operacionais	12 693	4 644
	49 513	2 339 878
Gastos operacionais capitalizados	-	-
	49 513	2 339 878

Com o objetivo de restabelecer a confiança dos utilizadores, e após concordância de todos os acionistas, foi aprovada pela Comissão de Parceria em 2021, uma compensação financeira de 2,4 M€

AdAM R&C 2022 209 de 221



Two handwritten signatures in blue ink are visible. One is a stylized signature, and the other is a more legible signature. There are also some blue ink marks and stamps.

que se concretizou no montante mensal de 2,5€ por cada utilizador, doméstico e não doméstico, no período compreendido entre abril e dezembro de 2021, incluído na fatura mensal desse período, ascendendo a 2,3 M€.

28. Outros rendimentos e ganhos

Nos anos de 2022 e 2021 os outros rendimentos e ganhos têm o seguinte detalhe:

	Unidade: euros	
	2022	2021
Outros rendimentos e ganhos operacionais	711	1 853
	711	1 853

29. Gastos financeiros

Nos anos de 2022 e 2021 os gastos financeiros têm o seguinte detalhe:

		Unidade: euros	
	Nota	2022	2021
Juros suportados - Financiamento		82 940	32 066
Juros suportados - Locações		32 102	19 582
Juros de mora		1 590	
Outros juros suportados		49 902	54 069
		166 534	105 716
Gastos financeiros capitalizados	5.3	- 92 695	- 14 901
		- 92 695	- 14 901
		73 839	90 816

Os juros suportados com o financiamento aumentaram no ano 2022 cerca de 67 mil euros derivado do aumento do financiamento médio. Os outros juros suportados referem-se aos juros calculados relativos à dívida de retribuição acionista a liquidar em exercícios seguintes.

30. Rendimentos financeiros

Nos anos de 2022 e 2021 os rendimentos financeiros têm o seguinte detalhe:

	Unidade: euros	
	2022	2021
Juros de mora	53 526	13 220
	53 526	13 220

Os juros de mora aplicados referem-se a atrasos no pagamento da faturação de clientes.

31. Imposto sobre o rendimento

31.1. Políticas contabilísticas

Imposto sobre o rendimento

A AdAM encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base na respetiva matéria coletável e à taxa de imposto aplicável.

A AdAM é tributada à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre rendimento do exercício compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a AdAM cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras. A AdAM entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem

o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido passivo para a mesma altura e com a mesma autoridade. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

Estimativa de impostos e impostos diferidos

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a AdAM cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras.

A AdAM entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto atual e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte do Conselho de Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta: a data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e as estratégias de planeamento fiscal futuro.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, no entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

Conforme disposto na IAS 8, as alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

31.2. Detalhes e movimento

Não existem dívidas em mora para com as entidades fiscais.

Nos anos de 2022 e 2021 o Imposto sobre o Rendimento na demonstração da posição financeira apresenta o seguinte detalhe:

Unidade: euros

	31.12.2022	31.12.2021
Imposto estimado	88 379	5 003
Anulação de estimativa do ano anterior	-	8 180
Pagamento por conta	-	240 014
Imposto a pagar/recuperar	88 379	- 243 191

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos anos de 2022 e 2021 é como segue:

Unidade: euros

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Resultado antes de imposto (s/ DRG)		-2 734 453	-7 056 240
(+) Acréscimos de variações patrimoniais			
Multas, coimas		1 590	63
Insuficiência por estimativa de imposto			1 519
Amortizações de investimento contratual	25	4 601 850	4 426 522
IFRS 16 - Passivos de locação		-	602 613
Imparidades e ajustamentos de inventário		24 092	562 698
Sub-total		4 627 532	5 593 415
(-) Deduções de variações patrimoniais			
Excesso de estimativa de impostos		0	0
Donativo		15 643	1 500
Quotizações		500	250
Subsídios de investimento contratual	17.2	-67 857	155 332
IFRS 16 - Ativos de locação		0	602 463
Sub-total		-51 714	759 545
(=) Lucro tributável		1 944 793	-2 222 370
(-) Prejuízos fiscais dedutíveis		1 555 834	
(=) Matéria coletável		388 959	
(x) Imposto à taxa normal + derrama estadual		86 913	
Acertos imposto ano anterior			
(+) Tributação autónoma		1 466	5 003
(=) Total do imposto		88 379	5 003
Taxa efetiva de imposto		4,54%	-0,23%

A taxa efetiva de imposto de 2022 (4,54%) é superior face à taxa de 2021 (-0,23 %) uma vez que os valores inerentes ao cálculo tiveram algumas oscilações, nomeadamente, o resultado antes de imposto (S/ DRG) e a dedutibilidade do prejuízo fiscal de 2021.




AdAM R&C 2022 213 de 221
F. Machado

O detalhe dos impostos na demonstração de resultados em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Unidade: euros

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Imposto corrente	31.2	-88 379	- 5 003
Insuficiência por estimativa de imposto	31.2		-1 519
Imposto diferido	31.2	942 513	-700 518
		854 134	-707 041

Conforme indicado na nota 31 a AdAM regista impostos diferidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras, sendo esta avaliação realizada anualmente e refletida nas respetivas contas.

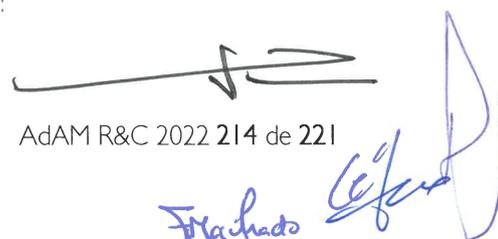
Unidade: euros

	31.12.2021	Dotação	Correções	31.12.2022
Taxa de IRC	21,00%	21,00%	21,00%	
Taxa de Derrama	1,42%	1,34%	1,34%	
Ativos por impostos diferidos				
Efeito IFRIC 12				
Efeito IFRIC 12 Exercício-investimento futuro	8 534 925	4 601 850		13 136 774
Prejuízo fiscal de 2021		1 668 757		1 668 757
Provisões				
Perdas por imparidade e ajustamentos de inventários	562 698			562 698
Passivos de locação				
Base de incidência	9 097 623	6 270 607		15 368 230
Imposto	1 885 530	1 316 827		3 202 358
Derrama	129 127	84 339		213 466
Imposto diferido ativo reconhecido	2 014 657	1 401 166		3 415 824
Taxa de IRC	21,00%	21,00%	21,00%	
Taxa de Derrama	1,42%	1,34%	1,34%	
Passivos por impostos diferidos				
Desvio de Recuperação de Gastos	10 146 570	2 120 457		12 267 027
Efeito IFRIC 12				
Efeito IFRIC 12 Exercício-Subsídio futuro	330 041	206 324	-274 180	262 184
Ativos de direito de uso				
Base de incidência	10 476 611	2 326 781	-274 180	12 529 211
Imposto	2 200 088	488 624	-57 578	2 631 134
Derrama	145 124	31 295	-3 688	172 732
Imposto diferido passivo reconhecido	2 345 213	519 919	-61 266	2 803 866

32.Saldos e transações com partes relacionadas

32.1. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 as partes relacionadas da AdAM são as seguintes:


 AdAM R&C 2022 214 de 221
 Machado

Unidade: euros

	Rendimentos	Gastos	Rendimentos	Gastos
	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2021
Águas de Portugal SGPS, S.A	-	633 094		548 887
AdP Valor, S.A	-	75 258		4 390
Águas do Norte, SA	5 439	12 265 374	4 965	13 676 139
EPAL, SA	-	238 386	-	330 569
Município de Arcos de Valdevez	79 470	4 379	94 674	50 216
Município de Caminha	69 801	5 652	35 870	13 969
Município de Paredes de Coura	26 757	2 105	17 000	3 364
Município de Ponte de Lima	90 855	25 787	137 321	2 332
Município de Valença	23 302	28 753	56 673	8 146
Município de Viana do Castelo	279 034	44 242	365 205	108 325
Município de Vila Nova de Cerveira	32 039	5 547	27 148	11 644
	606 697	13 089 578	738 857	14 702 360

Unidade: euros

	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2021
Águas de Portugal SGPS, S.A	-	7 015 297		4 389 517
AdP Valor, S.A	-	-		174 472
Águas do Norte, SA	298	1 822 039	5	2 191 870
Município de Arcos de Valdevez	719 341	465 792	533 711	396 357
Município de Caminha	161 426	727 236	210 178	433 025
Município de Paredes de Coura	382 675	194 610	405 033	178 402
Município de Ponte de Lima	310 936	745 507	290 048	679 160
Município de Valença	97 167	284 297	66 821	396 256
Município de Viana do Castelo	998 704	1 598 774	538 719	1 804 201
Município de Vila Nova de Cerveira	35 045	456 345	1 195 560	225 098
	2 705 592	12 551 039	3 240 076	11 096 178

Os rendimentos da Águas do Norte S.A. e Municípios referem-se à venda de água e prestação de serviços de saneamento. No que respeita à composição dos gastos associados às empresas do Grupo, estão incluídos os serviços prestados pela AdP, os juros das linhas contratualizadas com a AdP SGPS, a aquisição de água, prestação de serviços e assessoria técnica da Águas do Norte S.A., serviços de call center e apoio à área comercial. No que se refere aos gastos associados aos Municípios estão incluídos os gastos com os protocolos de cooperação técnica, instalações de centros operacionais e de lojas de atendimento.

Compromissos

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela Empresa foi celebrado todo um conjunto de contratos, conforme consta do quadro seguinte, organizado por valor do compromisso financeiro em aberto, para os próximos períodos, valor este que reflete a diferença entre o valor do contrato e o valor já faturado.

AdAM R&C 2022 215 de 221

Franchado



Unidade: em euros

DESIGNAÇÃO DA EMPREITADA / PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	ADJUDICATÁRIO	Valor Contrato	Valor faturado até 31.12.2022	Compromisso após 31.12.2022
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 6 - Município de Viana do Castelo	Edivalor - Construções e Obras Públicas, SA	352 243	140 148	212 096
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 1 - Município de Arcos de Valdevez	Niverfix - Construções, Lda.	114 935	58 974	55 961
PRC-043/19 - Execução de ramais de água e de águas residuais da A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S.A. - Lote 2 - Município de Caminha	Dizeconstrução Lda	154 819	50 289	104 530
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 3 - Município de Paredes de Coura	Vaz & Barbosa, Lda.	79 183	59 405	19 778
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 4 - Município de Ponte de Lima	Edivalor - Construções e Obras Públicas, SA	118 427	88 799	29 628
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 5 - Município de Valença	Edivalor - Construções e Obras Públicas, SA	84 618	47 490	37 128
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 7 - Município de Vila Nova de Cerveira	Manuel da Silva Pereira & Filhos, Lda.	81 502	25 090	56 412
PRC 017/19 - Aquisição de contadores de água fria potável e acessórios de ligação	Enviman - Manutenção de Sistemas	167 265	74 064	93 201
PRC 031/2020: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO ÂMBITO DAS CANDIDATURAS APROVADAS AO AVISO POSEUR-12-2018-18 - EFICIÊNCIA HÍDRICA	PROENGEL - PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA LDA	29 820	29 819	1
PRC-007/20 - Empreitadas de Execução para Remodelação de Redes de Abastecimento de Águas Previstas no Âmbito das Candidaturas Aprovadas do Aviso POSEUR-12-2018-18 Eficiência Hídrica - Lote 3 (Município de Viana do Castelo)	Boaventura & Boaventura, Lda	1 450 239	1 450 239	0
PRC 020/2020 - Empreitada para a Remodelação Interior dos Edifícios dos Centros Operacionais do Norte e Nordeste	SDRC	113 675	108 289	5 386
Remodelação interior do edifício do Núcleo de Proximidade Nordeste - Ponte de Lima (PRC 080/20)	Avanis Lda	23 099	23 099	0
PRC-100/20 - Empreitadas de Execução para Remodelação de Redes de Abastecimento de Águas Previstas no Âmbito das Candidaturas Aprovadas do Aviso POSEUR-12-2018-18 Eficiência Hídrica - Lote 2 (Município de Ponte de Lima)	Boaventura & Boaventura, Lda	2 128 199	2 128 199	0
PRC-057/2020 - Empreitadas de Execução para Remodelação de Redes de Abastecimento de Águas Previstas no Âmbito das Candidaturas Aprovadas do Aviso POSEUR-12-2018-18 Eficiência Hídrica - Lote 1 (Município de Arcos de Valdevez)	Questão d'Área, Lda.	587 887	552 835	35 053
PRC-070/20 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 1 (Município de Arcos de Valdevez)	Manvia	484 574	209 362	275 212
PRC-070/20 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 2 (Município de Caminha)	Manvia	171 740	150 520	21 220
PRC-070/20 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 3 (Município de Paredes de Coura)	Manvia	97 532	91 125	6 407
PRC-070/20 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 4 (Município de Ponte de Lima)	Manvia	549 844	516 971	32 873
PRC-070/20 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 5 (Município de Valença)	Manvia	477 294	338 708	138 586
PRC-070/20 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 6 (Município de Vila Nova de Cerveira)	Manvia	157 296	141 990	15 307
PRC 164/2020 - Empreitada para a Remodelação Interior de 3 Gabinetes no COP Sul - Ursulinas	SDRC	52 734	51 569	1 165
PRC 141/2020 - Empreitada para execução de projeto de eficiência hídrica em 3 (três) Subsistemas de Abastecimento de Água da AdAM. Lote 1 - Subsistemas de VPA e Sto Ovídeo	CIMONTUBO - TUBAGENS E SOLDADURA LD	363 018	361 645	1 373
PRC 141/2020 - Empreitada para execução de projeto de eficiência hídrica em 3 (três) Subsistemas de Abastecimento de Água da AdAM. Lote 2 - Subsistema Trovela	Monte&Monte	314 344	303 231	11 113
PRC-142/2020 - "Construção, instalação e arranque em operação de postos de tratamento de água para consumo humano da AdAM - DA ÁGUAS DO ALTO MINHO, S.A. - Fase 1." LOTE 1 - MUNICÍPIO DE VALENÇA	ECOFIRMA GESTÃO DO AMBIENTE, SA	68 025	50 523	17 502
PRC-142/2020 - "Construção, instalação e arranque em operação de postos de tratamento de água para consumo humano da AdAM - DA ÁGUAS DO ALTO MINHO, S.A. - Fase 1." LOTE 2 - MUNICÍPIO DE CAMINHA, PONTE DE LIMA E VILA NOVA DE CERVEIRA	ECOFIRMA GESTÃO DO AMBIENTE, SA	124 725	105 576	19 150
PRC064/2020 - EMPREITADA DE REPARAÇÃO DAS REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (SAA) E DAS REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS (SAR) EM BAIXA DA ÁGUAS DO ALTO MINHO, S.A.	Edivalor - Construções e Obras Públicas, SA	200 081	193 191	6 890
PRC-040/2021 - Empreitada de reabilitação da rede de saneamento e instalação da rede de água na EN 13, em Chafé	PRIMUSLEAN	9 997	9 997	0
PRC-075/2021 - REMODELAÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA EN101 - MUNICÍPIO DE VALENÇA	Martins & Filhos, Lda	689 671	689 671	0
PRC-037/2021 - EMPREITADAS DE EXECUÇÃO PARA A REMODELAÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PREVISTAS NO ÂMBITO DAS CANDIDATURAS APROVADAS DO AVISO POSEUR-12-2018-18 EFICIÊNCIA HÍDRICA - MUNICÍPIOS DE CAMINHA, PAREDES DE COURA E VALENÇA". LOTE 1 - CAMINHA.	Boaventura & Boaventura, Lda	419 451	414 879	4 571
PRC-037/2021 - EMPREITADAS DE EXECUÇÃO PARA A REMODELAÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PREVISTAS NO ÂMBITO DAS CANDIDATURAS APROVADAS DO AVISO POSEUR-12-2018-18 EFICIÊNCIA HÍDRICA - MUNICÍPIOS DE CAMINHA, PAREDES DE COURA E VALENÇA". LOTE 2 - PAREDES DE COURA.	Boaventura & Boaventura, Lda	677 372	628 698	48 674
PRC-037/2021 - EMPREITADAS DE EXECUÇÃO PARA A REMODELAÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PREVISTAS NO ÂMBITO DAS CANDIDATURAS APROVADAS DO AVISO POSEUR-12-2018-18 EFICIÊNCIA HÍDRICA - MUNICÍPIOS DE CAMINHA, PAREDES DE COURA E VALENÇA". LOTE 3 - VALENÇA.	Boaventura & Boaventura, Lda	715 411	683 970	31 440
PRC-113/21 - ACOMPANHAMENTO INVENTARIACÃO ATIVOS	Rogério Martins Afonso Jácome	5 000	5 000	0
Acompanhamento inventariação ativos AdP Valor	Adp Valor		7 600	-7 600
PRC-130/20 - INVENTARIAÇÃO ATIVOS	GEOPALM - ENGINEERING CONSULTING UNP LDA	44 561	40 158	4 403
PRC_108/2021 - Elaboração de Parecer sobre as Peças Técnicas de Suporte ao Procedimento para a Implementação do Sistema de Gestão de Redes e Controlo de Perdas do Sistema Abastecimento de Água do Alto Minho	AQUASIS , SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, SA	4 920	4 920	0
PRC - 001/2022 - FORNECIMENTO, MONTAGEM E COLOCAÇÃO EM SERVIÇO DO SISTEMA DE TELEGESTÃO DO SISTEMA DE ÁGUAS DO ALTO MINHO. Lote 2 - sistema de gestão e controlo de perdas.	Digiheart - Consultadoria e Serviços	199 878	186 090	13 788
Acompanhamento investimentos POSEUR	BF Consultores	43 800	14 010	29 790
PRC-033/2022 - INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MONITORIZAÇÃO E CONTROLO - 2ª FASE - MUNICÍPIO DE VALENÇA	Monte & Monte, S.A.	380 205	188 568	191 638
PRC-032/2022 - Expansão da rede de drenagem de águas residuais - Município de Caminha	Boaventura & Boaventura, Lda	639 850	59 503	580 347
PRC-086/2022 - EMPREITADAS DE EXECUÇÃO PARA A REMODELAÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PREVISTAS NO ÂMBITO DAS CANDIDATURAS APROVADAS DO AVISO POSEUR-12-2018-18 EFICIÊNCIA HÍDRICA - MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA	Boaventura & Boaventura, Lda / Martins & Filhos, Lda	2 343 818	11 268	2 332 550
PRC - 001/2022 - FORNECIMENTO, MONTAGEM E COLOCAÇÃO EM SERVIÇO DO SISTEMA DE TELEGESTÃO DO SISTEMA DE ÁGUAS DO ALTO MINHO. Lote 1 - fornecimento e instalação do sistema de telegestão (SCADA).	Tecnilab Portugal	598 125	325 765	272 361

Unidade: em euros

DESIGNAÇÃO DA EMPREITADA / PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	ADJUDICATÁRIO	Valor Contrato	Valor faturado até 31.12.2022	Compromisso após 31.12.2022
PRC-084/2021 - optativo n.º 1 PRC 107/2020 Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 2ª FASE - Lote 1 (Município dos Arcos de Valdevez)	CIMONTUBO - TUBAGENS E SOLDADURA LDA	480 000	479 986	14
PRC-072/2022 - optativo n.º 2 PRC 107/2020 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 2ª FASE - Lote 1 (Município dos Arcos de Valdevez)	Cimontubo - Tubagens e Soldadura, Lda	204 712	204 712	0
PRC-101/2022 - optativo n.º 3 Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 2ª FASE - Lote 1 (Município dos Arcos de Valdevez)	Cimontubo - Tubagens e Soldadura, Lda	137 936	133 240	4 697
PRC-085/2021 - optativo n.º 1 Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 2ª FASE - Lote 2 (Município de Caminha)	Manvia - Manutenção e Exploração de Instalações e Construção, S.A.	153 000	3 195	149 805
PRC-086/2021 - optativo n.º 1 Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 2ª FASE - Lote 3 (Município de Paredes de Coura)	Monte&Monte SA	228 000	227 992	8
PRC-074/2022 - optativo n.º 2 Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 2ª FASE - Lote 3 (Município de Paredes de Coura)	Monte&Monte SA	202 244	56 785	145 458
PRC-087/2021 - optativo n.º 1 Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 2ª FASE - Lote 4 (Município de Ponte de Lima)	Monte&Monte SA	328 000	327 991	9
PRC-073/2022 - optativo n.º 2 Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 2ª FASE - Lote 4 (Município de Ponte de Lima)	Monte&Monte SA	220 206	176 121	44 085
PRC-089/2021 - optativo n.º 1 Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 2ª FASE - Lote 6 (Município de Viana do Castelo)	Cimontubo - Tubagens e Soldadura, Lda	475 000	428 934	46 066
PRC-120/2022 - optativo n.º 2 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS RELATIVOS À INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MONITORIZAÇÃO E CONTROLO - 2ª FASE - MUNICÍPIO DE VIANA DO CASTELO	Cimontubo - Tubagens e Soldadura, Lda	350 171	103 265	246 906
PRC-090/2021 - optativo n.º 1 Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 2ª FASE - Lote 7 (Município de Vila Nova de Cerveira)	Manvia - Manutenção e Exploração de Instalações e Construção, S.A.	337 500	119 805	217 695
PRC-079/2021 - optativo n.º 1 Execução de Ramais (AA/ARD) - Município de Município de Paredes de Coura	Vaz & Barbosa, Lda.	30 000	30 000	0
PRC-124/2021 - optativo n.º 2 Execução de Ramais (AA/ARD) - Município de Município de Paredes de Coura 2021 Acordo Quadro	Vaz & Barbosa, Lda.	100 000	49 596	50 404
PRC-076/2022 - optativo n.º 3 Equipamentos e ferramentas para Centros de Exploração	Vaz & Barbosa, Lda.	100 000	40 900	59 100
PRC-080/2021 - optativo n.º 1 Execução de Ramais (AA/ARD) Município de Ponte de Lima	José Fernando Miranda da Costa, Lda	30 000	30 000	0
PRC-098/2021 - optativo n.º 2 Execução de Ramais (AA/ARD) Município de Ponte de Lima 2021 Acordo Quadro	José Fernando Miranda da Costa, Lda	100 000	100 000	0
PRC-075/2022 - optativo n.º 3 EXECUÇÃO DE RAMAIS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ÁGUAS RESIDUAIS -Ponte de Lima	José Fernando Miranda da Costa, Lda	150 000	85 685	64 315
PRC-056/2021 - optativo n.º 1 Execução de Ramais (AA/ARD) - Município de Valença 2021 Acordo Quadro	Edivalor - Construções e Obras Públicas, SA	30 000	29 999	1
PRC-133/2021 - optativo n.º 2 Execução de Ramais (AA/ARD) - Município de Valença 2021 Acordo Quadro	Edivalor - Construções e Obras Públicas, SA	83 938	65 642	18 296
PRC-057/2021 - optativo n.º 1 Execução de Ramais (AA/ARD) - Município de Vila Nova de Cerveira 2021 Acordo Quadro	Edivalor - Construções e Obras Públicas, SA	30 000	30 000	0
PRC-134/2021 - optativo n.º 2 Execução de Ramais (AA/ARD) - Município de Vila Nova de Cerveira 2021 Acordo Quadro	Edivalor - Construções e Obras Públicas, SA	68 887	14 227	54 660
PRC-073/2021 - optativo n.º 1 Execução de Ramais (AA/ARD) - Município de Arcos de Valdevez 2021 Acordo Quadro	SDRC - Soluções de Reabilitação e Construção, Lda	30 000	7 572	22 428
PRC-106/2021 - optativo n.º 2 Execução de Ramais (AA/ARD) - Município de Arcos de Valdevez 2021 Acordo Quadro	SDRC - Soluções de Reabilitação e Construção, Lda	119 124	60 690	58 435
PRC-052/2021 - optativo n.º 1 Execução de Ramais (AA/ARD) - Município de Caminha 2021 Acordo Quadro	SDRC - Soluções de Reabilitação e Construção, Lda	30 000	19 628	10 372
PRC-055/2021 - optativo n.º 1 EMPREITADA DE EXECUÇÃO DE RAMAIS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ÁGUAS RESIDUAIS viana do Castelo	SDRC - Soluções de Reabilitação e Construção, Lda	30 000	29 860	140
PRC-123/2021 - optativo n.º 1 Empreitadas de execução de caixas de contador de abastecimento de água	Vaz & Barbosa, Lda.	138 095	39 680	98 415
PRC-006/2022 - optativo n.º 1 Execução de Ramais (AA/ARD) Município de Viana do Castelo	Prodigiapadrão - Construção, Lda	150 000	127 540	22 460
PRC-098/2022 - optativo n.º 2 Execução de Ramais (AA/ARD) Município de Viana do Castelo	Prodigiapadrão - Construção, Lda	150 000	73 675	76 325
PRC-157/2020 - Aquis/Subst Contadores	Aqualongo, Instalações e Ligações de Redes de Água, Lda	392 400	137 774	254 626
Total		20 198 392	13 855 740	6 088 026

33. Investimento contratual

A estimativa de compromissos financeiros assumidos pela AdAM não relevados no balanço, decorrentes da celebração do contrato de parceria relativamente a investimentos iniciais, renovação a efetuar no decorrer do período remanescente de parceria, apresenta-se do seguinte modo:

Unidade: em euros

	Investimento contratual	Investimento já efetuado	Investimento em curso	Investimento contratual não realizado
dezembro de 2022	149 145 794	5 157 837	15 232 449	128 755 507
	149 145 794	5 157 837	15 232 449	128 755 507

34. Honorários de auditoria e de revisão legal

Os honorários de auditoria e Revisão Legal de Contas da AdAM no exercício de 2022 foram os seguintes:

	<i>Em euros</i>		
	Revisão Legal de Contas	Outros serviços relacionados com auditoria	Outros serviços
Price Waterhouse coopers	13 173	1 281	
	13 173	1 281	-

35. Informações exigidas por diplomas legais

Art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais

A AdAM não concedeu quaisquer empréstimos ou créditos aos seus administradores, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Art.º 324 do Código das Sociedades Comerciais

A AdAM não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

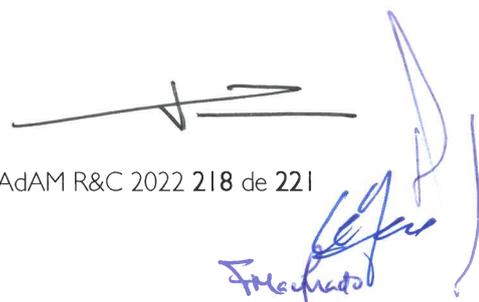
Art.º 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91 de 17 de setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2022 correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

36. Rendimento garantido

Nos termos do Contrato de Gestão os acionistas têm uma remuneração anual efetiva adequada dos capitais investidos. Essa remuneração, durante o prazo de investimento inicial, corresponde à aplicação ao capital social de uma taxa correspondente à soma da rentabilidade das Obrigações do Tesouro portuguesas a 10 anos, ou outra equivalente que a venha a substituir, com 3 pontos percentuais. A remuneração é devida desde a data de realização do Capital Social e quando a Empresa não proceder à distribuição de dividendos a que os acionistas tenham direito, a remuneração em dívida será capitalizada até à data do seu pagamento.

O valor da remuneração é o seguinte:



AdAM R&C 2022 218 de 221

Unidade: Euros

		2022
		Categoria A
- Realizações de Capital até 31.12.2022:		
data	nº dias	
23.07.2019	731	529 200
24.07.2019	731	550 800
20.12.2019	731	28 381
22.12.2019	731	17 967
30.12.2019	731	79 182
14/01/2019	717	184 887
16/01/2019	715	397 555
04/02/2019	696	12 028
28.01.2021	338	462 218
02.06.2021	213	918 000
22.06.2021	193	75 888
24.06.2021	191	58 028
19.07.2021	166	30 070
01.09.2021	122	139 928
07.12.2021	25	44 918
30.12.2021	2	70 953
Capital a 31.12.2022		3 600 000
Dividendos em dívida de 2019 e 2020 não distribuídos até 31.12.2022		74 665
Dividendos em dívida 2021 não distribuídos em 2022		185 927
Taxa de juro OT 10 anos		3,40%
Spread 3pp		3,00%
Taxa de remuneração acionista		6,40%
Remuneração do capital realizado		240 138

37.Eventos subsequentes

O Conselho de Administração da AdAM declara que, após o termo do exercício de 2022 até à data de aprovação das contas pelo Conselho de Administração, destacam-se os seguintes acontecimentos:

- Reembolso de iva no montante de 819.761€;
- Devolução de parte do adiantamento da candidatura REACT no montante de 497.489 €;
- Recebimento de participações do POSEUR no montante de 3.160 € relativas à execução de contratos de empreitadas em curso;
- Recebimento da faturação associada ao ciclo Urbano da Água no montante de 22.298 €.

Mais se declara que é expectativa do Conselho de Administração que o Desvio de Recuperação de Gastos será aprovado em reunião de Comissão de Parceria a realizar em 2023.

Não se registaram outros factos relevantes após o termo do exercício.

AdAM R&C 2022 219 de 221

Franco
Célio

Viana do Castelo, 8 de março de 2023

O Contabilista Certificado

Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira

(Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira)

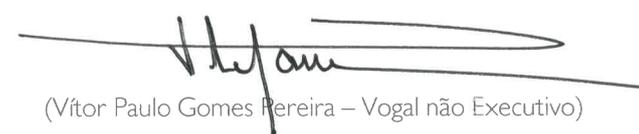
O Conselho de Administração

Fernanda Maria de Sousa Machado
Fernanda Maria de Sousa Machado - Vogal Executiva)

Célia Maria Pereira Cardoso André

(Célia Maria Pereira Cardoso André – Vogal não Executiva)


(Manuel António Azevedo Vitorino – Vogal não Executivo)


(Vítor Paulo Gomes Pereira – Vogal não Executivo)

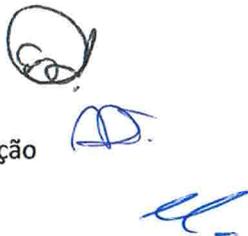
Pareceres do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas


AdAM R&C 2022 221 de 221
 

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA ÁGUAS DO ALTO MINHO, S.A.
SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DE 2022



1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, designadamente do previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420º e do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da sociedade Águas do Alto Minho, S.A., apresentados no dia 8 de março de 2023 pelo Conselho de Administração relativamente ao exercício de 2022.
2. A sociedade Águas do Alto Minho teve como base o Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, que veio possibilitar um novo modelo de gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento, permitindo um modelo de gestão delegada assente numa parceria entre o Estado e as Autarquias Locais. Assim, em 11 de janeiro de 2019, foi celebrado um contrato de parceria pública entre o Estado Português e os municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira que criou o sistema de Águas do Alto Minho. Posteriormente, em 22 de julho de 2019 foi formalizado o contrato de Gestão entre o Estado Português, os mencionados Municípios e a sociedade Águas do Alto Minho, na qualidade de entidade Gestora da Parceria. A sociedade iniciou a sua atividade operacional a 1 de janeiro de 2020, relativa à exploração e à gestão, em regime de parceria, dos serviços de águas relativos ao Sistema de Águas do Alto Minho.
3. Em 31 de janeiro de 2023, o Presidente do Conselho de Administração, Eng.º João Pedro Moura Castro Neves, apresentou o pedido de renúncia, da sua função de Presidente do Conselho de Administração, com efeitos a 28 de fevereiro 2023, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 e no n.º 2 do artigo 404.º, do Código das Sociedades Comerciais (CSC).
4. O Conselho Fiscal acompanhou a gestão da Águas do Alto Minho, S.A. e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contatos e reuniões com o seu Conselho de Administração, Revisor Oficial de Contas e Serviços da Sociedade, bem como através da leitura das atas das reuniões do seu Conselho de Administração e da informação financeira preparada pela Sociedade e disponibilizada ao Conselho Fiscal. Efetuou reuniões, tendo contado sempre que necessário com a presença do Conselho de Administração, da Direção Administrativa e Financeira e do Revisor Oficial de Contas.

- 
5. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções.
 6. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emitiu, em 23 de dezembro de 2022, um Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o triénio de 2023-2025, sendo que o mesmo aguarda aprovação pelo Secretário de Estado do Tesouro e pelo Secretário de Estado do Ambiente, o qual não produz quaisquer efeitos até que seja obtida a respetiva aprovação.
 7. No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal, verificou igualmente o cumprimento das obrigações definidas no artigo 44º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, tendo emitido os respetivos pareceres sobre os Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental.
 8. O Conselho Fiscal emitiu, em 13 de março de 2023, um parecer favorável relativamente ao Relatório do Governo Societário do exercício de 2022, previsto no n.º 1 do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, emitido pela Águas do Alto Minho, S.A. em 27 de fevereiro de 2023, de acordo com o modelo disponibilizado pela UTAM.
 9. Em observância do artigo n.º 420 do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal procedeu à verificação do cumprimento das normas legais, estatutárias e disposições aplicáveis ao setor empresarial do estado, designadamente do cumprimento das orientações legais relativamente às remunerações vigentes em 2022, as quais se encontram divulgadas no Relatório e Contas e no Relatório do Governo Societário.
 10. A entidade apresentou impactos nas demonstrações financeiras decorrentes do vírus SARS-Cov-2 (COVID-19) no valor de 2.628 euros (148.337 euros em 2021) e da situação geopolítica no montante de 139.475 euros (situação não existente em 2021).
 11. Relativamente às divulgações constantes na Nota 9.3 e ao contexto descrito na nota 37, ambas do Anexo às Demonstrações Financeiras de 2022, importa referir que a Comissão de Parceria, à data deste Relatório e Parecer, ainda não se pronunciou quanto ao Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) que no ano em análise foi deficitário em 2.120.457 euros. Este facto encontra-se referido na Ênfase da CLC, emitida pelo Revisor Oficial de Contas no dia 10 de março de 2023.

12. A entidade apresenta, em 2022, um nível de execução do investimento de 59% (43% em 2021) relativamente ao previsto no Plano de Atividades e Orçamento aprovado, pelas Tutelas financeiras e setorial, para o exercício de 2022.

13. Exceto quanto às exceções referidas no ponto seguinte, a empresa cumpriu com as orientações legais previstas no ofício-circular n.º 631, de 10 de fevereiro de 2023, da Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), relativo às instruções sobre o processo de prestação de contas referentes a 2022.

14. Exceções quanto ao cumprimento das orientações legais previstas no ofício-circular n.º 359, de 20 de janeiro de 2022, da DGTF

14.1. No que diz respeito ao montante do resultado líquido e do resultado operacional, a empresa apresenta uma redução face ao orçamento, encontrando-se a evolução justificada na alínea b) no tópico 13 do ponto referente ao cumprimento das orientações legais do Relatório de Gestão e Contas referente a 2022.

14.2. Os gastos com o pessoal apresentam um aumento face a 2021, encontra-se esta evolução justificada no ponto 9 referente à Gestão do Capital Humano, no tópico 13 do ponto referente ao cumprimento das orientações legais e na nota 24 do anexo, do Relatório de Gestão e Contas referente a 2022 e devidamente autorizada no Despacho n.º 1005/2021 – SET, de 4 de novembro de 2021 e no Despacho n.º 212/SEAMB de 3 de dezembro de 2021.

14.3. Os gastos com deslocações e alojamento, ajudas de custo e os associados à frota automóvel apresentam um aumento face a 2021, encontra-se esta evolução justificada no tópico 13 do ponto referente ao cumprimento das orientações legais e na nota 23 do Relatório de Gestão e Contas referente a 2022 e devidamente autorizada no Despacho n.º 1005/2021 – SET, de 4 de novembro de 2021 e no Despacho n.º 212/SEAMB de 3 de dezembro de 2021.

15. Em 19 de setembro de 2019 foram aprovadas em Assembleia Geral as Orientações Estratégicas e os Objetivos e Indicadores de Gestão que vigoram para o mandato 2019-2021, respeitantes aos contratos de gestão previstos no art.º 18 do Estatuto do Gestor Público,

aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, e sobre quaisquer matérias relacionadas com a celebração dos mesmos.



16. Atendendo a que os Acionistas não procederam à eleição do Conselho de Administração para o mandato 2022-2024, os membros do Conselho de Administração eleitos para o mandato 2019-2021, mantiveram-se em funções de gestão no exercício de 2022. Assim, no que concerne à avaliação da performance do Conselho de Administração da sociedade no ano de 2022, não estão fixados objetivos e indicadores de gestão para o referido exercício, estando referido no Relatório e Contas de 2022 que o Conselho de Administração da Águas do Alto Minho será avaliado qualitativamente pelos seus acionistas, no estrito cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo n.º 376.º do Código das Sociedades Comerciais.
17. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal de Contas, emitida no dia 10 de março de 2023, nos termos da legislação em vigor, pelo Revisor Oficial de Contas, a qual integra uma ênfase, conforme apresentado no ponto 11 deste Relatório e Parecer, e os outros requisitos legais, que se dão como aqui reproduzidos, e obteve destes, as informações de que careceu para o exercício das tarefas de fiscalização.
18. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras (Demonstração da Posição Financeira, Demonstração do Rendimento Integral, Demonstração das Alterações no Capital Próprio, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas às Demonstrações Financeiras) e os restantes documentos de prestação de contas são adequados à compreensão da situação patrimonial da Sociedade no fim do exercício, bem como da forma como se formaram os resultados e se desenrolou a atividade no decorrer do ano de 2022.
19. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços da Sociedade no desempenho das suas funções.

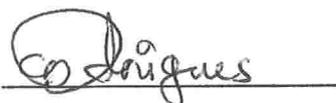
Parecer do Conselho Fiscal

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da Águas do Alto Minho, S.A., aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas Individuais do Exercício de 2022.
- b) A proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

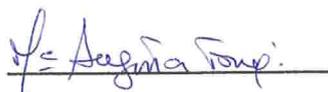
Viana do Castelo, 13 de março de 2023

O Conselho Fiscal



Maria Albertina Barreiro Rodrigues

(Presidente)



Maria Augusta João Cepeda Tomé

(Vogal)



Pedro de Azevedo Canteiro

(Vogal)



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Águas do Alto Minho, S.A., a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 45.148.512 euros e um total de capital próprio de 4.114.446 euros, incluindo um resultado líquido de 240.138 euros), a demonstração dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Águas do Alto Minho, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na nota 9 do Anexo às demonstrações financeiras, o Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) corresponde à correção (positiva no caso de défice, negativa no caso de superavit) a registar ao rédito das atividades reguladas, para que este se apresente conforme o disposto no Contrato de Parceria, nomeadamente no que diz respeito à recuperação integral dos gastos (incluindo imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) e remuneração anual garantida aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2022, na rubrica de “Desvios de Recuperação de Gastos” da Demonstração dos resultados, a Entidade apresenta um défice de 2.120.457 euros. Esta quantia foi estimada pelo Conselho de Administração, não tendo sido ainda aprovada pela Comissão de Parceria, no contexto descrito na nota 37 do Anexo às demonstrações financeiras.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

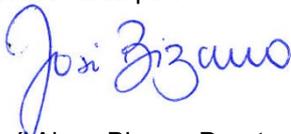
Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

10 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, ROC nº 1957
Registado na CMVM com o nº 20200003